

COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRICO DA AERONÁUTICA



Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2007.

BOLETIM DO COMANDO DA AERONÁUTICA Nº 196

Para conhecimento do Pessoal da Aeronáutica, publico o seguinte:

PRIMEIRA PARTE

ATOS DOS PODERES LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO

SEÇÃO I - PODER LEGISLATIVO
(Sem alteração)

SEÇÃO II - PODER EXECUTIVO
(Sem alteração)

SEÇÃO III - PODER JUDICIÁRIO
(Sem alteração)

SEGUNDA PARTE

MINISTÉRIO DA DEFESA
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

TERCEIRA PARTE

ATOS DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

1 - ICA 37-24 - APROVA A EDIÇÃO

PORTARIA Nº 623/GC-3, DE 10 DE SETEMBRO DE 2007.

Aprova a Instrução para a Admissão de Candidatos Cíveis nos Cursos Fundamental e Profissional do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XI do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 5.196, de 26 de agosto de 2004, tendo em vista o disposto nos art. 1º e 2º da Lei nº 2.165, de 5 de janeiro de 1954, e considerando o que consta do Processo nº 67750.000781/2007-DV, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 37-24 “Admissão de Candidatos Cíveis nos Cursos Fundamental e Profissional do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as Portarias nº 194/GM3, de 29 de março de 1989, nº 904/GM3, de 13 de outubro de 1995 e nº 92/GC3, de 12 de janeiro de 2006, publicadas respectivamente nos Diários Oficiais da União de 31 de março de 1989, Seção 1, página 4883; o de nº 198, de 16 de outubro de 1995, página 16273 e o de nº 10, de 13 de janeiro de 2006, Seção 1, página 21.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO
Comandante da Aeronáutica

Obs.: A Instrução de que trata a presente Portaria encontra-se anexada a este Boletim e será disponibilizada no BLAER.

QUARTA PARTE

ATOS DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, DOS COMANDANTES-GERAIS, DOS DIRETORES DE DEPARTAMENTOS E DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

SEÇÃO I - ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

SEÇÃO II - COMANDO-GERAL DE APOIO
(Sem alteração)

SEÇÃO III - COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS
(Sem alteração)

SEÇÃO IV - COMANDO-GERAL DO PESSOAL
(Sem alteração)

SEÇÃO V - DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
(Sem alteração)

SEÇÃO VI - DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

1 - AVALIAÇÃO - HOMOLOGAÇÃO

PORTARIA DEPENS Nº 253/DE-5, DE 9 DE OUTUBRO DE 2007.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, previstas na Portaria nº 1.134/GC3, de 04 dez. 2006, e tendo em vista o disposto nos artigos 19 e 28 da Portaria nº 824/GM1, de 22 nov. 1988, resolve:

Homologar a avaliação da docente abaixo, integrante do Magistério da Aeronáutica, lotada no Estabelecimento de Ensino indicado, para fins de progressão funcional por interstício, referente aos anos de 2005 e 2006:

MAGISTÉRIO DE 1º e 2º GRAUS

FRANCISCA ALVES TEIXEIRA LOPES - ECE

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENS

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

**2 - ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA -
APROVA O ESTANDARTE**

PORTARIA DEPENDS Nº 251/DE-6, DE 9 DE OUTUBRO DE 2007.

Aprova o Estandarte da Escola de
Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica.

**O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA
AERONÁUTICA**, tendo em vista o disposto no item 1.4.1, da ICA 210-1, aprovada pela Portaria
nº 1.199/GC3, de 20 de dezembro de 2006 e considerando o que consta no Processo nº
67563.000129/2007-DV, resolve,

Art. 1º Aprovar o Estandarte da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da
Aeronáutica, de acordo com o modelo e respectiva descrição heráldica anexos.

Art. 2º Altera-se Portaria DEPENDS 194/DE-1, 08/11/1996 Esta Portaria entra em
vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DEPENDS nº 339/DE-6, de 23 de novembro de 2005,
publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 221, de 25 de novembro de 2005, pág. 7084.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENDS

Anexo A - Desenho Colorido do Estandarte da EAOAR

ESTANDARTE DA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

Anexo B - Desenho em negrito do Estandarte da EAOAR



Anexo C - Descrição heráldica do Estandarte do EAOAR

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRICO DA AERONÁUTICA
DIVISÃO DE HISTÓRICO E CERIMONIAL
SEÇÃO DE HERÁLDICA

ESTANDARTE DA
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA
(DESCRIÇÃO HERÁLDICA)

Estandarte com o campo em blau (azul-ultramar), esmalte que simboliza a justiça, o zelo e a retidão no dever, características dos integrantes da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica.

No centro insere-se o emblema da OM em seus esmaltes.

Em jalne (amarelo) surge como domo do escudo a inscrição “Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais”, sustentado em crescente pela: “Da Aeronáutica”, no mesmo esmalte.

Contornam o estandarte, nos seus três bordos livres, franjas em jalne (amarelo), evidenciando o nível do Comando da Organização: Oficial-Superior.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

3 - ICA 37-328 - APROVA A REEDIÇÃO

PORTARIA DEPENS Nº 252/DE-6, DE 9 DE OUTUBRO DE 2007.

Aprova a reedição da Instrução "Normas Reguladoras para o Curso de Formação de Sargentos (Modalidade Especial) da Especialidade Básico em Controle de Tráfego Aéreo", ICA 37-328.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 4º, inciso III e artigo 15, inciso X do Regulamento do Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 1134/GC3, de 4 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 37-328 "Normas Reguladoras para o Curso de Formação de Sargentos (Modalidade Especial) da Especialidade Básico em Controle de Tráfego Aéreo", que com esta baixa.

Art 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DEPENS 040/DE-6, de 24 de janeiro de 2007, publicada o Boletim do Comando da Aeronáutica nº 019, de 26 de janeiro de 2007, pág. 492.

Ten Brig Ar Antônio Pinto Macedo
Diretor-Geral do DEPENS

Obs.: A Instrução de que trata a presente Portaria encontra-se anexada a este Boletim e será disponibilizada no BLAER.

4 - IE/EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008 - APROVA

PORTARIA DEPENS Nº 230-T/DE-2, DE 2 DE OUTUBRO DE 2007.

Aprova as Instruções Específicas para os Exames de Admissão aos Cursos de Adaptação de Médicos, Dentistas e Farmacêuticos da Aeronáutica do ano de 2008 (IE/EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 2º das Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º de março de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para os Exames de Admissão aos Cursos de Adaptação de Médicos, Dentistas e Farmacêuticos da Aeronáutica do ano de 2008.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

Art. 3º Revogam-se a Portaria DEPENS nº 173/DE-2 e a Portaria DEPENS nº 174-T/DE-2, ambas de 29 de agosto de 2006, e demais disposições em contrário.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENS

Obs.: A Instrução de que trata a presente Portaria encontra-se anexada a este Boletim

5 - IE/EA EAOEAR 2008 - APROVA

PORTARIA DEPENS Nº 232-T/DE-2, DE 2 DE OUTUBRO DE 2007.

Aprova as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica do ano de 2008 (IE/EA EAOEAR 2008).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 2º das Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º de março de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica do ano de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se a Portaria DEPENS nº 208/DE-2 e a Portaria DEPENS nº 209-T/DE-2, ambas de 27 de outubro de 2006, e demais disposições em contrário.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENS

Obs.: A Instrução de que trata a presente Portaria encontra-se anexada a este Boletim

6 - REQUERIMENTO - DESPACHO

1. No requerimento em que o S1 BSP LEONARDO JOSÉ PACHECO, servindo no Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA 2), requer tolerância do limite de idade para inscrever-se no Exame de Seleção ao Curso de Formação de Cabos da Aeronáutica do ano de 2008 (ES-CFC 2008), foi exarado o seguinte despacho pelo Exmo Sr Diretor-Geral do DEPENS: “INDEFERIDO, por contrariar o disposto na alínea “c” do item 3.1.1 das Instruções Específicas para o Exame de Seleção ao Curso de Formação de Cabos da Aeronáutica do ano de 2008 (IE/ES-CFC 2008), aprovadas pela Portaria DEPENS nº 158-T/DE-2, de 26 de junho de 2007, tendo como base a Mensagem Direta nº 38/1EM/565, de 09 ago. 2007, do COMGEP.” (Ref Proc COMAER nº 67613.005000/2007-43)

(Item 199/DE-2/2007)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

7 - IE/EA EIAC 2008 - APROVA

PORTARIA DEPENDS Nº 234-T/DE-2, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

Aprova as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães da Aeronáutica do ano de 2008 (IE/EA EIAC 2008).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 2º das Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º de março de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães da Aeronáutica do ano de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se a Portaria DEPENDS nº 183/DE-2 e a Portaria DEPENDS nº 184-T/DE-2, ambas de 7 de julho de 2005, e demais disposições em contrário.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENDS

Obs.: A Instrução de que trata a presente Portaria encontra-se anexada a este Boletim.

SEÇÃO VII - COMANDO-GERAL DE TECNOLOGIA AEROESPACIAL

1 - CIPC - RATIFICA DECISÕES

PORTARIA CTA Nº 128, DE 5 DE OUTUBRO DE 2007.

Ratifica decisões da Comissão Interna para Implementação do Plano de Carreiras e concede Adicional de Titulação - Mestrado

O COMANDANTE-GERAL DE TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XX, do art. 10, do Regulamento do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, aprovado pela Portaria nº 107/GC3, de 19 de janeiro de 2006, e, ainda, considerando o disposto no art. 21, da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, com a redação dada pelo art. 17, da Lei nº 11.094, de 13 de janeiro de 2005 e as disposições constantes na Resolução nº 1, de 6 de julho de 1994, do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, resolve:

Art. 1º Ratificar as decisões tomadas pela Comissão Interna para a Implementação do Plano de Carreiras para a Área de Ciência e Tecnologia (CIPC), prevista no art. 16, parágrafo 2º, da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

Art. 2º Em consequência, concede ao servidor ativo, Tecnologista MARCOS ALÉCIO DOS SANTOS ROMANI, o Adicional de Titulação, no percentual de 52,5% (cinquenta e dois vírgula cinco por cento), por possuir o título de Mestre em Engenharia, conforme declaração expedida pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em 17 de agosto de 2007, a contar de 17 de agosto de 2007.

Art. 3º Os efeitos financeiros da aplicação desta Portaria têm vigência a contar da respectiva data de concessão mencionada no artigo anterior.

PORTARIA CTA Nº 129, DE 5 DE OUTUBRO DE 2007.

Ratifica decisões da Comissão Interna para
Implementação do Plano de Carreiras e concede
Adicional de Titulação - Doutorado

O COMANDANTE-GERAL DE TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XX, do art. 10, do Regulamento do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, aprovado pela Portaria nº 107/GC3, de 19 de janeiro de 2006, e, ainda, considerando o disposto no art. 21, da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, com a redação dada pelo art. 17, da Lei nº 11.094, de 13 de janeiro de 2005 e as disposições constantes na Resolução nº 1, de 6 de julho de 1994, do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, resolve:

Art. 1º Ratificar as decisões tomadas pela Comissão Interna para a Implementação do Plano de Carreiras para a Área de Ciência e Tecnologia (CIPC), prevista no art. 16, parágrafo 2º, da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993.

Art. 2º Em consequência, concede ao servidor ativo, Tecnologista ALEXANDRE GARCIA, o Adicional de Titulação, no percentual de 105% (cento e cinco por cento), por possuir o título de Doutor em Engenharia Mecânica, conforme atestado de aprovação expedido pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, em 21 de setembro de 2007, a contar de 18 de setembro de 2007.

Art. 3º Os efeitos financeiros da aplicação desta Portaria têm vigência a contar da respectiva data de concessão mencionada no artigo anterior.

Ten Brig Ar CARLOS ALBERTO PIRES ROLLA
Comandante-Geral de Tecnologia Aeroespacial

SEÇÃO VIII - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO IX - DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

QUINTA PARTE

ATOS DOS TITULARES DE DIRETORIAS

SEÇÃO I - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

MILITAR

1 - AGREGAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 4.830/2PM2, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007.

Agrega militares do QESA no âmbito do Comando da Aeronáutica.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência subdelegada pelo inciso I, do art. 5º, da Portaria nº 49/5EM/COMGEP, de 29 de junho de 2006, e o que consta da Portaria nº 653/GC1, de 21 SET 2007, resolve:

Agregar aos respectivos Quadros do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, os militares abaixo relacionados, de acordo com o item I, do art. 81, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, a contar da data de apresentação na OM a qual ficarão adidos, por terem sido colocados à disposição do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a fim de prestarem serviço naquele Órgão:

3S SAD (QSS) HUDSON DE OLIVEIRA NERES
3S SGS (QESA) UBIRATAN DE ARAÚJO

(Nr Ord 4147332)
(Nr Ord 1029762)

PORTARIA DIRAP Nº 4.828/2PM2, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007.

Agrega militar do QCB no âmbito do Comando da Aeronáutica.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência subdelegada pelo inciso I, do art. 5º, da Portaria nº 49/5EM/COMGEP, de 29 de junho de 2006, e o que consta do RD nº 12/SIJ/240907/BACO, resolve:

Agregar ao Quadro de Cabos do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, o Cb SDE (QCB) ANTÔNIO CARLOS EISENMANN (Nr Ord 1739328), de acordo com o item VII, do art. 82 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, a contar de 20 SET 2007.

PORTARIA DIRAP Nº 4.829/2PM2, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007.

Agrega militar do QCB no âmbito do Comando da Aeronáutica.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência subdelegada pelo inciso I, do art. 5º, da Portaria nº 49/5EM/COMGEP, de 29 de junho de 2006, e o que consta do RD nº 514/DRH/230407/GACOMAR2, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

Agregar ao Quadro de Cabos do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, o Cb SGS (QCB) EVILAZIO CAVALCANTI DE SOUZA (Nr Ord 1947362), de acordo com o item III do art. 82, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, a contar de 20 SET 2007, por haver ultrapassado 06 (seis) meses contínuos de licença para tratar de interesse particular.

Maj Brig Ar WHITNEY LACERDA DE FREITAS
Dir da DIRAP

2 - MEDALHA MILITAR - RETIFICAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 4.825/2PM3, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007.

Retifica decênio de medalha de tempo de serviço de militar do QSS no âmbito do Comando da Aeronáutica.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, por subdelegação de competência do Exmo Sr Comandante-Geral do Pessoal, nos termos dos art. 1º e 2º da Portaria COMGEP nº 3/EM, de 4 de fevereiro de 1991, e o que consta no Radiograma nº 818/SDP/18.09.2007 - EEAR, resolve:

Retificar o decênio referente à Medalha Militar de Bronze concedida ao 2S SDE (QSS) HÉLIO BRAZ DA SILVA (Nr Ord 2090139), pela Portaria nº 2035/2PM3, de 20 de agosto de 1998, publicada no Bol Ext da DIRAP nº 098, de 26 de agosto de 1998. Onde se lê: 01.08.1987, leia-se: 01.08.1997.

Maj Brig Ar WHITNEY LACERDA DE FREITAS
Diretor da DIRAP

3 - MOVIMENTAÇÃO

(1) TRANSFERÊNCIA

PORTARIA DIRAP Nº 4.824/1PM, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007.

Movimenta militar do QFO no âmbito do Comando da Aeronáutica.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, de acordo com a competência estabelecida na letra “b” do inciso III do art. 178 do RISAER e o que consta do Processo nº 67210.002340/2007-55, resolve:

Conceder transferência, por necessidade do serviço (motivo de saúde própria), para o ILA (Guarulhos - SP) à Cap QFO PED DANIELLY MALHEIROS DE SANTANA CARVALHO HERZ (Nr Ord 2607999), do I COMAR (Belém - PA), de acordo com o inciso VII do art. 177 do

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

RISAER e o item 2.3.3 da ICA COMGEP 30-4, aprovada pela Portaria COMGEP nº 53/2EM, de 13 de junho de 2007.

Em consequência, o setor responsável do I COMAR tome conhecimento e atualize o SIGPES na tela 355 com o desligamento da respectiva militar, possibilitando assim a apresentação da referida Oficial no ILA.

PORTARIA DIRAP Nº 4.823/1PM, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007.

Movimenta militar do QOECOM no âmbito do
Comando da Aeronáutica.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, de acordo com a competência estabelecida na letra "b" do inciso III do art. 178 do RISAER e o que consta do Processo nº 67614.003234/2007-46, resolve:

Conceder transferência, por interesse próprio e sem ônus para a Fazenda Nacional, para o DTCEA YS (Pirassununga - SP) ao 1º Ten Esp Com RENALDO GERONIMO DA SILVA (Nr Ord 1356887), do DTCEA MO (Maceió - AL), de acordo com o inciso VIII do art. 177 do RISAER, combinado com o item 2.3.5 da ICA COMGEP 30-4, de 15 de junho de 2007, aprovada pela Portaria COMGEP nº 53/2EM, de 13 de junho de 2007.

Em consequência, o setor responsável do DTCEA MO tome conhecimento e atualize o SIGPES na tela 355 com o desligamento do respectivo militar, possibilitando assim a apresentação do referido Oficial no DTCEA YS.

PORTARIA DIRAP Nº 4.900/1PM, DE 9 DE OUTUBRO DE 2007.

Movimenta militar do QOCON no âmbito do
Comando da Aeronáutica.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, de acordo com a competência estabelecida na letra "b" do inciso III do art. 178 do RISAER e o que consta do Processo nº 67615.004857/2007-26, resolve:

Conceder transferência, por interesse próprio e sem ônus para a Fazenda Nacional, para o HAAF (Rio de Janeiro - RJ) ao 1º Ten QOCON Farm ANTÔNIO ARNALDO DE CARVALHO MACHADO NETO (Nr Ord 4096916), do DTCEA TF (Tefé - AM), de acordo com o inciso VIII do art. 177 do RISAER, combinado com o item 2.3.5.7 da ICA COMGEP 30-4, aprovada pela Portaria COMGEP nº 53/2EM, de 13 de junho de 2007.

Em consequência, o setor responsável do DTCEA TF tome conhecimento e atualize o SIGPES na tela 355 com o desligamento do respectivo militar, possibilitando assim a apresentação do referido Oficial no HAAF.

Maj Brig Ar WHITNEY LACERDA DE FREITAS
Dir da DIRAP

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

(2) REQUERIMENTO - DESPACHO

No requerimento em que o Ten Cel Int ULISSES DIAS DA MOTA (Nr Ord 1556401), solicitou movimentação por interesse particular e sem ônus para a Fazenda Nacional (Processo nº 67562.001547/2007-12, de 28 de agosto de 2007), foi exarado o seguinte despacho pelo Exmo Sr Diretor de Administração do Pessoal: “ARQUIVE-SE, em virtude do militar ter sido transferido para a reserva remunerada, conforme Portaria DIRAP nº 4055/IRC, de 16 de agosto de 2007, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 162, de 23 de agosto de 2007.”

(Item 263/1PM/2007)

4 - PROMOÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 4.844/SECPG, DE 5 DE OUTUBRO DE 2007.

Promove militar à graduação de Suboficial em ressarcimento de preterição.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 23 e observando o constante dos art. 2º, 3º, 4º, inciso II do art. 10, inciso I do art. 23, art. 24, 26, 28, 30 e 34, todos do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica (REPROGAER), aprovado pelo Decreto nº 881, de 23.07.1993, na forma do que dispõe os art. 59 e 60 da Lei nº 6.880, de 09.12.1980 (Estatuto dos Militares), consoante o disposto no art. 11 da Lei 9.784, de 29.01.1999, resolve:

Art. 1º Promover, em ressarcimento de preterição, à graduação de Suboficial, a contar de 01.12.2006, o seguinte Primeiro-Sargento do Grupamento de Serviços do Quadro de Suboficiais e Sargentos (QSS):

POR MERECIMENTO

Nr Ord	SIT	ESP	NOME	OM
1674137	NR	SGS	JOSÉ MAURÍCIO CHAVES JUNIOR	VII COMAR

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar WHITNEY LACERDA DE FREITAS
Dir da DIRAP

5 - REFORMA

O VICE-DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em face da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, alínea “d”, da Portaria DIRAP nº 3.533/GAB, de 1º de agosto de 2006, e tendo em vista os processos correspondentes, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

PORTARIA DIRAP Nº 4.852/IRC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

Reformar o SO BMB (QSS) EVERALDO DA SILVEIRA (Nr Ord 1355295), de acordo com os art. 104, inciso II; 106, inciso II; 108, inciso III; 109; e 110, parágrafos 1º; e 2º letra “a”, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que fizer jus, prevista na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar e considerado impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 30, de 04 SET 2007. (Processo nº 67281.006508/2007-68 - BAAN)

PORTARIA DIRAP Nº 4.853/IRC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

Reformar o SO SGS (QSS) JAIRO DE FREITAS GOMES (Nr Ord 1355805), de acordo com os art. 104, inciso II; 106, inciso II; 108, inciso VI; e 111, inciso I, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que fizer jus, proporcional ao tempo de serviço, prevista na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002, observando-se o art. 56 e seu parágrafo único, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, podendo prover os meios de subsistência, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 30, de 04 SET 2007. (Processo nº 67438.002111/2007-76 - BASP)

PORTARIA DIRAP Nº 4.854/IRC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

Reformar o 1S BEP (QSS) ALEXANDER MARCOS PINTO DA SILVA (Nr Ord 2088606), de acordo com os art. 104, inciso II; 106, inciso II; 108, inciso VI; e 111, inciso I, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que fizer jus, proporcional ao tempo de serviço, prevista na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002, observando-se o art. 56 e seu parágrafo único, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, podendo prover os meios de subsistência, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 30, de 04 SET 2007. (Processo nº 67433.003320/2007-87 - PAMA AF)

PORTARIA DIRAP Nº 4.855/IRC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

Reformar a 1S SAD (QFG) MEIRE APARECIDA MAGALHÃES BENINCASA (Nr Ord 2188422), de acordo com os art. 104, inciso II; 106, inciso II; 108, inciso VI; e 111, inciso II, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que fizer jus, prevista na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002, por ter sido julgada incapaz definitivamente para o serviço militar e considerada impossibilitada total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 30, de 04 SET 2007. (Processo nº 67433.001295/2006-16 - CENDOC)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

PORTARIA DIRAP Nº 4.856/IRC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

Reformar o 2S SMU (QSS) FRANCISCO ANTÔNIO SANTOS DA SILVA (Nr Ord 1234013), de acordo com os art. 104, inciso II; 106, inciso II; 108, inciso VI; e 111, inciso I, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que fizer jus, proporcional ao tempo de serviço, prevista na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002, observando-se o art. 56 e seu parágrafo único, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, podendo prover os meios de subsistência, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 30, de 04 SET 2007. (Processo nº 67530.003926/2007-82 - CIAAR)

PORTARIA DIRAP Nº 4.857/IRC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

Reformar o 3S SGS (QESA) ALAOR ANTÔNIO DA CUNHA (Nr Ord 0591874), de acordo com os art. 104, inciso II; 106, inciso II; 108, inciso VI; e 111, inciso I, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que fizer jus, proporcional ao tempo de serviço, prevista na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002, observando-se o art. 56 e seu parágrafo único, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, podendo prover os meios de subsistência, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 30, de 04 SET 2007. (Processo nº 67440.003481/2007-81 - COMAR VI)

PORTARIA DIRAP Nº 4.858/IRC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

Reformar o 3S TAR (QTA) ARTHUR KORB DA SILVA (Nr Ord 1739344), de acordo com os art. 104, inciso II; 106, inciso II; 108, inciso VI; e 111, inciso II, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que fizer jus, prevista na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar e considerado impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 30, de 04 SET 2007. (Processo nº 67441.002097/2007-51 - BACO)

PORTARIA DIRAP Nº 4.859/IRC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

Reformar o 3S BMT (QSS) PAULO FERREIRA DINIZ JUNIOR (Nr Ord 3292916), de acordo com os art. 104, inciso II; 106, inciso II; 108, inciso VI; e 111, inciso II, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que fizer jus, prevista na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar e considerado impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 29, de 16 AGO 2007. (Processo nº 67613.002383/2007-06 - CINDACTA 2)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

PORTARIA DIRAP Nº 4.860/IRC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

Reformar o Cabo SGS EDSON NUNES DE CARVALHO (Nr Ord 1853171), de acordo com os art. 104, inciso II; 106, inciso II; 108, inciso V; 109; e 110, parágrafos 1º; e 2º letra “c”, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que fizer jus, prevista na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar e considerado impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 29, de 16 AGO 2007. (Processo nº 67440.003344/2007-47 - GABAER)

PORTARIA DIRAP Nº 4.861/IRC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

Reformar o S1 SGS SÉRGIO AUGUSTO SILVA BELMONT (Nr Ord 3998983), de acordo com os art. 104, inciso II; 106, inciso II; 108, inciso V; 109; e 110, parágrafos 1º; e 2º letra “c”, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, com a remuneração a que fizer jus, prevista na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 JUL 2002, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar e considerado impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 30, de 04 SET 2007. (Processo nº 67436.001163/2007-45 - BAMN)

Em consequência, as OM responsáveis pelos desligamentos dos militares deverão atualizar a tela “355” do SIGPES com os dados dos desligamentos dos mesmos no prazo de até 48 horas.

Brig Ar LUIZ CARLOS TERCIOTTI
Vice-Diretor da DIRAP

6 - TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA REMUNERADA

O VICE-DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em face da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, alínea “d”, da Portaria DIRAP nº 3.533/GAB, de 1º de agosto de 2006, e tendo em vista os processos correspondentes, resolve:

Conceder transferência para a reserva remunerada aos militares abaixo, de acordo com o art. 96, inciso I, e art. 97, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, com a remuneração a que fizerem jus, observando o art. 50, inciso II, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002:

PORTARIA DIRAP Nº 4.862/IRC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.
SO SAD (QSS) AIRTON ANTÔNIO SACCHI (Nr Ord 0459240)
(PAMA SP - Processo nº 67115.003930/2007-83);

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

PORTARIA DIRAP Nº 4.863/1RC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.
2S TAR (QTA) DORGIVAL DIAS DA SILVA (Nr Ord 0713074)
(CLBI - Processo nº 67703.001923/2007-17);

PORTARIA DIRAP Nº 4.864/1RC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.
2S SEF (QSS) WALMIR JOSÉ DE CAMPOS (Nr Ord 1009702)
(PAMA LS - Processo nº 67113.004798/2007-47);

PORTARIA DIRAP Nº 4.865/1RC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.
3S SGS (QESA) CELSO NORBERTO DOS SANTOS (Nr Ord 0647187)
(BINFAE AF - Processo nº 67244.000367/2007-16);

PORTARIA DIRAP Nº 4.866/1RC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.
3S SGS (QESA) SEBASTIÃO AQUINO (Nr Ord 0980048)
(BACG - Processo nº 67261.004474/2007-13);

PORTARIA DIRAP Nº 4.867/1RC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.
3S SAD (QESA) SÉRGIO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA (Nr Ord 1201239)
(BASC - Processo nº 67243.003096/2007-61);

PORTARIA DIRAP Nº 4.868/1RC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.
3S SGS (QESA) ZILMARINHO BRASIL DE ALMEIDA (Nr Ord 1616994)
(BABV - Processo nº 67291.002520/2007-84);

PORTARIA DIRAP Nº 4.877/1RC, DE 9 DE OUTUBRO DE 2007.
SO BEV (QSS) JOÁS DORNELLES FERREIRA (Nr Ord 1072463)
(BANT - Processo nº 67222.005212/2007-24);

PORTARIA DIRAP Nº 4.878/1RC, DE 9 DE OUTUBRO DE 2007.
SO BMB (QSS) ISAIAS DOS SANTOS CARDOSO (Nr Ord 0806471)
(BANT - Processo nº 67222.005485/2007-79);

PORTARIA DIRAP Nº 4.879/1RC, DE 9 DE OUTUBRO DE 2007.
3S SEM (QESA) UBIRAJARA VEIGA FILHO (Nr Ord 0634549)
(COMAR 4 - Processo nº 67260.003577/2007-68); e

PORTARIA DIRAP Nº 4.880/1RC, DE 9 DE OUTUBRO DE 2007.
3S SGS (QESA) WILSON DA SILVA COELHO (Nr Ord 0898473)
(CEMAL - Processo nº 67432.006697/2007-06).

Em consequência, as OM responsáveis pelos desligamentos dos militares deverão atualizar a tela “355” do SIGPES com os dados dos desligamentos dos mesmos no prazo de até 48 horas.

Brig Ar LUIZ CARLOS TERCIOTTI
Vice-Diretor da DIRAP

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

7 - REVERSÃO

PORTARIA DIRAP Nº 4.826/2PM2, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007.

Reverte militares do QOAV no âmbito do Comando da Aeronáutica.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência subdelegada pelo inciso I, do art. 5º, da Portaria nº 49/SEM/COMGEP, de 29 de junho de 2006 e o que consta da Portaria nº 651/GC1, de 21 SET 2007, resolve:

Reverter ao Quadro de Oficiais Aviadores do Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, os militares abaixo relacionados, de acordo com o art. 86, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, a contar da data de desligamento das OM as quais estão adidos, por terem sido dispensados, de ficar à disposição da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC):

Cel Av NELSON KEIICHIRO URYU

(Nr Ord 0654523)

Ten Cel Av JANDRISSON GURGEL DO AMARAL JUNIOR

(Nr Ord 1364243)

PORTARIA DIRAP Nº 4.827/2PM2, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007.

Reverte militares do QSS no âmbito do Comando da Aeronáutica.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência subdelegada pelo inciso I, do art. 5º, da Portaria nº 49/SEM/COMGEP, de 29 de junho de 2006 e o que consta da Portaria nº 651/GC1, de 21 SET 2007, resolve:

Reverter ao Quadro de Suboficiais e Sargentos Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, os militares abaixo relacionados, de acordo com o art. 86, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, a contar da data de desligamento das OM as quais estão adidos, por terem sido dispensados, de ficar à disposição da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC):

SO BMA (QSS) JOSÉ HONORATO DA SILVA

(Nr Ord 1072757)

SO SAD (QSS) JOSÉ RAMOS MARTINHO

(Nr Ord 1540955)

PORTARIA DIRAP Nº 4.831/2PM2, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007.

Reverte militar do QSS no âmbito do Comando da Aeronáutica.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência subdelegada pelo inciso I, do art. 5º, da Portaria nº 49/SEM/COMGEP, de 29 de junho de 2006, e o que consta da Portaria nº 173/GC1, de 16 MAR 2007, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

Reverter ao Quadro de Suboficiais e Sargentos do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, o 2S SGS (QSS) PAULO GLADIMIR ZUSE (Nr Ord 2519470), de acordo com o art. 86, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, a contar de 30 SET 2007, por término na participação da segurança dos XV Jogos Pan-Americanos 2007, na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

Maj Brig Ar WHITNEY LACERDA DE FREITAS
Dir da DIRAP

8 - FALECIMENTO

Em 21 set. 2007 - Ten Cel Refm JACY LOPES CAMARA, Nr Ord 0033898, vinculado a BAAN (Rd nº 97/SIP, de 24 set. 2007 - BAAN);

Em 20 ago. 2007 - Ten Cel Refm OSWALDO GUIMARÃES NETTO, Nr Ord 0410322, vinculado a BANT (Rd nº 93/EPINAT, de 05 set. 2007 - BANT);

Em 08 set. 2007 - 1º Ten Refm FRANCISCO DAS CHAGAS FONTENELLE FEIJÓ, Nr Ord 0366404, adido ao COMAR 1 (Rd nº 705/SIP-1, de 18 set. 2007 - EMCOMAR 1);

Em 05 set. 2007 - SO Refm ALCIDES ALVES BRANCO MARQUES, Nr Ord 0927805, adido ao COMAR 5 (Rd nº 288/SIP-5, de 24 set. 2007 - COMAR 5);

Em 18 abr. 2007 - 2S Refm JOÃO JOSÉ PINTO, Nr Ord 8011060, vinculado ao CIAAR (Rd nº 106/SIPM, de 17 set. 2007 - CIAAR);

Em 28 jul. 2007 - TM Refm MARIO BERNARDES, Nr Ord 0181471, vinculado a BASV (Rd nº 201/EP2D, de 21 set. 2007 - BASV).

(Item 1061/3RC/2007)

9 - REQUERIMENTO - DESPACHO

Nos requerimentos em que os peticionários abaixo relacionados solicitam autorização para se reidentificarem pelo Sistema de Identificação de Pessoal do Comando da Aeronáutica e tendo em vista as competências delegadas pelas Portarias nº 88/2GAB/COMGEP, de 09 ago. 2001, e nº 3533/GAB, de 01 ago. 2006, o Chefe da Divisão de Registro e Controle exarou o seguinte despacho: "DEFERIDO", face ao que preceitua o art. 2º da Portaria nº 687/GC3, de 17 nov. 2000.

67220.006180/2007 - DV	-	ANDRÉ LUÍS CALUMBI MARTINS
67220.006224/2007 - DV	-	VALDEMAR CASADO LIMA FILHO
67220.006249/2007 - DV	-	HILTON CARVALHO GALVÃO
67240.007499/2007 - DV	-	PAULO LUIZ LIMA
67240.007503/2007 - DV	-	EUCLIDES ROBERTO MARIANO
67240.00755/12007 - DV	-	EZEQUIEL NOBRE DE ALMEIDA

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

67410.11218/2007 - DV - - CARLOS ALMEIDA DA LUZ

(Item 1063/4RC/2007)

10 - TRANSFERÊNCIA DE ADIÇÃO E VINCULAÇÃO

Tendo em vista o estabelecido no Capítulo 26 - Adição e Vinculação de Militares Reformados - da ICA 35-1, de 14 maio 2004, os militares infra relacionados, sejam transferidos como adidos aos Comandos Aéreos Regionais abaixo, para fins de justiça e disciplina, passando a vinculados às Unidades Pagadoras assinaladas, com vistas a percepção de proventos:

DO TERCREIRO PARA O QUARTO COMANDO AÉREO REGIONAL	ORIGEM/DESTINO
1 Ten Refm CARLOS LAURO HEIDEN, Nr Ord 0262234	PIPAR/COMAR 4
(MD nº 039/DPV, de 25 set. 2007 - PIPAR)	

SO Refm EDVALDO CAVALCANTE, Nr Ord 0700274	PIPAR/COMAR 4
(MD nº 040/DPV, de 25 set. 2007 - PIPAR)	

DO TERCEIRO PARA O SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL	
1 Ten Refm REINALDO PORTELA FILHO, Nr Ord 0635073	PIPAR/BAAN
(Rd nº 98/SIP, de 25 set. 2007 - BAAN)	

(Item 1062/3RC/2007)

CIVIL**1 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - ALTERAÇÃO**

PORTARIA DIRAP Nº 4.820/DPC, DE 3 DE OUTUBRO DE 2007.

Altera Adicional de Insalubridade a servidor civil no âmbito do Comando da Aeronáutica.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria COMGEP nº 49/5EM, de 29 de junho de 2006, no seu art. 5º, inciso XIV, alínea "b", publicada no Boletim do COMAER nº 126, de 7 de julho de 2006, resolve:

Art. 1º Alterar, a partir de 20 MAR 2007, o percentual do Adicional de Insalubridade, aos servidores abaixo relacionados, lotados no PAMA-LS, de acordo com o Laudo de Avaliação Ambiental emitido pelo Médico do Trabalho Victor do Amaral Netto, datado de 20 de março de 2007: (Processo nº 67113.002492/2006-75)

DE DEZ POR CENTO PARA VINTE POR CENTO
JORGE ROBERTO REIS OLIVEIRA, SIAPE 0207436

DE VINTE POR CENTO PARA DEZ POR CENTO
HELDER CÉSAR MÔNICO, SIAPE 0207407

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

JAIRO ROBERTO DINIZ, SIAPE 0210218
VALTAIR JOSÉ JOÃO, SIAPE 0210225

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar WHITNEY LACERDA DE FREITAS
Dir da DIRAP

2 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - SUSPENDE

PORTARIA DIRAP Nº 4.787/DPC, DE 1º DE OUTUBRO DE 2007.

Suspende Adicional de Insalubridade a servidor
civil no âmbito do Comando da Aeronáutica.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria COMGEP nº 49/5EM, de 29 de junho de 2006, no seu art. 5º, inciso XIV, alínea "b", publicada no BCA nº 126, de 7 de julho de 2006, resolve:

Art. 1º Suspende, no período de 01 a 30 OUT 2007, a concessão e o pagamento do Adicional de Insalubridade ao servidor PAULO MARTINS PAVUNA, SIAPE 0194839, lotado no GAP-RJ, em virtude do gozo da licença-prêmio por assiduidade. (MD 1798/SPC/260907-GAP-RJ)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar WHITNEY LACERDA DE FREITAS
Dir da DIRAP

3 - ESTÁGIO PROBATÓRIO - HOMOLOGA AVALIAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 4.845/DPC, DE 3 DE OUTUBRO DE 2007.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 5º, inciso XIV, alínea "e", da Portaria COMGEP nº 49/5EM, de 29 de junho de 2006, publicada no BCA nº 126, de 7 de julho de 2006, e tendo em vista o disposto no art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997 e Comunicado DIRAP nº 009/DPC/2004, publicado no BCA nº 160, de 25 de agosto de 2004, resolve:

Homologar a avaliação final de desempenho em estágio Probatório dos seguintes servidores nomeados através de concurso público e em exercício na carreira de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, considerados com aproveitamento satisfatório no desempenho do cargo durante o período de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de efetivo exercício, com lotação no Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

No cargo de Analista em C& T

NOME	PERÍODO
DELANNEY VIDAL DI MAIO JUNIOR	23/08/2004 - 23/08/2007
JOÃO FRANCISCO MAZARIOLLI	31/08/2004 - 31/08/2007
ANGELA MARIA SOARES	02/09/2004 - 02/09/2007
JOÃO JORGE SOUZA DOS SANTOS	13/09/2004 - 13/09/2007
HELDER AUGUSTUS TREVISÓ DA SILVA	20/09/2004 - 20/09/2007
MARIA ESTELA DE AQUINO BARBOSA MAGALHÃES	20/09/2004 - 20/09/2007

No cargo de Pesquisador

NOME	PERÍODO
CARLOS EDUARDO DE SOUZA	23/09/2004 - 23/09/2007
HUMBERTO ARAÚJO MACHADO	23/09/2004 - 23/09/2007
CARLOS D'ANDRADE SOUTO	24/09/2004 - 24/09/2007
CARLA SIMONE TAFURI MARQUES	27/09/2004 - 27/09/2007

No cargo de Tecnologista Junior

NOME	PERÍODO
MIGUEL ANGELO LANNA	12/08/2004 - 12/08/2007
MARCEL WATANABE	25/08/2004 - 25/08/2007
TEOFILO AUGUSTO MONTEIRO DE CASTRO AROUCA	31/08/2004 - 31/08/2007
MARCO ANTÔNIO BICHIR HABER RIZOL	02/09/2004 - 02/09/2007
LUCIANO PEREIRA DE SOUZA	03/09/2004 - 03/09/2007
CHRISTINE CORDULA DANTAS	08/09/2004 - 08/09/2007
ROBERTO ROMA DE VASCONCELLOS	13/09/2004 - 13/09/2007
DIEGO PIVOTO PALMA	14/09/2004 - 14/09/2007
MARCIO BARBOSA LUCKS	15/09/2004 - 15/09/2007
FÁBIO GABARRA BOTTER	20/09/2004 - 20/09/2007
MARIA ALICE CARVALHO MAZZEU	20/09/2004 - 20/09/2007
SILVIA APARECIDA PROENÇA	23/09/2004 - 23/09/2007
WILLIAN LIMONGE	27/09/2004 - 27/09/2007

No cargo de Técnico 1

NOME	PERÍODO
DEVANILDO DA SILVA PEREIRA	17/08/2004 - 17/08/2007
ERNESTO TAKEMA KOBAYASHI	17/08/2004 - 17/08/2007
JORGE FERNANDO SALES CONCEIÇÃO	17/08/2004 - 17/08/2007
WELLINGTON RODOLFO CASTILHO DE ALMEIDA	17/08/2004 - 17/08/2007
AUGUSTO CÉSAR GIOMO	18/08/2004 - 18/08/2007
CARLOS ALBERTO BARROCHELO	18/08/2004 - 18/08/2007
JOSENY RIBEIRO LOPES	18/08/2004 - 18/08/2007

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

GERALDINO CANDIDO GONÇALVES	19/08/2004 - 19/08/2007
ALESSANDRO CLAUDINO PEREIRA	23/08/2004 - 23/08/2007
MAIRA DOS SANTOS FERREIRA	23/08/2004 - 23/08/2007
VITOR BASTOS NEVES	23/08/2004 - 23/08/2007
FELIPE STREINTERBERG IVO	24/08/2004 - 24/08/2007
PEDRO SÉRGIO DE OLIVEIRA	24/08/2004 - 24/08/2007
GRASIELE OLIVEIRA ALVES CARDOSO	25/08/2004 - 25/08/2007
KLAIFER GARCIA	25/08/2004 - 25/08/2007
CLAYTON LUIZ MENDES MACIEL	26/08/2004 - 26/08/2007
SIMONE VALÉRIA REIS	31/08/2004 - 31/08/2007
WASHINGTON LUIZ RANA RODRIGUES	31/08/2004 - 31/08/2007
EZEQUIEL GUIMARÃES RODRIGUES	01/09/2004 - 01/09/2007
CARLOS ALBERTO ARAÚJO FERRAZ	02/09/2004 - 02/09/2007
JOSÉ EDUARDO LAURINDO	02/09/2004 - 02/09/2007
MARCO ANTÔNIO SOARES CABRAL	02/09/2004 - 02/09/2007
SANDRO OLIVEIRA MACHADO	02/09/2004 - 02/09/2007
VAGNER PEDRO DA SILVA RAMALHO	02/09/2004 - 02/09/2007
SANTIAGO RICCO PAVÃO	03/09/2004 - 03/09/2007
FÁBIO JOSÉ DE MATOS	08/09/2004 - 08/09/2007
FILIPE FURLAN BELLOTTI	08/09/2004 - 08/09/2007
CARLOS ROBERTO MARIANO DE OLIVEIRA	10/09/2004 - 10/09/2007
ANDRÉ NEVES DE ALMEIDA PRADO	13/09/2004 - 13/09/2007
EMERSON TAKAU	13/09/2004 - 13/09/2007
GIOVANNI CORREIA SIMÕES	13/09/2004 - 13/09/2007
MATHEUS DA SILVA TOSETTO	20/09/2004 - 20/09/2007
THIAGO NEVES DA SILVA	20/09/2004 - 20/09/2007
GEOVANI BIAZZI DE OLIVEIRA	23/09/2004 - 23/09/2007
MIGUEL BELASCO JUNIOR	29/09/2004 - 29/09/2007

Maj Brig Ar WHITNEY LACERDA DE FREITAS
Dir da DIRAP

4 - FUNÇÃO GRATIFICADA - SUSPENSÃO

PORTARIA DIRAP Nº 4.798/DPC, DE 2 DE OUTUBRO DE 2007.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 3º, inciso II, da Portaria nº 049/5EM, de 29 de junho de 2006, publicada no BCA nº 126, de 7 de julho de 2006, e o que consta na Instrução Normativa MARE nº 4, de 3 de maio de 1994, resolve:

Suspender a concessão e o pagamento da Função Gratificada, código FGR-3, da servidora CRISTINA MARIA REIS DE SÁ, Arquiteto, código 444002, classe “S”, padrão III, NS, SIAPE nº 0194862, no período de 15 de outubro de 2007 a 13 de novembro de 2007, em virtude de gozo de Licença - Prêmio por Assiduidade. (MD nº 1799/SPC/26.09.2007 - GAP-RJ).

Maj Brig Ar WHITNEY LACERDA DE FREITAS
Dir da DIRAP

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

5 - PROGRESSÃO HORIZONTAL

PORTARIA DIRAP Nº 4.835/DPC, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007.

Progressão Horizontal de servidores civis no âmbito do Comando da Aeronáutica.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, tendo em vista o art. 3º, inciso III da Portaria COMGEP nº 49/SEM, de 29 de junho de 2006, publicada no BCA nº 126, de 7 de julho de 2006, o § 5º do art. 72, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 e o § 3º do art. 145, da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal, de acordo com o art. 2º, combinado com o art. 4º do Decreto 84669/80, a partir de 1º de setembro de 2006, aos servidores do Quadro Permanente, conforme relação abaixo:

PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

SIAPÉ	Psicólogo - Código 480/203	
	Classe “A”, do padrão I, para o Padrão II - NS	
1484435	MARINA MIRANDA LERY SANTOS	UNIFA/ECEMAR
SIAPÉ	Nutricionista - Código 480/228	
	Classe “A”, do Padrão I, para o Padrão II - NS	
1484007	MARCIA ANDRADE BERNARDINO	AFA
SIAPÉ	Enfermeiro - Código 480/103	
	Classe “A”, do Padrão I, para o Padrão II - NS	
1494497	SANDRA REGINA DA SILVA SANTOS	AFA
SIAPÉ	Odontólogo - Código 480/164	
	Classe “A”, do Padrão I, para o Padrão II - NS	
1495294	GRAZZIELA CAMARGO BRANDT	PAMASP
1482778	MARY JANE CAVALCANTE DE SOUZA	CLA

Art. 2º Conceder Progressão Horizontal, de acordo com o art. 2º, combinado com o art. 4º do Decreto 84669/80, a partir de 1º de março de 2007, aos servidores do Quadro Permanente, conforme relação abaixo:

PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

SIAPÉ	Enfermeiro - Código 480/103	
	Classe “A”, do padrão I, para o Padrão II - NS	
1487569	GERUSA LUCAS D'ANUNCIACÃO	HFAG

Art. 3º Conceder Progressão Horizontal, de acordo com o art. 2º, combinado com o art. 4º do Decreto 84669/80, a partir de 1º de setembro de 2007, aos servidores do Quadro Permanente, conforme relação abaixo:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

CARREIRA DOS CARGOS DE TECNOLOGIA MILITAR

SIAPE	Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia - Código 444/019 Classe “S”, do padrão II, para o Padrão III - NI	
0207999	ALCEBIADES FERREIRA LIMA	PAMB
SIAPE	Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia - Código 444/019 Classe “C”, do padrão IV, para o Padrão V - NI	
0212971	FERNANDO LIMA CRUZ	BANT
SIAPE	Artífice de Mecânica - Código 444/020 Classe “S”, do padrão I, para o Padrão II - NI	
0660083	GERALDO PEREIRA	CINDACTA 3
0190575	SEBASTIÃO LEAL PARENTES	COMARA
SIAPE	Artífice de Mecânica - Código 444/020 Classe “C”, do padrão V, para o Padrão VI - NI	
0207457	PAULO ADILSON DE OLIVEIRA	PAMALS
SIAPE	Artífice de Eletricidade e Comunicações - Código 444/018 Classe “S”, do padrão I, para o Padrão II - NI	
0210311	JURANDIR SANTOS DE JESUS	BAGL
SIAPE	Artífice de Carpintaria e Marcenaria - Código 444/017 Classe “S”, do padrão II, para o Padrão III - NI	
0212972	NILSON DA CONCEIÇÃO GOMES	PAMB
SIAPE	Artífice de Carpintaria e Marcenaria - Código 444/017 Classe “S”, do padrão I, para o Padrão II - NI	
0213942	IDUVAL RAMOS DO AMARAL	COMARA
SIAPE	Artífice de Aeronáutica - Código 444/015 Classe “S”, do Padrão I, para o Padrão II - NI	
0212376	CLÁUDIO PEREIRA	BAGL
0212905	JOEL RODRIGUES DE ARAÚJO	PAMB
SIAPE	Artífice de Aeronáutica - Código 444/015 Classe “C”, do Padrão V, para o Padrão VI - NI	
0208402	MANOEL CANDIDO MOREIRA FILHO	PAMASP
SIAPE	Artífice de Aeronáutica - Código 444/015 Classe “C”, do Padrão IV, para o Padrão V - NI	
0210225	VALTAIR JOSÉ JOÃO	PAMALS
SIAPE	Engenheiro de Tecnologia Militar - Código 610/001 Classe “S”, do Padrão II, para o Padrão III - NS	
0193547	MARIA ZULEIDE ALVES	BANT
SIAPE	Técnico de Laboratório - Código 444/028 Classe “C”, do Padrão V, para o Padrão VI - NI	
0212732	GENI GLAUCIA SOARES DA SILVA	LAQFA
SIAPE	Técnico de Laboratório - Código 444/028 Classe “C”, do Padrão IV, para o Padrão V - NI	
0212382	MARIA INÊS DA SILVA	LAQFA
SIAPE	Técnico de Laboratório - Código 444/028 Classe “C”, do Padrão II, para o Padrão III - NI	
0212496	MIRIAN RIBEIRO	LAQFA

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

0212987	SANDRA HELENA MENDES SILVA	LAQFA
SIAPE	Auxiliar de Laboratório - Código 444/042 Classe “S”, do Padrão II, para o Padrão III - NA	
0211891	JORGIETE MENEZES DA SILVA	LAQFA
SIAPE	Auxiliar de Laboratório - Código 444/042 Classe “S”, do Padrão I, para o Padrão II - NA	
0212717	ELISETE ROSA DE SOUZA	LAQFA
SIAPE	Agente de Serviços de Engenharia - Código 444/012 Classe “S”, do Padrão II, para o Padrão III - NI	
0214022	ANASTÁCIO DA SILVA NORONHA	COMARA

PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

SIAPE	Artífice de Eletricidade e Comunicações - Código 481/056 Classe “S”, do padrão II, para o Padrão III - NI	
0210451	GENELÍCIO DA SILVA NEVES	CGABEG
SIAPE	Artífice de Eletricidade e Comunicações - Código 481/056 Classe “S”, do padrão I, para o Padrão II - NI	
0212591	MARCUS VINICIO JACOB	HCA
SIAPE	Artífice de Carpintaria e Marcenaria - Código 481/054 Classe “C”, do padrão IV, para o Padrão V - NI	
0211985	JERONIMO FRANCISCO DE SOUZA	HCA
SIAPE	Artífice de Artes Gráficas - Código 481/053 Classe “S”, do padrão I, para o Padrão II - NI	
0205199	JOÃO SOUZA NERY	HCA
SIAPE	Artífice de Confecções de Roupas e Uniformes - Código 481/0 Classe “C”, do padrão IV, para o Padrão V - NI	
0210558	REGINA LUCIA DA SILVA VEIGA	CGABEG
SIAPE	Agente Administrativo - Código 481/004 Classe “C”, do Padrão V, para o Padrão VI - NI	
1050700	PRENTICE MEDEIROS DE ALBUQUERQUE FILHO	CINDACTA 3
SIAPE	Agente Administrativo - Código 481/004 Classe “C”, do Padrão IV, para o Padrão V - NI	
1057083	IARA RAMOS ANUNCIAÇÃO	CEMAL

SIAPE	Agente Administrativo - Código 481/004 Classe “C”, do Padrão III, para o Padrão IV - NI	
1054868	PAULA DOS SANTOS ALVES	CGABEG
SIAPE	Datilógrafo - Código 481/175 Classe “S”, do Padrão II, para o Padrão III - NI	
0210829	ANA LUCIA BRAGA MIRAGLIA	CGABEG
SIAPE	Datilógrafo - Código 481/175 Classe “S”, do Padrão I, para o Padrão II - NI	
0197822	JOSÉ ANTÔNIO PIO E SILVA	CINDACTA 3

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

SIAPE	Médico - Código 480/151 Classe “B”, do Padrão IV, para o Padrão V - NS	
1278755	CARLA EDEL	HCA
SIAPE	Médico - Código 480/151 Classe “A”, do Padrão I, para o Padrão II - NS	
1508086	DENISE DO SOCORRO BAIA DE CASTRO	HABE
SIAPE	Enfermeiro - Código 480/103 Classe “A”, do Padrão II, para o Padrão III - NS	
1483976	PATRÍCIA BUARQUE DE MACEDO VALENTE	HCA
1494644	REGINA CELIA RIBEIRO BASTOS	HABE
1494497	SANDRA REGINA DA SILVA SANTOS	AFA
SIAPE	Enfermeiro - Código 480/103 Classe “A”, do Padrão I, para o Padrão II - NS	
1508777	FRANCISCO ANDERSON SILVA	HABE
SIAPE	Nutricionista - Código 480/228 Classe “S”, do Padrão II, para o Padrão III - NS	
0205193	MARIA CRISTINA CANTARINO GOMES	HCA
SIAPE	Nutricionista - Código 480/228 Classe “A”, do Padrão II, para o Padrão III - NS	
1484007	MARCIA ANDRADE BERNARDINO	AFA
SIAPE	Psicólogo - Código 480/203 Classe “A”, do padrão II, para o Padrão III - NS	
1484435	MARINA MIRANDA LERY SANTOS	UNIFA/ECEMAR
SIAPE	Químico - Código 480/204 Classe “A”, do Padrão II, para o Padrão III - NS	
1495344	DAMIANA CLAUDIA NUNES LOPES DA SILVA	LAQFA
SIAPE	Odontólogo - Código 480/164 Classe “A”, do Padrão II, para o Padrão III - NS	
1495294	GRAZZIELA CAMARGO BRANDT	PAMASP
1482778	MARY JANE CAVALCANTE DE SOUZA	CLA
SIAPE	Contador - Código 480/087 Classe “S”, do Padrão II, para o Padrão III - NS	
0216190	CLETO VALDIR LINZMEIER	HCA
SIAPE	Assistente Social - Código 480/061 Classe “A”, do Padrão II, para o Padrão III - NS	
1490021	FLÁVIA LUIZA DA SILVA CONCEIÇÃO	CEMAL
SIAPE	Auxiliar de Enfermagem - Código 481/110 Classe “B”, do Padrão II, para o Padrão III - NI	
1249280	MARIA LÚCIA FREIRE CAMPOS	HCA
SIAPE	Técnico de Laboratório - Código 481/337 Classe “A”, do Padrão II, para o Padrão III - NI	
1492741	DANIELE LIMA MACHADO	HCA
1482503	DANIELLE SOARES DA SILVA	HASP
1487038	SANDRA HELENA OLIVEIRA LOBO	HABE
SIAPE	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - Código 481/138 Classe “S”, do Padrão I, para o Padrão II - NI	
0212409	MARIA DA PIEDADE NEVES DOS SANTOS	LAQFA

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

SIAPE	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - Código 482/079 Classe “S”, do Padrão II, para o Padrão III - NA	
0211539	ANA LÚCIA ALVES DOS SANTOS	CGABEG
0190554	ANTÔNIO NUNES DA SILVA	COMARA
0198190	ANTÔNIO ROBERTO LOPES DE BARROS	HABE
0208004	CARLOS LUIZ DE SOUZA	PAMB
0210413	CELSON RENATO MOURA	CGABEG
0213997	FRANCISCO CHAGAS BEZERRA	COMARA
0193971	FRANCISCO PIRES DE MEDEIROS	BAGL
0211758	JAIR DUARTE BARBOSA	LAQFA
0206906	JORGE ALVES DOS SANTOS SILVA	COMARA
0211337	SHEILA SANT’ANNA LOPES	CGABEG
SIAPE	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - Código 482/079 Classe “S”, do Padrão I, para o Padrão II - NA	
0210879	ANA CRISTINA DE SOUZA BITTENCOURT	CGABEG
0213929	JOSÉ LUIZ DE SOUZA	CINTACTA 3
0190531	JOSÉ MARIA GOMES DE LIMA	COMARA
0205250	JOSÉ SANTIAGO DE SOUZA	HCA
0205286	MAURIN DE SOUZA	HCA
SIAPE	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - Código 482/079 Classe “C”, do Padrão V, para o Padrão VI - NA	
0192750	ABENALDO PEREIRA DA SILVA	BARF
SIAPE	Telefonista - Código 481/390 Classe “S”, do Padrão I para o Padrão II - NI	
0198973	LIDIA RODRIGUES BARCELLOS	BAGL
SIAPE	Telefonista - Código 481/390 Classe “C”, do Padrão V para o Padrão VI - NI	
0211753	MARCELINA PEREIRA SOARES	CGABEG
SIAPE	Motorista Oficial - Código 481/262 Classe “S”, do Padrão II para o Padrão III - NI	
0210982	ARNALDO DA PAIXÃO CABRAL	LAQFA
SIAPE	Motorista Oficial - Código 481/262 Classe “S”, do Padrão I para o Padrão II - NI	
0190640	BENEDITO DA SILVA SOUZA	HABE

SIAPE	Motorista Oficial - Código 481/262 Classe “C”, do Padrão V para o Padrão VI - NI	
0190732	MARIO PEREIRA GOMES FILHO	COMARA
SIAPE	Agente de Portaria - Código 481/026 Classe “C”, do Padrão IV para o Padrão V - NI	
0212451	EDSON FELIX DA SILVA	CEMAL
0205479	MARCOS ANDRÉ DA SILVA	HAAF

Art. 4º Conceder Progressão Vertical, de acordo com o art. 2º, combinado com o art. 4º e art. 25 do Decreto 84.669/80, a partir de 1º de setembro de 2007, à servidora MARIA TANIA DOS SANTOS DO NASCIMENTO, SIAPE 0212433, do Quadro Permanente, Laboratorista, código 444/024, da Classe “B”, Padrão I, para a Classe “C”, Padrão II, lotada no Laboratório Químico e Farmacêutico da Aeronáutica.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar WHITNEY LACERDA DE FREITAS
Dir da DIRAP

6 - AFASTAMENTO COMPULSÓRIO

ZUILA DE PAULA RODRIGUES SOUSA, matrícula SIAPE nº 0191405, no cargo de Agente Administrativo, afastada compulsoriamente, a contar de 15 de setembro de 2007, nos termos do art. 187 da Lei nº 8.112/90, por haver completado 70 (setenta) anos de idade em 14 de setembro de 2007 (Ref. Proc nº 67221.005854/2007-DV).

(Item 14/3PC/2007)

7 - FALECIMENTO

Falecimento de servidores inativos, conforme relação abaixo:

ABDIAS SOBRAL DA SILVA	RD1079/SERINT-2/050907	SERINT-2	04/08/2007
ANTÔNIO DIAS DE MORAES	RD061/SERINT-7/270807	COMAR 7	15/05/2007
ARACY AUXILIADORA NOGUEIRA ALVES	RD797/SDP/050907	EEAR	01/07/2007
BRENO JOSÉ AROXA MARQUES	RD994/SERINT-2/270807	SERINT-2	22/06/2007
CID VIANA BARRETO	RD1077/SERINT-2/050907	SERINT-2	22/07/2007
EDSON JOSÉ DE LIMA	RD1040/SERINT-2/290807	SERINT-2	30/07/2007
EDSON JOSÉ DE LIMA	RD/SERINT-2/290807	SERINT-2	30/07/2007
JANDYRA SAMY SILVA	RD 21/ARPC/250907	CINDACTA 2	24/09/2007
JOSÉ ANATOLIO DA SILVEIRA	RD797/SDP/050907	EEAR	15/07/2007
JOSÉ BENTO MONTEIRO	RD1015/SERINT-2/230807	SERINT-2	26/04/2007
JOSÉ CIRILO MARTINS BENTO	RD06/SIPC/200907	CIAAR	10/09/2007
JOSÉ MARQUE	RD797/SDP/050907	EEAR	01/08/2007
JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA	RD1040/SERINT-2/290807	SERINT-2	12/08/2007
MIGUEL DE OLIVEIRA CAMPOS	RD993/SERINT-2/270807	SERINT-2	22/04/2007
NOEMIA DE SANTA RITA CATHARINO	RD49/SPC/060907	BASV	24/08/2007
RUBEM CUREAU	RD268/SIP-5/040907	COMAR 5	30/04/2007
SEBASTIÃO PEREIRA DE FREITAS	RD 061/SERINT-7/270807	COMAR 7	03/08/2007
WALTER DE OLIVEIRA GRAVE	RD49/SPC/060907	BASV	09/07/2007
WILSON MOYA JUNIOR	RD797/SDP/050907	EEAR	23/07/2007

(Item 85/4PC/2007)

8 - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso XIV, alínea "c", item 2 da Portaria COMGEP nº 49/SEM, de 29 JUN 2006, publicada no Boletim do COMAER nº 126, de 07 JUL 2006, DEFIRO a licença por motivo de doença em pessoa da família, prevista no art. 83 da Lei nº

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

8112/90, alterada pela Lei nº 9527/97, ao servidor JOÃO FREDERICO FERREIRA DA SILVA, SIAPE 209339, lotado no IFI, por 30 (trinta) dias, a contar de 18 JUN 2007 e por 18 (dezoito) dias, a contar de 18 JUL 2007, tendo em vista o parecer da Junta Regular de Saúde do GIA-SJ. (Processo nº 67770.001790/2007-85)

(Item 82/5PC/2007)

Em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso XIV, alínea "c", item 2 da Portaria COMGEP nº 49/SEM, de 29 JUN 2006, publicada no Boletim do COMAER nº 126, de 07 JUL 2006, DEFIRO a licença por motivo de doença em pessoa da família, prevista no art. 83 da Lei nº 8112/90, alterada pela Lei nº 9527/97, a servidora ELAINE NUCI DO ESPÍRITO SANTO, SIAPE 1067653, lotada no ITA, por 06 (seis) dias, a contar de 30 MAIO 2007, tendo em vista o parecer da Junta Regular de Saúde do GIA-SJ. (Processo nº 67750.002359/2007-77)

(Item 83/5PC/2007)

9 - REQUERIMENTO - DESPACHO

No requerimento em que a inativa AUGUSTA MARTINS DA COSTA, matrícula SIAPE nº 201714, requer enquadramento para os benefícios da MP nº 295/06, convertida na Lei nº 11.344/06, foi exarado o seguinte despacho: AVOCO PARA INDEFERIR: tendo em vista a inativa não atender aos requisitos necessários para o enquadramento, conforme disposto nos art. 15 e 16, da MP nº 295/06, convertida na Lei nº 11.344/06 (Processo nº 67422.012568/2007-68).

(Item 86/4PC/2007)

No requerimento em que a inativa ARMINDA GASS, matrícula SIAPE nº 1190778, requer a concessão da Gratificação de Incentivo à Docência (GID) e Gratificação Específica de Atividade Docente (GEAD), foi exarado o seguinte despacho: DEFERIDO: tendo em vista o disposto na Portaria DIRAP nº 2.784/4PC, de 11 de setembro de 2002, publicada no BCA nº 78, de 18 de setembro de 2002, e art. 11, 12 e 13, da Lei nº 10.971/04 (Processo nº 67113.004670/2007-83).

(Item 83/4PC/2007)

No requerimento em que a inativa NEUZA NASSIF, matrícula SIAPE nº 207341, requer a concessão da Gratificação de Incentivo à Docência (GID) e Gratificação Específica de Atividade Docente (GEAD), foi exarado o seguinte despacho: DEFERIDO: tendo em vista o disposto na Portaria DIRAP nº 2.784/4PC, de 11 de setembro de 2002, publicada no BCA nº 78, de 18 de setembro de 2002, e art. 11, 12 e 13, da Lei nº 10.971/04 (Processo nº 67113.004633/2007-75).

(Item 82/4PC/2007)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

No requerimento em que a inativa ZILDA MACHADO DE OLIVEIRA, matrícula SIAPE nº 207342, requer a concessão da Gratificação de Incentivo à Docência (GID) e Gratificação Específica de Atividade Docente (GEAD), foi exarado o seguinte despacho: DEFERIDO: tendo em vista o disposto na Portaria DIRAP nº 2.784/4PC, de 11 de setembro de 2002, publicada no BCA nº 78, de 18 de setembro de 2002, e art. 11, 12 e 13, da Lei nº 10.971/04 (Processo nº 67113.004631/2007-86).

(Item 84/4PC/2007)

10 - PORTARIA - RETIFICAÇÃO

Na Portaria DIRAP nº 4488/DPC, de 14 de setembro de 2007, publicada no BCA nº 182 de 21 de setembro de 2007, referente a Remoção do servidor EMMANUEL ANTÔNIO DOS SANTOS, **onde se lê:** "...matrícula SIAPE nº 1...", **leia-se:** "... matrícula SIAPE nº 0188727...".

(Item 57/1PC/2007)

SEÇÃO II - DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA

(Sem alteração)

SEÇÃO III - DIRETORIA DE INTENDÊNCIA

(Sem alteração)

SEÇÃO IV - DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO

1 - PORTARIA - RETIFICAÇÃO

PORTARIA DIRMAB Nº 150/DIR, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

O DIRETOR DA DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no art. 67 c/c o art. 73 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação que lhe foi dada pela Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994, resolve:

Art. 1º Retificar, conforme solicitação da mensagem FAX nº 89/APOC/PAMAAF, de 09 Set 07, a Portaria DIRMAB nº 87/DIR, de 23 de agosto de 2007, publicada no BCA nº 167, de 30 de agosto de 2007, da seguinte forma:

Onde se lê: ...“referente ao Contrato nº 16/CABW/07, firmado entre a COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON e a Empresa EUROCOPTER, cujo objeto é

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

a inspeção nível "G", modificação do painel de instrumentos e da cor do revestimento do interior da aeronave Eurocopter modelo AS332, S/N 2333, modelo FAB VH-34, matrícula 8740."

Leia-se: ...“referente ao Contrato nº 16/CABW/07, firmado entre a COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON e a Empresa HELICÓPTEROS DO BRASIL S/A, cujo objeto é a inspeção nível "G", modificação do painel de instrumentos e da cor do revestimento do interior da aeronave Eurocopter modelo AS332, S/N 2333, modelo FAB VH-34, matrícula 8740.”

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica.

Maj Brig Ar HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR
Diretor da DIRMAB

2 - DESIGNAÇÃO

PORTARIA DIRMAB Nº 151/DIR, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

O DIRETOR DA DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no art. 67 c/c o Art 73 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação que lhe foi dada pela Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994, resolve:

Art. 1º Designar a contar de 1º de setembro de 2007, conforme solicitação da mensagem FAX nº 112/SIL/07/SILOMS, de 31 Ago 07, a 1º Ten QCOA DANIELE BELMONTE BARBOSA, em substituição à 1º Ten QCOA O&M STEFANIA MARIA TEIXEIRA, na função de secretária da Comissão de Fiscalização e Recebimento de Material/Serviço do Contrato nº 10/PAMAGL/05, firmado com a Empresa EN-SOF CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA, cujo objeto é a Prestação de Serviço continuado em tecnologia da informação para realização de manutenções corretivas, evolutivas e adaptativas no aplicativo, nos processos e na documentação do Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços - SILOMS, relativos ao Módulo de Manutenção, passando a referida comissão a possuir a seguinte configuração:

POSTO	NOME	FUNÇÃO
Ten Cel Eng R/1	JORGE SALVADOR SARRO	Presidente
1º Ten Esp Sup Tec	MARCOS CHEREM PESSOA	Membro
1º Ten QCOA ANS	DANIELE BELMONTE BARBOSA	Secretária

Art. 2º A Comissão terá as seguintes atribuições:

1 - Acompanhar a execução do Contrato.

2 - Fiscalizar a execução do Contrato.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

3 - Receber o objeto do Contrato depois de realizar análise quantitativa e qualitativa, mediante emissão de correspondente termo de recebimento, bem como certificação dos títulos de crédito emitidos pela empresa CONTRATADA.

4 - Cumprir com os procedimentos previstos na ICA 65-8, que trata do Acompanhamento e Fiscalização de Contratos e do Recebimento de Materiais e Serviços.

Art. 3º A Comissão manterá a sua constituição até que cessem todas as obrigações contratuais da Contratante e da Contratada, o que deverá coincidir com o término da vigência e correspondente encerramento do Contrato.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica.

Art. 5º Os casos não previstos serão resolvidos pelo Diretor da Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico.

Maj Brig Ar HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR
Diretor da DIRMAB

3 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO RECEBIMENTO E ENTREGA - CONSTITUI

PORTARIA DIRMAB Nº 152/DIR, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

Constitui Comissão de Acompanhamento e Fiscalização Recebimento e Entrega - COMFIREM, do Termo de Cessão Temporária de Uso nº 01/DIRMAB/07, a ser firmado entre o Comando da Aeronáutica e o Estado do Mato Grosso do Sul.

O DIRETOR DA DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no art. 67 c/c com o Art 73 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação que lhe foi dada pela Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994, resolve:

Art. 1º Designar de acordo com a Portaria Nº 654-T/GC4/COMAER, de 21 de setembro de 2007, e mensagem FAX Nº 91/APOC/2007/PAMAAF, os militares abaixo todos do efetivo do PAMAAF, para sob a presidência do primeiro comporem uma Comissão de Fiscalização e Recebimento de Material/Serviço do Termo de Cessão Temporária de Uso nº 01/DIRMAB/07- (PAG 67110.007134/2007-60), a ser firmado entre o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e o Comando da Aeronáutica, cujo objeto é a Cessão Temporária de Uso de duas aeronaves C-95, com transferência gratuita de posse ao Governo do Mato Grosso do Sul, para sua utilização em ações afetas à Segurança Pública.

POSTO
Ten Cel Av

NOME
CLÁUDIO HENRIQUE LIMA

FUNÇÃO
Presidente

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

Ten Cel Av	FERNANDO JOSÉ LOUREIRO COLNAGO	Membro
1º Ten Eng	IZABELLE ALICE SANTOS PESSANHA SOARES	Membro
1º Ten Int	ULISSES CRUZ DA COSTA	Membro
1º Ten QOEA Com	JÚLIO CÉSAR DE AZEVEDO CARVALHO	Membro
2º Ten QOEA Anv	LUIZ BAETA MARTINS	Membro
SO BMA	NEIO LÚCIO MOREIRA	Membro
SO BMA	ANDERSON DE OLIVEIRA	Membro
1S BET	JEAN CARLOS ALVES COSTA	Membro
1S BET	MAURICIO LUCAS DE SANT'ANNA	Membro

Art. 2º A Comissão deverá Cumprir com os procedimentos previstos no Termo de Cessão Temporário de Uso nº 001/DIRMAB/2007 e no que for aplicável na ICA 65-8, que trata do Acompanhamento e Fiscalização de Contratos e do Recebimento de Materiais e Serviços.

Art. 3º A Comissão manterá a sua constituição até que cessem todas as obrigações, o que deverá coincidir com o término do correspondente Termo da Cessão Temporária de Uso.

Art. 4º A COMFIREM estará subordinada à DIRMAB para todos os fins.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica.

Art. 6º Os casos não previstos serão resolvidos pelo Diretor da Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico.

Maj Brig Ar HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR
Diretor da DIRMAB

4 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO E RECEBIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS - CONSTITUI

PORTARIA DIRMAB Nº 153/DIR, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

Constitui Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Contrato e Recebimento de Material e Serviços - COMFIREM/S, do Contrato nº 18/CABW/07, firmado entre a Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington - CABW e a Empresa ECC LEASING COMPANY.

O DIRETOR DA DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no art. 67 c/c o art. 73 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação que lhe foi dada pela Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994, resolve:

Art. 1º Designar a contar de 1º de outubro de 2007, de acordo com a mensagem FAX 840/TTEC/1203 - PAMAAF, de 28 de setembro de 2007, os militares abaixo relacionados todos do

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

efetivo do PAMAAF, para comporem a Comissão de Fiscalização e Recebimento de Material/Serviço do Contrato nº 18/CABW/07, firmado entre a COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA em WASHINGTON - CABW e a Empresa ECC LEASING COMPANY, cujo objeto é a aquisição de 02 (duas) aeronaves EMB-120ER - (VC-97 2018 e VC-97 2019).

POSTO/GRAD.	NOME	FUNÇÃO
Ten Cel Av	FERNANDO JOSÉ LOUREIRO COLNAGO	Presidente
SO BMA	MARCOS EVANGELISTA FARIA DOS SANTOS	Membro
SO BEI	CARLOS JOSÉ CAMILETTI PIN	Membro

Art 2º A Comissão terá as seguintes atribuições:

1 - Acompanhar a execução do Contrato.

2 - Fiscalizar a execução do Contrato.

3 - Receber o objeto do Contrato depois de realizar análise quantitativa e qualitativa, mediante emissão de correspondente termo de recebimento, bem como certificação dos títulos de crédito emitidos pela empresa CONTRATADA.

4 - Cumprir com os procedimentos previstos na ICA 65-8, que trata do Acompanhamento e Fiscalização de Contratos e do Recebimento de Materiais e Serviços.

Art 3º A Comissão manterá a sua constituição até que cessem todas as obrigações contratuais da Contratante e da Contratada, o que deverá coincidir com o término da vigência e correspondente encerramento do Contrato.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica.

Art 5º Os casos não previstos serão resolvidos pelo Diretor da Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico.

Maj Brig Ar HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR
Diretor da DIRMAB

SECÃO V - DIRETORIA DE SAÚDE
(Sem alteração)

SEXTA PARTE

ATOS DAS DEMAIS AUTORIDADES

SECÃO I - DEMAIS MINISTÉRIOS
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 196, de 11 OUT 2007)

SEÇÃO II - SECRETARIAS DE ESTADO

(Sem alteração)

SEÇÃO III - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

(Sem alteração)

SEÇÃO IV - SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

(Sem alteração)

SEÇÃO V - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

(Sem alteração)

SEÇÃO VI - COMANDOS DA MARINHA E DO EXÉRCITO

(Sem alteração)

SEÇÃO VII - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

(Sem alteração)

**DAVID DE ANDRADE TEIXEIRA Cel Int
Ch do CENDOC**

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ADMISSÃO E SELEÇÃO

IE/EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS EXAMES DE
ADMISSÃO AOS CAMAR/CADAR/CAFAR DO ANO
DE 2008**

2007

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA**



ADMISSÃO E SELEÇÃO

IE/EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS EXAMES DE
ADMISSÃO AOS CAMAR/CADAR/CAFAR DO ANO
DE 2008**

2007



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

PORTARIA DEPENDS Nº 230-T/DE-2, DE 2 DE OUTUBRO DE 2007.

Aprova as Instruções Específicas para os Exames de Admissão aos Cursos de Adaptação de Médicos, Dentistas e Farmacêuticos da Aeronáutica do ano de 2008 (IE/EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 2º das Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º de março de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para os Exames de Admissão aos Cursos de Adaptação de Médicos, Dentistas e Farmacêuticos da Aeronáutica do ano de 2008.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se a Portaria DEPENDS nº 173/DE-2 e a Portaria DEPENDS nº 174-T/DE-2, ambas de 29 de agosto de 2006, e demais disposições em contrário.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENDS

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O OS EXAMES DE ADMISSÃO AOS CURSOS DE
ADAPTAÇÃO DE MÉDICOS, DENTISTAS E FARMACÊUTICOS DA AERONÁUTICA DO
ANO DE 2008 (IE/EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008)**

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1 <u>FINALIDADE</u>	7
1.2 <u>AMPARO NORMATIVO</u>	7
1.3 <u>ÂMBITO</u>	7
1.4 <u>DIVULGAÇÃO</u>	7
1.5 <u>RESPONSABILIDADE</u>	8
1.6 <u>ANEXOS</u>	8
2 OBJETO DO EXAME DE ADMISSÃO	8
2.1 <u>PÚBLICO ALVO</u>	8
2.2 <u>QUADROS DE OFICIAIS MÉDICOS, DE OFICIAIS DENTISTAS E DE OFICIAIS FARMACÊUTICOS</u>	9
2.3 <u>VAGAS</u>	9
2.4 <u>CURSOS DE ADAPTAÇÃO DE MÉDICOS (CAMAR), DENTISTAS (CADAR) E FARMACÊUTICOS (CAFAR)</u>	12
2.5 <u>SITUAÇÃO DURANTE OS CAMAR/ CADAR/ CAFAR</u>	13
2.6 <u>SITUAÇÃO APÓS A CONCLUSÃO DOS CAMAR/ CADAR/ CAFAR</u>	13
3 INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO	13
3.1 <u>CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO</u>	13
3.2 <u>LOCALIDADES PARA REALIZAÇÃO DOS EXAMES DE ADMISSÃO</u>	15
3.3 <u>ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO</u>	18
3.4 <u>RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO</u>	20
4 CONCENTRAÇÕES	20
5 PROCESSO SELETIVO	22
5.1 <u>ETAPAS</u>	22
5.2 <u>EXAME DE ESCOLARIDADE, EXAME DE CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS E PROVA DE TÍTULOS</u>	22
5.3 <u>CONVOCAÇÃO PARA CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA, PROVA DE TÍTULOS, INSPSAU, EAP, TACF, PPO e AVCOM</u>	29
5.4 <u>INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)</u>	29
5.5 <u>EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)</u>	29
5.6 <u>TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)</u>	30
5.7 <u>PROVA PRÁTICA/ORAL (PPO)</u>	30
5.8 <u>AVALIAÇÃO DAS COMISSÕES DE PROMOÇÃO DE OFICIAIS (CPO) OU DE GRADUADOS (CPG) – (AVCOM)</u>	31
6 RECURSOS	31
6.1 <u>INTERPOSIÇÃO</u>	31
6.2 <u>RECURSO PARA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO INDEFERIDA</u>	32
6.3 <u>RECURSOS PARA OS EXAMES DE ESCOLARIDADE E DE CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS</u>	33
6.4 <u>RECURSO PARA PROVA DE TÍTULOS</u>	34
6.5 <u>RECURSO PARA A INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)</u>	34

6.6 <u>RECURSO PARA O EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)</u>	35
6.7 <u>RECURSO PARA O TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)</u>	35
6.8 <u>RECURSO QUANTO AO PARECER DA CPO ou CPG</u>	35
7 RESULTADO FINAL DOS EXAMES	36
8 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA	37
9 DISPOSIÇÕES GERAIS	39
9.1 <u>COMPARECIMENTO AOS EVENTOS PROGRAMADOS</u>	39
9.2 <u>UNIFORME</u>	40
9.3 <u>DIVULGAÇÃO DE GABARITOS E DE RESULTADOS</u>	40
9.4 <u>EXCLUSÃO DO EXAME DE ADMISSÃO</u>	41
9.5 <u>VALIDADE DOS EXAMES DE ADMISSÃO</u>	42
10 DISPOSIÇÕES FINAIS	42

ANEXOS

- Anexo 1 – Siglas utilizadas pelo Comando da Aeronáutica constantes destas Instruções**
- Anexo 2 – Calendário de Eventos**
- Anexo 3 – Programa de Matérias**
- Anexo 4 – Informações sobre avaliação do Exame de Aptidão Psicológica**
- Anexo 5 – Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF)**
- Anexo 6 – Ficha Informativa sobre Formulação de Questão**
- Anexo 7 – Requerimento para Prova de Títulos em grau de recurso**
- Anexo 8 – Requerimento para Inspeção de Saúde em grau de recurso**
- Anexo 9 – Requerimento para Exame de Aptidão Psicológica em grau de recurso**
- Anexo 10– Requerimento para Entrevista Informativa**
- Anexo 11– Requerimento para Teste de Avaliação do Condicionamento Físico em grau de recurso**

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O OS EXAMES DE ADMISSÃO AOS CURSOS DE ADAPTAÇÃO DE MÉDICOS, DENTISTAS E FARMACÊUTICOS DA AERONÁUTICA DO ANO DE 2008 (IE/EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008)

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

1.1.1 As presentes instruções, aprovadas pela Portaria DEPENS nº 230-T/DE-2, de 2 de outubro de 2007, têm por finalidade regular e divulgar as condições e os procedimentos aprovados para inscrição e participação nos Exames de Admissão aos Cursos de Adaptação de Médicos, Dentistas e Farmacêuticos da Aeronáutica do ano de 2008 (EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008).

1.2 AMPARO NORMATIVO

1.2.1 As presentes instruções encontram-se fundamentadas pelas Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º de março de 2001, e publicadas no Diário Oficial da União (DOU) nº 43, de 2 de março de 2001, e regulamentadas pelas Instruções Complementares para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria DEPENS nº 34/DE-2, de 29 de março de 2001, e publicadas no DOU nº 71-e, de 11 de abril de 2001.

1.3 ÂMBITO

1.3.1 As presentes instruções aplicam-se:

- a) a todas as Organizações Militares (OM) do Comando da Aeronáutica (COMAER), no tocante à divulgação das condições e dos procedimentos aprovados para inscrição e participação nos EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008;
- b) a Comandantes, Chefes e Diretores de OM das Forças Armadas e de Forças Auxiliares a cujo efetivo pertencer o militar interessado no presente processo seletivo, no tocante à observância das condições para a inscrição em um dos Exames de Admissão e ao atendimento das condições para a habilitação à matrícula nos Cursos de Adaptação de Médicos, Dentistas ou Farmacêuticos da Aeronáutica do ano de 2008 (CAMAR/CADAR/CAFAR 2008); e
- c) a todos os interessados em participar dos EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008.

1.4 DIVULGAÇÃO

1.4.1 O ato de aprovação das presentes instruções encontra-se publicado no Diário Oficial da União (DOU) e no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

1.4.2 Para conhecimento dos interessados, estas instruções encontram-se publicadas no BCA e estão disponíveis nos meios que se seguem:

- a) Internet, na página oficial do Comando da Aeronáutica (<http://www.fab.mil.br>) e na página do CIAAR (<http://www.ciaar.com.br>), durante toda a validade dos EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008; e
- b) Intraer, no portal da Intranet do Comando da Aeronáutica (http://www.portal.intraer/Ingresso/html/EM_ANDAMENTO_INTRA.htm) e na página do CIAAR (<http://www.ciaar.intraer/concursos/concursos.htm>).

1.4.3 Os endereços da Internet e da Intraer, acima citados, poderão ser utilizados para obtenção do que se segue:

- a) Instruções Específicas para os Exames e seus Anexos;
- b) Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica (ICA 160-6);
- c) Formulário para solicitação de inscrição (somente na Internet);

- d) resultado da solicitação de inscrição; e
- e) Informações e resultados referentes aos diversos eventos seletivos e classificatórios dos exames.

1.4.4 Os interessados também poderão obter informações sobre os Exames de Admissão junto aos Serviços Regionais de Ensino (SERENS), órgãos do COMAER que possuem vínculo sistêmico com o DEPENS, e junto ao Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), por intermédio dos seguintes telefones:

SERENS 1 – Belém - PA: (91) 3231-2989 e FAX: 3238-3500

SERENS 2 – Recife - PE: (81) 2129-7092 e FAX: 2129-7222

SERENS 3 – Rio de Janeiro - RJ: (21) 2101-4933, 2101-6015, 2101-6026 e
FAX: 2101-4949

SERENS 4 – São Paulo - SP: (11) 3346-6109 e FAX: 3208-9267

SERENS 5 – Canoas - RS: (51) 3462-1204 e FAX: 3462-1132

SERENS 6 – Brasília - DF: (61) 3364-8205 e FAX: 3365-1393

SERENS 7 – Manaus - AM: (92) 2129-1736 e FAX: 2129-1735

CIAAR (31) 4009-5066, 4009-5098, 4009-5068 e
FAX: 3491-2264

1.5 RESPONSABILIDADE

1.5.1 Estes Exames de Admissão serão regidos por estas instruções e sua execução será de responsabilidade do CIAAR com apoio dos SERENS, das Organizações Militares de Apoio (OMAP), do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), da Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA), da Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA) e demais órgãos do Comando da Aeronáutica que tenham algum envolvimento com as atividades de Admissão e Seleção.

1.5.2 Constitui-se responsabilidade do interessado em participar dos EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008 a leitura integral e o conhecimento pleno destas instruções.

1.6 ANEXOS

1.6.1 Integram as presentes instruções, na forma de anexo, informações e formulários cujos teores devem ser conhecidos pelos interessados em participar dos EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008.

1.6.1.1 Para melhor compreensão das orientações e para conhecimento do significado técnico de determinados vocábulos e siglas contidas nestas instruções, recomenda-se ao candidato consultar o glossário constante no Anexo 1 a estas Instruções.

1.6.2 Para realização de todas as fases previstas nestes exames, inclusive das ações pormenorizadas que as constituem, o candidato deverá observar o rigoroso cumprimento dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos constante do Anexo 2.

2 **OBJETO DO EXAME DE ADMISSÃO**

2.1 PÚBLICO ALVO:

2.1.1 Os presentes Exames de Admissão destinam-se a selecionar cidadãos brasileiros, de ambos os sexos, que atendam às condições e às normas estabelecidas nestas instruções, para compor os Quadros de Oficiais Médicos (QOMed), de Oficiais Dentistas (QODent) ou de Oficiais Farmacêuticos (QOFarm) do Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, de acordo com as necessidades do COMAER.

2.2 QUADROS DE OFICIAIS MÉDICOS, DE OFICIAIS DENTISTAS E DE OFICIAIS FARMACÊUTICOS

2.2.1 Os Quadros de Oficiais Médicos, de Oficiais Dentistas e de Oficiais Farmacêuticos são quadros de oficiais de carreira, criados pelo Decreto-Lei nº 3.872, de 2 de Dezembro de 1941 (cria o Quadro de Saúde da Aeronáutica), e regulamentado pelo Decreto nº 1.145, de 20 de maio de 1994, cujas diretrizes básicas encontram-se discriminadas na Instrução Reguladora dos Quadros de Oficiais Médicos, Dentistas e Farmacêuticos, aprovada pela Portaria nº 659/GC3, de 25 de setembro de 2007, que visam suprir o Comando da Aeronáutica com oficiais, de ambos os sexos, para o exercício de funções nas áreas médica, odontológica e farmacêutica em Organizações Militares da Aeronáutica.

2.3 VAGAS

2.3.1 As vagas para matrícula nos CAMAR/CADAR/CAFAR 2008 são destinadas aos candidatos aprovados nestes Exames de Admissão, classificados dentro do número de vagas e que forem habilitados à matrícula no respectivo curso a que concorrem.

2.3.2 As vagas encontram-se fixadas por curso, especialidade e localidade, sendo que o candidato somente poderá concorrer às vagas de um único curso e de uma única especialidade desse curso.

2.3.3 O candidato fará a escolha do curso, da especialidade e das localidades a cujas vagas pretende concorrer, no momento da solicitação de inscrição.

2.3.4 Além de concorrer às vagas fixadas nestas instruções, distribuídas conforme os quadros a seguir apresentados, os candidatos também concorrerão àquelas, de acordo com o curso e a especialidade escolhida, que porventura vierem a surgir, durante o prazo de validade dos presentes Exames de Admissão, caso seja identificada a sua necessidade por parte da Administração.

2.3.5 QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

MÉDICOS – (TOTAL DE 94 VAGAS)

ESPECIALIDADE	COMAR	LOCALIDADE	VAGAS
Anestesiologia (ANE) – (07 vagas)	COMAR 2	NATAL (RN)	01
	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	03
	COMAR 4	CAMPO GRANDE (MS)	01
	COMAR 4	GUARATINGUETÁ (SP)	01
	COMAR 6	BRASÍLIA (DF)	01
Anatomia Patológica (ANP) – (02 vagas)	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	02
Cancerologia (CAC) – (02 vagas)	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	01
	COMAR 6	BRASÍLIA (DF)	01
Cardiologia (CAR) – (08 vagas)	COMAR 2	NATAL (RN)	01
	COMAR 2	RECIFE (PE)	01
	COMAR 2	SALVADOR (BA)	01
	COMAR 3	LAGOA SANTA (MG)	01
	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	01
	COMAR 4	SÃO PAULO (SP)	01
	COMAR 6	ANÁPOLIS (GO)	01
	COMAR 6	BRASÍLIA (DF)	01

Cirurgia Geral (CGE) – (05 vagas)	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	02
	COMAR 5	FLORIANÓPOLIS (SC)	01
	COMAR 5	SANTA MARIA (RS)	01
	COMAR 6	BRASÍLIA (DF)	01
Clínica Médica (CLM) – (22 vagas)	COMAR 1	ALCÂNTARA (MA)	01
	COMAR 1	BELÉM (PA)	01
	COMAR 3	LAGOA SANTA (MG)	01
	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	07
	COMAR 4	CAMPO GRANDE (MS)	01
	COMAR 4	GUARATINGUETÁ (SP)	01
	COMAR 4	PIRASSUNUNGA (SP)	01
	COMAR 4	SÃO PAULO (SP)	01
	COMAR 5	CANOAS (RS)	01
	COMAR 5	CURITIBA (PR)	01
	COMAR 5	SANTA MARIA (RS)	01
	COMAR 6	ANÁPOLIS (GO)	01
	COMAR 6	BRASÍLIA (DF)	01
	COMAR 7	BOA VISTA (RR)	01
	COMAR 7	MANAUS (AM)	01
	COMAR 7	PORTO VELHO (RO)	01
Dermatologia (DER) – (01 vaga)	COMAR 3	BARBACENA (MG)	01
Endocrinologia (END) – (02 vagas)	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	02
Ginecologia e Obstetrícia (GOB) – (03 vagas)	COMAR 2	SALVADOR (BA)	01
	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	02
Infectologia (IFT) – (03 vagas)	COMAR 2	RECIFE (PE)	01
	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	02
Medicina Intensiva (ITS) – (06 vagas)	COMAR 1	BELÉM (PA)	01
	COMAR 2	RECIFE (PE)	01
	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	03
	COMAR 5	CANOAS (RS)	01
Mastologia (MAS) – (01 vaga)	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	01
Nefrologia (NEF) – (01 vaga)	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	01
Neurologia (NEU) – (01 vaga)	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	01
Oftalmologia (OFT) – (01 vaga)	COMAR 7	MANAUS (AM)	01

Otorrinolaringologia (ORL) – (05 vagas)	COMAR 2	FORTALEZA (CE)	01
	COMAR 2	NATAL (RN)	01
	COMAR 5	FLORIANÓPOLIS (SC)	01
	COMAR 5	SANTA MARIA (RS)	01
	COMAR 7	BOA VISTA (RR)	01
Ortopedia (ORT) – (04 vagas)	COMAR 2	FORTALEZA (CE)	01
	COMAR 3	BARBACENA (MG)	01
	COMAR 4	PIRASSUNUNGA (SP)	01
	COMAR 5	CANOAS (RS)	01
Pediatria (PDI) – (03 vagas)	COMAR 4	PIRASSUNUNGA (SP)	01
	COMAR 5	CANOAS (RS)	01
	COMAR 5	CURITIBA (PR)	01
Pneumologia (PNE) – (01 vaga)	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	01
Psiquiatria (PSI) – (08 vagas)	COMAR 1	BELÉM (PA)	01
	COMAR 2	NATAL (RN)	01
	COMAR 2	RECIFE (PE)	01
	COMAR 3	BARBACENA (MG)	01
	COMAR 4	CAMPO GRANDE (MS)	01
	COMAR 4	SÃO J. DOS CAMPOS (SP)	01
	COMAR 4	SÃO PAULO (SP)	01
	COMAR 5	CURITIBA (PR)	01
Radiologia (RAD) – (03 vagas)	COMAR 4	SÃO PAULO (SP)	01
	COMAR 6	BRASÍLIA (DF)	01
	COMAR 7	MANAUS (AM)	01
Urologia (URO) – (05 vagas)	COMAR 2	RECIFE (PE)	01
	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	02
	COMAR 4	SÃO PAULO (SP)	01
	COMAR 7	MANAUS (AM)	01

ODONTÓLOGOS – (TOTAL DE 11 VAGAS)

ESPECIALIDADE	COMAR	LOCALIDADE	VAGAS
Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial (CBM) – (02 vagas)	COMAR 1	BELÉM (PA)	01
	COMAR 5	CANOAS (RS)	01

Clínica Odontológica (CLO) – (03 vagas)	COMAR 1	ALCÂNTARA (MA)	01
	COMAR 2	FORTALEZA (CE)	01
	COMAR 7	PORTO VELHO (RO)	01
Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais (ONE) – (01 vaga)	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	01
Ortodontia (ORD) – (01 vaga)	COMAR 4	GUARATINGUETÁ (SP)	01
Periodontia (PER) – (01 vaga)	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	01
Prótese Dental (PRD) – (03 vagas)	COMAR 2	SALVADOR (BA)	01
	COMAR 4	PIRASSUNUNGA (SP)	01
	COMAR 6	BRASÍLIA (DF)	01

FARMACÊUTICOS – (TOTAL DE 05 VAGAS)

ESPECIALIDADE	COMAR	LOCALIDADE	VAGAS
Farmácia Bioquímica (BIO) – (03 vagas)	COMAR 2	SALVADOR (BA)	01
	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	01
	COMAR 7	PORTO VELHO (RO)	01
Farmácia Hospitalar (HOS) – (02 vagas)	COMAR 1	BELÉM (PA)	01
	COMAR 3	RIO DE JANEIRO (RJ)	01

2.4 CURSOS DE ADAPTAÇÃO DE MÉDICOS (CAMAR), DENTISTAS (CADAR) E FARMACÊUTICOS (CAFAR)

2.4.1 O CAMAR, o CADAR e o CAFAR, previstos na Lei nº 7.020, de 1º de setembro de 1982 (dispõe sobre o funcionamento dos CAMAR/CADAR/CAFAR) e no Decreto nº 98.338, de 27 de outubro de 1989 (regula o recrutamento de Médicos, Dentistas e Farmacêuticos para o ingresso no Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica) são ministrados no Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), em Belo Horizonte - MG, e têm a duração aproximada de 18 (dezoito) semanas.

2.4.2 A adaptação de médicos, dentistas e farmacêuticos da Aeronáutica obedece a duas etapas: a primeira, cumprida por meio da instrução no Campo Militar, tem como objetivo proporcionar ao profissional a formação militar que norteará o seu desempenho como oficial; e a segunda, cumprida por meio da instrução no Campo Técnico-Especializado, visa a adaptar o profissional às condições peculiares do ambiente em que exercerá a sua atividade ou especialidade.

2.4.3 A instrução ministrada no Campo Militar visa, primordialmente, a transmitir ao estagiário os postulados básicos da vida militar e os procedimentos de acordo com os mesmos. Proporciona ainda o desenvolvimento de qualidades e habilidades necessárias para a integração do estagiário no novo meio, fundamentados nos princípios e virtudes que devem caracterizar o militar do Comando da Aeronáutica.

2.4.4 A instrução no Campo Técnico-Especializado visa a proporcionar ao estagiário o conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento do Serviço de Saúde da Aeronáutica, bem como sobre os procedimentos de rotina do Oficial nos vários setores de acordo com a sua área de atuação. A formação especializada voltada para a Medicina de Aviação fundamenta-se nos aspectos relativos à fisiopatologia do comportamento humano face ao voo e naqueles específicos do Serviço de Saúde em campanha.

2.4.5 Durante o período compreendido entre a inscrição no Exame de Admissão e a conclusão do CAMAR, do CADAR e do CAFAR, a candidata ou estagiária não deverá apresentar estado de gravidez, dada a incompatibilidade com os testes físicos específicos, de caráter seletivo, estabelecidos nestas instruções, e com as atividades físicas obrigatórias a que será submetida. A comprovação do estado de gravidez acarretará a imediata exclusão do Exame de Admissão ou o seu desligamento do CAMAR, CADAR ou CAFAR.

2.5 SITUAÇÃO DURANTE OS CAMAR/ CADAR/ CAFAR

2.5.1 O candidato, no momento da matrícula, mediante ato do Comandante do CIAAR, passa à situação de Aluno do CAMAR, CADAR ou CAFAR e é designado Primeiro-Tenente Estagiário, designação essa a ser mantida durante o Curso de Adaptação.

2.5.2 Os militares da ativa, ao serem matriculados no CAMAR, CADAR ou CAFAR, durante a realização do curso, terão precedência hierárquica sobre os estagiários oriundos do meio civil, mantendo entre si a precedência hierárquica anterior à matrícula.

2.5.3 Durante a realização do CAMAR, do CADAR e do CAFAR, a precedência hierárquica entre os estagiários oriundos do meio civil será estabelecida pela Média Final obtida no Exame.

2.5.4 Durante a realização dos cursos, o Primeiro-Tenente Estagiário estará sujeito ao regime escolar do CIAAR e fará jus à remuneração fixada em lei, além de alimentação, alojamento, fardamento e assistência médico-hospitalar e dentária.

2.6 SITUAÇÃO APÓS A CONCLUSÃO DOS CAMAR/ CADAR/ CAFAR

2.6.1 O estagiário que concluir com aproveitamento o curso de adaptação será nomeado, mediante ato do Comandante da Aeronáutica, Primeiro-Tenente Médico, Dentista ou Farmacêutico e incluído no respectivo Quadro, sendo a sua antigüidade estabelecida pela ordem decrescente da Média Final obtida **no curso realizado**.

2.6.2 O Primeiro-Tenente Médico, Dentista ou Farmacêutico será designado para servir, ao término do curso de adaptação, em Organização Militar (OM) sediada na localidade para a qual foi selecionado, de acordo com a classificação que houver obtido **no Exame de Admissão**.

2.6.3 Quando houver mais de uma OM situada na mesma localidade e com vaga para a mesma especialidade, a designação para a OM em que o Primeiro-Tenente Médico, Dentista ou Farmacêutico irá servir será definida pela classificação que ele obtiver **ao término do curso**.

3 **INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO**

3.1 CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

3.1.1 São condições para a inscrição e para a realização do processo seletivo dos EA CAMAR/CADAR/CAFAR:

- a) ser brasileiro(a) nato(a), conforme parágrafo 3º do art. 12 da Constituição Federal:

“§ 3º - São privativos de brasileiro nato os cargos:

(...)

VI - de oficial das Forças Armadas.”;

- b) ser voluntário (a);

- c) não ter completado 35 anos de idade até 25 de dezembro do ano da matrícula (2008)– candidatos nascidos a partir de 26 de dezembro de 1973;
- d) não estar respondendo a qualquer processo criminal;
- e) não possuir registros criminais referentes a decisões judiciais condenatórias transitadas em julgado;
- f) não estar cumprindo pena por crime militar ou comum;
- g) não ter sido, anteriormente, excluído(a) do serviço ativo por motivo disciplinar, por falta de conceito moral ou por incompatibilidade com a carreira militar, ou desligado(a) de curso ou estágio, ministrado em estabelecimento militar de ensino, pelos mesmos motivos;
- h) se militar (praça) da ativa, estar classificado(a), no mínimo, no “Bom Comportamento”;
- i) se militar da ativa ou da reserva remunerada, não possuir grau hierárquico superior a Primeiro-Tenente;
- j) se militar, não pertencer ao Quadro de Oficiais Médicos ou de Dentistas ou de Farmacêuticos da Aeronáutica;
- k) se militar, ter parecer favorável do Comandante, Chefe ou Diretor da Organização Militar (OM) onde serve, expresso no Formulário de Solicitação de Inscrição, por meio das informações referentes ao atendimento das condições previstas nas alíneas "a", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i" e "j" deste item e com a aposição do respectivo carimbo ou identificação datilografada, acompanhado da assinatura correspondente. Essas informações também poderão ser prestadas por autoridade delegada, devendo a delegação ser expressamente informada de acordo com o §1º e §3º, do art. 51, da RCA 12-1 de 01 JAN 05:

“Art. 51. O ato de delegação de competência é específico, impessoal e limitado no tempo, ou seja, guarda relação com as competências funcionais.

§1º O ato de delegação será publicado em boletim interno da OM e, quando for o caso, na imprensa oficial, constando os cargos e/ou funções do delegante e do delegado, as competências delegadas e o prazo de vigência da delegação.

§3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.”;

- l) ter, no mínimo, 1,55m de altura, se do sexo feminino, e 1,60m de altura, se do sexo masculino;
- m) estar em dia com suas obrigações eleitorais, conforme prevê o inciso I, do § 1º do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral;
- n) se do sexo feminino, estar de acordo com as exigências contidas nas instruções do Exame, conforme termo de responsabilidade constante do Formulário de Solicitação de Inscrição, relativas ao impedimento de apresentar estado de gravidez no período entre a inscrição no Exame e a conclusão do curso;
- o) não ser detentor de Certificado de Isenção do Serviço Militar motivado por incapacidade física, mental ou moral;
- p) se do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;
- q) pagar a taxa de inscrição e comprovar seu pagamento
- r) ter concluído, com aproveitamento, curso superior do Sistema Nacional de Ensino em Medicina ou Odontologia ou Farmácia, de forma que possa apresentar, por ocasião das Concentrações Intermediária e Final, cópia acompanhada do original do que se segue:
 - diploma de conclusão do respectivo curso, devidamente registrado, contendo o decreto de reconhecimento da instituição de ensino e a portaria de reconhecimento do respectivo curso, bem como as respectivas publicações no Diário Oficial da União (DOU);

- s) possuir ou estar em condição de possuir, até a data da matrícula, diploma ou certificado referente a Título de Especialista, na especialidade a qual concorrerá à(s) vaga(s), obtido por meio de:
- conclusão de Residência Médica, expedido por Instituição credenciada pela Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM do Ministério da Educação – MEC, nos termos da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981 e do Decreto nº 80.281, de 5 de setembro de 1977, alterado pelo Decreto nº 91.364, de 21 de junho de 1985, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina;
 - concurso promovido por Sociedade de Especialidades filiadas à Associação Médica Brasileira – AMB, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina, nos termos da Resolução CFM nº 1.634/2002, de 11 de abril de 2002, alterada pela Resolução nº 1.666/2003, de 7 de maio de 2003; ou
 - conclusão de curso de pós-graduação reconhecido nos termos das Resoluções emitidas pelo órgão competente do Ministério da Educação;
 - caso não possua o Título de Especialista, comprovar exercício da especialidade a que pretende concorrer pelo período mínimo de três anos em instituição pública ou privada, desde que reconhecida pelo Conselho Regional de Medicina ou de Odontologia ou de Farmácia, conforme o caso e de acordo com o previsto nos itens 4.2 a 4.2.5 destas Instruções; e
- t) inscrever-se por meio do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI).

3.1.1.1 Se militar da ativa da Aeronáutica, quando da emissão do parecer citado na alínea “k”, o Comandante, Chefe ou Diretor da OM onde serve o candidato deverá consultar a Comissão de Promoção de Oficiais (CPO) e a Comissão de Promoção de Graduados (CPG), dependendo do Corpo a que pertença.

3.1.2 O atendimento às condições para a inscrição nos EA CAMAR/CADAR/CAFAR deverá ser comprovado pelo candidato, durante a Concentração Final (habilitação à matrícula).

3.1.3 A inscrição, bem como todos os atos dela decorrentes, tornar-se-á nula se, a qualquer instante, for comprovado que o candidato, durante os Exames de Admissão, deixou de atender às condições mencionadas no item 3.1.

3.2 LOCALIDADES PARA REALIZAÇÃO DOS EXAMES DE ADMISSÃO

3.2.1 Os EA CAMAR/CADAR/CAFAR serão realizados nas localidades sedes das Organizações Militares de Apoio (OMAP) designadas pelo Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) para apoiar os eventos desses exames, cuja relação consta do item 3.2.5 destas instruções.

3.2.2 No momento da solicitação de inscrição, o candidato deverá indicar a localidade sede da OMAP onde deseja realizar o Exame de Admissão.

3.2.3 As fases do Exame de Admissão serão realizadas pelo candidato na localidade por ele indicada, por ocasião da solicitação de inscrição e, caso prossiga no certame, na localidade correlacionada àquela, conforme o previsto no Quadro a seguir apresentado, salvo nos casos de determinação em contrário por parte da Administração.

3.2.3.1 Será de responsabilidade do candidato apresentar-se nos dias, horários e locais determinados para a realização das fases do Exame de Admissão.

3.2.4 QUADRO DE OMAP E LOCALIDADE PARA A REALIZAÇÃO DOS EXAMES DE ADMISSÃO.

- Concentração Inicial - Provas escritas	- Concentração Intermediária - Prova de Títulos - INSPSAU (e em grau de recurso)(*) - EAP (e em grau de recurso) - TACF (e em grau de recurso)	Prova Prática-Oral	Concentração Final
BELÉM-PA I (COMAR)	I COMAR	Rio de Janeiro (***)	CIAAR
RECIFE-PE (II COMAR)	II COMAR		
FORTALEZA-CE (BAFZ)			
SALVADOR-BA (BASV)			
RIO DE JANEIRO-RJ (III COMAR)	III COMAR (**)		
BELO HORIZONTE-MG (CIAAR)			
SÃO PAULO-SP (IV COMAR)	IV COMAR		
CAMPO GRANDE-MS (BACG)			
CANOAS-RS (V COMAR)	V COMAR		
CURITIBA-PR (CINDACTA II)			
BRASÍLIA-DF (VI COMAR)	VI COMAR		
MANAUS-AM (VII COMAR)	VII COMAR		
BOA VISTA-RR(BABV)			
PORTO VELHO-RO (BAPV)			

3.2.4.1 (*) Caso a especificidade do exame médico assim o exija, a Administração definirá a localidade para realização da Inspeção de Saúde (INSPSAU) em grau de recurso, diversa daquela prevista nesse quadro para a INSPSAU em 1º grau.

3.2.4.2 (**) Os candidatos do III COMAR realizarão a INSPSAU no CEMAL, o Exame de Aptidão Psicológica (EAP) no IPA e o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) na CDA.

3.2.4.3 (***) A Prova Prática/Oral, para os candidatos convocados, será realizada na cidade do Rio de Janeiro, em Organização de Saúde da Aeronáutica ou em Organização de Saúde civil autorizada pela Diretoria de Saúde da Aeronáutica. A organização e o seu endereço serão divulgados por meio da Internet e da Intraer, no período previsto no Calendário de Eventos. No entanto, atendendo aos seus interesses, a Administração poderá designar uma outra localidade, que não o Rio de Janeiro, para a realização da Prova Prática/Oral, o que, ocorrendo, será comunicada aos candidatos convocados.

3.2.5 RELAÇÃO DAS OMAP COM OS RESPECTIVOS ENDEREÇOS

3.2.5.1 As seguintes localidades e respectivas OMAP - com indicação de jurisdição - estão à disposição do candidato para realização do exame:

Localidade : BELÉM - PA
 OMAP : PRIMEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL – I COMAR (*)
 Logradouro : Av. Júlio César, s/nº - Bairro Souza - CEP 66613-902
 Telefone : (91) 3231-2989
 Fax : (91) 3238-3500

Localidade : RECIFE - PE
OMAP : SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL – II COMAR (*)
Logradouro : Av. Armindo Moura, 500 - Bairro Boa Viagem - CEP 51130-180
Fone : (81) 2129-7092
Fax : (81) 2129-7222

Localidade : RIO DE JANEIRO - RJ
OMAP : TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL – III COMAR (*)
Logradouro : Pç. Marechal Âncora, 77 - Bairro Castelo - CEP 20021-200
Fone : (21) 2101-4933, 2101-6015 e 2101-6026
Fax : (21) 2101-4949

Localidade : SÃO PAULO - SP
OMAP : QUARTO COMANDO AÉREO REGIONAL – IV COMAR (*)
Logradouro : Av. Dom Pedro I, 100 – Bairro Cambuci - CEP 01552-000
Telefone : (11) 3346-6109
Fax : (11) 3208-9267

Localidade : CANOAS - RS
OMAP : QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL – V COMAR (*)
Logradouro : Rua Guilherme Schell, 3950 - Cx. Postal 261 – CEP 92200-630
Telefone : (51) 3462-1204
Fax : (51) 3462-1132

Localidade : BRASÍLIA - DF
OMAP : SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL – VI COMAR (*)
Logradouro : SHIS-QI 05 Área Especial 12 - CEP 71615-600
Fone : (61) 3364-8205
Fax : (61) 3365-1393

Localidade : MANAUS - AM
OMAP : SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL – VII COMAR (*)
Logradouro : Av. Presidente Kennedy, 1500 – Bairro Ponta Pelada - CEP 69074-000
Fone : (92) 2129-1736
Fax : (92) 2129-1735

Localidade : BOA VISTA - RR
OMAP : BASE AÉREA DE BOA VISTA – BABV
Jurisdição : VII COMAR
Logradouro : BR 174, s/nº - Bairro Cauamé - Cx. Postal 101 - CEP 69301-970
Fone : (95) 3621-1032
Fax : (95) 3621-1016

Localidade : CAMPO GRANDE - MS
OMAP : BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE – BACG
Jurisdição : IV COMAR
Logradouro : Av. Duque de Caxias, 2905, Bairro Santo Antônio - CEP 79101-001
Fone : (67) 3368-3122
Fax : (67) 3314-7515

Localidade : CURITIBA - PR
OMAP : SEGUNDO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO - CINDACTA II
Jurisdição : V COMAR
Logradouro : Av. Erasto Gaertner, 1000, Bairro Bacacheri, Caixa Postal 4083, CEP 82510-901
Telefone : (41) 3251-5292
Fax : (41) 3251-5437

Localidade : FORTALEZA - CE
OMAP : BASE AÉREA DE FORTALEZA – BAFZ
Jurisdição : II COMAR
Logradouro : Av. Borges de Melo, s/nº - Alto da Balança- CEP 60415-510
Telefone : (85) 3216-3000
Fax : (85) 3227-0879

Localidade : PORTO VELHO - RO
OMAP : BASE AÉREA DE PORTO VELHO – BAPV
Jurisdição : VII COMAR
Logradouro : Av. Lauro Sodré, s/nº - Cx. Postal 040 - CEP 78900-970
Fone : (69) 3211-9712
Fax : (69) 3211-9710

Localidade : BELO HORIZONTE – MG
OMAP : CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA – CIAAR
Jurisdição : III COMAR
Logradouro : Av. Santa Rosa 10 - Bairro Pampulha - Caixa postal 774 - CEP 31270-750
Fone : (31) 4009-5168
Fax : (31) 3491-2264

Localidade : SALVADOR - BA
OMAP : BASE AÉREA DE SALVADOR – BASV
Jurisdição : II COMAR
Logradouro : Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães - CEP 41510-250
Telefone : (71) 3377-8200
Fax : (71) 3377-8220

3.2.5.2 (*) Nestas OMAP (I COMAR, II COMAR, III COMAR, IV COMAR, V COMAR, VI COMAR, VII COMAR), encontram-se sediados os SERENS (Serviços Regionais de Ensino), Organizações Militares da Aeronáutica, onde o candidato poderá obter informações sobre o exame.

3.3 ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.3.1 Para inscrever-se nos EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008, inicialmente, o interessado deverá preencher o Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI), obtido por meio do sistema de inscrição, disponível somente na Internet.

3.3.2 O FSI gerado a partir da Internet produzirá o boleto de pagamento bancário que identificará a inscrição e o candidato.

3.3.3 O valor da taxa de inscrição para os EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008 é de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais).

3.3.4 As instruções para o pagamento da taxa de inscrição encontram-se no próprio boleto.

3.3.5 O comprovante original de pagamento bancário deverá ser anexado ao FSI a ser enviado ao CIAAR, devendo o candidato manter em seu poder uma cópia do mesmo.

3.3.6 Não serão aceitos para comprovação do pagamento da taxa de inscrição os comprovantes de agendamento de pagamento, depósito em cheque ou entrega de envelope para depósito em terminais de auto-atendimento.

3.3.7 O valor pago referente à taxa de inscrição não será restituído, independentemente do motivo.

3.3.8 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição.

3.3.9 O candidato, ao preencher o FSI, deve dar especial atenção:

- a) ao assinalamento dos campos relativos ao curso e à especialidade a cuja (s) vaga (s) pretende concorrer, devendo consultar, para o preenchimento correto, o item 2.3;
- b) ao assinalamento do campo relativo à localidade sede da OMAP onde deseja realizar o Exame de Admissão, devendo consultar, para o preenchimento correto, o item 3.2.5;
- c) à enumeração das localidades com vagas disponíveis na especialidade a que pretende concorrer, conforme previsto no item 2.3, priorizando aquelas onde deseja servir, podendo o candidato enumerar quantas desejar, dentre as disponíveis, desde que seja voluntário para servir em qualquer uma das localidades enumeradas.
Exemplo: (1ª) São Paulo; (2ª) Recife; (3ª) Rio de Janeiro; (4ª) Curitiba, etc.
As localidades para as quais o candidato não deseje concorrer, deverão ser preenchidas com a opção “não interessa”; e
- d) ao assinalamento do campo relativo ao atendimento de condições e à assinatura do Comandante, Chefe ou Diretor da OM onde serve, para candidato militar.

3.3.10 O sistema de inscrição estará disponível na página oficial do Comando da Aeronáutica (www.fab.mil.br) e na página do CIAAR (<http://www.ciaar.com.br>) na Internet e poderá ser utilizado pelos candidatos somente durante o período de inscrição estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo 2) que vai desde ÀS 10H DO DIA 03 DE OUTUBRO ATÉ ÀS 15H DO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2007 (HORÁRIOS DE BRASÍLIA).

3.3.11 O programa conduzirá o candidato ao preenchimento interativo do FSI, com a inserção de seus dados cadastrais, de sua opção de curso, de especialidade, de OMAP e de sua (s) opção (ões) de localidade para servir, ao final do qual será solicitada a impressão do formulário e do respectivo boleto bancário.

3.3.11.1 O formulário impresso deverá ter o seu preenchimento complementado, mediante a aposição da assinatura do candidato, bem como, para o caso de candidato militar, por meio da aposição da identificação e aposição da assinatura, nos devidos campos, pelo Comandante, Chefe ou Diretor da OM onde serve, em conformidade com o previsto na letra “k” do item 3.1.1. O candidato é responsável pelo preenchimento da opção (PREENCHE OU NÃO PREENCHE) de atendimento das condições de inscrição, sem a qual não poderá prosseguir no preenchimento da FSI. No formulário gerado pelo sistema já constará esta informação, devendo ser conferida antes da assinatura da autoridade competente. Caso exista a possibilidade de o candidato não atender às condições de inscrição, seu Comandante deverá assinalar a opção NÃO PREENCHE, à caneta, e informar os motivos do não atendimento.

3.3.12 Recomenda-se aos interessados não deixarem para os últimos dias a efetivação de sua inscrição. A Administração da Aeronáutica não se responsabiliza pela possibilidade de o preenchimento interativo do FSI não ser completado por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como de outros fatores técnicos que impossibilitem o processamento de dados.

3.3.13 REMESSA DO FSI

3.3.13.1 O preenchimento do FSI na Internet não efetiva a solicitação de inscrição, mas apenas facilita o processo. Para a efetivação da solicitação de inscrição, o FSI, devidamente preenchido, deverá ser

remetido ao CIAAR., via encomenda expressa (urgente) ou via ECT, com postagem registrada, dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos, para o seguinte endereço:

**CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA – CIAAR
DIVISÃO DE CONCURSOS**

AV. SANTA ROSA, 10 – PAMPULHA, CAIXA POSTAL 2172
CEP: 31270-750 – BELO HORIZONTE – MG

3.3.13.2 Com o propósito de sanar quaisquer dúvidas advindas de falhas no sistema eletrônico de comprovação de pagamento da taxa de inscrição, o comprovante original de pagamento dessa taxa deve ser remetido juntamente com o FSI.

3.3.13.3 A verificação do correto preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição e a juntada do comprovante original do pagamento da taxa de inscrição, com vistas à remessa desses documentos ao CIAAR, serão de responsabilidade do candidato.

3.4 RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO

3.4.1 O candidato terá sua solicitação de inscrição indeferida nos seguintes casos:

- a) apresentar, no preenchimento de seu FSI, erro, rasura, ilegibilidade ou omissão de dado ou de assinatura, referente a si ou ao seu Comandante, Chefe ou Diretor (no caso de candidato militar);
- b) deixar de atender a qualquer uma das condições para inscrição;
- c) deixar de comprovar o pagamento da taxa de inscrição ou pagá-la após o término do período de inscrição; ou
- d) enviar o FSI fora do período de inscrição.

3.4.2 Caberá ao CIAAR, na data estabelecida no Calendário de Eventos, divulgar na Internet e na Intraer a relação nominal dos candidatos que obtiveram deferimento e indeferimento na solicitação de inscrição.

3.4.3 Caberá ao candidato tomar conhecimento do resultado de sua solicitação de inscrição, divulgado na Internet e na Intraer, na data estabelecida no Calendário de Eventos, a fim de, no caso de indeferimento, proceder à solicitação de recurso.

4 CONCENTRAÇÕES

4.1 No período compreendido entre a inscrição e a matrícula, haverá três concentrações, nas quais o comparecimento pessoal é obrigatório e cujas datas constam do Calendário de Eventos (anexo 2 a estas instruções).

4.1.1 As concentrações e suas finalidades são as seguintes:

- a) Concentração Inicial – Visa orientar o candidato sobre a realização das provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados e também a respeito da Concentração Intermediária e da Prova de Títulos;
- b) Concentração Intermediária e Prova de Títulos– Visa orientar o candidato sobre a realização da Inspeção de Saúde (INSPSAU), do Exame de Aptidão Psicológica (EAP), do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) e da Prova Prática/Oral (PPO), e, ainda, sobre as solicitações de recurso e sobre a Concentração Final. Nesse evento, também será procedida a apresentação, pelos candidatos, dos originais, para conferência, e a entrega das cópias autenticadas dos documentos referentes à Prova de Títulos e, visando antecipar soluções para possíveis discrepâncias nos documentos necessários à matrícula, a apresentação dos originais, para conferência, e a entrega das cópias da seguinte documentação:

- documento de identidade devidamente válido e dentro do prazo de validade. Também deve ser atual, tendo em vista as mudanças de fisionomia em relação aos períodos da infância e adolescência e conseqüentes dificuldades de identificação do candidato, no momento de confrontação de sua fotografia; se militar, apresentar a Carteira de Identidade devidamente válida e dentro do prazo de validade, expedida pela instituição correspondente;
 - Título de Eleitor e comprovante de situação eleitoral regularizada;
 - Certificado de Reservista atualizado, se do sexo masculino;
 - Certidão de Nascimento ou de Casamento; e
 - Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e PIS/PASEP para aqueles com registro em Carteira de Trabalho;
 - carteira de registro da profissão, expedida pelo respectivo Conselho Regional (CRM, CRO ou CRF);
 - declaração do respectivo Conselho Regional de que está em pleno gozo de suas prerrogativas profissionais;
 - diploma, devidamente registrado, de conclusão de Curso Superior de Medicina, Odontologia ou Farmácia do Sistema Nacional de Ensino, contendo o decreto de reconhecimento da instituição de ensino e a portaria de reconhecimento do respectivo curso, com as datas em que estes foram publicados no Diário Oficial da União; e
 - diploma ou certificado referente a Título de Especialista, na especialidade a que concorrem (cópia autenticada), em conformidade com o previsto na alínea j3 do item 8.1;
 - caso o candidato não possua a titulação, deverá comprovar sua habilitação para a vaga da especialidade a que concorre, por meio de documento que ateste o exercício da especialidade pelo período mínimo de três anos em instituição pública ou privada, devidamente reconhecida pelos Conselhos Regionais de Medicina, ou de Odontologia ou de Farmácia, e em acordo com o previsto nos itens 4.2 a 4.2.5 destas instruções; e
- c) Concentração Final – Visa verificar o atendimento às condições para a inscrição no Exame de Admissão do candidato selecionado pela Junta Especial de Avaliação (JEA). Nesse evento, o candidato deve apresentar os originais, para conferência, e entregar as cópias dos documentos previstos na alínea “j” do item 8.1. Ainda na Concentração Final, o candidato será orientado sobre a matrícula e o início do curso.

4.2 Para efeito de comprovação de experiência profissional (período mínimo de três anos), será aceita apenas aquela adquirida no exercício profissional da especialidade para a qual concorre o candidato.

4.2.1 Na apreciação da experiência profissional não serão considerados fração de ano e nem sobreposição de tempo.

4.2.2 O tempo de experiência deverá ser comprovado mediante apresentação da cópia de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (foto, qualificação e contrato de trabalho), acrescida de declaração do órgão ou empresa, ou, no caso de serviço público, certidão de tempo de serviço, contendo, qualquer um dos documentos, além da data de início e de término do trabalho, a espécie do serviço realizado. Tais documentos somente serão aceitos se emitidos pelo setor de pessoal ou de recursos humanos pertinentes. Não havendo nenhum desses dois setores, a autoridade responsável pela emissão do documento deverá declarar/certificar também essa inexistência.

4.2.3 Para os Médicos, Dentistas e Farmacêuticos, militares da Reserva de Segunda Classe ou correspondente, o tempo de experiência deverá ser comprovado mediante apresentação de declaração do Diretor da Organização de Saúde onde exerceu a atividade profissional na especialidade a que concorre, acompanhada das Folhas de Alterações correspondentes. Essa declaração também poderá ser assinada por autoridade delegada, devendo a delegação ser expressamente informada de acordo com o §1º e §3º, do art. 51, da RCA 12-1 de 01 JAN 05 (letra “k” do item 3.1.1).

4.2.4 Em caso de experiência profissional no exterior, a comprovação deverá ser feita mediante apresentação de cópia de declaração do órgão ou empresa ou, no caso de servidor público, de certidão de tempo de serviço. Estes documentos somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

4.2.5 Não será considerado, como tempo de experiência, o tempo de estágio, de monitoria ou de bolsa de estudo, como: mestrado, doutorado, residência e similares.

4.3 As atividades constantes das Concentrações Inicial e Intermediária serão organizadas e coordenadas pela Comissão Fiscalizadora da respectiva OMAP.

4.4 As atividades constantes da Concentração Final serão organizadas e coordenadas por equipe designada pelo CIAAR.

4.5 Por ocasião do deferimento da solicitação de inscrição, após a análise dos recursos, será divulgado pelo CIAAR o local onde serão realizadas a Concentração Inicial e as provas escritas do Exame de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, de acordo com a localidade em que o candidato realizará o exame.

4.6 Durante a Concentração Inicial, será divulgado pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora o local da Concentração Intermediária.

4.7 Durante a Concentração Intermediária, o Presidente da Comissão Fiscalizadora coordenará o recebimento da documentação prevista no item 4.1.1, letra “b” e informará o dia, o horário e o local da realização da INSPSAU, do EAP, do TACF, da PPO (para esse evento, se a informação já estiver disponível) e da Concentração Final, de acordo com o Calendário de Eventos, bem como dará instruções a respeito das solicitações de recurso.

5 PROCESSO SELETIVO

5.1 ETAPAS

5.1.1 Os Exames de Admissão serão constituídos das seguintes etapas:

- a) Exame de Escolaridade;
- b) Exame de Conhecimentos Especializados;
- c) Prova de Títulos;
- d) Inspeção de Saúde (INSPSAU);
- e) Exame de Aptidão Psicológica (EAP);
- f) Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF);
- g) Prova Prática/Oral (PPO); e
- h) Para candidato militar da ativa da Aeronáutica, Avaliação das Comissões de Promoção de Oficiais (CPO) ou de Graduados (CPG) – (AVCOM), de acordo com o Corpo a que pertença.

5.1.2 Todas as etapas, à exceção da Prova de Títulos, terão caráter eliminatório, sendo que os Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados terão, também, caráter classificatório.

5.1.3 A Prova de Títulos terá caráter apenas classificatório.

5.1.4 As etapas supracitadas serão realizadas de acordo com a necessidade da Administração, não cabendo solicitação para adiamento, por parte do candidato, independentemente do motivo.

5.1.5 Não haverá segunda chamada para a realização de qualquer etapa supracitada. O não

comparecimento pessoal ou atraso a qualquer uma delas implicará a imediata exclusão do candidato do Exame de Admissão.

5.2 EXAME DE ESCOLARIDADE, EXAME DE CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS E PROVA DE TÍTULOS

5.2.1 O Exame de Escolaridade, de caráter eliminatório e classificatório, será realizado por meio de duas provas escritas de Língua Portuguesa, constando a primeira prova de questões sobre Gramática e Interpretação de Texto e a segunda prova de uma Redação.

5.2.2 O Exame de Conhecimentos Especializados, de caráter eliminatório e classificatório, será realizado por meio de prova escrita, envolvendo assuntos relativos à especialidade a que concorre o candidato.

5.2.3 PROVAS ESCRITAS - CONTEÚDO

5.2.3.1 As provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados abrangerão o conteúdo programático previsto no Programa de Matérias, discriminado por especialidade, constante do anexo 3 a estas instruções.

5.2.4 PROVAS ESCRITAS - COMPOSIÇÃO

5.2.4.1 As provas escritas de Gramática e Interpretação de Texto e de Conhecimentos Especializados serão compostas de questões objetivas de múltipla escolha, com quatro alternativas, das quais somente uma será a correta.

5.2.5 APURAÇÃO DOS RESULTADOS – PREENCHIMENTO DO CARTÃO

5.2.5.1 Para a apuração dos resultados das questões objetivas das provas escritas, será utilizado um sistema automatizado de leitura de cartões. Em consequência, o candidato deverá atentar para o correto preenchimento de seu Cartão de Respostas.

5.2.5.2 Os prejuízos decorrentes de marcações incorretas no Cartão de Respostas serão de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato. Serão consideradas marcações incorretas as que forem feitas com qualquer outra caneta que não seja ESFEROGRÁFICA COM TINTA PRETA OU AZUL e que estiverem em desacordo com este item e com as instruções contidas no Cartão de Respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada, marcação emendada, campo de marcação não preenchido integralmente, marcas externas aos círculos, indícios de marcações apagadas, uso de lápis, entre outras.

5.2.5.3 Qualquer marcação incorreta, tal como descrito no item anterior, resultará, para o candidato, em pontuação 0,0000 (zero) na questão correspondente.

5.2.6 MATERIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

5.2.6.1 Para realizar as provas escritas, o candidato somente poderá utilizar o seguinte material: lápis (apenas para resolução, no próprio caderno de questões); borracha; régua; caneta esferográfica transparente com tinta preta ou azul e prancheta (se for necessário o uso de prancheta, constará na divulgação, pela Internet e Intraer, da Concentração Inicial e das provas dos Exames de Escolaridade, conforme previsto no Calendário de Eventos). O material não poderá conter qualquer tipo de equipamento eletrônico ou inscrição, exceto as de caracterização (marca, fabricante, modelo) e as de graduações (régua).

5.2.6.2 Não será permitido ao candidato realizar a prova portando óculos escuros, telefone celular, relógio de qualquer tipo, armas, gorros, chapéus, bonés ou similares, bolsas, mochilas, pochetes, livros, impressos, cadernos, folhas avulsas de qualquer tipo e/ou anotações, bem como aparelhos eletroeletrônicos, tais como: máquina calculadora, agenda eletrônica, "walkman", "pager", "palm top", receptor, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico que receba, transmita ou armazene informações.

5.2.6.3 Os membros da Comissão Fiscalizadora não se responsabilizarão pela guarda de material do candidato.

5.2.7 PROCEDIMENTOS DURANTE A PROVA

5.2.7.1 As provas escritas terão duração de 4 horas. O tempo restante até o término das provas será informado verbalmente pela Comissão Fiscalizadora a cada hora cheia e nos últimos 30 minutos, 15 minutos e 5 minutos. Após isso restarão 20 minutos para marcação do cartão de respostas.

5.2.7.2 Tendo em vista razões de sigilo que envolvem os certames, uma vez iniciadas as provas escritas do Exame de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, o candidato:

- a) não poderá deixar o seu lugar para retirar-se definitivamente do recinto onde realizará as provas escritas, senão após transcorrida metade do tempo total destinado à sua realização. Caso venha a ter problemas de ordem fisiológica durante as provas, o mesmo deverá solicitar a presença de um fiscal da Comissão Fiscalizadora para acompanhá-lo durante o tempo em que estiver ausente;
- b) somente poderá levar consigo o Caderno de Questões se permanecer no recinto até o término do tempo total previsto para a realização das provas. O candidato que optar por se retirar, definitivamente, antes de transcorrido o tempo total previsto para a realização das provas terá, obrigatoriamente, que devolver o Caderno de Questões à Comissão Fiscalizadora; e
- c) não poderá, sob nenhum pretexto, fazer anotações sobre as questões das provas em local que não seja o próprio Caderno de Questões.

5.2.8 ATRIBUIÇÃO DE GRAUS

5.2.8.1 A cada questão das provas escritas de Gramática e Interpretação de Texto e de Conhecimentos Especializados será atribuído um valor específico e o resultado de qualquer uma das provas será igual à soma dos valores das questões assinaladas corretamente.

5.2.8.2 Os graus atribuídos às provas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados e as médias calculadas com base nesses graus estarão contidos na escala de 0 (zero) a 10,0000 (dez), considerando-se até a casa décimo-millesimal.

5.2.8.3 O grau mínimo que determinará o aproveitamento do candidato em qualquer uma das provas que compõem os Exames de Escolaridade (inclusive Redação) e de Conhecimentos Especializados será 5,0000 (cinco).

5.2.9 PROVA DE REDAÇÃO

5.2.9.1 A prova de redação será realizada junto com as demais provas escritas previstas para os certames. Será dissertativa, em prosa e abordará temas da atualidade, sendo confeccionada em impresso próprio.

5.2.9.2 A prova de redação deverá conter no mínimo 80 (oitenta) palavras, em letra legível, a respeito do tema a ser fornecido no ato dessa prova.

5.2.9.3 Para correção da prova de redação, será utilizado um processo que impede a identificação do candidato por parte da Banca Examinadora, garantindo assim a imparcialidade no julgamento. O processo consiste na vinculação do número da redação ao número do cartão-resposta, que não aparece em nenhum outro local, sendo que, a redação não será identificada ou conterá marcações que permitam sua identificação.

5.2.9.4 A prova de redação será avaliada conforme a tabela a seguir:

ASPECTOS AVALIADOS	PONTOS DEBITADOS POR ERRO COMETIDO
Pontuação, ortografia e acentuação gráfica	0,50
Morfossintaxe (correção lingüística)	0,50
Propriedade vocabular	0,50
Organização adequada de parágrafos	0,50

Adequação no uso dos articuladores	0,50
Argumentação coerente e informatividade	2,00
Pertinência ao tema proposto	até 3,00

5.2.9.5 À redação fora do tema proposto será atribuído o grau 0 (zero).

5.2.9.6 À redação com menos de 80 (oitenta) palavras será deduzido da nota atribuída 1 (um) décimo por palavra faltante, até o limite de 70 (setenta) palavras.

5.2.9.7 À redação com número inferior a 70 (setenta) palavras será atribuída a nota 0 (zero).

5.2.9.8 Consideram-se palavras todas aquelas pertencentes às classes gramaticais da Língua Portuguesa.

5.2.9.9 Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da redação, devendo o candidato limitar-se a uma única folha padrão recebida, com 30 (trinta) linhas.

5.2.9.10 Só serão corrigidas as redações dos candidatos que obtiverem aproveitamento, conforme item 5.2.8.3, nas provas sobre Gramática e Interpretação de Texto e de Conhecimentos Especializados.

5.2.10 GRAU DO EXAME DE ESCOLARIDADE

5.2.10.1 O grau obtido pelo candidato no Exame de Escolaridade será calculado pela média ponderada dos graus das provas que o compõem, atribuindo-se peso 1 (um) à prova sobre Gramática e Interpretação de Texto e peso 2 à Prova de Redação, conforme abaixo:

$$EE = \frac{GIT + 2RED}{3}, \text{ onde:}$$

EE = grau do Exame de escolaridade;

GIT = grau da prova de Gramática e Interpretação de Texto (peso 1); e

RED = grau da prova de Redação (peso 2).

5.2.11 MÉDIA PARCIAL

5.2.11.1 Após a realização das provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados será calculada a Média Parcial obtida pelo candidato.

5.2.11.2 A Média Parcial do candidato será calculada por meio da média ponderada dos graus obtidos nas provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, observando a fórmula abaixo e os pesos atribuídos a cada exame:

a) grau do Exame de Escolaridade - peso 1 (um); e

b) grau do Exame de Conhecimentos Especializados - peso 2 (dois).

$$MP = \left(\frac{EE + 2CE}{3} \right), \text{ onde:}$$

MP= Média Parcial;

EE= grau do Exame de Escolaridade; e

CE= grau do Exame de Conhecimentos Especializados.

5.2.11.3 Serão considerados candidatos com aproveitamento aqueles que obtiverem Média Parcial igual ou superior a 6,0000 (seis), desde que atendam ao critério estabelecido no item 5.2.8.3 destas Instruções.

5.2.11.4 Os candidatos com aproveitamento nos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados serão relacionados, por curso e especialidade a que concorrem, por meio da ordenação decrescente de suas Médias Parciais, o que estabelecerá a classificação parcial dos EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008.

5.2.11.5 A classificação parcial será considerada apenas para a convocação de candidatos para a Concentração Intermediária, a fim de realizarem a Prova de Títulos, a Inspeção de Saúde, o Exame de

Aptidão Psicológica, o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) e a Prova Prática/Oral (PPO), desde que cumpridas as exigências previstas nestas instruções e de acordo com o fator multiplicativo previsto no item 5.3.1.

5.2.12 PROVA DE TÍTULOS

5.2.12.1 A Prova de Títulos possui caráter apenas classificatório.

5.2.12.2 Os títulos deverão ser apresentados por ocasião da Concentração Intermediária, na data estabelecida no Calendário de Eventos do Exame.

5.2.12.3 Os títulos apresentados pelos candidatos serão analisados por Banca Examinadora designada pelo DEPENS em Boletim do Comando da Aeronáutica.

5.2.12.4 Somente serão submetidos à análise e receberão a pontuação correspondente os títulos expedidos até a data de entrega estabelecida no Calendário de Eventos e que atendam as exigências a seguir:

TÍTULO E PONTUAÇÃO	DOCUMENTO EXIGIDO
DOUTORADO 80 pontos	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de pós-graduação "strictu sensu", em nível de doutorado, expedido por instituição de Ensino integrante do Sistema Nacional de Ensino reconhecida pelo MEC e registrada na CAPES ou Certificado de conclusão de doutorado, expedido por instituição de Ensino integrante do Sistema Nacional de Ensino reconhecida pelo MEC e registrada na CAPES, acompanhado do histórico escolar do candidato, no qual conste o número de créditos obtidos, as disciplinas em que foi aprovado e as respectivas menções, os resultados dos exames e do julgamento da dissertação ou tese.
MESTRADO 70 pontos	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de pós-graduação "strictu sensu", em nível de mestrado, expedido por instituição de Ensino integrante do Sistema Nacional de Ensino reconhecida pelo MEC e registrada na CAPES ou Certificado de conclusão de mestrado, expedido por instituição de Ensino integrante do Sistema Nacional de Ensino reconhecida pelo MEC e registrada na CAPES, acompanhado do histórico escolar do candidato, no qual conste o número de créditos obtidos, as disciplinas em que foi aprovado e as respectivas menções, os resultados dos exames e do julgamento da dissertação ou tese.
RESIDÊNCIA MÉDICA Ou TÍTULO DE ESPECIALISTA 60 pontos	Certificado de conclusão de Residência Médica, expedido por Instituição credenciada pela Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM do Ministério da Educação – MEC, nos termos da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981 e do Decreto nº 80.281, de 5 de setembro de 1977, alterado pelo Decreto nº 91.364, de 21 de junho de 1985, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina; ou Título de Especialista, obtido por meio de concurso promovido por Sociedade de Especialidades filiadas à Associação Médica Brasileira – AMB, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina, nos termos da Resolução CFM nº 1.634/2002, de 11 de abril de 2002, alterada pela Resolução nº 1.666/2003, de 7 de maio de 2003.

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU" 50 pontos	Diploma ou Certificado, de conclusão de curso de pós-graduação "lato sensu", em nível de especialização, com carga mínima de 360 horas, realizado por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e de acordo com as normas daquele Ministério.
--	---

5.2.12.4.1 Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação “lato sensu”, em nível de especialização, deverão atender aos seguintes aspectos:

a) Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, realizados sob a égide da Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2001, Seção I, p. 12 deverão conter - ou ser acompanhados de – histórico escolar, do qual devem constar, obrigatoriamente, a relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno em cada uma das disciplinas e o nome e qualificação dos professores responsáveis por elas; período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico; título da monografia ou do trabalho final do curso e nota ou conceito obtido; declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES nº 1 e indicação do ato legal de credenciamento da instituição, no caso de Cursos ministrados à distância.

Esta exigência está amparada pelo art. 12 da Resolução CNE/CES nº 1;

b) Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, realizados sob a égide da Resolução CNE/CES nº 3, de 5 de outubro de 1999, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 7 de outubro de 1999, Seção I, p. 52 deverão mencionar a área específica do conhecimento a que corresponde, e conter, obrigatoriamente, a relação das disciplinas, sua carga horária, a nota ou conceito obtido pelo aluno; o nome e a titulação do professor por elas responsável; o período em que o curso foi realizado e a declaração de que o curso cumpriu todas as disposições da dita Resolução.

Esta exigência está amparada pelo art. 5º da Resolução CNE/CES nº 3;

c) Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, realizados sob a égide da Resolução CNE/CES nº 2, de 20 de setembro de 1996, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 1996, Seção I, p. 21183, deverão conter, obrigatoriamente, a relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno em cada uma das disciplinas e o nome e qualificação dos professores responsáveis por elas; o critério adotado para avaliação do aproveitamento; período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico e declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES nº 1.

Esta exigência está amparada pelo art. 11 da Resolução CNE/CES nº 1;

d) Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, realizados sob a égide da Resolução CNE/CES nº 12, de 6 de outubro de 1983, emitida pelo Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 1983, Seção I, p. 18.233 deverão conter - ou ser acompanhado de – histórico escolar, do qual devem constar, obrigatoriamente, cada uma das disciplinas e o nome e qualificação dos professores responsáveis por elas; o critério adotado para avaliação do aproveitamento; período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo

trabalho acadêmico e declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES nº 1.

Esta exigência está amparada pelo parágrafo único do art. 5 da Resolução nº 12/83.

5.2.12.5 Os certificados de conclusão de cursos de aperfeiçoamento ou de aperfeiçoamento e especialização que venham a ser apresentados pelos candidatos somente serão considerados para fins de pontuação na prova de títulos se atenderem ao previsto na legislação específica sobre especialização baixada pelo Ministério da Educação, só se configurando como Residência Médica se tiver sido realizado em Instituição credenciada pela CNRM.

5.2.12.6 As especializações em nível de Residência Médica, realizadas por dentistas e farmacêuticos, uma vez que não são credenciadas pela CNRM, deverão atender ao que dispões o MEC sobre especializações *lato sensu*.

5.2.12.7 Referente aos itens e quadro anteriores, somente serão aceitos os documentos expedidos por instituição reconhecida pelo MEC e desde que tenham sido estritamente realizados na especialidade a que concorre o candidato.

5.2.12.8 Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina – tais como declarações, certidões, comprovantes de pagamento de taxa para obtenção de documentação, cópias de requerimentos, além dos mencionados no item anterior, ou documentos que não estejam em consonância com as Resoluções citadas não serão considerados para efeito de pontuação.

5.2.12.9 Para cada título o candidato deverá apresentar o documento original e uma cópia autenticada em cartório, devendo ser recolhida esta última para avaliação. Para fins de pontuação, serão desconsideradas as cópias não autenticadas em cartório.

5.2.12.9.1 As cópias dos títulos declarados não serão devolvidas em hipótese alguma.

5.2.12.10 O candidato poderá apresentar tantos títulos quanto desejar. No entanto, será atribuída a pontuação correspondente apenas a um título de cada categoria (ex: dois títulos de doutorado, apenas um será pontuado) e que tenha correlação direta com a especialidade para cuja vaga o candidato concorre. A contagem de pontos será feita de forma cumulativa, caso o candidato apresente título em mais de uma categoria.

5.2.12.11 Para cursos de pós-graduação e de residência médica concluídos no exterior, serão aceitos apenas os diplomas correspondentes, desde que revalidados por instituição de ensino superior reconhecida no Brasil.

5.2.12.12 Os documentos referentes a títulos que estiverem redigidos em Língua Estrangeira deverão estar traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

5.2.12.13 Receberá pontuação zero o candidato que não entregar os títulos na forma, no prazo e no local estipulados nestas Instruções.

5.2.12.14 No ato de entrega dos títulos, o candidato deverá preencher e assinar o formulário a ser fornecido pelo CIAAR, no qual indicará a quantidade de títulos apresentados.

5.2.12.15 A pontuação máxima que um candidato poderá obter pelos títulos apresentados totalizará 260 (duzentos e sessenta) pontos. Cada 10 pontos corresponde a 0,05 (cinco centésimos) no grau da Prova de Títulos. O somatório dos números decimais será o grau obtido na Prova de Títulos. Esse grau será acrescentado àquele da Média Parcial do candidato. O acréscimo poderá totalizar o grau 1,3000, desde que não ultrapasse o valor máximo que poderá ser obtido pelo candidato na Média Final, o qual corresponde ao grau 10,0000. Qualquer valor acima do grau 10,0000 obtido pelo candidato será desconsiderado para efeito de cálculo da Média Final. Esta exclusão não se aplica para efeito de desempate conforme previsto no item 5.2.14.2, quando será considerado o grau total obtido pelo candidato na Prova de Títulos.

5.2.13 MÉDIA FINAL

5.2.13.1 A Média Final será calculada somente para os candidatos convocados para a Concentração Intermediária. Ela corresponde à Média Parcial calculada conforme o previsto no item 5.2.11.2, acrescida do grau obtido na Prova de Títulos, observando o disposto no item 5.2.12.15 e a fórmula abaixo:

$MF = MP + PT$, onde:

MF= Média Final;

MP= Média Parcial; e

PT= Prova de Títulos.

5.2.13.2 A Média Final estará contida na escala de 0 (zero) a 10,0000 (dez), considerando-se até a casa décimo-millesimal.

5.2.13.3 A Média Final estabelecerá a nova classificação dos candidatos, para fins de preenchimento das vagas previstas para cada especialidade e tornará sem efeito a classificação parcial.

5.2.14 CRITÉRIO DE DESEMPATE

5.2.14.1 No caso de empate das Médias Parciais, o desempate será decidido de acordo com a seguinte ordem de precedência:

- a) maior grau obtido na prova escrita do Exame de Conhecimentos Especializados; e
- b) maior idade.

5.2.14.2 No caso de empate das Médias Finais, o desempate será decidido de acordo com a seguinte ordem de precedência:

- a) maior grau correspondente à pontuação obtida na Prova de Títulos;
- b) maior grau obtido na prova escrita do Exame de Conhecimentos Especializados; e
- c) maior idade.

5.3 CONVOCAÇÃO PARA CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA, PROVA DE TÍTULOS, INSPSAU, EAP, TACF, PPO e AVCOM

5.3.1 Somente serão convocados para prosseguirem no certame e, portanto, participarem da Concentração Intermediária e realizarem a Prova de Títulos, a INSPSAU, o EAP e o TACF e serem submetidos à AVCOM (somente militares da ativa da Aeronáutica) os candidatos relacionados de acordo com a ordem estabelecida no item 5.2.11.4 (classificação parcial), em número máximo correspondente até o quádruplo do total das vagas estabelecidas para as respectivas especialidades, conforme previsão do item 2.3.

5.3.1.1 Os critérios para estabelecer a quantidade de candidatos convocados para realizar a PPO serão descritos nos itens 5.7.3 e 5.7.3.1.

5.3.2 A convocação de candidatos em número superior ao das vagas fixadas visa, exclusivamente, ao preenchimento dessas, em caso de haver exclusão de candidatos em decorrência de não aproveitamento ou de desistência.

5.4 INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)

5.4.1 A INSPSAU será realizada em Organização de Saúde da Aeronáutica (OSA). O resultado da INSPSAU para cada candidato será expresso por meio das menções "APTO" ou "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA".

5.4.2 Somente será considerado "APTO" na INSPSAU o candidato que obtiver resultado favorável dentro dos padrões e diretrizes estabelecidos pela Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA).

5.4.3 Os requisitos que compõem a INSPSAU e os parâmetros exigidos para a obtenção da menção "APTO" constam da ICA 160-6 "Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica", aprovada por intermédio da Portaria DIRSA nº 44/SDTSA, de 18 de outubro de 2006, a ser divulgada nos endereços eletrônicos constantes do item 1.4.2.

5.4.4 O candidato que obtiver a menção "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA" na INSPSAU terá o diagnóstico do motivo de sua incapacidade registrado em um Documento de Informação de Saúde.

5.5 EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)

5.5.1 O EAP será realizado sob a responsabilidade do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), segundo os procedimentos e parâmetros fixados em Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) e documentos expedidos por aquele Instituto.

5.5.2 Os candidatos serão avaliados nas áreas de personalidade, aptidão e interesse ou somente em algumas delas, conforme o padrão seletivo estabelecido para a função/atividade que irão exercer. O resultado do EAP para cada candidato será expresso por meio das menções "INDICADO" ou "CONTRA-INDICADO".

5.5.3 As áreas citadas no item anterior, as técnicas a serem utilizadas, os critérios de avaliação e a definição dos resultados referentes ao EAP constam do anexo 4.

5.6 TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

5.6.1 O TACF será realizado segundo os procedimentos e parâmetros fixados em documentos normativos do Comando da Aeronáutica, do DEPENS e naqueles expedidos pela Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA).

5.6.2 Somente realizarão o TACF os candidatos julgados aptos na INSPSAU. O resultado do TACF para cada candidato será expresso por meio das menções "APTO" ou "NÃO APTO".

5.6.3 Os requisitos que compõem o TACF e os parâmetros exigidos para a sua realização constam do anexo 5.

5.6.4 Casos temporários de alteração fisiológica, fraturas, luxações, indisposição ou outros que possam vir a ser apresentados pelos candidatos antes da realização do TACF e, em consequência, diminuir a capacidade física dos mesmos ou impossibilitar a realização do referido teste, não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer adiamento ou tratamento privilegiado.

5.7 PROVA PRÁTICA/ORAL (PPO)

5.7.1 A PPO, de caráter apenas eliminatório, será realizada sob a responsabilidade da Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA) e segundo os procedimentos e parâmetros fixados por aquela Diretoria.

5.7.2 A PPO tem a finalidade de avaliar a habilidade, o desempenho e a perícia profissional do candidato, bem como de ratificar os conhecimentos demonstrados pelo mesmo na prova escrita do Exame de Conhecimentos Especializados.

5.7.3 Somente serão convocados para a realização da PPO, os candidatos considerados "APTOS" na INSPSAU e no TACF, e "INDICADOS" do EAP, após julgados os recursos interpostos.

5.7.3.1 Para a realização da PPO, obedecida a ordem de classificação em cada especialidade, serão convocados candidatos em quantidade correspondente a três a mais do que as vagas estabelecidas, quando até cinco vagas, e quatro candidatos a mais, quando acima de cinco vagas estabelecidas.

5.7.4 Será de responsabilidade da DIRSA a escolha dos pacientes que serão submetidos aos procedimentos previstos para a PPO, quando pertinente.

5.7.5 Os candidatos que concorrem às especialidades cirúrgicas realizarão o ato cirúrgico da Prova Prática/Oral, acompanhados de cirurgiões da Banca Examinadora, em pacientes internados em hospital da Aeronáutica ou em hospital civil autorizado pela Diretoria de Saúde da Aeronáutica.

5.7.6 A PPO será formulada em um caderno de procedimentos que ficará à disposição dos membros da Banca Examinadora, onde, para cada quesito, serão estabelecidos os procedimentos, na ordem de execução, com o valor do grau máximo previsto na avaliação, caso estes sejam realizados corretamente.

5.7.7 A cada quesito avaliado, a Banca Examinadora fará constar, na Ficha de Avaliação, os comentários positivos e negativos sobre o conhecimento e habilidade profissional demonstrados pelo candidato, bem como atribuirá o grau a que fez jus.

5.7.8 O grau atribuído à PPO, estará contido na escala de 0 (zero) a 10,0000 (dez), proporcional ao resultado da respectiva prova, considerando-se até a casa décimo-millesimal.

5.7.9 O grau mínimo que determinará o aproveitamento do candidato na PPO será 5,0000 (cinco).

5.7.10 A divulgação do resultado da PPO de cada candidato será expresso por meio das menções "APROVADO" ou "NÃO APROVADO".

5.7.11 Será considerado "APROVADO" na PPO o candidato que obtiver grau igual ou superior a 5,0000 na Ficha de Avaliação.

5.7.12 Ao término da prova, os membros da Banca Examinadora, na presença do candidato, procederão aos comentários dos diversos quesitos avaliados e os graus correspondentes, bem como darão ciência ao candidato da respectiva menção obtida na prova, "APROVADO" ou "NÃO APROVADO".

5.7.12.1 O processo de avaliação encerrar-se-á com a assinatura dos membros da Banca Examinadora e do avaliado na respectiva Ficha de Avaliação a qual deverá ser encaminhada ao CIAAR. Quando a Ficha de Avaliação for composta de duas ou mais folhas, estas deverão ser rubricadas pelos membros da Banca Examinadora e pelo avaliado.

5.8 AVALIAÇÃO DAS COMISSÕES DE PROMOÇÃO DE OFICIAIS (CPO) OU DE GRADUADOS (CPG) – (AVCOM)

5.8.1 Os candidatos militares da ativa da Aeronáutica convocados para a Concentração Intermediária, nos termos do item 5.3.1, serão avaliados pela CPO ou pela CPG, conforme pertençam ao Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica ou ao Corpo de Pessoal Graduado da Aeronáutica;

5.8.2 O CIAAR encaminhará para a CPO e CPG a relação nominal dos respectivos candidatos, observado o disposto no item anterior, para análise de desempenho e emissão de parecer individual.

5.8.2.1 O parecer da CPO e o parecer da CPG serão sustentados na análise qualitativa dos atributos inerentes ao exercício da função militar, contidos nas fichas de avaliação de desempenho à luz das obrigações e deveres militares, expressos na lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares) e será expresso por meio das menções "FAVORÁVEL" ou "DESFAVORÁVEL".

5.8.3 A CPO e a CPG comunicarão às OM dos candidatos, via mensagem rádio urgente, os RC correspondentes àqueles que receberam parecer desfavorável e, via Rede de Comunicação de Dados Sigilosos (Rede Mercúrio), os nomes e os motivos dos pareceres desfavoráveis.

6 RECURSOS

6.1 INTERPOSIÇÃO

6.1.1 Será permitido ao candidato interpor recurso somente quanto ao que se segue:

- a) indeferimento da solicitação de inscrição;
- b) formulação de questões das provas escritas de Gramática e Interpretação de Texto e de Conhecimentos Especializados e aos seus respectivos gabaritos provisórios;
- c) resultado obtido na Prova de Títulos;
- d) resultado obtido na INSPSAU;

- e) resultado obtido no EAP;
- f) resultado obtido no TACF; e
- g) parecer desfavorável da CPO ou CPG.

6.1.1.1 Não haverá recurso para a Prova de Redação, mas somente vista desta prova. Para tanto, ela estará disponível ao candidato interessado, no CIAAR, mediante solicitação escrita e encaminhada à Divisão de Concursos do CIAAR, via mensagem fac-símile e agendamento telefônico, no período estabelecido no Calendário de Eventos.

6.1.1.2 Não haverá recurso para a Prova Prática/Oral (PPO).

6.1.2 Os prazos e as datas para as interposições de recurso encontram-se estabelecidos no Calendário de Eventos e devem ser rigorosamente observados e cumpridos.

6.1.3 Será de inteira responsabilidade do candidato a remessa ou entrega dos documentos exigidos nos locais previstos e o cumprimento dos prazos para as interposições de recurso.

6.1.4 Será indeferido previamente qualquer pedido de recurso apresentado fora do prazo ou, quando for o caso, desacompanhado dos devidos documentos, conforme o estipulado nestas instruções.

6.1.5 Caso a divulgação da relação nominal dos que obtiveram indeferimento na solicitação de inscrição, ou dos gabaritos provisórios, ou dos resultados, conforme for o caso, da qual depende a interposição de recurso, deixe, por motivo de força maior, de ser realizada na data prevista, o candidato disporá do mesmo prazo previsto originalmente para interpor recurso, a contar da data subsequente à de efetiva divulgação.

6.2 RECURSO PARA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO INDEFERIDA

6.2.1 Poderá requerer inscrição em grau de recurso o candidato cuja solicitação de inscrição tenha sido indeferida por um ou mais dos seguintes motivos:

- a) preenchimento incorreto (erro, rasura ou ilegibilidade) ou incompleto do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI);
- b) não comprovação do pagamento da taxa de inscrição, desde que a referida taxa tenha sido paga dentro do prazo estabelecido e que tal pagamento possa ser comprovado; ou
- c) envio do FSI fora do período de solicitação de inscrição constatado por meio de carimbo da ECT ou de documento da encomenda expressa, desde que possua documento que se contraponha ao fato constatado e que tal contraposição possa ser comprovada.

6.2.2 O CIAAR, por ocasião da divulgação do indeferimento da solicitação de inscrição do candidato, discriminará o motivo desse resultado para subsidiar os procedimentos da solicitação de inscrição em grau de recurso e disponibilizará um novo FSI que deverá ser preenchido integral e corretamente, sendo dirigido ao Comandante do CIAAR.

6.2.3 O requerimento para inscrição em grau de recurso deverá ser remetido ao CIAAR, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX, dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos. Conforme o motivo do indeferimento, o candidato deverá anexar a esse requerimento o(s) seguinte(s) documento(s):

- a) novo FSI corretamente preenchido;
- b) comprovante original do pagamento da taxa de inscrição; ou
- c) comprovante original de remessa do FSI, registrada dentro do período estabelecido.

6.2.4 A solicitação de inscrição do candidato será indeferida definitivamente, impossibilitando sua participação no processo seletivo, nos casos em que:

- a) persistir o erro, a rasura, a ilegibilidade de campo ou a omissão de dado ou de assinatura, após a remessa do novo FSI;
- b) não comprovar o pagamento da taxa de inscrição;
- c) não comprovar o envio do formulário dentro do período de inscrição; ou

d) enviar o requerimento para inscrição em grau de recurso fora do prazo previsto.

6.2.5 A divulgação sobre o deferimento ou indeferimento **definitivo** da solicitação de inscrição será feita pelo CIAAR, que disponibilizará ao candidato, na Internet e na Intraer, o seu Cartão de Inscrição ou o Aviso de Indeferimento de Inscrição, no prazo de até 5 (cinco) dias antes da data prevista para a Concentração Inicial.

6.2.6 Para facilitar o processo de identificação, é recomendável que o candidato cuja inscrição tenha sido deferida, imprima o seu Cartão de Inscrição e leve-o consigo, a fim de realizar a Concentração Inicial.

6.2.6.1 No entanto, se por qualquer razão o candidato não portar o seu Cartão de Inscrição, será permitido seu ingresso no local designado para a Concentração Inicial, desde que sua solicitação de inscrição tenha sido deferida e que ele possa identificar-se por meio do seu documento de identidade original.

6.3 RECURSOS PARA OS EXAMES DE ESCOLARIDADE E DE CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

6.3.1 Os recursos quanto às provas escritas que compõem os Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados deverão ser referentes às questões que o candidato entenda terem sido formuladas de maneira imprópria ou conterem incorreções em seus respectivos gabaritos.

6.3.1.1 Os recursos citados no item anterior serão analisados por Bancas Examinadoras contratadas pela empresa terceirizada responsável pela confecção das provas.

6.3.2 Não poderá ser interposto recurso quanto aos procedimentos de avaliação referentes às provas escritas que compõem os Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, os quais estão previamente normatizados nas presentes instruções.

6.3.3 Os recursos de que trata o item 6.3.1 deverão ser encaminhados pelo candidato por meio da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ), conforme modelo constante do anexo 6 destas Instruções, diretamente ao CIAAR, por fax e também via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX, dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos.

6.3.3.1 A remessa da FIFQ por fax tem apenas o objetivo de agilizar o processo de recurso, sendo ainda necessária a remessa da ficha original, conforme orientação constante do item anterior, sob pena de ser desconsiderada a solicitação de recurso.

6.3.3.1.1 No entanto, se no período destinado ao recurso ocorrer greve da ECT e na localidade em que o candidato residir não houver outra empresa que preste serviço de encomenda expressa, os recursos serão analisados com base nas FIFQ encaminhadas por intermédio de fax.

6.3.4 O candidato deverá utilizar uma Ficha Informativa sobre Formulação de Questão para cada questão em pauta ou gabarito.

6.3.5 Não será aceita Ficha Informativa sobre Formulação de Questão que:

- a) conter campos em branco, omissão de assinatura ou estiver ilegível;
- b) for remetida ao CIAAR fora do prazo previsto no Calendário de Eventos;

6.3.6 Será dada a conhecer, coletivamente, pela Banca Examinadora a existência ou não de recursos submetidos à sua apreciação. Concomitantemente, caso haja recursos, a Banca Examinadora, depois de julgá-los, divulgará a decisão exarada, de forma definitiva, bem como o gabarito oficial. Após esses atos, não mais caberá apelação, relacionada aos resultados das provas escritas, por parte dos candidatos.

6.3.6.1 A decisão exarada pela Banca Examinadora conterá os esclarecimentos sobre o enunciado da questão em pauta e a justificativa fundamentada para cada alternativa que a compõe e sobre a avaliação a respeito do que foi contestado pelo candidato.

6.3.7 Quando for constatado que o enunciado de uma questão foi formulado de forma imprópria ou que a mesma contém mais de uma, ou nenhuma resposta correta, a questão será anulada e os pontos que lhe são pertinentes serão atribuídos a todos os candidatos.

6.3.8 Quando for verificado que a resposta correta de uma questão difere da constante do gabarito divulgado provisoriamente, este sofrerá alterações visando às correções necessárias.

6.3.9 Quando for constatado que a divulgação de um gabarito oficial foi apresentada com incorreções, a divulgação será tornada sem efeito e o gabarito anulado, sendo publicado um novo gabarito oficial corrigindo o anterior.

6.3.9.1 A anulação de um gabarito oficial implicará a anulação de todos os atos dele decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração referente aos atos anulados.

6.3.10 Quando for constatado que a divulgação da relação nominal dos candidatos com seus resultados e respectivas médias e classificações foi apresentada com incorreção, a divulgação será tornada sem efeito e os resultados e respectivas médias e classificações serão anulados, sendo publicada nova relação corrigindo a anterior.

6.3.10.1 A anulação dos resultados obtidos pelos candidatos e das respectivas classificações implicará a anulação de todos os atos dela decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração referente aos atos anulados.

6.4 RECURSO PARA PROVA DE TÍTULOS

6.4.1 O recurso deverá ser apresentado por meio de requerimento constante do Anexo 7 destas instruções, dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos do Exame. Tal documento deverá ser remetido ao CIAAR, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX.

6.4.2 Caso o candidato anexe ao requerimento algum documento com o fim de comprovação de títulos, só será considerado na análise do recurso aquele documento que justifique informação já inserida ou ausência de algum dado, em título apresentado quando da realização da Prova de Títulos.

6.4.3 As alterações de graus que vierem a ocorrer após avaliação dos recursos referentes à Prova de Títulos serão divulgadas pelo CIAAR, via Internet e Intraer, nos endereços eletrônicos constantes do item 1.4 destas instruções, na data estabelecida no Calendário de Eventos do Exame.

6.4.4 O parecer exarado pela Banca Examinadora quanto ao recurso relativo ao resultado da Prova de Títulos têm caráter irrecorrível.

6.5 RECURSO PARA A INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)

6.5.1 O candidato julgado "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA" poderá solicitar INSPSAU em grau de recurso, por meio de requerimento próprio constante do anexo 8, dirigido ao Diretor de Saúde da Aeronáutica. Tal documento deverá ser entregue, conforme o item 6.5.3, no setor de protocolo do SERENS em cuja localidade o candidato tiver realizado a INSPSAU, observado o prazo estabelecido no Calendário de Eventos.

6.5.2 Antes de requerer a INSPSAU em grau de recurso, o candidato deverá solicitar ao SERENS em cuja localidade tiver realizado a Inspeção o Documento de Informação de Saúde, dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos, a fim de compor o processo de recurso.

6.5.3 Somente poderá requerer INSPSAU em grau de recurso o candidato que entregar, juntamente com o requerimento, os seguintes documentos:

- a) atestado médico, considerando os parâmetros fixados pela DIRSA nas Instruções Técnicas das INSPSAU na Aeronáutica (ICA 160-6) e subsidiado pelos resultados obtidos em exames médicos complementares realizados, contrapondo o parecer desfavorável da Junta de Saúde; e
- b) Documento de Informação de Saúde com o parecer desfavorável da Junta de Saúde a que foi submetido.

6.5.4 A solicitação do documento de informação de saúde e a entrega da documentação que constitui o processo de recurso, no SERENS, poderão ser feitas por mandatário devidamente constituído pelo candidato, para um e/ou outro desses dois fins específicos, por meio de instrumento de procuração lavrada em cartório.

6.6 RECURSO PARA O EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)

6.6.1 O candidato "CONTRA-INDICADO" poderá requerer EAP em grau de recurso, por meio de requerimento próprio constante do anexo 9, dirigido ao Diretor do IPA. Tal documento deverá ser entregue no setor de protocolo do SERENS em cuja localidade o candidato tiver realizado o EAP, observado o prazo estabelecido no Calendário de Eventos.

6.6.2 Somente poderá requerer EAP em grau de recurso o candidato considerado contra-indicado no EAP, após ter sido submetido a toda bateria de testes prevista para o referido exame, em conformidade com as normas do IPA e destas instruções.

6.6.3 Se for de seu interesse, a fim de subsidiar o processo de recurso, o candidato poderá solicitar ao SERENS em cuja localidade tiver realizado o EAP o Documento de Informação de Aptidão Psicológica (DIAP), dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos.

6.6.3.1 A adoção do procedimento descrito no item anterior não é requisito obrigatório para o procedimento de interposição de recurso.

6.6.4 A solicitação do DIAP e a entrega da documentação que constitui o processo de recurso, no SERENS, poderão ser feitas por mandatário devidamente constituído pelo candidato, para um e/ou outro desses dois fins específicos, por meio de instrumento de procuração lavrada em cartório.

6.6.5 O candidato "CONTRA-INDICADO" no EAP em grau de recurso poderá solicitar Entrevista Informativa, por meio de requerimento próprio constante do anexo 10, dirigido ao Diretor do IPA. Tal documento deverá ser enviado ao IPA, via encomenda expressa ou via ECT, com postagem registrada e Aviso de Recebimento, no endereço constante do anexo 10, observado o prazo previsto no Calendário de Eventos.

6.6.6 A entrevista supracitada será exclusivamente de caráter informativo, para esclarecimento do motivo da contra-indicação do candidato ao propósito seletivo, não sendo considerada como recurso.

6.6.7 A Entrevista Informativa será realizada no IPA, na cidade do Rio de Janeiro.

6.7 RECURSO PARA O TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

6.7.1 O candidato julgado "NÃO APTO" poderá solicitar TACF em grau de recurso, por meio de requerimento próprio constante do anexo 11, dirigido ao Vice-Presidente da CDA. Tal documento deverá ser entregue no setor de protocolo do SERENS em cuja localidade o candidato tiver realizado o TACF, observado o prazo estabelecido no Calendário de Eventos. O TACF em grau de recurso será constituído de todos os exercícios previstos no anexo 5.

6.7.1.1 A entrega da documentação que constitui o processo de recurso, no SERENS, poderá ser feita por mandatário devidamente constituído pelo candidato para esse fim específico, por meio de instrumento de procuração lavrada em cartório.

6.7.2 Somente poderá requerer o TACF em grau de recurso o candidato que:

- a) tiver executado todos os exercícios previstos e não tiver atingido os índices estabelecidos; ou
- b) tiver sofrido, durante o TACF, algum problema físico causado pela execução dos exercícios previstos, cuja recuperação possa ocorrer até o período estabelecido para o TACF em grau de recurso.

6.8 RECURSO QUANTO AO PARECER DA CPO ou CPG

6.8.1 Caberá ao interessado, quando for o caso, interpor recurso quanto ao parecer da CPO ou da CPG,

por meio de requerimento dirigido ao Secretário da Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica ou ao Diretor da DIRAP.

6.8.2 O requerimento para recurso quanto ao parecer da CPO ou CPG deverá ser remetido, administrativamente, à SECPROM ou à DIRAP, dentro do prazo previsto no calendário de eventos.

7 RESULTADO FINAL DOS EXAMES

7.1 Será considerado aprovado em um dos Exames de Admissão o candidato que atender às condições que se seguem:

- a) nos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, obtiver aproveitamento, conforme o item 5.2.11.3 destas instruções;
- b) na INSPSAU e no TACF, for considerado "APTO";
- c) no EAP, for considerado "INDICADO";
- d) na Prova Prática/Oral for considerado "APROVADO"; e
- e) na Avaliação da CPO ou da CPG obtiver parecer favorável (candidato militar da ativa da Aeronáutica).

7.2 Serão selecionados para habilitação à matrícula no curso para o qual se inscreveram os candidatos aprovados e que forem classificados dentro do número de vagas fixado para a especialidade a que concorrem, considerando a ordem decrescente de suas Médias Finais, os critérios de desempate e o parecer final da Junta Especial de Avaliação (JEA) designada para estes Exames de Admissão pelo Diretor-Geral do DEPENDS. Deverão ser observadas, também, após a ordem decrescente das Médias Finais dos candidatos, as localidades indicadas pelos mesmos no Formulário de Solicitação de Inscrição, em ordem de prioridade e disponíveis para serem preenchidas, conforme cada uma das especialidades.

7.2.1 As vagas fixadas em cada uma das localidades, de acordo com a especialidade, serão distribuídas pela Junta Especial de Avaliação obedecendo estritamente à ordem decrescente das Médias Finais dos candidatos, ou seja, os mais bem classificados em cada especialidade irão ocupando as vagas existentes ou remanescentes, em conformidade com as suas respectivas opções assinaladas no Formulário de Solicitação de Inscrição.

7.3 Os candidatos de que trata o item anterior somente estarão habilitados à matrícula se atenderem a todas as exigências previstas no item 8 destas Instruções.

7.4 O candidato aprovado e não classificado conforme o item 7.2 será considerado candidato excedente.

7.5 A Junta Especial de Avaliação (JEA) também selecionará os candidatos excedentes, considerando as vagas a que concorrem, fixadas por especialidade, a ordem decrescente de suas Médias Finais, os critérios de desempate e as localidades indicadas pelos mesmos no Formulário de Solicitação de Inscrição, em ordem de prioridade e disponíveis para serem preenchidas, conforme cada uma das especialidades.

7.5.1 A seleção de candidatos excedentes tem por finalidade permitir a sua convocação para o preenchimento de vagas que possam surgir, na fase de habilitação à matrícula, decorrentes da desistência ou da exclusão de candidatos ou mesmo após a matrícula, na fase inicial dos cursos, decorrentes da desistência ou desligamento de tenente-estagiário, desde que a convocação se dê dentro da vigência dos Exames de Admissão.

7.5.2 Após a distribuição de vagas entre os candidatos titulares, havendo desistência de candidatos ou o surgimento de novas vagas, estas serão redistribuídas aos titulares e, após, as remanescentes serão distribuídas aos candidatos excedentes.

7.5.2.1 No caso de o candidato titular da vaga pela ordem de classificação não aceitar a localidade para onde foi selecionado, esse deverá declarar sua desistência por escrito, ao CIAAR.

7.5.2.2 Durante a realização dos cursos e já fora do período de validade dos certames, quando não mais cabe convocação de candidatos excedentes, caso algum tenente-estagiário desista de realizar o curso ou seja dele desligado por qualquer razão, o preenchimento de sua vaga por outro tenente-estagiário de menor antiguidade e os possíveis novos remanejamentos na distribuição de vagas, em “efeito cascata”, somente ocorrerão em conformidade com a conveniência e o interesse da Administração.

7.5.2.3 Para o caso do item anterior, a Administração da Aeronáutica definirá a prioridade das localidades que poderão ter suas vagas preenchidas ou não, em caso de vacância.

7.5.3 Ao candidato excedente que for selecionado pela JEA fica assegurada apenas a expectativa de direito de ser convocado para a habilitação à matrícula. Essa condição cessa com o término da vigência destes Exames de Admissão.

7.5.4 O candidato excedente que for convocado para habilitação à matrícula terá 03 dias corridos, a contar da data subsequente à de convocação, para se apresentar no CIAAR, pronto para atender a todas as exigências previstas no item 8.

7.5.4.1 O candidato deverá manter atualizado o seu endereço e telefone (se o tiver) junto à Divisão de Concursos do CIAAR, enquanto estiver participando do exame. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da falta de atualização de seu endereço.

7.6 A Junta Especial de Avaliação consolidará, pelo Mapa e pela Ata da JEA, a relação nominal dos candidatos aprovados e selecionados para a habilitação à matrícula, bem como dos excedentes, observando o disposto nos itens 7.2, 7.5 e 7.5.1, respectivamente.

7.7 A expedição da Ordem de Matrícula será de responsabilidade do Diretor-Geral do DEPENS, devendo ser expedida após a homologação do Mapa e da Ata da JEA.

7.8 A matrícula dos candidatos, a ser efetivada por ato do Comandante do CIAAR, somente ocorrerá depois de cumpridas as exigências previstas no item 8, dentro dos prazos estabelecidos.

7.8.1 O não cumprimento, por parte do candidato, das exigências para a efetivação da matrícula constantes do item 8, dentro dos prazos estabelecidos, implicará o cancelamento da sua Ordem de Matrícula e a sua exclusão do certame.

8 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA

8.1 Estará habilitado (a) a ser matriculado (a) no CAMAR, CADAR ou CAFAR 2008 o (a) candidato (a) que atender a todas as condições a seguir:

- a) ter sido aprovado(a) no Exame de Admissão e selecionado(a) pela JEA para habilitar-se à matrícula;
- b) não estar respondendo a qualquer processo criminal;
- c) não possuir registros criminais referentes a decisões judiciais condenatórias transitadas em julgado;
- d) não estar cumprindo pena por crime militar ou comum;
- e) não ter sido, anteriormente, excluído(a) do serviço ativo por motivo disciplinar, por falta de conceito moral ou por incompatibilidade com a carreira militar, ou desligado(a) de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar de ensino pelos mesmos motivos;
- f) não ser detentor de Certificado de Isenção do Serviço Militar motivado por incapacidade física, mental ou moral;
- g) se militar (praça) da ativa, estar classificado(a), no mínimo, no "Bom Comportamento";
- h) se militar da ativa ou da reserva remunerada, não possuir grau hierárquico superior a Primeiro-Tenente;

- i) se militar, não pertencer ao Quadro de Oficiais Médicos ou de Dentistas ou de Farmacêuticos da Aeronáutica;
- j) apresentar-se no CIAAR na data prevista para a Concentração Final, portando os originais e cópias do que se segue:
 - j1- documento de identidade devidamente válido e dentro do prazo de validade. Também deve ser atual, tendo em vista as mudanças de fisionomia em relação aos períodos da infância e adolescência e conseqüentes dificuldades de identificação do candidato, no momento de confrontação de sua fotografia; se militar, apresentar a Carteira de Identidade devidamente válida e dentro do prazo de validade, expedida pela instituição correspondente;
 - j2- diploma de conclusão, devidamente registrado, de curso superior de Medicina, Odontologia ou Farmácia do Sistema Nacional de Ensino, contendo o decreto de reconhecimento da instituição de ensino e a portaria de reconhecimento do respectivo curso, com as datas em que estes foram publicados no Diário Oficial da União. Para efetivação da matrícula, não será aceito outro documento em substituição ao diploma exigido;
 - j3- diploma ou certificado referente a Título de Especialista, na especialidade a qual concorre à(s) vaga(s), obtido por meio de:
 - conclusão de Residência Médica, expedido por Instituição credenciada pela Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM do Ministério da Educação – MEC, nos termos da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981 e do Decreto nº 80.281, de 5 de setembro de 1977, alterado pelo Decreto nº 91.364, de 21 de junho de 1985, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina;
 - concurso promovido por Sociedade de Especialidades filiadas à Associação Médica Brasileira – AMB, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina, nos termos da Resolução CFM nº 1.634/2002, de 11 de abril de 2002, alterada pela Resolução nº 1.666/2003, de 7 de maio de 2003; ou
 - conclusão de curso de pós-graduação, reconhecido nos termos das Resoluções emitidas pelo órgão competente do Ministério da Educação;
 - caso não possua o Título de Especialista, comprovar exercício da especialidade a que pretende concorrer pelo período mínimo de três anos em instituição pública ou privada, desde que reconhecida pelo Conselho Regional de Medicina ou de Odontologia ou de Farmácia, conforme o caso e de acordo com o previsto nos itens 4.2 a 4.2.5 destas Instruções.
 - j4- carteira de registro da profissão, expedida pelo respectivo órgão fiscalizador de classe;
 - j5- declaração do respectivo órgão fiscalizador de classe de que está em pleno gozo de suas prerrogativas profissionais;
 - j6- Título de Eleitor e comprovante de situação eleitoral regularizada;
 - j7- se do sexo masculino, Certificado de Reservista atualizado;
 - j8- Certidão de Nascimento ou de Casamento;
 - j9- Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e PIS/PASEP para aqueles com registro em Carteira de Trabalho;
 - j10 Declaração de próprio punho de que atende às condições previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” deste item; e
 - j11- se militar da ativa, Ofício de apresentação da OM de origem.
- k) apresentar-se no CIAAR, na data prevista para a matrícula e início do curso.

8.2 Não serão aceitos documentos ilegíveis, rasurados, com emendas ou discrepâncias de informações.

8.3 Quando da apresentação pelos candidatos dos documentos constantes da alínea “j” do item 8.1,

for constatada ausência de documentos, alguma das irregularidades citadas no item 8.2 ou outra discrepância, somente serão habilitados à matrícula os candidatos que venham a sanar tais problemas e também atender a todas as exigências contidas no referido item até a data prevista para a efetivação da matrícula. Encerrado esse prazo, o candidato que não tiver resolvido sua pendência será excluído do processo seletivo e, em seu lugar, será convocado candidato excedente para habilitar-se à matrícula, nos termos do item 7.5.1 e demais disposições concernentes à habilitação.

8.4 A constatação, a qualquer tempo, de omissão ou falta de veracidade em qualquer uma das informações ou documentos exigidos do candidato implicará a anulação de sua matrícula, bem como de todos os atos dela decorrentes, independentemente das sanções previstas em lei ou regulamentos militares.

9 DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 COMPARECIMENTO AOS EVENTOS PROGRAMADOS

9.1.1 As despesas relativas a transporte, estada e alimentação para a realização dos Exames de Admissão correrão por conta do candidato, inclusive quando, por motivo de força maior, um ou mais eventos programados desses exames tiverem que ser repetidos. Também será da responsabilidade do candidato aprovado e selecionado para a habilitação à matrícula o seu deslocamento com destino ao CIAAR para a Concentração Final, a matrícula e a realização do respectivo curso.

9.1.1.1 O candidato militar da ativa da Aeronáutica, na situação de aprovado e classificado dentro do respectivo número de vagas e selecionado pela JEA, fará jus aos direitos remuneratórios previstos na forma da legislação vigente, relativos à matrícula e realização do respectivo curso.

9.1.1.2 O candidato militar da Aeronáutica que receber Ordem de Matrícula não deverá ser desligado de sua Organização de origem. Deverá apresentar-se no CIAAR onde realizará o curso, passando à situação de adido àquela Organização de Ensino.

9.1.2 O candidato deverá portar o seu documento de identidade original, devidamente válido e dentro do prazo de validade, em todos os eventos dos Exames de Admissão. O candidato militar deverá apresentar, atendendo a essas mesmas condições, a Carteira de Identidade expedida pela instituição militar correspondente.

9.1.2.1 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Polícias Militares e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação com fotografia.

9.1.2.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais; carteiras de estudante; carteiras funcionais, sem valor de identidade; Certificado de Alistamento Militar (CAM); Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI); documentos ilegíveis, não-identificáveis ou danificados; cópias de documentos, mesmo que autenticadas, nem protocolo de documento.

9.1.2.3 O CIAAR poderá, com a finalidade de verificação da autenticidade da identificação de qualquer candidato, efetuar a coleta da impressão digital dos candidatos nos eventos destes Exames de Admissão.

9.1.3 Por ocasião da Concentração Inicial e das provas escritas, os portões do local desses eventos serão abertos uma hora antes do horário previsto para seu fechamento, cabendo ao candidato, considerando os imprevistos comuns às grandes cidades, estabelecer a antecedência com que deverá se deslocar para o local, de forma a evitar possíveis atrasos.

9.1.4 Os portões de acesso aos locais de realização da Concentração Inicial e das provas escritas serão fechados no horário constante do Calendário de Eventos, não sendo permitido o ingresso de

candidatos, em hipótese alguma, no local dos eventos, após esse horário.

9.1.5 Para a apresentação no local determinado para a Concentração Intermediária e Final, os candidatos poderão dispor de um período tolerante de duas horas, de acordo com o previsto no Calendário de Eventos.

9.1.6 Os locais, dias e horários em que os candidatos deverão apresentar-se para a realização da INSPSAU, do EAP e do TACF, incluídos os seus recursos, quando aplicável, caso não estejam fixados no Calendário de Eventos, serão estabelecidos pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora durante a Concentração Intermediária.

9.1.7 Para a apresentação nos locais determinados para a Prova Prática/Oral, os candidatos deverão obedecer às datas e horários divulgados na Internet e Intraer, no endereço eletrônico do CIAAR, quando da convocação para a realização desta etapa dos certames.

9.1.8 O não comparecimento pessoal do candidato nos locais dos eventos dentro dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos ou pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora, na hipótese do item 9.1.6, ou pelo CIAAR, na hipótese do item anterior, implicará falta e, em consequência, a sua exclusão do certame.

9.2 UNIFORME

9.2.1 Para os eventos dos Exames de Admissão realizados em organizações militares, o candidato militar da ativa, das Forças Armadas ou Auxiliares, deverá comparecer uniformizado, em acordo com as normas e regulamentos de uniformes das respectivas Forças.

9.2.2 O candidato militar, das Forças Armadas ou Auxiliares, que não atender ao previsto no item anterior ficará impedido de realizar os eventos programados para os certames.

9.2.3 Para os eventos dos Exames de Admissão realizados em instituições civis, o candidato militar, das Forças Armadas ou Auxiliares, poderá comparecer à paisana.

9.3 DIVULGAÇÃO DE GABARITOS E DE RESULTADOS

9.3.1 Serão divulgados pelo CIAAR, via Internet e Intraer, conforme endereços eletrônicos constantes do item 1.4 destas Instruções e de acordo com os prazos estabelecidos no Calendário de Eventos, as informações a seguir:

- a) relação nominal dos candidatos que obtiverem deferimento e dos candidatos que obtiveram indeferimento na solicitação de inscrição;
- b) divulgação dos locais de prova;
- c) questões das provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados com os respectivos gabaritos. Esses gabaritos terão caráter provisório até que seja exarada pelas Bancas Examinadoras a decisão sobre cada recurso interposto pelos candidatos;
- d) gabaritos oficiais, devendo ser considerado o disposto nos itens 6.3.9 e 6.3.9.1;
- e) resultados obtidos pelos candidatos nas provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados com suas respectivas Médias Parciais e classificação parcial, considerando a especialidade a que concorrem;
- f) relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária;
- g) relação nominal dos candidatos com seus resultados obtidos na Prova de Títulos, bem como suas médias finais e a nova classificação provisória, considerando a especialidade a que concorrem;
- h) resultados obtidos na INSPSAU, no TACF e no EAP;
- i) resultados obtidos pelos candidatos na Prova de Títulos, em grau de recurso, com as alterações de médias finais e classificação decorrentes, quando aplicável;
- j) resultados obtidos, em grau de recurso, na INSPSAU, no TACF e no EAP;
- k) relação nominal dos candidatos convocados para realizarem a Prova Prática/Oral,

bem como o local, a data e o horário da mesma;

- l) relação numérica de inscrição nos exames com os resultados obtidos pelos candidatos na Prova Prática/Oral;
- m) relação nominal dos candidatos selecionados para habilitação à matrícula com a Média Final e a classificação final, considerando a especialidade a que concorrem;
- n) relação nominal dos candidatos selecionados para a habilitação à matrícula que forem excluídos dos Exames de Admissão em decorrência da não habilitação à matrícula ou de desistência, bem como a relação nominal dos candidatos excedentes convocados; e
- o) relação nominal dos candidatos matriculados.

9.3.2 As informações discriminadas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “m” também serão divulgadas pela OMAP, na data estabelecida no Calendário de Eventos, mediante afixação em local a ser confirmado, sob a responsabilidade do Presidente da Comissão Fiscalizadora.

9.3.3 Serão publicadas no DOU as seguintes relações:

- a) pelo CIAAR, a relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária que deverão prosseguir no respectivo Exame de Admissão e a relação nominal dos candidatos matriculados no respectivo curso; e
- b) pelo DEPENDS, a relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para a habilitação à matrícula.

9.3.4 Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações dos resultados e dos comunicados referentes aos Exames de Admissão.

9.4 EXCLUSÃO DO EXAME DE ADMISSÃO

9.4.1 Será excluído do respectivo Exame de Admissão o candidato que se enquadrar em qualquer uma das situações abaixo:

- a) não obtiver aproveitamento nas provas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados;
- b) não atingir o grau mínimo exigido nas Médias Parcial e Final dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados;
- c) não for convocado para a Concentração Intermediária;
- d) for julgado "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA" na INSPSAU;
- e) for considerado "NÃO APTO" no TACF;
- f) for considerado "CONTRA-INDICADO" no EAP;
- g) for considerado "NÃO APROVADO" na Prova Prática/Oral;
- h) obtiver parecer desfavorável da CPO ou da CPG;
- i) não atingir os resultados previstos nestas instruções, após a solução dos recursos apresentados; ou
- j) deixar de cumprir qualquer item estabelecido nestas Instruções.

9.4.2 Será excluído do respectivo Exame de Admissão, por ato do Comandante do CIAAR ou, nos casos concretos que exijam intervenção imediata, por ato do Presidente da Comissão Fiscalizadora, com registro em ata e posterior homologação do Comandante do CIAAR, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou regulamentos, quando for o caso, o candidato que proceder de acordo com qualquer uma das alíneas que se seguem:

- a) burlar ou tentar burlar qualquer uma das normas para a realização das provas, da INSPSAU, do EAP, do TACF ou da PPO definidas nestas instruções ou em Instruções Orientadoras dos exames dirigidas ao candidato;
- b) portar, no local de prova, óculos escuros, telefone celular, relógio, arma, máquina calculadora, agenda eletrônica, "walkman", "pager", "palm top", receptor, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico que receba, transmita ou armazene informações;

- c) utilizar-se ou tentar utilizar-se de meios fraudulentos ou ilegais, bem como praticar ou tentar praticar ato de indisciplina durante a realização de qualquer atividade referente aos exames;
- d) fazer, durante as provas, anotação de informações relativas às suas respostas em local que não seja o próprio Caderno de Questões;
- e) fazer uso, durante as provas, de livros, códigos, manuais ou quaisquer anotações;
- f) recusar-se a entregar o Caderno de Questões, caso decida ausentar-se do local da prova antes do término do tempo oficial do evento;
- g) continuar ou tentar continuar respondendo questão de prova após o encerramento do tempo oficial previsto para a realização da prova;
- h) der ou receber auxílio para a realização das provas;
- i) fazer uso de tratamento incorreto ou descortês a qualquer um dos membros da Comissão Fiscalizadora ou a candidatos;
- j) deixar de comparecer pessoalmente ou chegar atrasado aos locais designados nos dias e horários determinados para a realização das concentrações, das provas, da INSPSAU, do EAP, do TACF ou da PPO ou dos recursos, quando aplicável;
- k) não apresentar o documento de identidade original (para candidato militar, Carteira de Identidade expedida pela instituição militar correspondente), devidamente válido e dentro do prazo de validade, de acordo com o previsto no item 9.1.2 ou recusar a submeter-se ao processo de identificação por meio de impressão digital, por ocasião das concentrações, da realização de qualquer uma das provas, da INSPSAU, do EAP, do TACF ou da PPO ou dos recursos, quando aplicável;
- l) deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos para inscrição ou matrícula, ou apresentá-los contendo discrepâncias que não venham a ser sanadas nos prazos previstos;
- m) deixar de cumprir qualquer uma das exigências previstas nas condições para a inscrição ou matrícula;
- n) tiver praticado falsidade ideológica constatada em qualquer momento dos Exames de Admissão;
- o) deixar de assinar o Cartão de Respostas das provas escritas no local para isso reservado; ou
- p) deixar de apresentar-se no CIAAR, na data prevista para matrícula e início dos cursos, passando a ser considerado candidato desistente.

9.5 VALIDADE DOS EXAMES DE ADMISSÃO

9.5.1 O prazo de validade dos EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008 expirar-se-á quatro dias corridos após a data prevista para a matrícula, sendo tal prazo improrrogável.

9.5.2 Os resultados obtidos pelos candidatos em todas as etapas do respectivo Exame de Admissão somente terão validade para a matrícula nos CAMAR/CADAR/CAFAR 2008.

10 DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Não caberá ao interessado o direito de recurso para obter qualquer compensação, pecuniária ou não, pelo indeferimento de sua solicitação de inscrição no respectivo Exame de Admissão, se constatado o descumprimento das condições estabelecidas nas presentes instruções.

10.2 A inscrição em um dos Exames de Admissão implicará a aceitação irrestrita, pelo candidato, das condições estabelecidas nas presentes instruções, não cabendo ao mesmo o direito de recurso para obter qualquer compensação pela sua exclusão do Exame de Admissão ou pelo seu não aproveitamento por falta de vagas.

10.3 Ao Diretor-Geral do DEPENS caberá:

- a) anular os Exames de Admissão, no todo ou em parte, em todo o país ou em

determinadas localidades, quando houver grave indício de quebra de sigilo, cometimento de irregularidades durante a realização de qualquer evento de caráter seletivo e/ou classificatório, e quando ocorrer fato incompatível com estas instruções, ou que impossibilite o seu cumprimento. Assim sendo, não caberá por parte do candidato, caso continue ou não a participar do certame, a solicitação de qualquer reparação pelos transtornos que a anulação e, conseqüentemente, o cancelamento dos eventos subseqüentes possam causar, bem como ficará implícita a sua aceitação do novo Calendário de Eventos a ser divulgado para prosseguimento dos Exames de Admissão;

- b) caso seja constatada incorreção na publicação dos resultados obtidos pelos candidatos em qualquer evento seletivo e/ou classificatório do certame, determinar providências para que a publicação seja tornada sem efeito e os resultados sejam publicamente anulados, bem como todos os atos deles decorrentes e, por meio de ato contínuo, providenciar para que sejam publicados os resultados corretos. Dessa forma, não caberá aos candidatos qualquer pedido de reconsideração referente aos resultados anulados, uma vez constatado que estes estão eivados de vícios que os tornam ilegais, pois deles não se originam direitos.

10.4 Os casos não previstos serão resolvidos pelo Diretor-Geral do DEPENS.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENS

ANEXO 1

SIGLAS UTILIZADAS PELO COMANDO DA AERONÁUTICA **CONSTANTES DESTAS INSTRUÇÕES**

AVCOM		Avaliação das Comissões de Promoção
BCA	-	Boletim do Comando da Aeronáutica
CADAR	-	Curso de Adaptação de Dentistas da Aeronáutica
CAFAR	-	Curso de Adaptação de Farmacêuticos da Aeronáutica
CAMAR	-	Curso de Adaptação de Médicos da Aeronáutica
CDA	-	Comissão de Desportos da Aeronáutica
CEMAL	-	Centro de Medicina Aeroespacial
CIAAR	-	Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica
CINDACTA	-	Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
CLA	-	Centro de Lançamento de Alcântara
COMAR	-	Comando Aéreo Regional
COMGEP	-	Comando-Geral do Pessoal
DEPENS	-	Departamento de Ensino da Aeronáutica
DIRSA	-	Diretoria de Saúde da Aeronáutica
DOU	-	Diário Oficial da União
ECT	-	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
ICA	-	Instrução do Comando da Aeronáutica
IE/EA	-	Instruções Específicas do Exame de Admissão
IPA	-	Instituto de Psicologia da Aeronáutica
IRIS	-	Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde
JEA	-	Junta Especial de Avaliação
JS	-	Junta de Saúde
OM	-	Organização Militar
OMAP	-	Organização Militar de Apoio
RUMAER	-	Regulamento de Uniformes da Aeronáutica
SERENS	-	Serviço Regional de Ensino
TACF	-	Teste de Avaliação do Condicionamento Físico

ANEXO 2

CALENDÁRIO DE EVENTOS

EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
1.	Período de inscrição. (Pela Internet, o preenchimento do FSI será possível a partir das 10h do primeiro dia de inscrições até às 15h do último dia - horário de Brasília).	CANDIDATOS/ CIAAR	03 a 23 out. 2007
2.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos que tiveram a solicitação de inscrição deferida e indeferida.	CIAAR	26 out. 2007
3.	Remessa, ao CIAAR, do requerimento para inscrição em grau de recurso, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT, por SEDEX.	CANDIDATOS	até 30 out. 2007
4.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos que, em grau de recurso, tiveram a solicitação de inscrição deferida ou indeferida.	CIAAR	05 nov. 2007
5.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos locais de prova.	CIAAR	14 nov. 2007
6.	Concentração Inicial: Provas Escritas <ul style="list-style-type: none">• fechamento dos portões às 8h 45min;• concentração inicial às 9h; e• início das provas às 10h (horário de Brasília).	OMAP	02 dez. 2007
7.	Divulgação, via Internet e Intraer, das provas aplicadas e dos gabaritos provisórios.	CIAAR	03 dez. 2007
8.	Remessa da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ) ao CIAAR, via fax e encomenda expressa (urgente) ou via ECT, por SEDEX. (para agilizar)	CANDIDATOS	até 05 dez. 2007
9.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos gabaritos oficiais e dos pareceres sobre as FIFQ, ou comunicação da inexistência das mesmas.	CIAAR	até 20 dez. 2007
10.	Divulgação, na Internet e Intraer, da relação nominal, por especialidade, com os resultados obtidos pelos candidatos nas provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, constando a média e a classificação parcial, bem como a convocação para a Concentração Intermediária e Prova de Títulos daqueles que deverão prosseguir no Exame.	CIAAR	até 28 dez. 2007
11.	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária e Prova de Títulos.	CIAAR	até 04 jan. 2008
12.	Solicitação à Divisão de Concursos do CIAAR, da vista de Prova de Redação, via fax e agendamento telefônico.	CANDIDATOS	até 11 jan. 2008

13.	Concentração Intermediária e entrega de títulos, das 9h às 11h.	SERENS	14 jan. 2008
14.	Análise dos Títulos	BANCA EXAMINADORA	15 a 18 jan. 2008
15.	Inspeção de Saúde – realização e julgamento.	OSA	15 a 22 jan. 2008
16.	Exame de Aptidão Psicológica.	IPA / SERENS	15 a 25 jan. 2008
17.	Vista de Prova de Redação, no CIAAR, das 9h às 12h e de 13h às 17h.	CIAAR	17 jan. 2008
18.	Divulgação, na Internet e na Intraer, da relação nominal dos candidatos com os resultados obtidos na Prova de Títulos.	CIAAR	21 jan. 2008
19.	Remessa, via SEDEX, de recurso para a Prova de Títulos.	CANDIDATOS	até 23 jan. 2008
20.	Entrega, ao SERENS, dos Documentos de Informação de Saúde dos candidatos julgados incapazes na INSPSAU.	OSA	até 29 jan. 2008
21.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos na INSPSAU.	CIAAR	até 30 jan. 2008.
22.	Comunicação às OM dos candidatos, via mensagem rádio urgente, dos RC correspondentes daqueles que receberam parecer desfavorável e, via Rede de Comunicação de Dados Sigilosos (Rede Mercúrio), dos nomes e dos motivos dos pareceres desfavoráveis	CPO/CPG	até 31 jan. 2008
23.	Solicitação, ao SERENS, do Documento de Informação de Saúde.	CANDIDATOS	até 1º fev. 2008.
24.	Entrega dos Documentos de Informação de Saúde aos candidatos julgados incapazes na INSPSAU, mediante solicitação.	SERENS	1º fev. 2008.
25.	Entrega, ao SERENS, das 9h às 16h, da solicitação de INSPSAU em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 08 fev. 2008
26.	Remessa, à CPO ou CPG da informação, encaminhada por meio de mensagem telegráfica, da intenção do militar interpor recurso ou não.	CMT OM / CANDIDATOS	até 08 fev. 2008
27.	Divulgação, na Internet e na Intraer, da relação nominal, por especialidade, dos candidatos com os resultados obtidos na Prova de Títulos em grau de recurso, constando a média e a classificação final.	CIAAR	08 fev. 2008
28.	Remessa à SECPROM ou à DIRAP, administrativamente, por SEDEX, dos recursos sobre o parecer desfavorável.	CANDIDATOS CMT OM	até 15 fev. 2008
29.	Realização e julgamento da INSPSAU em grau de recurso, bem como remessa, via fax, ao CIAAR, dos resultados obtidos pelos candidatos.	DIRSA / OSA	18 a 20 fev. 2008
30.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no EAP (relação por número de inscrição).	CIAAR	18 fev. 2008
31.	Solicitação ao SERENS do DIAP.	CANDIDATOS	até 21 fev. 2008

32.	Entrega dos DIAP aos candidatos contra-indicados no EAP, mediante solicitação.	SERENS	até 21 fev. 2008
33.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos na INPSAU em grau de recurso.	CIAAR	25 fev. 2008
34.	Entrega, ao SERENS, das 9h às 16h, da solicitação do EAP em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 26 fev. 2008.
35.	Realização (pela manhã), julgamento e divulgação do resultado do TACF ao candidato imediatamente após o julgamento.	CDA / SERENS	28 fev 2008
36.	Entrega, no setor de protocolo do SERENS, da solicitação do TACF em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 29 fev 2008
37.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados obtidos pelos candidatos no TACF.	CIAAR	05 mar. 2008
38.	Comunicação às OM dos candidatos, via mensagem rádio urgente, do resultado da análise dos recursos e emissão de parecer, via Rede de Comunicação de Dados Sigilosos (Rede Mercúrio), dos nomes e dos motivos dos pareceres desfavoráveis.	CIAAR	até 07 mar. 2008
39.	Realização do EAP em grau de recurso.	IPA/SERENS	13 mar. 2008
40.	Realização e julgamento (pela manhã) do TACF em grau de recurso.	CDA / SERENS	14 mar. 2008
41.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados obtidos pelos candidatos no TACF em grau de recurso.	CIAAR	18 mar. 2008
42.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no EAP em grau de recurso (relação por número de inscrição).	CIAAR	20 mar. 2008
43.	Divulgação dos locais, horários e da relação nominal dos candidatos convocados para a Prova Prática/Oral (PPO), a ser realizada no Rio de Janeiro.	CIAAR	24 mar. 2008
44.	Prova Prática/Oral (PPO).	CIAAR/OMAP	31 mar a 04 abr. 2008
45.	Divulgação, via Internet e Intraer, do local e horário da realização da Entrevista Informativa.	CIAAR	07 abr. 2008
46.	Divulgação dos resultados, por número de inscrição, obtidos pelos candidatos na PPO.	CIAAR	08 abr. 2008
47.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula, contendo as médias finais com as respectivas classificações, bem como da convocação para a Concentração Final.	CIAAR	16 abr. 2008
48.	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	DEPENS	17 abr. 2008
49.	Publicação no BCA da Ordem de Matrícula dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	CENDOC	18 abr. 2008
50.	Concentração Final no CIAAR das 9h às 11h.	CIAAR	23 abr. 2008

51.	Matrícula e início do Curso.	CIAAR	28 abr. 2008
52.	Entrevista Informativa referente ao EAP com os candidatos contra-indicados.	IPA	30 abr. 2008
53.	Convocação dos candidatos excedentes, em substituição àqueles que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do Exame ou considerados desistentes.	CIAAR	até 02 maio 2008
54.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do exame ou considerados desistentes, bem como da relação nominal dos candidatos excedentes convocados.	CIAAR	06 maio 2008
55.	Apresentação, no CIAAR, dos candidatos excedentes convocados.	CANDIDATOS	03 dias corridos, a contar da data subsequente à de convocação
56.	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos matriculados no EA-CAMAR/CADAR/CAFAR 2008.	CIAAR	21 maio 2008
57.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos matriculados no Curso.	CIAAR	21 maio 2008

ANEXO 3

PROGRAMA DE MATÉRIAS

1 LÍNGUA PORTUGUESA

1.1 INTERPRETAÇÃO DE TEXTO: Informações literais e inferências possíveis. Ponto de vista do autor. Significação contextual de palavras e expressões. Relações entre idéias e recursos de coesão.

1.2 FONÉTICA E FONOLOGIA: Fonemas, encontros consonantais e vocálicos; dígrafos. Divisão silábica. Acentuação gráfica. Ortografia.

1.3 MORFOLOGIA: Estrutura das palavras. Radicais gregos e latinos, prefixos de origem grega latina, sufixos. Formação de palavras. Classes de palavras – classificação, flexão e emprego: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

1.4 SINTAXE: Análise sintática da oração. Análise sintática do período. Pontuação. Regência. Concordância.

1.5 ESTUDO DA CRASE

1.6 COLOCAÇÃO PRONOMINAL

1.7 SEMÂNTICA E ESTILÍSTICA: Sinonímia e polissemia. Denotação e conotação. Figuras de estilo.

1.8 BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

1.8.1 BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2001.

- 1.8.2 CEGALLA, Domingos Pascoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- 1.8.3 FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. **Gramática**. 20 ed. São Paulo: Ática, 2006.
- 1.8.4 PASQUALE, Cipro Neto; ULISSES, Infante. **Gramática da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2004.

2 REDAÇÃO (PRODUÇÃO DE TEXTO)

2.1 Tema da atualidade, determinado pela Banca Examinadora. Conhecimentos lingüísticos gerais e específicos relativos à produção de textos. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua.

2.2 BIBLIOGRAFIA

- 2.2.1 COSTA VAL, MARIA DA GRAÇA. **REPENSANDO A TEXTUALIDADE**. IN. AZEREDO, JOSÉ CARLOS DE (ORG). **LÍNGUA PORTUGUESA EM DEBATE**. 3 ED. PETRÓPOLIS: VOZES, 2002 P. 34-50.
- 2.2.2 GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprenda a pensar. 25ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 524 p
- 2.2.3 VIANA, Antônio Carlos (coord.) VALENÇA, Ana Maria Macedo et alli. **Roteiro de redação**; lendo e argumentando. São Paulo: Editora Scipione, 2001.

3 ANESTESIOLOGIA

3.1 Aspectos médico-legais e responsabilidade ética em Anestesia. Avaliação, medicação e preparo pré-anestésicos. Equipamentos de anestesia e sistemas ventilatórios. Monitorização de pacientes anestesiados. Vias aéreas e intubação traqueal. Anestésicos inalatórios. Anestésicos venosos. Transmissão e bloqueio neuro-muscular. Anestésicos locais. Anestesia regional: bloqueio de condução; bloqueios de nervos periféricos. Equilíbrio ácido-básico e análise de gases sanguíneos. Equilíbrio hidro-eletrolítico. Reposição hídrica. Sangue e derivados. Anestesia para o paciente com deficiência de múltiplos órgãos e sistemas. Ressuscitação cardiorrespiratória. Choque. Cuidados respiratórios intensivos. Complicações em anestesia. Anestesia em urgências. Recuperação pós-anestésica. Tratamento da dor pós-operatória. Anestesia em Pediatria. Anestesia em Obstetrícia. Anestesia em cirurgias abdominal, oftalmológica, plástica e bucomaxilofacial. Anestesia para cirurgia otorrinolaringológica. Anestesia para neurocirurgia, cirurgia torácica, cardíaca e vascular. Anestesia ambulatorial e para procedimentos diagnósticos. Anestesia para ortopedia e traumatologia. Anestesia para cirurgia geniturinária. Anestesia em geriatria.

3.2 BIBLIOGRAFIA

- 3.2.1 BRASH, P.G.; CULLEN, B.F.; STOELTING, R.K. **Anestesia Clínica**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2004.
- 3.2.2 MANICA, J. **Anestesiologia**: princípios e técnicas. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.
- 3.2.3 MORGAN JR., G.E.; MIKHAIL, M.S.; MURRAY, M.J. **Clinical Anesthesiology**. 4th ed. New York: McGraw-Hill, 2006.
- 3.2.4 MILLER, R.D. **Anesthesia**. 6th ed. New York: Churchill Livingstone, 2005.

4 ANATOMIA PATOLÓGICA

4.1 Distúrbios circulatórios; mecanismo de injúria e morte celular; alterações regressivas celulares e do interstício; processo inflamatório agudo, crônico e granulomatoso; aspectos gerais de lesões pré-neoplásicas e neoplasias benignas e malignas; noções gerais de imunopatologia e patologia ambiental; técnicas histológicas de rotina; patologia do tubo digestivo e anexos; patologia do sistema gênito-

urinário; patologia tumoral e inflamatória do sistema nervoso central; patologia do sistema respiratório; noções gerais sobre dermatopatologia; patologia do tecido linfóide; patologia de doenças infecciosas (AIDS, tuberculose, Doença de Chagas, hepatites virais, hanseníase, leishmaniose; Citopatologia cérvico vaginal, de líquidos, secreções e de material da punção aspirativo.

4.2 BIBLIOGRAFIA

- 4.2.1 Fletcher Cd. **Diagnostic histopathology of tumors**. 2nd ed. London: Churchill Livingstone, 2000.
- 4.2.2 KUMAR, Vinay.; ABBAS, Abdul K.; FAUSTO, Nelson. Robbins & Contran - **Patologia: bases patológicas das doenças**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- 4.2.3 BRASILEIRO FILHO, Geraldo. **Bogliolo / Patologia**. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- 4.2.4 MILLS SE (Ed.) **Sternberg's Diagnostic Surgical Pathology**. 4th ed. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2004
- 4.2.5 ACKERMAN'S, Rosai J. **Surgical Pathology**. 9th ed. St. Louis: Mosby, 2004.

5 **CANCEROLOGIA**

5.1 Medidas preventivas contra o câncer. A eliminação ou proteção contra carcinogênicos conhecidos ou suspeitos. Fatores de risco para o câncer. Registro de câncer. Princípios gerais de Bioestatística e interpretações de estudos clínicos. Aspectos epidemiológicos das neoplasias malignas mais freqüentes no Brasil. Mortalidade e incidência do câncer no Brasil e no mundo. Programas de controle do câncer no Brasil. Conceito de neoplasia, hiperplasia, hipertrofia, metaplasia, displasia. Bases de classificação histológica das neoplasias. Carcinogênese: etapas , carcinogênese física, química e biológica. Fatores genéticos e familiares. Evolução das neoplasias. Carcinoma “in situ”. Invasão e metastatização. Vias de progressão das metástases. Diagnóstico precoce do câncer: prevenção, detecção. Lesões precursoras (pré-cancerosas). Estadiamento clínico. Aspectos histopatológicos como fatores de prognóstico. Biópsias: tipos, métodos de fixação. O exame citológico. Bases gerais da Radioterapia. Efeito das radiações ionizantes: modalidades de radiação em terapia. Radiosensibilidade e radioresistência dos tumores. Uso da radioterapia em tratamentos combinados. Complicações da radioterapia. Bases do tratamento cirúrgico. Cirurgia paliativa e cirurgia radical. Citoredução. Tratamentos combinados. Estadiamento cirúrgico. Proliferação celular. Cinética celular Princípios da biologia molecular de células malignas. Princípios da quimioterapia antineoplásica. Princípios e aplicação da terapêutica biológica: imunologia tumoral, anticorpos monoclonais, imunoterapia. Doença de Hodgkin. Linfomas Não-Hodgkin. Mieloma Múltiplo. Leucemias agudas e crônicas. Metástases de tumor primário desconhecido. Tratamento de apoio na doença neoplásica. Bioética: princípios gerais. Farmacologia das drogas antilblásticas. Hormônioterapia. Modificadores da resposta biológica (interleucinas, interferons, etc.). Fatores de crescimento da medula óssea. Bisfosfonatos: farmacologia e usos oncológicos. Avaliação das respostas terapêuticas em Oncologia Clínica .Avaliação do estado geral em Oncologia.Avaliação da sobrevida.Emergências Oncológicas. Epidemiologia historia natural, patologia , diagnóstico, estadiamento, prognóstico, indicações cirúrgicas, radioterapia e tratamento sistêmico dos seguintes tumores: Câncer da cabeça e pescoço; Câncer de tireóide; Câncer do pulmão; Tumores do mediastino; Câncer do esôfago; Câncer do estômago; Câncer do pâncreas e do sistema hepatobiliar; Câncer do colon e reto; câncer do canal anal; câncer do intestino delgado; Câncer do rim e da bexiga; Câncer da próstata; Câncer do pênis; Câncer do testículo; Tumores ginecológicos (vulva, vagina, colo do útero e endométrio). Sarcomas uterinos. Doença trofoblástica gestacional; Câncer do ovário; Câncer da mama; Sarcomas das partes moles; Sarcomas ósseos; Câncer de pele; Melanoma; Câncer do SNC.

5.2 BIBLIOGRAFIA

- 5.2.1 AMB-CFM. Projeto Diretrizes. Disponível em:<<http://www.projetodiretrizes.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

- 5.2.2 AMERICAN JOINT COMMITTEE ON CANCER. **Cancer Staging Manual**. 6th ed. New York: Springer, 2002.
- 5.2.3 DEVITA JR., V.; HELLMAN, S.; ROSEMBERG, S.A.: **Cancer: principles and practice of oncology**. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2005.
- 5.2.4 KUFE, D.W. et al. (Ed.). **Cancer medicine**. 7th ed. Ontario: B.C.Decker, 2006.
- 5.2.5 WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International histological classification of tumours**. Springer-Verlag, 1980.12 v.
- 5.2.6 HAMILTON, S. R.; AALTONEN, L. A. (Ed.). **WHO classification of tumours: tumours of the digestive system**. Lyon: IARC Press, 2000.
- 5.2.7 WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO classification of tumours: tumours of hematopoietic and lymphoid tissues**. Lyon: IARC Press, 2001.
- 5.2.8 FLETCHER, C.D.M.; UNNI, K.K.; MARTENS, F. (Ed.). **WHO classification of tumours: pathology and genetics of tumours of soft tissues and bone**. Lyon: IARC Press, 2002.
- 5.2.9 BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **Estimativas da incidência e mortalidade por câncer**. Rio de Janeiro: INCA, 2006.
- 5.2.10 PEREZ, C.A.; BRADY, L.W. (Ed.). **Principles and practice of radiation oncology**. 3rd ed. Philadelphia: Lippincott-Raven, 1997.
- 5.2.11 SOUHAMI, R. et al. (Ed.). **Oxford textbook of oncology**. 2nd ed. Oxford University Press, 2001.
- 5.2.12 DOYLE, D. et al. (Ed.). **Oxford textbook of palliative medicine**. 2nd ed. Oxford University Press, 1999.
- 5.2.13 CHANG, A.E. et al. **Oncology: an evidence-based approach**. Springer, 2005.
- 5.2.14 ABBAR, A.K.; LICHTMAN, A.H. **Cellular and molecular immunology**. 5th ed. Saunders, 2005.
- 5.2.15 ROCHA, J. C. C.; FERREIRA, C.G. **Oncologia molecular**. São Paulo: atheneu, 2004.

6 CARDIOLOGIA

6.1 Insuficiência cardíaca congestiva. Arritmia cardíaca. Valvulopatias. Endocardites. Dislipidemias. Insuficiência coronariana. Infarto agudo do miocárdio. Terapia trombolítica. Miocardiopatias e miocardites. Doenças pericárdicas. Embolia pulmonar. Febre reumática. Gravidez e doença cardiovascular. Eletrocardiografia. Cardiologia nuclear. Cateterização cardíaca. Ecocardiografia. Angioplastia coronariana. Marcapasso cardíaco. Terapia anticoagulante. Hipertensão arterial. Tromboembolismo pulmonar. Farmacologia cardiovascular.

6.2 BIBLIOGRAFIA

- 6.2.1 BRAUNWALD, E.; ZIPES, D.P.; LIBBY, P. **Heart disease**. 6th ed. Philadelphia: W. B. Saunders; 2001. v. 1 e 2.
- 6.2.2 O'Rourke, R.A. et al (Ed.) **Hurst's the heart manual of cardiology**. 11th ed. Philadelphia: McGraw-Hill, 2004
- 6.2.3 NOBRE, F.; SERRANO JR., C.V. **Tratado de cardiologia**. SOCESP. São Paulo: Manole, 2005.
- 6.2.4 KOHLMANN JR., Osvaldo et al. III Consenso Brasileiro de Hipertensão Arterial. **Arq Bras Endocrinol Metab**. São Paulo, v.43, n. 4, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27301999000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Aug 2007.
- 6.2.5 MCPHEE, S.J.; PAPADAKIS, M.A.; TIERNEY JR., L.M. (Eds). **Current medical diagnosis and treatment**. 46th ed. Lange Medical Books/McGraw-Hill, 2006.

7 CIRURGIA GERAL

7.1 Ressuscitação cardiopulmonar. Abordagem do paciente politraumatizado. Abordagem inicial do paciente crítico na sala de urgência. Distúrbios do aparelho cardiovascular – trauma cardíaco e

vascular, tamponamento cardíaco. Distúrbios do aparelho respiratório – Insuficiência respiratória aguda, embolia pulmonar, embolia gordurosa, síndromes aspirativas, afogamento, ventilação mecânica – indicações, técnicas e desmame, pneumonias, trauma torácico. Distúrbios genitourinários – trauma renal, trauma genital. Doença inflamatória pélvica, complicações do parto, abortamento, eclampsia, indicações da cesárea de emergência. Distúrbios do sistema gastrointestinal – trauma gastrointestinal, sangramento gastrointestinal agudo e crônico, úlceras do tubo digestivo, varizes esofageanas, hipertensão porta, colites, diverticulite, insuficiência hepática, encefalopatia hepática, isquemia mesentérica, pancreatites, estenoses cáusticas, colecistites, coledocopatias. Antimicrobianos – indicações de uso, contra-indicações, efeitos colaterais, associações medicamentosas. Cateteres centrais e periféricos – técnicas de punção, indicações de pressão venosa central e de monitorização invasiva, infecções dos cateteres periféricos e centrais. Síndrome da resposta inflamatória sistêmica. Síndromes de compartimento – vasculares, cranianas, torácicas e abdominais. Síndrome de disfunção de múltiplos órgãos. Intoxicações exógenas – atendimento inicial. Técnicas de monitorização cardiovascular invasiva. Hipotermia e hipertermia. Condutas na abordagem do paciente com dor aguda.

7.2 BIBLIOGRAFIA

- 7.2.1 BLUNGART, L.H. (Ed.). **Surgery of the liver, biliary tract and pancreas**. 4th ed. Philadelphia: Elsevier; 2006.
- 7.2.2 MOORE, E.E.; FELICIANO, D.V.; MATTOX, K.L. (Ed.). **Trauma**. 5th ed. New York: McGraw-Hill, 2003.
- 7.2.3 BAKER, R.J.; FISCHER, J.E. (Ed.). **Mastery of surgery**. 4th ed. New York: Lippincott, Williams & Wilkins, 2001.
- 7.2.4 ZINNER, M.J.; ASHLEY, S.W. **Maingot's abdominal operations**. 11th ed. New York: Appleton-Century-Crofts, 2006.
- 7.2.5 TOWNSEND, Courtney M. et al. **Sabiston textbook of surgery: the biological basis of modern surgical practice**. 17th ed. Elsevier-Saunders, 2004.

8 CLÍNICA MÉDICA

8.1 O pronto atendimento ao idoso: estados confusionais, quedas, hipertensão postural, hipertensão arterial, infecção. Insuficiência respiratória aguda, doença pulmonar obstrutiva crônica, doenças infecciosas agudas e crônicas, doenças da pleura. Arritmias, isquemia miocárdica aguda e crônica, hipertensão arterial, insuficiência cardíaca. Dor torácica. Anemias, distúrbios da hemostasia, estados hipercoaguláveis. Hemorragias digestivas, má absorção, icterícias, hepatites, imunologia, imunodeficiências, doenças auto-imunes. Farmacologia dos medicamentos usados no controle das doenças reumatológicas, equilíbrio hidro-eletrolítico e ácido básico. Glomerulopatias, doenças túbulo-intersticiais, insuficiência renal crônica aguda. Coma, esturpor, estados confusionais. Doenças da tireóide, doenças da córtex supra renal. Uso clínico de corticosteróides. Doenças metabólicas: dislipoproteinemias, diabetes mellitus. Antibióticos. Ressuscitação cardiopulmonar.

8.2 BIBLIOGRAFIA

- 8.2.1 AMB-CFM. Projeto Diretrizes. Disponível em: <<http://www.projetodiretrizes.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 8.2.2 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual de tratamento das coagulopatias hereditárias**. Brasília : Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <dtr2001.saude.gov.br/sas/cpnsh/05%200844%20miolo%20TRATAMENTO.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2007.
- 8.2.3 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diabetes mellitus**. Brasília : Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcad16.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2007.

- 8.2.4 KOHLMANN JR., Osvaldo et al. III Consenso Brasileiro de Hipertensão Arterial. **Arq Bras Endocrinol Metab.** São Paulo, v.43, n. 4, 1999 .Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abem/v43n4/11752.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2007.
- 8.2.5 GOLDMAN, L.; AUSIELLO, D.A. **Cecil textbook of medicine.** 22nd ed. Philadelphia: Saunders, 2004.
- 8.2.6 MCPHEE, S.J.; PAPADAKIS, M.A., TIERNEY JR., L.M. (Ed.), **Current medical diagnosis and treatment.** 46th ed. Lange Medical Books/McGraw-Hill, 2006.
- 8.2.7 BRUNTON, Lawrence L (Ed.).**Goodman & Gilman's the pharmacological basis of therapeutics.** 11th ed. New York : McGraw-Hill, 2006.

9 DERMATOLOGIA

9.1 Anatomia e fisiologia da pele; Imunopatologia cutânea. Histopatologia das doenças de pele. Dermatoses eczematosas. Dermatoses eritemato-pápulo-escamosas. Dermatose seborréica, psoríase, pitíriase rósea de Gilbert, liquen plano, outras formas de liquen. Púrpuras. Pruridos: estrófulo, nodular de Hyde, Hebra, astealósico, anogenital, idiopática. Dermatoses vésico-bolhosas: pênfigos, Duhring Brock, dermatose linear por IgA, herpes gestacional, impetigo herpertiforme. Acnes. Micoses. Dermatoses ulcerosas. Doenças do tecido conjuntivo. Infecções bacterianas da pele. Doenças sexualmente transmissíveis. AIDS. Micoses superficiais. Micoses profundas. Dermatoviroses. Escabioses e outras dermatoses parasitárias. Dermatoses metabólicas. Reações de hipersensibilidade da pele: urticária, E. polimorfo, Stevens Jonhson, Lyell e S. SS. SS. Dermatoses congênitas e hereditárias. Tumores da pele. Linformas e outros processos malignos. Terapêutica tópica das dermatoses. Cirurgia dermatológica. Leishmaniose. M. H. M. Hansen. Aspectos macroscópicos e microscópicos do exame micológico direto e cultura. Terapêutica sistêmica das dermatoses. Manifestação cutânea das doenças sistêmicas.

9.2 BIBLIOGRAFIA

- 9.2.1 AMB-CFM. Projeto Diretrizes. Disponível em:<<http://www.projetodiretrizes.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 9.2.2 SAMPAIO, Sebastião A. P.; RIVITTI, Evandro A. **Dermatologia.** 3. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2007.
- 9.2.3 AZULAY, R.D.; AZULAY, D.R. **Dermatologia.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- 9.2.4 LACAZ, C.S. et al. **Tratado de micologia médica.** São Paulo: Sarvier, 2002.
- 9.2.5 CHAMPION, R.H., et al. **Textbook of dermatology.** 7th ed. New York: Blackwell Science , 2004.
- 9.2.6 ELDER, D.E. et al. **Lever's histopathology of the skin.** 9th ed. Lippincott, Williams & Wilkins, 2004.
- 9.2.7 FREEDBERG, I.M. et al. **Fitzpatrick's dermatology in general medicine.** New York: MacGraw Hill, 2003.
- 9.2.8 BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de controle das doenças sexualmente transmissíveis.** Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/assistencia/manualdst/indice.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 9.2.9 BRASIL. Ministério da Saúde. Vigilância Epidemiológica. **Manual de controle da leishmaniose tegumentar americana.** Disponível em: <<http://www.saude.ms.gov.br/externo/downloads/leishmaniosetegumentar.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 9.2.10 BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia para o controle de hanseníase.** Disponível em: <http://www.saude.rj.gov.br/hanseniase/documentos/guia_de_hanseniase.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 9.2.11 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Dermatologia Sanitária. **Dermatologia na atenção básica de**

saúde. Disponível em:
<<http://www.credesh.ufu.br/documentos/academico/Guia%20de%20Dermatologia%20na%20Atencao%20Basica%20n9.pdf>>. Acesso em 20 de Agosto de 2007.

10 ENDOCRINOLOGIA

10.1 Biologia Molecular, Neuroendocrinologia, Tireóide, Paratireóide, Supra-Renal, Gônadas, Pâncreas Endócrino, Obesidade, Dislipidemia, Endocrinologia Básica e Métodos Diagnósticos.

10.2 BIBLIOGRAFIA

- 10.2.1 AMB-CFM. Projeto Diretrizes. Disponível em:<<http://www.projetodiretrizes.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 10.2.2 LARSEN, P.R. et al.(Ed). **Williams' textbook of endocrinology**. 10th ed. Pennsylvania: Saunders, 2003.
- 10.2.3 BANDEIRA, F. et al. **Endocrinologia e diabetes**. Rio de Janeiro: Medsi, 2003.
- 10.2.4 BESSER, G.M.; THORNER, M.O. (Ed.). **Comprehensive clinical endocrinology**, 3rd. ed. Edinburgh: Elsevier Science, 2002.
- 10.2.5 VILAR, L. **Endocrinologia clínica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- 10.2.6 CORONHO, V. et al. (Org.). **Tratado de endocrinologia e cirurgia endócrina**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
- 10.2.7 GARDNER, D. G.; SHOBACK, D.M. **Greenspan's basic & clinical endocrinology**. 8th ed. New York, London: McGraw-Hill Medical, 2007.

11 GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA

11.1 Anatomia e embriologia. Planejamento familiar. Dor pélvica e dismenorréia. Doenças sexualmente transmissíveis e infecções genitourinárias. Gravidez ectópica. Doenças benignas do trato reprodutivo. Cirurgias para patologias benignas e malignas. Incontinência urinária de esforço, uretrocele, cistocele e distopias do útero. Doença inflamatória pélvica. Endocrinologia, ginecologia (amenorréia, anovulação, hirsutismo, hemorragia uterina disfuncional, desenvolvimento sexual, puberdade e climatério). Infertilidade. Endoscopia ginecológica. Endometriose. Câncer de colo uterino. Propedêutica do colo uterino. Câncer de ovário. Câncer de vulva. Doença trofoblástica gestacional. Doenças benignas e malignas da mama. Ginecologia infanto-puberal.

11.2 Assistência pré-natal. Assistência ao parto. Hemorragias pós-parto. Síndromes hemorrágicas na gravidez. Amniorexe prematura. Parto prematuro. Cesariana. Gestação de alto risco. hipertensão na gravidez. Endocrinopatias na gravidez. Incompatibilidade sangüínea materno-fetal. Ultra-som em obstetrícia. Doenças infecciosas na gravidez. Sofrimento fetal. Tocotraumatismos maternos. Passagem transplacentária de drogas. Gravidez na adolescência. Infecção urinária na gravidez. Patologia do sistema amniótico. Hiperemese gravídica. Aspectos médico-legais e éticos da obstetrícia. Ginecologia e Obstetrícia Baseada em Evidência.

11.3 BIBLIOGRAFIA

- 11.3.1 AMB-CFM. Projeto Diretrizes. Disponível em:<<http://www.projetodiretrizes.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 11.3.2 BEREK, Jonathan S. **Berek & Novak's gynecology**. 14th ed. Philadelphia: Lippincott, Williams & Williams, 2006
- 11.3.3 BRASIL. Ministério da Saúde. **Humanização do Parto**. Disponível em:
<http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/popup/02_0033.htm>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 11.3.4 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Manual de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

- Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_controle_das_dst.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 11.3.5 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. **Recomendações para Profilaxia da Transmissão Materno-infantil do HIV e Terapia Anti-Retroviral em Gestantes**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/data/documents/storedDocuments/%7BB8EF5DAF-23AE-4891-AD36-1903553A3174%7D/%7B8B7D14E5-85F1-482A-ABDA-11088D087EE9%7D/ConsensoGestantes%202006-%FAltima%20vers%E3o_27julho2006.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 11.3.6 BURROW, Gerard N. **Complicaciones médicas durante el embarazo**. 5. ed. Editorial Médica Panamericana, 2001.
- 11.3.7 CREMESP. **Manual de Ética em Ginecologia e Obstetrícia**. Disponível em: <http://www.Bioetica.Org.Br/?Siteacao=Publicacoes&Acao=Detalhes&Tipo_Pub=H&Cod_Publicacao=6>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 11.3.8 CUNNINGHAM, F.G. et al. **Williams Obstetrics**. 21st ed. New York: McGraw-Hill, 2001.
- 11.3.9 DECHERNEY, A.H. et al. **Obstetric & Gynecologic current diagnosis and treatment**. 10th ed. McGraw-Hill, 2007.
- 11.3.10 FEBRASGO. **Manual de diabetes e hipertensão na gravidez**. Disponível em: <<http://www.gosites.com.br/sggo/pdf.asp?path=302553jh%7Cggeyny7zmls2rjl4&arq=rq%7Chp678782vml>>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 11.3.11 FEBRASGO. **Manual de drogas na gravidez**. Disponível em: <<http://www.gosites.com.br/sggo/pdf.asp?path=302553jh%7Cggeyny7zmls2rjl4&arq=rq%7Chp678752vml>>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 11.3.12 FEBRASGO. **Manual de ginecologia endócrina**. Disponível em: <<http://www.gosites.com.br/sggo/pdf.asp?path=302553jh%7Cggeyny7zmls2rjl4&arq=rq%7Chp6786%3A2vml>>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 11.3.13 FEBRASGO. **Manual de uroginecologia e cirurgia vaginal**. Disponível em: <<http://www.gosites.com.br/sggo/pdf.asp?path=302553jh%7Cggeyny7zmls2rjl4&arq=rq%7Chp6786%3C2vml>>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 11.3.14 FLEISCHER, Arthur C. **Sonography in obstetrics and gynecology: Principles and Practice**. 6th ed. London: Prentice-Hall International, 2002.
- 11.3.15 REZENDE, Jorge de. **Obstetrícia fundamental**. 10. ed. Guanabara Koogan, 2006.
- 11.3.16 LOBO, Rogerio A. **Treatment of the postmenopausal woman: Basic and Clinical Aspects**. 2nd ed. Academic Press, 1999.
- 11.3.17 NEME, Bussamara. **Obstetrícia básica**. 2. ed. Sarvier, 2000.
- 11.3.18 SANFILIPPO, Joseph S. et al. **Pediatric and adolescent gynecology**. 2nd ed. Saunders, 2001.
- 11.3.19 SPEROFF, Leon. **Clinical gynecologic endocrinology and infertility**. 7th ed. Lippincott, Williams & Wilkins, 2005.
- 11.3.20 TELINDE ginecologia operatória. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.
- 11.3.21 ROCK, John A. **Telinde's operative gynecology**. 9th ed. Philadelphia: Lippincott, Williams & Wilkins, 2003
- 11.3.22 ZUGAIB, Marcelo. **Medicina fetal**. 2. ed. Atheneu, 1998.

12 INFECTOLOGIA

12.1 AIDS (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida). Antimicrobianos. Síndrome mononucleose-símile e doenças associadas. Salmoneloses, cólera e outras diarreias infecciosas. Arboviroses. Doenças exantemáticas. Doenças sexualmente transmissíveis. Endocardites Infecciosas. Doenças endêmicas (Chagas, Leishmaniose e Malária). Hepatites Virais. Imunizações. Infecções hospitalares. Influenza e outras doenças respiratórias por vírus. Leptospirose. Meningites. Infecções fúngicas. Parasitoses Intestinais. Sepses. Febre de origem indeterminada. Dengue. Tuberculose.

12.2 BIBLIOGRAFIA

- 12.2.1 BRASIL. Ministério da Saúde. Vigilância Epidemiológica. **Manual de controle da leishmaniose tegumentar americana.** Disponível em: <www.saude.ms.gov.br/externo/downloads/leishmaniosetegumentar.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 12.2.2 BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia para o controle de hanseníase.** Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_de_hanseniasse.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 12.2.3 BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/assistencia/manualdst/indice.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 12.2.4 BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de tratamento:** recomendações para terapia anti-retroviral em adultos e adolescentes infectados pelo HIV. Brasília: Editora MS, 2006. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br>>. Acesso em: 20 ago., 2007.
- 12.2.5 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual técnico para o controle da tuberculose:** cadernos de atenção básica. 6. ed. rev. ampl. Brasília, 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_controle_tuberculose.pdf>; <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_controle_tuberculose2.pdf>; <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_controle_tuberculose3.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 12.2.6 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária. **Febre:** cuidado, pode ser malária. Brasília, 2003. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/febre_cuidado.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 12.2.7 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Diretoria de Técnica de Gestão. **Dengue:** diagnóstico e manejo clínico. 2. ed. Brasília, 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/dengue_manejo_clinico_novo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- 12.2.8 MANDELL, G.L.; DOUGLAS, R. G.; BENNETT, J.E.(Eds.). **Principles and practice of infectious diseases.** 6th ed. New York: Churchill Livingstone, 2005.
- 12.2.9 VERONESI, R.; FOCACCIA, R. **Tratado de infectologia.** 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005.
- 12.2.10 WILSON, W.R.; SANDE, M.A. **Current diagnosis and treatment in infectious diseases.** Lange Publishing, 2004.

13 MASTOLOGIA

13.1 Anatomia e Embriologia da mama. Histologia e Fisiologia da mama. Anomalias do desenvolvimento mamário. Fundamentos de estatística aplicada. Interpretação de ensaios clínicos. Anamnese e exame físico. Diagnóstico clínico das alterações mamárias. Métodos diagnósticos complementares. Técnica e interpretação de mamografias. Imaginologia mamária. Propedêutica invasiva. Fisiologia da lactação. Patologia da lactação. Patologias benignas: Alterações funcionais benignas da mama. Histopatologia das lesões benignas da mama. Neoplasias benignas. Doenças infecciosas da mama. Dor mamária. Necrose gordurosa da mama. Fluxos papilares. Cirurgias das alterações benignas da mama. Patologia mamária na infância e na adolescência. Patologia mamária no homem. Carcinogênese mamária. História natural do câncer de mama. Biologia celular e molecular no câncer de mama. Genética e câncer de mama. Imunologia do câncer de mama. Epidemiologia e fatores de risco do câncer de mama. Sinais e sintomas do câncer de mama. Prevenção primária do câncer de mama. Detecção precoce do câncer de mama. Lesões não palpáveis de mama. Tumor filodes e sarcomas. Carcinoma in situ de mama. Estadiamento do câncer de mama. Fatores prognósticos do câncer de mama. Cirurgia do câncer de mama. Linfonodo Sentinela. Hormonioterapia do câncer de

mama. Princípios de quimioterapia. Quimioterapia do câncer de mama. Carcinoma inflamatório. Câncer de mama na gravidez e lactação. Câncer oculto de mama. Doenças de Paget. Citologia e Histopatologia do câncer de mama. Câncer de mama nas jovens e idosas. Câncer de mama bilateral. Princípios de Radioterapia. Radioterapia no câncer de mama. Recidivas locais pós cirurgia. Seguimento após câncer de mama. Reabilitação e suporte: Linfedema de membro superior: prevenção e tratamento. Fisioterapia no câncer de mama. Aspectos psicossociais do câncer de mama. Tratamento Paliativo. Cirurgia plástica das mamas: Reconstrução mamária. Princípios de cirurgia estética das mamas. Medicina legal: Bioética e Mastologia. Medicina Legal e Social aplicada.

13.2 BIBLIOGRAFIA

- 13.2.1 Bland Kirby Y, Copeland, E. M. **The Breast. Comprehensive management of benign and malignant diseases.** WB Saunders Company, 1998.
- 13.2.2 Harris Jr, Lippman M E, Morrow M, Osborne C K. **Diseases of the breast.** Lippincott Williams & Wilkins, 2000 (2nd edition).
- 13.2.3 Heywang-Köbrunner SH, Schreer I, Dershaw DD, Frasson A. **Mama - diagnóstico por imagem.** Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 1999.
- 13.2.4 Barros A C S D, Silva H M S, Dias E N, Nazário A C, Figueira Fº A S S. **Mastologia: condutas.** Revinter, 1999.
- 13.2.5 Hugles L E, Mansel R E, Webster D J T. **Benign disorders and diseases of the breast.** 2nd ed. W. B Sauders, 2000.
- 13.2.6 Veronesi, U. **Mastologia oncológica.** Medsi Editora Médica e Científica. 2002
- 13.2.7 Silverstein, M. **Ductal carcinoma in situ of the breast.** Williams&Wilkins. 1997
- 13.2.8 Santos Junior, L. A. **A mama no ciclo gravídico-puerperal.** Editora Atheneu. 2000
- 13.2.9 Rosen, P.P. **Breast pathology.** 2nd ed. Lippincott-Raven, 2001
- 13.2.10 Boff, R; Wisintainer, F. **Mastologia moderna: abordagem multidisciplinar.** Mesa-redonda, 2006

14 MEDICINA INTENSIVA

14.1 Ressuscitação cardiopulmonar. Distúrbios do aparelho cardiovascular: Infarto agudo do miocárdio, choque cardiogênico, dissecções arteriais agudas, aneurismas, arritmias, doenças tromboembólicas, doenças valvulares agudas, angina instável, angina estável, emergências e urgências hipertensivas, edema agudo do pulmão, trauma cardiovascular, endocardites infecciosas, pós operatório de cirurgias cardiovasculares, choque hipovolêmico, choque obstrutivo, choque distributivo, doenças vasculares do colágeno. Distúrbios do aparelho respiratório: Síndromes respiratórias agudas, doença pulmonar obstrutiva crônica, asma, insuficiência respiratória aguda, embolia pulmonar, embolia gordurosa, síndromes aspirativas, afogamento, edema agudo de pulmão, ventilação mecânica: indicações, técnicas e desmame. Pneumonias, infecções das vias aéreas superiores e inferiores, trauma torácico. Distúrbios hidroeletrólíticos e endócrinos: acidose e alcalose respiratória, acidose e alcalose metabólica, acidose e alcalose mista, comas, descompensação diabética, cetoacidose diabética, distúrbios hidroeletrólíticos do sódio, potássio, cálcio, magnésio e cloro, acidose láctica, coma mixedematoso, insuficiência adrenal aguda. Distúrbios genitourinários: insuficiência renal aguda e crônica, indicações de diálise (todos os tipos), trauma renal, infecções renais e urinárias, trauma genital, infecções genitais, doença inflamatória pélvica, complicações do parto, abortamento, eclampsia. Distúrbios do sistema gastrointestinal: trauma gastrointestinal, sangramento gastrointestinal agudo e crônico, úlceras do tubo digestivo, varizes esofageanas, hipertensão porta, coltes, diverticulite, insuficiência hepática, encefalopatia hepática, isquemia mesentérica, pancreatites, estenoses cáusticas. Distúrbios neurológicos: acidente vascular cerebral, infecções do sistema nervoso central, trauma crânio encefálico, epilepsias, convulsão, Guillain Barré, Miastenia gravis, hemorragia subaracnóidea, neurotoxoplasmose, hidrocefalia. Antimicrobianos: indicações de uso, contra-indicações, efeitos colaterais, associações medicamentosas. Cateteres centrais e periféricos: técnicas de punção, indicações de pressão venosa central e de monitorização invasiva, infecções dos cateteres periféricos e centrais. Síndrome da Resposta Inflamatória Sistêmica. Síndromes de compartimento:

vasculares, craniana, torácicas e abdominais. Quadros infecciosos: sepses, dengue, AIDS, malária, hepatites, febre rochosa das montanhas, pacientes com deficiências imunitárias. Síndrome de disfunção de múltiplos órgãos. Distúrbios hematológicos – doenças hemorrágicas, anemias, hemofilias, estados de hipercoagulação e trombose, anemia hemolítica. Intoxicações exógenas: atendimento primário, antídotos. Técnicas de monitorização cardiovascular invasiva. Hipotermia e hipertermia. Condutas na abordagem do paciente com dor aguda.

14.2 BIBLIOGRAFIA

- 14.2.1 David C.M. **Medicina intensiva**. Rio de Janeiro: Revinter; 2004.
- 14.2.2 Irwin R.S.; Rippe J. M. **Irwin and rippe's intensive care medicine**. 5th ed. Philadelphia: Lippincott, Williams & Wilkins. 2003.
- 14.2.3 Knobel, E: **Condutas no paciente grave**. 3.ed. São Paulo: Atheneu, 2006.
- 14.2.4 McPhee S.J., Papadakis M.A., Tierney L.M., Jr. (Ed.). **Current medical diagnosis and treatment 2007**. 46th ed. Lange Medical Books/McGraw-Hill, 2006.

15 NEFROLOGIA

15.1 Embriologia, anatomia e fisiologia renal. Avaliação clínica e laboratorial da função renal. Urinalise. Métodos de Imagem em Nefrologia. Hematuria e proteinúria. Síndrome Nefrítica. Síndrome Nefrótica. Glomerulonefrites rapidamente progressivas. Fisiologia e fisiopatologia dos distúrbios hidroeletrólíticos e ácido-básicos. Distúrbios da água e sódio

15.2 Distúrbios do metabolismo do potássio. Distúrbios do metabolismo do cálcio, fósforo e magnésio. Acidose Metabólica. Acidose Respiratória. Alcalose Respiratória. Alcalose Metabólica. Manifestações maiores das nefropatias (oliguria, anúria, poliúria, noctúria, disúria, frequência, hematuria e pigmentúria, cólica renal e dor no flanco, massa renal, edema, hipertensão arterial e uremia). Doenças glomerulares primárias (Doença das lesões mínimas, Glomeruloesclerose focal e segmentar, Glomerulopatia membranosa, Glomerulonefrite membranoproliferativa e crioglobulinemia, Nefropatia por IgA e distúrbios correlatos) O rim nas doenças sistêmicas (Insuficiência cardíaca congestiva, hepatopatias, Lupus eritematoso sistêmico e outras doenças reumatológicas, Vasculites, Nefropatia diabética, Disproteinemias e amiloidoses, Síndrome hemolítico-urêmica e Púrpura trombocitopênica trombótica, Rim e HIV/AIDS e o rim nas doenças infecciosas: GNDA, malária, leptospirose, hepatites virais e esquistosomose). Analgésicos e o rim. Insuficiência renal aguda. Insuficiência renal crônica (Fisiopatologia e manejo da progressão, manifestações hematológicas das doenças renais, osteodistrofia renal, doença cardíaca e neurológica na IRC, hemodiálise, diálise peritoneal). Doenças renais Heredofamiliares e congênitas (Doenças renais policísticas, síndrome de Alport e distúrbios relacionados, Doenças císticas medulares, drepanocitose, doença de Fabry). Doenças tubulointersticiais. Necrose de papila renal. O rim na gravidez e no idoso. Uropatia Obstrutiva. Refluxo vesico-ureteral. Nefrolitíase. Infecções do trato urinário. Hipertensão Arterial Sistêmica (Fisiopatologia, abordagem, propedêutica, formas secundárias, tratamento e emergências hipertensivas). Hemodiálise e Hemoperfusão no tratamento das intoxicações. Biópsia renal. Plasmaferese em Nefrologia. Hemodiálise (cinética, acessos vasculares, dialisadores, dialisato e membranas, amiloidose por beta2 microglobulina, complicações). Diálise Peritoneal (Cinética, técnicas, indicações e contraindicações, CAPD, APD e DPI). Transplante renal (Indicações, contraindicações, preparo do doador e receptor, imunossuppressores, complicações).

15.3 BIBLIOGRAFIA

- 15.3.1 Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina. **Projeto Diretrizes**. www.projetodiretrizes.org.br.
- 15.3.2 DAUGIRDAS It, Ing Ts: **Handbook of dialysis**. 4th ed. Lippincott Williams & Wilkins, 2006.
- 15.3.3 GREENBERG A. (Ed). **Primer on kidney disease**. 4th ed. Saunders, 2005.
- 15.3.4 HRICKI; SEDOR; GANZ (Ed). **Segredos em nefrologia**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

- 15.3.5 KNOBEL E (Ed). **Terapia intensiva: nefrologia e distúrbios do equilíbrio ácido-base**. São Paulo: Atheneu, 2005.
- 15.3.6 MASSRY; GLOSSOCK'S (Ed). **Textbook of nephrology**. 4th ed. Lippincott William And Wilkins, 2001.
- 15.3.7 RIELLA, M. C.(Ed). **Princípios de nefrologia e distúrbios hidroeletrólíticos**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

16 NEUROLOGIA

16.1 Semiologia neurológica. Cefaléias. Epilepsias. Distúrbios paroxísticos. Distúrbios do sono. Coma. Doenças infecciosas e parasitárias do sistema nervoso. Doenças vasculares do sistema nervoso. Distúrbios do líquido cefalorraquiano e da circulação líquórica. Tumores do sistema nervoso. Neurologia do trauma. Distúrbios neurocutâneos. Demências. Distúrbios do movimento. Doenças desmielinizantes. Doenças da medula espinhal. Doenças do sistema nervoso periférico. Distúrbios da junção neuromuscular. Miopatias. Manifestações neurológicas das doenças sistêmicas. Exames complementares em neurologia.

16.2 BIBLIOGRAFIA

- 16.2.1 Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina. **Projeto diretrizes**. www.projetodiretrizes.org.br.
- 16.2.2 FONSECA, F. F.; PIANETTI, G.; XAVIER, C. C. **Compêndio de neurologia infantil**. Rio De Janeiro: Medsi, 2002.
- 16.2.3 GUERREIRO, C. A. M.; GUERREIRO. M. M.; CENDES, F. et al. **Epilepsia**. São Paulo: Lemos , 2000.
- 16.2.4 CAMPBELL, W. W. **DeJong's the neurologic examination**, 6th ed. Philadelphia: Lippincott Williams&Wilkins, 2005
- 16.2.5 ROWLAND, Lewis P. Merritt. **Tratado de neurologia**. 11 ed. Trad. Fernando Diniz Mundim et al. Rio De Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- 16.2.6 ROPER, A. H.; BROWN, R. H. **Adam's and Victor's the principles of neurology**. 8th ed. New York: McGraw-Hill; 2005

17 OFTALMOLOGIA

17.1 Diagnóstico e tratamento dos traumatismos oculares; Anomalias de refração; Correção das ametropias; Afecções da conjuntiva da córnea e da esclera; Afecções do trato uveal; Irites, iridociclites e coroidites; Neuro-oftalmologia: papiledema, atrofia do nervo óptico e perimetria; Glaucoma crônico, simples, congênito, agudo e secundário; Estrabismo: forias, paralisias oculares, esotropias e exotropias; Afecções do cristalino: congênitas, adquiridas, luxações e sub-luxações; Afecções da retina: congênitas, traumáticas, inflamatórias, tumores e descolamento; Afecções da órbita: traumáticas, inflamatórias e tumorais; Cirurgia da órbita; Manifestações oculares das afecções do sistema nervoso, semiologia da pupila nas lesões do V Par, nas lesões do simpático. Manifestações oculares nas doenças em geral: diabetes, hipertensão arterial e hanseníase; Conjuntivite neonatal.

17.2 BIBLIOGRAFIA

- 17.2.1 KAUFMAN. ADLER – **Fisiología del ojo: aplicación clínica**. 10. ed. Elsevier Espana, 2003
- 17.2.2 KANSKY, Jack J. **Clinical ophthalmology**. 5th ed. Elsevier, 2003.
- 17.2.3 LIMA, A. L.H.; CALIXTO N.; MELAMED J. **Terapêutica clínica ocular**. São Paulo: Editora Roca; 1995.
- 17.2.4 ALBERT, D.; JAKOBIEC, F. A. (Ed.). **Principles and practice of ophthalmology**. 2nd ed. Philadelphia: W. B. Saunders, 2000.
- 17.2.5 YANOFF, M.; DUCKER, J. S. (Ed.). **Ophthalmology**. St Louis: Mosby-Yearbook, 2004.

18 OTORRINOLARINGOLOGIA

18.1 Anatomia, fisiologia e propedêutica das fossas nasais. Anatomia e fisiologia dos seios paranasais. Diagnóstico por imagem do nariz. Anatomia, fisiologia e propedêutica da faringe. Anatomia, fisiologia e propedêutica da laringe. Anatomia e fisiologia do ouvido. Fisiologia vestibular. Sinusites agudas e crônicas: tratamento clínico e cirúrgico. Endoscopia nasossinusal. Epistaxes. Corpos estranhos. Imperfuração Coanal. Cirurgia de conchas nasais. Ronco e síndrome da apnéia do sono: polissinografia. Septoplastia e rinoplastia estética. Rinomanometria. O problema das amígdalas e adenóides. Infecção focal: evolução do conceito. A bacteride: avaliação do estado imunológico do indivíduo. Laringites agudas e crônicas. Malformações congênitas da laringe. Fendas glóticas. Paralisias laríngeas. Noções de foniatria. A voz humana. Afecções das glândulas salivares. Blastomas benignos: alterações estruturais mínimas. Microcirurgia endolaríngea. Câncer de laringe: tratamento cirúrgico esvaziamento cervical, indicações de traqueostomia. Semiologia da audição. Audiometria eletroencefálica. Otoemissões. Otites médias agudas e crônicas supurativas: timpanoplastia, otosclerose, tratamento cirúrgico. Doença de Meniere: outras causas da vertigem, neuroma do acústico. Surdez súbita. Aparelhos auditivos. Otoneurocirurgia: indicações, disacusias, implante coclear, paralisia facial de Bell. Fraturas do osso temporal. Neurocirurgia do acústico. Doenças ou manifestações iatrogênicas em otorrinolaringologia. Antibioticoterapia em otorrinolaringologia. Doenças da base do crânio. Princípios de antibioticoterapia e uso criterioso de Antibióticos em infecções de vias aéreas superiores.

18.2 BIBLIOGRAFIA

- 18.2.1 HUNGRIA, H. **Otorrinolaringologia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
- 18.2.2 SIH, T.; RAMOS, D.B.; SAKANO, E.; ENDO, L. H. **Otorrinolaringologia pediátrica**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- 18.2.3 STAMM, A. C. **Microcirurgia naso-sinusal**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- 18.2.4 CRUZ, O. L. M; COSTA, S. S. (Org.). **Otologia clínica e cirurgica**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

19 ORTOPEDIA

19.1 Osteomielite, artrite piogênica. Pé torto congênito. Luxação congênita do quadril. Fratura dos ossos do antebraço na criança, doença de Legg Calvé Perthes, talus verticalis e fraturas do anel pélvico. Fratura patológica (osteossarcoma). Osteoporose. Síndrome compartimental. Doença tromboembólica. Hallux valgus. Lesões meniscais. Hérnia discal lombar. Luxação coxofemural. Lesão ligamentar do punho. Fraturas da cabeça do rádio na criança. Fraturas do colo do fêmur. Lesão do ligamento cruzado anterior do joelho. Fratura – luxação da coluna cervical. Fratura exposta. Pseudoartrose do escafóide. Contratura isquêmica de Volkman. Patologia do manguito rotador. Princípios e indicações da fixação externa. Anatomia da mão. Osteoporose. Fratura do tornozelo. Luxação recidivante do ombro. Coluna vertebral: hérnias cervicais e lombares. Trauma raquimedular. Fratura – luxação da coluna vertebral Espondilolistese lombar. Escoliose. Tuberculose óssea. Estenose de canal lombar. Tumores mais frequentes na coluna. Joelho: anatomia biomecânica; lesões meniscais; instabilidade crônica do joelho; osteoartrose do joelho; instabilidade femoro-patelar; fratura do planalto tibial.

19.2 BIBLIOGRAFIA

- 19.2.1 CANALE, S.; TERRY & CAMPBELL; WILLIS, C. **Campbell's operative orthopaedics**. 10th ed. C.V. Mosby, 2002. 4 Volume Set Edition.
- 19.2.2 CRENSHAW, Campbell. **Cirurgia ortopédica**. 8. ed. Manole, 1997. v.1 a 5.
- 19.2.3 HERBERT, Sizinio; XAVIER, Renato. **Ortopedia e traumatologia: princípios e práticas**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- 19.2.4 BEATY, James H.; KASSER, James R. **Rockwood and wilkins' fractures in children**. 6th ed. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2006.

- 19.2.5 BUCHOLZ, R.W.; GREEN, D.P.; HECKMAN J.D. et al (Ed.). **Rockwood and Green's fractures in adults**. 6th ed. Philadelphia: Lippincott-Raven, 2006.
- 19.2.6 SKINNER, Harry B. (Ed.). **Current diagnosis & treatment in orthopedics**. 4th ed. New York: McGraw-Hill, 2006

20 PEDIATRIA

20.1 O Pediatra como agente terapêutico. Desenvolvimento e crescimento da criança. Aleitamento materno. Princípios da dietoterapia, avaliação nutricional. Fundamentos da prescrição pediátrica. Imunização da criança. Distúrbios nutricionais e hidroeletrólíticos. Abordagem **clínica** do adolescente, sexualidade, tabagismo, alcoolismo, drogas ilícitas. Abordagem ao recém-nascido. Diagnóstico diferencial das doenças exantemáticas. Problemas hematológicos. Problemas gastrointestinais. Problemas do trato respiratório. Problemas do aparelho cardiovascular. Problemas neurológicos. Problemas endocrinológicos. Problemas genitourinários. Problemas dermatológicos. Problemas reumatológicos. Reações medicamentosas, interações entre drogas, antibioticoterapia. O laboratório em pediatria.

20.2 BIBLIOGRAFIA

- 20.2.1 Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina. **Projeto Diretrizes**. www.projetodiretrizes.org.br.
- 20.2.2 KLIEGMAN R.M., BEHRMAN R.E., JENSEN H.B. (Ed.). **Nelson textbook of pediatrics**. 18th ed. W.B. Saunders, 2007
- 20.2.3 Brasil. Ministério da Saúde . Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Série Cadernos de Atenção Básica no. 11. Normas e manuais técnicos no. 173, Brasília, DF. 2002.
- 20.2.4 Brasil. Ministério da Saúde. **Manual de Normas de Vacinação** – Brasília, DF, 2001;
- 20.2.5 Brasil. Ministério da Saúde. **Manual do Centro de Referência de Imunobiológicos Especiais**, Brasília, DF. 2001.
- 20.2.6 Brasil. Ministério da Saúde. **Tuberculose: guia de vigilância epidemiológica**. Brasília, DF. 2002
- 20.2.7 Brasil. Ministério da Saúde. **Guia de tratamento clínico da infecção pelo HIV em crianças**. Série Manuais No. 18. Brasília, DF. 2004
- 20.2.8 Brasil. Ministério da Saúde. **Manual de assistência e controle das infecções respiratórias agudas**. Brasília, DF. 1994
- 20.2.9 Brasil. Ministério da Saúde. **Manual de assistência e controle de doenças diarreicas ,** **brasil**, DF. 1993
- 20.2.10 Brasil. Ministério da Saúde. **Recomendações para profilaxia da transmissão vertical do HIV e Terapia retroviral em gestantes**. Série Manuais No. 46. Brasília, DF. 2004.
- 20.2.11 CLOHERTY, J. P. **Manual of neonatal care**. 5th. ed. Lippincott Williams & Wilkins 2003
- 20.2.12 Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. Associação Brasileira de Alergia e Imunopatologia. Sociedade Brasileira de Pediatria. **IV Diretrizes Brasileiras para o Manejo da Asma**. J Bras Pneumol. 2006;32(Supl 7):S 447-S 474.
- 20.2.13 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual de tratamento das coagulopatias hereditárias**. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2006.

21 PNEUMOLOGIA

21.1 Anomalias da caixa torácica. Asma brônquica. Câncer de pulmão. Distúrbios respiratórios do sono. Doença pulmonar obstrutiva crônica. Doenças pleurais: derrames pleurais e pneumotórax. Doenças pulmonares intersticiais difusas. Emergências respiratórias. Fisiopatologia respiratória. Hipertensão arterial pulmonar e *cor pulmonale*. Infecções respiratórias bacterianas e virais.

Insuficiência respiratória. Malformações congênitas pulmonares. Métodos diagnósticos em Pneumologia. Micobacterioses. Micoses pulmonares. Tumores Carcinóides; Condroadenoma, Carcinoma Adenoidocístico. Pneumopatias por imunodeficiências. Pneumopatias na infância: fibrose cística e infecções de repetição. Pneumopatias supurativas: bronquiectasias e abscesso de pulmão. Poluição e doenças ocupacionais pulmonares. Sarcoidose e outras doenças granulomatosas. Síndromes pulmonares eosinofílicas. Tabagismo. Transplante pulmonar. Trauma torácico. Tromboembolismo venoso. Vasculites pulmonares.

21.2 BIBLIOGRAFIA

- 21.2.1 Associação Médica Brasileira E Conselho Federal De Medicina. Projeto Diretrizes. www.projetodiretrizes.org.br.
- 21.2.2 I Consenso Brasileiro Sobre Tosse. J Pneumol. V. 24, Supl. 1, 1997.
- 21.2.3 III Consenso Brasileiro De Asma. J Pneumol. V. 28, Supl. 1, 2002.
- 21.2.4 II Consenso Brasileiro Sobre Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (Dpoc). J Bras. Pneumol. V. 30, Supl. 5, 2004.
- 21.2.5 Diretriz Para Pneumonias Adquiridas Na Comunidade (Pac) Em Adultos Imunocompetentes. J Bras Pneumol. V. 30, Supl. 4, 2004.
- 21.2.6 Brasil. Ministério Da Saúde. Secretaria De Políticas De Saúde. Departamento De Atenção Básica. Manual Técnico Para O Controle da Tuberculose: Cadernos De Atenção Básica. 6ª. edição revista e ampliada Brasília-DF. 2002. Disponível Em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_controle_tuberculose.pdf, http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_controle_tuberculose2.pdf, http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_controle_tuberculose3.pdf. acesso em 20 de agosto de 2007.
- 21.2.7 Brasil. Ministério da Saúde - Doenças Relacionadas Ao Trabalho: Manual De Procedimentos Para Os Serviços De Saúde . Brasília, DF: Ministério Da Saúde - 2001. P.310-62.
- 21.2.8 Sociedade Brasileira de Pneumologia E Tisiologia. I Consenso Brasileiro Sobre Espirometria. J Pneumol. 1996;22(3):105-64.
- 21.2.9 Segurança e Medicina do Trabalho: Lei 6514/77 e Portaria 3214/78. 47ª. ed. São Paulo: Atlas; 2000.
- 21.2.10 Brasil. Ministério da Saúde - Decreto 3.048 De 06/05/1999. Aprova o regulamento dos benefícios da previdência social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília (DF); 1999.
- 21.2.11 CRAPO, J. D. et al (Ed.). **Baum's textbook of pulmonary diseases**. 7th ed. New York: Lippincott Williams and Wilkins 2003.
- 21.2.12 HANLEY, M.E.; WELSH, C.H. **Current diagnosis & treatment in pulmonary medicine**. New York: McGraw-Hill; 2003.

22 PSIQUIATRIA

22.1 Psicopatologia. Delirium, demência, transtornos amnésicos e outros transtornos cognitivos. Aspectos neuropsiquiátricos de infecção do HIV no SIDA. Transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas. Esquizofrenia. Outros transtornos psicóticos: esquizoafetivo, esquizofreniforme, psicótico breve, delirante persistente, delirante induzido. Síndromes psiquiátricas do puerpério. Transtornos do humor. Transtorno obsessivo-compulsivo e transtornos de hábitos e impulsos. Transtornos fóbicos-ansiosos: fobia específica, social e agorafobia. Outros transtornos de ansiedade: transtorno de pânico, transtorno de ansiedade generalizada. Transtornos somatoformes. Transtornos alimentares. Transtornos do sono. Transtornos de adaptação e transtorno de estresse pós-traumático. Transtornos dissociativos. Transtornos da identidade e da preferência sexual. Transtornos da personalidade. Transtornos factícios, simulação, não adesão ao tratamento. Retardo mental. Transtornos do desenvolvimento psicológico. Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade

(TDAH). Transtornos comportamentais e emocionais que aparecem habitualmente durante a infância ou adolescência. Transtornos psiquiátricos relacionados ao envelhecimento. Interconsulta psiquiátrica. Transtornos Mentais causados por uma condição médica geral. Emergências psiquiátricas. Psicoterapias. Psicofarmacologia e Psicofarmacoterapia. Eletroconvulsoterapia e outras terapias biológicas. Psiquiatria Forense: Responsabilidade Penal e Capacidade Civil. Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos. Diagnóstico Sindrômico e Diagnóstico Nosológico em Psiquiatria. Classificação em Psiquiatria: CID-10 e DSM-IV-TR. Neuroimagem em Psiquiatria.

22.2 BIBLIOGRAFIA

- 22.2.1 KAPLAN, H.I; SADOCK, B. **Compêndio de psiquiatria**. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- 22.2.2 HALES, R.E.; YUDOFKY, S. C. **Tratado de psiquiatria clínica**. 4. Ed. Porto Alegre: Artmed., 2006.
- 22.2.3 CHENIAUX JR., E. **Manual de psicopatologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- 22.2.4 Revista Brasileira de Psiquiatria - Todos os Suplementos Publicados desde Janeiro de 1999.
- 22.2.5 BRASIL, M.A., BOTEGA, N.J. **PEC – Programa de Educação Continuada da Associação Brasileira de Psiquiatria**. Título de Especialista em Psiquiatria. Provas 2000-2003. Rio De Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
- 22.2.6 BRASIL, M.A, BOTEGA N. J., HETEM L. A. **PEC – Programa de Educação Continuada da Associação Brasileira de Psiquiatria**. Título de Especialista em Psiquiatria. Provas 2004-2005. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- 22.2.7 SCHATZBERG, A. F., NEMEROFF, C. B. **Fundamentos de psicofarmacologia clínica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- 22.2.8 REIS DE OLIVEIRA, I.; SENA, E.P. **Manual de psicofarmacologia clínica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- 22.2.9 CLASSIFICAÇÃO de transtornos mentais e do comportamento da CID-10. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- 22.2.10 DSM-IV-TR. Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais. 4. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- 22.2.11 CORDAS, M. **Condutas em psiquiatria**. São Paulo: Lemos, 1999.
- 22.2.12 FLAHERTY, D; JANICAK. **Psiquiatria: diagnóstico e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- 22.2.13 GABBARD, G. O. **Psiquiatria psicodinâmica na prática clínica**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

23 RADIOLOGIA

23.1 Fundamentos físicos das radiações e efeitos biológicos; Raios X - características e produção.; A formação da imagem radiográfica. Controle e qualidade. Filmes radiográficos, sistemas intensificadores e antidifusores. Fundamento da fluoroscopia, fluorografia e tomografia. Proteção radiológica. Fundamentos da ultra-sonografia, tomografia computadorizada e R.N. magnética. Contrastes empregados no diagnóstico por imagens: características, indicações, limitações de emprego. Métodos de imagiologia do tórax. Imagiologia do tórax normal. Elementos fundamentais na análise imaginológica do tórax. Imagiologia: das alterações intersticiais, alveolares e mistas; das doenças pleuro-parietais; do mediastino normal e patológico; das doenças infecciosas pleuro-pulmonares; das repercussões pleuro-pulmonares de doenças sistêmicas, incluindo neoplasias; das doenças vasculares pulmonares; das massas torácicas; do tórax nas emergências; do tórax em pediatria; do tórax no paciente crítico; na D.P.O.C; do aparelho cardiovascular - rotinas; nos aumentos cavitários cardíacos; nas lesões orovalvulares; nas cardiopatias congênitas; da aorta; do sistema vascular periférico; do sistema vascular periférico no trauma; e dos vasos do pescoço e estruturas adjacentes. Imagiologia: do abdômen - métodos; do abdômen normal; do abdômen agudo; elementos fundamentais na análise da imagiologia abdominal; do esôfago, estômago e junção esôfago cárdio-tuberositária; do delgado e

cólon; do fígado, pâncreas e vias biliares; do aparelho digestivo em pediatria; e das alterações vasculares abdominais. Imaginologia do aparelho urinário - métodos. Elementos fundamentais na análise da imaginologia do aparelho urinário. Imaginologia: das massas expansivas renais; da bexiga, ureteres e junções; da próstata, vesículas seminais e bolsa; do aparelho urinário em pediatria; das lesões vasculares renais; e das urgências em aparelho urinário, incluindo trauma. Imaginologia das lesões ósteo-músculo-articulares. Elementos fundamentais na análise da imaginologia ósteo-músculo-articulares. Imaginologia: das doenças inflamatórias ósteo-músculo-articulares; das massas tumorais e pseudo-tumorais; das repercussões ósteo-músculo-articulares das doenças sistêmicas (incluindo metástases); da coluna vertebral; do crânio e face; e dos sistemas ósteo-músculo-articulares. Imaginologia: em Ginecologia e Obstetrícia: métodos; da pélvis feminina - fundamentos; do útero e anexos normal e patológica; da gravidez: diagnóstico, evolução e, complicações; do feto e anexos; da mama; e nas alterações endócrinas. Imaginologia do sistema nervoso central Métodos. Elementos fundamentais na análise da imaginologia do sistema nervoso central imaginologia: no traumatismo crânio-encefálico; no acidente vascular cerebral; nas doenças vasculares do sistema nervoso central; nas doenças infecciosas e desmielinizantes; das massas expansivas do sistema nervoso central; do sistema nervoso central em pediatria; do sistema nervoso central em pacientes críticos; e do sistema nervoso central nas alterações sistêmicas.

23.2 BIBLIOGRAFIA

- 23.2.1 BURGNER, F; KORMANO, M. **diagnóstico diferencial em tomografia computadorizada**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- 23.2.2 CERRI, G. G.; ROCHA, D. C. da. **Ultra-sonografia abdominal**. São Paulo: Revinter, 2002.
- 23.2.3 BURGNER, F. A; KORMANO, M. **Differential diagnosis in conventional radiology**. 2nd ed. New York: Thieme, 1991.
- 23.2.4 OSBORN, AG. **Diagnóstico neurorradiológico**. . Rio de Janeiro: Revinter, 1999.
- 23.2.5 RUMACK, CM. **Tratado de ultra-sonografia diagnóstica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.
- 23.2.6 PAUL, JUHL. **Interpretação radiológica**. 7. Ed. Guanabara Koogan
- 23.2.7 HARNSBERGER, H.R. et al. **Diagnostic imaging: head and neck**. Amirsys, 2004
- 23.2.8 MÜLLER, N.L; FRASER, R. S; COLMAN, N.; PARÉ, P.D. **Radiologic diagnosis of diseases of the chest**. Philadelphia, PA: WB Saunders, 2001
- 23.2.9 FERDERLE, M.; JEFFREY, R.B.; ANNE, V.S.; ERASCO, A. **Diagnostic imaging: abdomen**. Salt Lake City. Amirsys: 2004
- 23.2.10 T.H. BERQUIST. **MRI of the musculoskeletal. system**, 4th ed. Lippincott Williams & Wilkins, Philadelphia, 2001
- 23.2.11 PRANDO, A. et. al. (Ed.) **Urologia: diagnóstico por imagem**. São Paulo: Sarvier; 1997

24 UROLOGIA

24.1 Anatomia cirúrgica urológica. Semiologia urológica. Imaginologia do trato urinário. Traumatismo urogenital. Tumores renais. Tumores da próstata . Tumores de bexiga. Tumores da supra-renal. Tumores do uroepitélio alto. Tumores do testículo. Tumores do pênis. Litíase urinária. Infecções urinárias. Tuberculose urogenital. Transplante renal. Uropediatria. Infertilidade masculina. Disfunções sexuais masculinas. Urologia feminina. Uroneurologia. Endourologia. Cirurgia videolaparoscópica. Doenças sexualmente transmissíveis. Hipertensão renovascular.Cirurgia reconstrução urogenital.Embriologia do trato geniturinário.

24.2 BIBLIOGRAFIA

- 24.2.1 Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina. Projeto Diretrizes. www.projetodiretrizes.org.br.
- 24.2.2 BRASIL. Ministério da Saude. Manual de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis. Disponível em: www.aids.gov.br/assistencia/manualdst/indice.htm. Acesso em 20 de Agosto de 2007.

- 24.2.3 Walsh, PC., Retik, AB., Vaughan, ED; Wein, AJ., Kavoussi, LR., Novick, AC., Partin, AW., Peters, CA. Campbell 'S - **Urology**. 8th ed. W.B. Saunders, 2002.
- 24.2.4 Sociedade Brasileira De Urologia. **Guia Prático de Urologia**. Segmento, 2003. Rodrigues Neto, Nelson. Urologia.
- 24.2.5 Tanagho, EA. Smith's. **General Urology**. 16 Th Ed. Mcgraw-Hill, 2003.
- 24.2.6 Srougi, M., Dall'oglio, M., Cury, J. **Urgências Urológicas**. Atheneu, 2005.

CAFAR 2008

25 FARMÁCIA BIOQUÍMICA

25.1 **BIOQUÍMICA CLÍNICA**: Conceituação, metodologia, fundamentos e objetivos; Organização, práticas, propósitos, controle de qualidade e instrumentação do laboratório clínico moderno; Preparação do paciente, condições para o atendimento, coleta ou recebimento dos materiais biológicos, manuseio, transporte, acondicionamento e armazenamento destes; Exames: dosagens, particularidades, interferências e interpretação dos resultados; Função renal. Função hepática e do trato biliar; Proteínas específicas, lipídeos e lipoproteínas. Carboidratos. Eletrólitos e íons Inorgânicos; Equilíbrio ácido-base e gases sanguíneos; Cardiopatias e prevenções destes eventos; Avaliação dos variados fluidos biológicos; Enzimologia clínica.

25.2 **HEMATOLOGIA**: Hematopoese normal e células sangüíneas. Anemias hipocrômicas, megaloblásticas, hemolíticas, aplásticas, diseritropoiéticas e secundárias; Hemoglobinoplastias; Coagulação, distúrbios vasculares e plaquetários de sangramento; Imuno-hematologia: detecção de anticorpos, antígenos de grupos sangüíneos, testes pré- transfusão e transfusões sangüíneas; Interpretação clínica de eritograma e hemograma: valores de referência. Índices hematimátricos; Hematoscopia normal e patológica. Alterações qualitativas e quantitativas do sangue; Coleta e métodos de colocação para exames hematológicos.

25.3 **IMUNOLOGIA**: Sistema imune, células e órgãos deste; Geração de respostas das células B e T: antígenos, imunoglobulinas, interações antígeno-anticorpo e complexo de histocompatibilidade; Mecanismo efetores imunes citocinas, complemento, respostas mediadas por células, migração oleucocitária, inflamação e reações de hipersensibilidade; Respostas imunes a doenças infecciosas, vacinas, imunodeficiências e auto-imunidade; Testes imunológicos: fundamentos e aplicações; Produção e aplicação de anticorpos monoclonais

25.4 **MICROBIOLOGIA**: Taxonomia, anatomia, fisiologia, patogenecidade e virulências bacterianas; Classificação, taxonomia e identificação das micoses humanas e provas de sensibilidade aos antifúngicos; Colheita, transporte, processamento, análise e informe das culturas; Bactérias de interesse clínico: enterobacteriáceas, bacilos, bastonetes, cocos, espiroquetas, micoplasma e ureaplasma. Provas de sensibilidade a agentes antimicrobianos: resistência, determinação da atividade inibitória e da atividade bactericida, combinações de antimicrobianos e testes de eficácia terapêutica e prevenção de toxicidade.

25.5 **UROANÁLISE**: Amostras, coleta, transporte e conservação da urina para exames de rotina e bacteriológicos; Funções e doenças dos rins e testes da função renal; Exames físicos e químicos da urina; Sedimentoscopia urinária; Análises especiais de urina: distúrbios no metabolismo de aminoácidos, da porfirina, dos mucopolissacarídeos e das purinas;

25.6 **PARASITOLOGIA CLÍNICA**: Parasitos intestinais: colheita, reservação, exames macro e microscópico da amostra fecal fresca e preservada e identificação dos parasitos; Parasitos do sangue e dos tecidos: métodos e identificação; Exame de aspirados, dos tecidos, da urina, das secreções e de material de biópsia; Imunodiagnóstico das parasitoses: testes sorológicos ou imunoensaios e imunológicos; Biologia molecular: métodos moleculares no diagnóstico das parasitoses humanas.

25.7 BIOLOGIA CELULAR E MOLECULA: Dinâmica celular. Função e estrutura das proteínas. Ácidos nucleicos, código genético e síntese das macromoléculas. DNA recombinante e genômico: reação em cadeia da polimerase; Energética celular: glicólise e oxidação aeróbica.

25.8 BIOSSEGURANÇA: Riscos físicos, biológicos, químicos, ergonômicos e de acidentes de trabalho em laboratórios; Biossegurança laboratorial: organização, práticas seguras, medidas de controle, programa de segurança, avaliação e representação dos riscos ambientais. Procedimentos de emergência e treinamento e segurança em laboratórios. Equipamentos de proteção individual e coletiva. Manuseio, controle e descarte de produtos biológicos.

25.9 DEONTOLOGIA E LEGISLAÇÃO FARMACÊUTICA: Código de Ética Farmacêutica. Portaria n.º 344, de 12 maio 1998, do Ministério da Saúde.

25.10 BIBLIOGRAFIA

25.10.1 HENRY, J. B. **Diagnósticos Clínicos e Tratamentos por Métodos Laboratoriais**. São Paulo: Ed. Manole, 1999. ISBN: 8520408265

25.10.2 LEVINSON, W.; JAWETZ, E. **Microbiologia Médica e Imunologia**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. ISBN: 8536300787

25.10.3 LIMA, A. Oliveira; SOARES, J. Benjamin; GRECO, J.B.; GALIZZI, João; CANÇADO, J. Romeu. **Métodos de Laboratório Aplicados à Clínica** – técnica e interpretação. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. ISBN: 8527706865

25.10.4 NEVES, David Pereira; DE MELO, Alan Lane; LINARDI, Pedro Marcos et al. **Parasitologia Humana**. 11. ed. São Paulo: Atheneu, 2005. ISBN: 8573797371

25.10.5 FERREIRA, A.W.; ÁVILA, S.L.M. **Diagnóstico Laboratorial das Principais Doenças Infecciosas e Autoimunes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

26 FARMÁCIA HOSPITALAR

26.1 Conceitos, objetivos, estrutura física e organizacional da farmácia hospitalar; Gerenciamento de medicamentos e de produtos farmacêuticos de uso hospitalar; Seleção de medicamentos; Sistema de Distribuição de Medicamentos; Comissão de Farmácia e Terapêutica; Papel da Farmácia no Controle das Infecções Hospitalares; Farmacovigilância hospitalar; Farmacoepidemiologia; Farmacoeconomia; Terapia antineoplásica (quimioterapia); Nutrição Parenteral; Estudos de utilização de medicamentos; Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica; Cálculos em Farmácia Hospitalar;

26.2 FARMACOLOGIA CLÍNICA: Princípios Gerais. Vias de administração. Biodisponibilidade e bioequivalência; Interações e incompatibilidades entre medicamentos; Fármacos com atuação sobre o sistema nervoso central: Anestésicos gerais, anestésicos locais, ansiolíticos, hipnóticos, analgésicos e opióides; Fármacos utilizados no tratamento de distúrbios psiquiátricos; Fármacos anti-inflamatórios. Fármacos que atuam sobre o sistema cardiovascular: cardiotônicos, antiarrítmicos, antianginosos, anti-hipertensivos; Fármacos com atuação sobre o sistema renal; Fármacos que atuam no sistema gastrointestinal; Fármacos que atuam no tecido sanguíneo e hemoterapia; Fármacos que atuam no sistema respiratório; Fármacos que atuam no sistema endócrino; Fármacos antimicrobianos e quimioterápicos; Fármacos antineoplásicos; Farmacoterapia na gestação e na lactação; Farmacoterapia do paciente com problemas renais; Farmacoterapia do paciente com problemas hepáticos.

26.3 FARMACOTÉCNICA: Formas farmacêuticas sólidas, líquidas, semi-sólidas e estéreis: conceito, importância, aspectos biofarmacêuticos, fabricação e acondicionamento; Sistemas de liberação de fármacos. Manipulações estéreis na farmácia hospitalar: nutrição parenteral, citotóxicos, colírios e medicamentos parenterais. Aspectos técnicos de infra-estrutura física e garantia de qualidade; Boas Práticas de Manipulação em Farmácia; Estabilidade de medicamentos e determinação do prazo de validade; Cálculos relacionados ao preparo de formas farmacêuticas.

26.4 DEONTOLOGIA E LEGISLAÇÃO FARMACÊUTICA: Legislação pertinente ao exercício profissional do Farmacêutico Hospitalar; Código de Ética do Profissional Farmacêutico; Portaria nº

344/98 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Min. da Saúde; Lei Federal nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973; Lei Federal nº 6360, de 23 de setembro de 1976 ;

26.5 BIBLIOGRAFIA

- 26.5.1 GOMES, M.J.V.M.; REIS, A.M.M. **Ciências Farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2001. ISBN: 8573793112
- 26.5.2 GILMAN, A. Goodman; HARDMAN, Joel G.; LINBIRD, Lee E. **As bases farmacológicas da terapêutica**. 11. ed, Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2006. ISBN: 8577260011
- 26.5.3 MAIA NETO, J.F. **Farmácia Hospitalar e suas interfaces com a saúde**. São Paulo: Rx, 2005. ISBN: 8588682044

CADAR 2008

27 CLÍNICA ODONTOLÓGICA

27.1 Farmacologia clínica; Noções sobre diagnóstico e tratamento/controlado das doenças bucais; Materiais dentários; Controle de infecções na prática odontológica; Noções básicas de Odontopediatria, Dentística, Endodontia, Patologia, Radiologia, Periodontia, Cirurgia, Odontogeriatrics, Ética odontológica e Estomatologia

27.2 BIBLIOGRAFIA:

- 27.2.1 ABOPREV. Promoção de saúde bucal – Coordenação: **KRIEGER, L. 3. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2003. ISBN: 8574040916**
- 27.2.2 WANNMACHER, L.; FERREIRA, M.B.C. **Farmacologia clínica para dentistas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. ISBN: 9788527713269
- 27.2.3 CRAIG, R.G.; POWERS, J.M. **Materiais dentários restauradores**. São Paulo: Santos 2004. ISBN: 85728843000
- 27.2.4 REGEZI, J. **Patologia bucal: correlações clinicopatológicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan., 2000. ISBN: 8527705907
- 27.2.5 BRUNETTI, R.; MONTENEGRO, F.L.B. **Odontogeriatrics**. São Paulo: Artes Médicas, 2002. ISBN: 8574040428
- 27.2.6 SILVA, M. **Compêndio de Odontologia Legal**. Rio de Janeiro: Medsi Ed. Médica e Científica Ltda, 1997. ISBN: 85-71991464
- 27.2.7 SONIS, S.T.; FAZIO, R.C.; FANG, L. **Princípios e prática de medicina oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996. ISBN: 8527703904
- 27.2.8 BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids. Controle de infecções e a prática odontológica em tempos de aids: manual de condutas. Brasília, 2000. ISBN: 8533402384
- 27.2.9 TOLEDO O.A. **Odontopediatria: Fundamentos para a prática clínica**. São Paulo: Premier, 2005. ISBN: 8586067342
- 27.2.10 ESTRELA, C. **Ciência endodôntica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. v. 1 e 2. ISBN: 8574040983
- 27.2.11 OPPERMANN, RJ; ROSING, CK. **Periodontia: Ciência e Clínica**. São Paulo: Artes Médicas, 2001. ISBN 8574040479

28 CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAL

28.1 Princípios da cirurgia; Cirurgia pré-protética; Anestesiologia; Exodontias; Procedimentos cirúrgicos: pré e pós operatórios, suturas e acidentes operatórios; Controle de infecções na prática odontológica; Farmacologia; Patologia bucal; traumatologia oral e maxilo-facial; Deformidades dento-faciais; Ética odontológica; Disfunções da articulação temporomandibular

28.2 BIBLIOGRAFIA

- 28.2.1 WANNMACHER, L.; FERREIRA, M.B.C. **Farmacologia clínica para dentistas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. ISBN: 9788527713269
- 28.2.2 BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids. **Controle de infecções e a prática odontológica em tempos de aids: manual de condutas**. Brasília, 2000. ISBN: 8533402384
- 28.2.3 SILVA, M. **Compêndio de Odontologia Legal**. Rio de Janeiro: Medsi, 1997. ISBN: 85-71991464
- 28.2.4 REGEZI, J. **Patologia bucal: correlações clinicopatológicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. ISBN: 8527705907
- 28.2.5 PETERSON, L. et al. **Cirurgia Oral e maxilofacial contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. ISBN: 8535215395

29 ORTODONTIA

29.1 Crescimento e desenvolvimento do complexo oro-facial. Etiologia das más oclusões. Classificação das más oclusões. Síndromes do complexo oro-facial relacionadas com ortodontia, seu diagnóstico, seu planejamento e tratamento. Hábitos deletérios do desenvolvimento oro-facial. Cefalometria de Steiner e Tweed. Documentação ortodôntica: sua análise interpretativa e características no processo de diagnóstico ortodôntico. Diagnóstico e planejamento ortodôntico. Aparatologia ortodôntica com suas características biomecânicas. Materiais dentários relacionados à ortodontia. Princípios biomecânicos da técnica de Tweed e Standard Edgewise. A inter-relação da ortodontia com as diversas especialidades odontológicas, médicas e paramédicas. Tratamento ortocirúrgico do complexo oro-facial. Contenção e estabilidade ortodôntica.

29.2 BIBLIOGRAFIA

- 29.2.1 GRABER, Thomas M.; VANARSDALL JR., Robert L. **Ortodontia - Princípios e Técnicas Atuais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. ISBN: 8527707381
- 29.2.2 INTERLANDI, S. **Ortodontia – Bases para a Iniciação**. 5. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2002. ISBN: 8574040754
- 29.2.3 PROFFIT, William R.; WHITE JR., Raymond P.; SARVER, David M. **Tratamento Contemporâneo de Deformidades Dentofaciais**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed 2005. ISBN: 8536303786

30 PERIODONTIA

30.1 Periodonto normal. Etiologia e mecanismos etiopatogênicos das doenças periodontais. Diagnóstico e tratamento das doenças periodontais. Terapia periodontal conservadora. Tratamento das doenças periodontais a nível cirúrgico. A Periodontia na prática odontológica direcionada para os aspectos de promoção de saúde. Integração dos conhecimentos da Periodontia com áreas afins e relacionada com a condição sistêmica.

30.2 BIBLIOGRAFIA

- 30.2.1 LINDHE, Jan; KARRING, Thorkild; LANG, Niklaus Peter. **Tratado de periodontia clínica e implantologia oral**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. ISBN: 8527710277
- 30.2.2 CARRANZA, Fermin A.; NEWMAN, Michael G.; TAKEI, Henry H. **Periodontia clínica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. ISBN: 8527708965
- 30.2.3 OPPERMANN, R.J.; ROSING, C.K. **Periodontia: Ciência e Clínica**. São Paulo: Artes Médicas, 2001. ISBN 8574040479

31 PRÓTESE DENTAL

31.1 PRÓTESE FIXA: A reabilitação protética no contexto de promoção de saúde. Diagnóstico clínico e tratamento de doenças, cárie, e periodontal. A inter-relação entre a prótese e a periodontia. Manejo do complexo dentina-polpa em procedimentos protéticos. Fundamentos de oclusão em prótese parcial fixa. Fundamentos de radiologia. Procedimentos cirúrgicos em prótese fixa. Restaurações complexas com amálgama. Preparos protéticos. Restaurações protéticas temporárias. Moldagens em prótese parcial fixa. Prótese adesiva. Facetas estéticas e restaurações inlays e onlays de porcelana. Reabilitação protética-periodontal de dentes com envolvimento de furca. Reabilitação protética de pacientes com perda avançada de inserção. Osteologia craniana e facial. Fisiologia e anatomia da ATM. Miologia craniana e facial. Anatomia dental e pontos de contato. Anatomia do ouvido. Análise oclusal. Posições mandibulares. Movimentos funcionais da mandíbula. Movimentos limítrofes e posições mandibulares no plano frontal. Palpação muscular. Patologia da articulação têmporo-mandibular. Musculatura mastigatória. Relacionamentos intermaxilares. Determinantes de oclusão. Utilização dos articuladores. Análise oclusal da dentição permanente. Contatos interoclusais. Ajuste oclusal da dentição natural. Filosofias de oclusão. Anatomia funcional. Tratamento dos distúrbios funcionais do sistema mastigatório. Manejo tecidual em prótese fixa. Restaurações provisórias. Registros interoclusais. Procedimentos laboratoriais para prótese fixa. Oclusão. Cimentos, agentes de forramento e bases em prótese fixa. Pênticos para prótese fixa. Resinas para coroas e prótese parcial fixa. Cimentos de ionômero de vidro: aplicações clínicas. Restaurações de dentes tratados endodonticamente. Disfunção estomatognática. Coroas metalocerâmicas: porcelana fundida sobre o metal. Coroas cerâmicas livres de contração: sistema Cerestore. Sistema cerâmico de vidro fundido DICOR.

31.2 PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL: Conceito e terminologia. Problemática e classificação das próteses relacionadas com as vias de transmissão da força mastigatória ao osso alveolar. Classificação dos diferentes tipos de próteses parciais removíveis e de desdentados parciais. Elementos constituintes da PPR. Direção de inserção e de retirada. Planos-guia de inserção. Delineadores. Seleção da direção de inserção. Registro da direção de inserção. Equador dental. Transferência da direção de inserção entre modelos. Sistema de suporte. Sistemas de retenção e estabilização. Preparo dos planos-guia nos dentes pilares. Sistema de conexão. Estudo da distribuição e número dos retentores segundo a classificação de Kennedy. Apoios. Nichos. Grampos. Corpo do retentor. Conectores maiores. Conectores menores. Selas: funções. Sistema de retenção e acabamento para resina. Superfícies funcionais da PPR. Superfícies funcionais para as próteses dento-suportadas. Superfícies funcionais para as próteses dento-muco-suportadas. Inclusão e acrilização da sela. Técnicas para reajuste da base da sela: reembasamento. Reembasamento por simples adição de resina acrílica. Reembasamento por substituição total da resina acrílica da sela. Elementos para elaborar o planejamento. Princípios de desenho da PPR.

31.3 PRÓTESE TOTAL: Introdução ao estudo da prótese dentária. Anatomia protética. Moldagem e materiais de moldagem em prótese total. Fatores físicos de retenção e estabilidade. Exame do paciente – relacionamento paciente e profissional. Considerações sistêmicas – o paciente geriátrico. Exame da cavidade bucal. Moldagens em Prótese Total Obtenção dos modelos secundários e bases de prova. Anatomia da ATM. Fatores determinantes da oclusão em prótese total. Articuladores. Arcos de oclusão. Transporte dos registros dos movimentos mandibulares e montagem dos modelos em articulador. Seleção de dentes artificiais. Montagem de dentes artificiais. Ceroplastia e escultura. Inclusão em mufla. Abertura da mufla para eliminação da cera. Remontagem em articulador para ajuste oclusal. Limpeza e polimento. Prótese total única. Prótese total imediata. Prótese total de transição. Consertos e reembasamentos. Overdentures sobre raízes e implantes.

31.4 BIBLIOGRAFIA

31.4.1 DE FIORI, S.R.; LOURENÇÃO, A. R. Prótese parcial removível – Fundamentos Bioprotéticos. São Paulo: Pancast, 1989.

- 31.4.2 OKESON, Jeffrey P. **Tratamento das desordens temporomandibulares e oclusão**. 4.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. ISBN: 8574040363
- 31.4.3 SHILLINGBURG, Herbert T.; HOBBS, Sumiya; WHITSETT, Lowell D. **Fundamentos de prótese fixa**. São Paulo: Santos, 2007.
- 31.4.4 TURANO, José C.; TURANO, Luiz M. **Fundamentos de prótese total**. 8. ed. São Paulo: Santos, 2007.

31.5 ODONTOLOGIA PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

31.5.1 Conceito e classificação; Paralisia cerebral; Deficiência Mental; Cardiopatias; Doenças hematológicas; Atendimento do paciente especial no consultório; Atendimento hospitalar sob anestesia geral; Odontologia preventiva para pacientes especiais.

31.6 BIBLIOGRAFIA

- 31.6.1 TOLEDO O.A. **Odontopediatria: Fundamentos para a prática clínica**. São Paulo: Premier, 2005. ISBN: 8586067342
- 31.6.2 SONIS, S.T.; FAZIO, R.C.; FANG, L. **Princípios e prática de medicina oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996. ISBN: 8527703904

ANEXO 4

INFORMAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO DO EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA

1 EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA

1.1 O Exame de Aptidão Psicológica para o EA-CAMAR/CADAR/CAFAR 2008, de caráter seletivo, será realizado segundo os procedimentos e parâmetros fixados em Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) e documentos expedidos pelo Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA).

2 DEFINIÇÃO

2.1 Processo de avaliação que visa estabelecer um prognóstico de adaptação, por meio da identificação nos candidatos de características psicológicas necessárias ao desempenho da atividade/estágio/função pretendida.

3 ÁREAS AVALIADAS

3.1 PERSONALIDADE

3.1.1 Conjunto de características herdadas e adquiridas que determinam o comportamento do indivíduo no meio que o cerca. São avaliados os seguintes elementos:

- a) aspecto afetivo-emocional;
- b) relacionamento interpessoal; e
- c) comunicação.

3.2 APTIDÃO

3.2.1 Conjunto de características que expressam a habilidade com que um indivíduo, mediante treinamento, pode adquirir conhecimento e destrezas, a serem avaliados por meio da aptidão geral ou de aptidões específicas.

3.3 INTERESSE

3.3.1 Demonstração ou expressão de gosto, tendência ou inclinação pelas atividades inerentes à função pretendida.

4 TÉCNICAS UTILIZADAS

4.1 ENTREVISTAS DE GRUPO OU INDIVIDUAL, DIRIGIDAS E PADRONIZADAS

4.2 TESTES PSICOMÉTRICOS

4.2.1 Inteligência Geral.

4.2.2 Aptidão Específica.

4.3 TESTES DE PERSONALIDADE

4.3.1 Expressivos.

4.3.2 Projetivos.

4.4 QUESTIONÁRIO DE INTERESSE

5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

5.1 O Exame de Aptidão Psicológica para o CAMAR/CADAR/CAFAR obedece a critérios que são estabelecidos em conformidade com os perfis ocupacionais e consubstanciados nos "Padrões Seletivos", documento de uso exclusivo do IPA, que contém informações básicas, requisitos de desempenho e instrumentos de avaliação psicológica específicos de cada atividade/estágio/função.

5.2 Os perfis ocupacionais, elaborados segundo os preceitos da metodologia da pesquisa científica aplicada à Psicologia Organizacional, são baseados no "Padrão de Desempenho de Especialidades", documento elaborado pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP).

5.3 O "Padrão Seletivo" do Curso de Formação de Sargentos da Aeronáutica, define os níveis mínimos de desempenho para cada área avaliada. Os candidatos são considerados indicados ao atingirem esses níveis estabelecidos.

6 RESULTADO

6.1 O resultado do Exame de Aptidão Psicológica só será considerado válido para o propósito seletivo para o qual foi realizado, sendo expresso por meio das menções "Indicado" (I) ou "Contra-Indicado" (CI).

- a) **Indicado:** candidato com prognose favorável de ajustamento e de adaptação ao ambiente de formação e/ou desempenho profissional por haver atingido os níveis de exigência referentes às áreas de personalidade, aptidão e interesse, contidos no perfil ocupacional básico da atividade/estágio/função; e
- b) **Contra-Indicado:** candidato com prognose desfavorável de ajustamento e de adaptação ao ambiente de formação e/ou desempenho profissional por apresentar resultados abaixo dos níveis de exigência, em uma ou mais áreas contidas no perfil ocupacional básico da atividade/estágio/função.

7 ENTREVISTA INFORMATIVA

7.1 O candidato que obtiver contra-indicação no Exame de Aptidão Psicológica a que se submeteu

em grau de recurso poderá ter acesso à entrevista informativa referente aos resultados alcançados (art. 22 do Código de Ética Profissional do Psicólogo), por meio de requerimento próprio, dirigido ao Diretor do IPA.

ANEXO 5

TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

- 1 O Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) visa medir e avaliar o padrão individual a ser atingido pelo candidato inscrito no EA-CAMAR/CADAR/CAFAR 2008.
- 2 O padrão individual a ser atingido durante o TACF servirá de parâmetro para aferir se o candidato possui as condições mínimas necessárias para suportar o esforço físico a que será submetido durante o curso, com vistas ao final deste ser capaz de atingir os padrões exigidos do militar da ativa.
- 3 O TACF será realizado em um único dia. Serão executados os três exercícios que se seguem, conforme a seqüência a seguir.
- 4 Será considerado APTO o candidato que for aprovado em todos os exercícios, conforme se segue:

EXERCÍCIO Nº 1 - FLEXÃO DO TRONCO SOBRE AS COXAS

(avaliação da resistência muscular da região abdominal)

- Neste exercício serão exigidos os mesmos padrões de execução para ambos os sexos.
- Duração:** 01 (um) minuto.
- Tentativa:** 02 (duas).
- Posição inicial:** deitado em decúbito dorsal, mãos cruzadas sobre o peito na altura dos ombros, joelhos numa angulação de 90°, pés alinhados com o prolongamento do quadril e firmes ao solo, fixados com o auxílio do avaliador, procurando manter as coxas e os joelhos livres.
- 1º Tempo:** flexionar o tronco até tocar os cotovelos no terço distal das coxas (região próxima ao joelho).
- 2º Tempo:** voltar à posição inicial até que as escápulas toquem o solo.
- Contagem:** cada vez que o 1º tempo se completar, deve ser contada uma repetição.

DESEMPENHO MÍNIMO		
SEXO	20 A 29 ANOS	30 A 39 ANOS
MASCULINO	27 repetições	21 repetições
FEMININO	19 repetições	13 repetições

- Erros mais comuns:**
- a) soltar as mãos do peito ou auxiliar a flexão do tronco com impulso dos braços;
 - b) não encostar os cotovelos no terço distal das coxas;
 - c) não encostar as costas no solo no 2º tempo;
 - d) parar para descansar;
 - e) não manter os joelhos na angulação de 90°; e
 - f) retirar ou arrastar o quadril do solo durante a execução do exercício.

EXERCÍCIO Nº 2 - FLEXÃO E EXTENSÃO DOS MEMBROS SUPERIORES COM APOIO DE FRENTE SOBRE O SOLO (avaliação da resistência muscular dos membros superiores)

Duração: sem limite de tempo.

Tentativa: 02 (duas).

Posição inicial: apoio de frente sobre o solo, com as mãos ligeiramente afastadas em relação à projeção dos ombros, mantendo o corpo totalmente estendido.

1º Tempo: flexionar os membros superiores, procurando aproximar o peito do solo o máximo possível, passando o tronco da linha dos cotovelos, mantendo o corpo estendido e os cotovelos projetados para fora, aproximadamente, 45° com relação ao tronco.

2º Tempo: Estender os mesmos, voltando à posição inicial.

Contagem: quando completar a extensão, deverá ser contada uma repetição.

DESEMPENHO MÍNIMO		
SEXO	20 A 29 ANOS	30 A 39 ANOS
MASCULINO	16 repetições	11 repetições
FEMININO	9 repetições	7 repetições

Erros mais comuns:

- a) apoiar o peito no chão;
- b) mudar a posição do corpo, deixando de mantê-lo totalmente estendido;
- c) não flexionar ou estender totalmente os membros superiores;
- d) elevar primeiro o tronco e depois os quadris;
- e) parar para descansar;
- f) aproximar os cotovelos do tronco durante as execuções finais, aproximando os braços do tronco; e
- g) mudar a posição das mãos (afastar ou aproximar) durante a execução do exercício.

OBSERVAÇÕES:

1) As mulheres deverão apoiar os joelhos no solo para a execução do exercício, podendo ou não apoiar a ponta do pé no chão.

2) A fim de manter os cotovelos projetados para fora, o(a) avaliado(a) poderá aduzir as mãos na posição inicial.

3) O aplicador do TACF poderá interromper o teste quando o candidato alcançar o número mínimo de desempenho estipulado.

EXERCÍCIO Nº 3 - AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE AERÓBICA MÁXIMA

Será realizada por meio de uma corrida ou de uma marcha de 12 minutos.

Duração: 12 (doze) minutos.

Tentativa: 01 (uma).

Tempo e distância: o instrutor responsável durante a aplicação deste teste deve informar ao avaliado o número de voltas percorridas e o tempo transcorrido, desde o seu início até o 9º (nono) minuto. A partir deste momento, o avaliador não deve mais informar o tempo transcorrido ao avaliado, somente as voltas percorridas.

- Apito:** o teste é iniciado com um silvo curto de apito e termina com um silvo longo. Neste momento os avaliados iniciarão a volta à calma, caminhando no sentido perpendicular ao da execução do percurso, e assim devem permanecer até que o instrutor anote a distância por eles percorrida e o libere do teste.
- Local:** pista de atletismo ou qualquer outro percurso no plano horizontal, preferencialmente, com 500 ± 100 metros, com declividade não superior a 1/1000, devidamente aferidos. O piso poderá ser de qualquer tipo, desde que seja o mesmo durante todo o percurso. Sempre que possível, realizar marcações intermediárias para facilitar o avaliado no controle do seu ritmo de corrida.
- Execução:** a corrida de 12 (doze) minutos poderá ser feita em qualquer ritmo condicionado, podendo intercalar a corrida com caminhada, desde que essa alternância corresponda ao esforço máximo do avaliado para o tempo previsto, não podendo o mesmo parar ou sentar para descansar.

DESEMPENHO MÍNIMO		
SEXO	20 A 29 ANOS	30 A 39 ANOS
MASCULINO	2000 metros	1950 metros
FEMININO	1610 metros	1560 metros

Observação: o candidato que não atingir o desempenho mínimo em qualquer um dos exercícios exigidos no TACF será considerado NÃO APTO.

ANEXO 6

FICHA INFORMATIVA SOBRE FORMULAÇÃO DE QUESTÃO

ATENÇÃO: Preencha todos os campos com bastante clareza, usando letra de fôrma. Utilize uma FIFQ para cada questão ou gabarito a respeito dos quais desejar interpor recurso.

I – IDENTIFICAÇÃO

Exame de Admissão: _____ Especialidade: _____

Nome do Candidato: _____

Nº de inscrição: _____

II – PROVA QUESTIONADA: _____

Disciplina: _____ Questão Nº: _____

Código da prova: _____ Nº de páginas: Esta + _____

III – COMENTÁRIO (Claro e objetivo. É fundamental que o candidato apresente boa redação, com frases bem formuladas que observem a correção gramatical – concordância, grafia, regência, etc. – SEM considerações de ordem pessoal). Solicito revisão, em grau de recurso, da questão supracitada, conforme a seguir: _____

IV – EMBASAMENTO TEÓRICO (Obra, autor, edição consultada e página utilizada para seu embasamento, constante da bibliografia do Exame de Admissão.)

Data: ____/____/____

Assinatura do candidato

✂
cortar aqui

INSTRUÇÃO:

- Enviar o requerimento para o CIAAR, por fax e via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX. Obs: Será desconsiderada a solicitação remetida somente por fax.

CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA – CIAAR

DIVISÃO DE CONCURSOS

AV. SANTA ROSA, 10 – PAMPULHA - CAIXA POSTAL 2172

CEP: 31.270-750 – BELO HORIZONTE – MG - FAX: (31) 3491-2264

ANEXO 7

REQUERIMENTO PARA PROVA DE TÍTULOS EM GRAU DE RECURSO

AO EXMO SR COMANDANTE DO
CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar,
posto ou graduação), residente na(o) _____
Bairro _____ Cidade _____ Estado _____
CEP _____ Telefone _____ nascido em ____/____/____,
natural de _____ candidato ao EA-CAMAR/CADAR/CAFAR 2008, inscrição nº
_____, tendo seus títulos sido submetidos à análise na prova do referido Exame, e
por discordar do resultado divulgado, pelos motivos abaixo descritos, vem solicitar nova análise em
grau de recurso.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do candidato

✂
cortar aqui

Enviar o requerimento para o CIAAR, via encomenda expressa ou via ECT, por SEDEX, conforme endereço abaixo:

<p>Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - CIAAR Divisão de Concursos Av. Santa Rosa, 10, Pampulha, Caixa Postal 2172 - CEP: 31.270-750 - Belo Horizonte, MG</p>

ANEXO 8

REQUERIMENTO PARA INSPEÇÃO DE SAÚDE EM GRAU DE RECURSO

AO EXMO SR DIRETOR DE SAÚDE DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar,
posto ou graduação), residente na(o) _____
Bairro _____ Cidade _____
Estado _____ CEP _____ Telefone _____ nascido em ____/____/____,
natural de _____ candidato ao EA-
CAMAR/CADAR/CAFAR 2008, inscrição nº _____, tendo sido
inspecionado pela Junta de Saúde (Organização de Saúde)
_____, em ____/____/____, e julgado INCAPAZ PARA O
FIM A QUE SE DESTINA, vem requerer a V. Exa. nova inspeção em grau de recurso, pela Junta
Superior de Saúde (JSS), conforme disposto no item 6.5 das Instruções Específicas, contrapondo o
parecer que o incapacitou, com base na documentação médica em anexo.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do candidato

✂
cortar aqui

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/____, às ____:____ horas, o requerimento referente à
Inspeção de Saúde, em grau de recurso, do candidato _____
_____.

Assinatura e carimbo – Setor de Protocolo do SERENS

ANEXO 9

REQUERIMENTO PARA EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA EM GRAU DE RECURSO

AO SR DIRETOR DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar,
posto ou graduação), residente na(o) _____
Bairro _____ Cidade _____
Estado ____ CEP _____ Telefone _____ nascido em ____/____/____,
natural de _____ candidato ao EA-
CAMAR/CADAR/CAFAR 2008, inscrição nº _____, tendo sido considerado
CONTRA-INDICADO no Exame de Aptidão Psicológica, realizado em ____/____/____, na
localidade _____, sob a responsabilidade do IPA, vem requerer, conforme
disposto no item 6.6 das Instruções Específicas, Exame de Aptidão Psicológica em grau de recurso:

() apresentando, em anexo, a documentação:

_____ (especificar documentação);

() não apresentando qualquer documentação.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do candidato

Declaro ter sido submetido ao Exame de Aptidão Psicológica, em grau de recurso, em
____/____/____, na localidade _____, pelo(a) Sr (a).

Assinatura do candidato após o Exame

.....
cortar aqui

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/____, às ____:____ horas, o requerimento referente ao EAP,
em grau de recurso, do candidato _____.

Assinatura e carimbo – Setor de Protocolo do SERENS

ANEXO 10

REQUERIMENTO PARA ENTREVISTA INFORMATIVA

AO SR DIRETOR DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar,
posto ou graduação), residente na(o) _____
Bairro _____ Cidade _____
Estado _____ CEP _____ Telefone _____ nascido em ____/____/____,
natural de _____ candidato ao EA-
CAMAR/CADAR/CAFAR 2008, inscrição nº _____, tendo sido avaliado no Exame de
Aptidão Psicológica, em grau de recurso, realizado em ____/____/____, na cidade de
_____, vem requerer Entrevista Informativa, com o objetivo de esclarecer o motivo
da sua contra-indicação ao propósito seletivo e declara estar ciente do previsto no item 6.6 das
Instruções Específicas.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do candidato

Declaro ter realizado a Entrevista Informativa referente ao Exame de Aptidão
Psicológica, em ____/____/____, concedida pelo(a) Sr (a). _____
_____.

Assinatura do candidato após a Entrevista

.....
cortar aqui

INSTRUÇÃO:

Enviar o requerimento, com postagem registrada e Aviso de Recebimento, com o seguinte endereçamento:

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA - IPA

DIVISÃO DE SELEÇÃO

AVENIDA MARECHAL CÂMARA, 233 – 8º ANDAR

CEP 20020-080 – RIO DE JANEIRO RJ

TEL: (0XX21) 2126 9213

ANEXO 11

REQUERIMENTO PARA TESTE DE AVALIAÇÃO
DO CONDICIONAMENTO FÍSICO EM GRAU DE RECURSO

AO SR VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar,
posto ou graduação), residente na(o) _____
Bairro _____ Cidade _____
Estado ____ CEP _____ Telefone _____ nascido em ____/____/____,
natural de _____ candidato ao EA-
CAMAR/CADAR/CAFAR 2008, inscrição nº _____, tendo realizado o Teste
de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) em ____/____/____, na localidade
_____ e tendo sido considerado NÃO APTO, vem requerer
novo teste, em grau de recurso, conforme disposto no item 6.7 das Instruções Específicas.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do candidato

✂
cortar aqui

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/____, às ____:____ horas, o requerimento referente ao
TACF, em grau de recurso, do candidato _____
_____.

Assinatura e carimbo – Setor de Protocolo do SERENS



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

PORTARIA DEPENDS Nº 231-T/DE2, DE 2 DE OUTUBRO DE 2007.

Aprova o Programa de Atividades para o Exame de Admissão aos Cursos de Adaptação de Médicos, Dentistas e Farmacêuticos da Aeronáutica do ano 2008.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 2º das Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º de março de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Atividades para o Exame de Admissão aos Cursos de Adaptação de Médicos, Dentistas e Farmacêuticos da Aeronáutica do ano 2008 (PA/EA CAMAR/CADAR/CAFAR 2008).

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeito até o dia 02 de maio de 2008.

Art. 3º Revogam-se a Portaria DEPENDS nº 275-T/DE-2, de 29 de agosto de 2006, e demais disposições em contrário.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENDS

**PROGRAMA DE ATIVIDADES PARA O EXAME DE ADMISSÃO AOS
CURSOS DE ADAPTAÇÃO DE MÉDICOS, DENTISTAS E FARMACÊUTICOS
DA AERONÁUTICA DO ANO 2008
(PA/EA-CAMAR/CADAR CAFAR 2008)**

APROVAÇÃO / DIVULGAÇÃO			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
1.	Aprovação das Instruções e Programa de Atividades (PA) do Exame.	DEPENS	02 out. 2007
2.	Inclusão, no link “Notícias” do site do CECOMSAER na Internet, de matéria relativa ao exame, para divulgação.	DEPENS	até 02 out. 2007
3.	Remessa, via rádio, de nota para divulgação do exame às Organizações Militares do Comando da Aeronáutica.	DEPENS	até 02 out. 2007
4.	Remessa das Portarias, Instruções e Programa de Atividades (PA) do Exame para: CIAAR, OMAP, CDA, IPA, DIRSA e CENDOC, para as devidas providências.	DEPENS	até 02 out. 2007
5.	Remessa, à Imprensa Nacional, dos atos de aprovação das Instruções do Exame, bem como do Edital do Exame para publicação no Diário Oficial da União (DOU).	DEPENS	até 02 out. 2007
6.	Início da divulgação do Exame. (VIA INTERNET E INTRAER)	DEPENS / CIAAR	a partir de 02 out. 2007
INSCRIÇÃO			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
7.	Remessa de cartazes para divulgação do Exame às Organizações Militares do Comando da Aeronáutica.	CIAAR	a partir de 02 out. 2007
8.	Período de inscrição. (Pela Internet, o preenchimento do FSI será possível a partir das 10h do primeiro dia de inscrições até às 15h do último dia - horário de Brasília).	CANDIDATOS/ CIAAR	03 out. a 23 out. 2007
9.	Informação, via fax, às OMAP, da previsão numérica de candidatos inscritos, por especialidade em cada OMAP.	CIAAR	26 out. 2007
10.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos que tiveram a solicitação de inscrição deferida e indeferida.	CIAAR	26 out. 2007
11.	Remessa, ao CIAAR, do requerimento para inscrição em grau de recurso, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT, por SEDEX.	CANDIDATOS	até 30 out. 2007
12.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos que, em grau de recurso, tiveram a solicitação de inscrição deferida ou indeferida.	CIAAR	05 nov. 2007
EXAME DE ESCOLARIDADE			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
13.	Designação do Presidente e do Secretário da Comissão Fiscalizadora, bem como informação ao CIAAR.	OMAP	até 30 out. 2007
14.	Remessa, às OMAP, das Instruções Orientadoras destinadas às Comissões Fiscalizadoras.	CIAAR	até 30 out. 2007

15.	Comunicação, via fax, ao CIAAR: <ul style="list-style-type: none"> do local da Concentração Inicial e das Provas Escritas; da quantidade de setores, de suas denominações e da capacidade de candidatos em cada setor. 	OMAP	até 12 nov. 2007
16.	Designação dos demais membros da Comissão Fiscalizadora e envio da relação nominal dos militares designados ao CIAAR.	OMAP	até 12 nov. 2007
17.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos locais de prova.	CIAAR	14nov. 2007
18.	Impressão, envelopamento e lacre das provas escritas distribuídas por OMAP, setor e versão.	CIAAR	até 20 nov. 2007
19.	Reunião no DEPENS com todos os presidentes das Comissões Fiscalizadoras e representante do setor de concurso do CIAAR.	DEPENS	20 nov. 2007
20.	Palestra para a Comissão Fiscalizadora sobre as diversas instruções que orientam o Exame de Admissão.	PRESIDENTE DA COMISSÃO FISCALIZADORA /OMAP	26 nov. 2007
21.	Entrega aos Presidentes e representantes do SERENS das provas escritas e do material de apoio para a realização do Exame de Admissão.	CIAAR	até 28 nov. 2007
22.	Palestra do representante do CIAAR para a Comissão Fiscalizadora sobre as diversas instruções que orientam o Exame de Admissão.	CIAAR / OMAP	29 nov. 2007
23.	Concentração Inicial: Provas Escritas <ul style="list-style-type: none"> fechamento dos portões às 8h 45min; concentração inicial às 9h; e início das provas às 10h (horário de Brasília). 	OMAP	02 dez. 2007
24.	Entrega dos cartões-respostas e do material do Exame de Admissão ao representante do CIAAR.	OMAP	02 dez. 2007
25.	Divulgação, via Internet e Intraer, das provas aplicadas e dos gabaritos provisórios.	CIAAR	03 dez. 2007
26.	Remessa da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ) ao CIAAR, via fax e encomenda expressa (urgente) ou via ECT, por SEDEX. (para agilizar)	CANDIDATOS	até 05 dez. 2007
27.	Análise das FIFQ.	CIAAR / BANCA EXAMINADORA	até 19 dez. 2007
28.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos gabaritos oficiais e dos pareceres sobre as FIFQ, ou comunicação da inexistência das mesmas.	CIAAR	até 20 dez. 2007
29.	Correção das provas.	CIAAR	até 27 dez. 2007
30.	Divulgação, na Internet e Intraer, da relação nominal, por especialidade, com os resultados obtidos pelos candidatos nas provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, constando a média e a classificação parcial, bem como a convocação para a Concentração Intermediária e Prova de Títulos daqueles que deverão prosseguir no Exame.	CIAAR	até 28 dez. 2007

31.	Solicitação à Divisão de Concursos do CIAAR, da vista de Prova de Redação, via fax e agendamento telefônico.	CANDIDATOS	até 11 jan. 2008
32.	Vista de Prova de Redação, no CIAAR, das 9h às 12h e de 13h às 17h.	CIAAR	17 jan. 2008
CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS ^R	DATAS/PRAZOS
33.	Remessa, via Intraer ou Internet (e-mail funcional), à DIRSA, às OMAP, à CDA e ao IPA, da relação nominal, dos candidatos a serem convocados para a Concentração Intermediária para fins de planejamento dos exames subsequentes.	CIAAR	28 dez. 2007
34.	Remessa, via Internet, à Imprensa Nacional, da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária e Prova de Títulos.	CIAAR	até 28 dez. 2007
35.	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária e Prova de Títulos.	CIAAR	até 04 jan. 2008
36.	Concentração Intermediária e entrega de títulos, das 9h às 11h.	SERENS	14 jan. 2008
37.	Remessa, ao CIAAR: <ul style="list-style-type: none"> da Ata, da Relação de Presença da Concentração Intermediária e da Prova de Títulos (via fax e via SEDEX); das cópias dos títulos apresentados, dos diplomas de curso superior e demais documentos previstos para a matrícula. (via SEDEX). 	SERENS	até 15 jan. 2008
AVALIAÇÃO DA CPO/CPG			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
38.	Envio eletrônico à CPO e CPG da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária.	CIAAR	até 16 jan. 2008
39.	Análise de desempenho e emissão de parecer individual dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária.	CPO/CPG	até 31 jan. 2008
40.	Comunicação às OM dos candidatos, via mensagem rádio urgente, dos RC correspondentes daqueles que receberam parecer desfavorável e, via Rede de Comunicação de Dados Sigilosos (Rede Mercúrio), dos nomes e dos motivos dos pareceres desfavoráveis	CPO/CPG	até 31 jan. 2008
41.	Remessa, à CPO ou CPG da informação, encaminhada por meio de mensagem telegráfica, da intenção do militar interpor recurso ou não.	CMT OM / CANDIDATOS	até 08 fev. 2008
42.	Remessa à SECPROM ou à DIRAP, administrativamente, por SEDEX, dos recursos sobre o parecer desfavorável.	CANDIDATOS CMT OM	até 15 fev. 2008
43.	Análise dos recursos e emissão de parecer.	CPO/CPG	até 29 fev. 2008
44.	Remessa ao CIAAR dos resultados dos julgamentos realizados pela CPO e CPG sobre os recursos dos candidatos e informação sobre os despachos exarados nos requerimentos.	CPO/CPG	até 29 fev. 2008

45.	Comunicação às OM dos candidatos, via mensagem rádio urgente, do resultado da análise dos recursos e emissão de parecer, via Rede de Comunicação de Dados Sigilosos (Rede Mercúrio), dos nomes e dos motivos dos pareceres desfavoráveis.	CIAAR	até 07 mar. 2008
PROVA DE TÍTULOS			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
46.	Análise dos Títulos	BANCA EXAMINADORA	15 a 18 jan. 2008
47.	Divulgação, na Internet e na Intraer, da relação nominal dos candidatos com os resultados obtidos na Prova de Títulos.	CIAAR	21 jan. 2008
48.	Remessa, via SEDEX, de recurso para a Prova de Títulos.	CANDIDATOS	até 23 jan. 2008
49.	Análise, em grau de recurso, dos documentos apresentados para a Prova de Títulos.	BANCA EXAMINADORA	até 1º fev. 2008
50.	Divulgação, na Internet e na Intraer, da relação nominal, por especialidade, dos candidatos com os resultados obtidos na Prova de Títulos em grau de recurso, constando a média e a classificação final.	CIAAR	08 fev. 2008
INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
51.	Inspeção de Saúde – realização e julgamento.	OSA	15 a 22 jan. 2008
52.	Remessa, via fax, à DIRSA e às OMAP, da relação nominal dos candidatos julgados incapazes na INSPSAU, constando o CID (numeral e por extenso).	OSA	até 28 jan. 2008
53.	Remessa, ao CIAAR, da Ata (via fax e SEDEX), da Relação de Presença e do Resultado da INSPSAU (via: fax e Intraer ou Internet (e-mail funcional) e SEDEX), devidamente preenchidos, indicando os candidatos aptos, incapazes e faltosos.	SERENS	até 29 jan. 2008
54.	Entrega, ao SERENS, dos Documentos de Informação de Saúde dos candidatos julgados incapazes na INSPSAU.	OSA	até 29 jan. 2008
55.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos na INSPSAU.	CIAAR	até 30 jan. 2008
56.	Solicitação, ao SERENS, do Documento de Informação de Saúde.	CANDIDATOS	até 1º fev. 2008
57.	Entrega dos Documentos de Informação de Saúde aos candidatos julgados incapazes na INSPSAU, mediante solicitação.	SERENS	1º fev. 2008
58.	Entrega, ao SERENS, das 9h às 16h, da solicitação de INSPSAU em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 8 fev. 2008
59.	Remessa, via fax, ao CIAAR, da relação nominal dos candidatos que solicitaram INSPSAU em grau de recurso, ou comunicação, via rádio, da inexistência de requerimentos.	SERENS	até 11 fev. 2008

60.	Remessa à DIRSA: <ul style="list-style-type: none"> da relação nominal dos candidatos que solicitaram INSPSAU em grau de recurso, bem como dos requerimentos. (via fax e SEDEX) dos requerimentos para INSPSAU em grau de recurso, acompanhados dos respectivos documentos e laudos entregues pelos candidatos. (via SEDEX) 	SERENS	até 12 fev. 2008
61.	Realização e julgamento da INSPSAU em grau de recurso, bem como remessa, via fax, ao CIAAR, dos resultados obtidos pelos candidatos.	DIRSA / OSA	18 a 20 fev. 2008
62.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos na INSPSAU em grau de recurso.	CIAAR	25 fev. 2008
TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
63.	Remessa, via Intraer e Internet (e-mail funcional), à CDA e aos SERENS, da relação nominal dos candidatos aptos na INSPSAU e em condições de realizarem o TACF.	CIAAR	até 25 fev. 2008
64.	Realização (pela manhã), julgamento e divulgação do resultado do TACF ao candidato imediatamente após o julgamento.	CDA / SERENS	28 fev 2008
65.	Entrega, no setor de protocolo do SERENS, da solicitação do TACF em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 29 fev 2008
66.	Remessa à CDA: <ul style="list-style-type: none"> da Ata e da Relação de Presença e Resultado do TACF, indicando os candidatos aptos, não-aptos e faltosos no referido teste (via fax); da relação nominal dos candidatos que solicitaram o TACF em grau de recurso, ou comunicação da inexistência de requerimento (via fax); e dos Requerimentos do TACF em grau de recurso (via SEDEX). 	SERENS	até 03 mar. 2008
67.	Remessa ao CIAAR: <ul style="list-style-type: none"> da ata e da relação de presença (via: fax e SEDEX); do resultado do TACF indicando os candidatos aptos, não-aptos e faltosos no referido teste (via: Intraer ou Internet (e-mail funcional) e SEDEX); e da relação nominal dos candidatos que solicitaram o TACF em grau de recurso, ou comunicação da inexistência de requerimento (via fax). 	SERENS	até 04 mar. 2008
68.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados obtidos pelos candidatos no TACF.	CIAAR	05 mar. 2008
69.	Realização e julgamento (pela manhã) do TACF em grau de recurso.	CDA / SERENS	14 mar. 2008
70.	Remessa, via fax e SEDEX, ao CIAAR, da Ata, da Relação de Presença e do Resultado do TACF em grau de recurso, indicando os candidatos aptos, não-aptos e faltosos no referido teste.	CDA / SERENS	até 17 mar. 2008

71.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados obtidos pelos candidatos no TACF em grau de recurso.	CIAAR	18 mar. 2008
EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
72.	Exame de Aptidão Psicológica.	IPA / SERENS	15 a 25 jan. 2008
73.	Remessa, ao CIAAR, da Ata (via fax e SEDEX) e da Relação de Presença do EAP, via Intraer ou Internet (e-mail funcional), fax e SEDEX.	SERENS	até 28 jan. 2008
74.	Remessa ao CIAAR, via Intraer ou Internet (e-mail funcional), fax e Ofício, da relação dos candidatos indicados, contra-indicados e faltosos ao EAP.	IPA	até 15 fev. 2008
75.	Remessa, via SEDEX, aos SERENS, dos documentos de informação de aptidão psicológica (DIAP) dos candidatos contra-indicados no EAP.	IPA	até 15 fev. 2008
76.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no EAP (relação por número de inscrição).	CIAAR	18 fev. 2008
77.	Solicitação ao SERENS do DIAP.	CANDIDATOS	até 21 fev. 2008
78.	Entrega dos DIAP aos candidatos contra-indicados no EAP, mediante solicitação.	SERENS	até 21 fev. 2008
79.	Entrega, ao SERENS, das 9h às 16h, da solicitação do EAP em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 26 fev. 2008
80.	Remessa, via fax, ao IPA e ao CIAAR da relação dos candidatos que solicitaram o EAP em grau de recurso, ou comunicação da inexistência de recurso.	SERENS	até 27 fev. 2008
81.	Remessa ao IPA, via SEDEX, dos Requerimentos para EAP em grau de recurso.	SERENS	até 28 fev. 2008
82.	Realização do EAP em grau de recurso.	IPA/SERENS	13 mar. 2008
83.	Remessa, via Intraer ou Internet (e-mail funcional), fax e Ofício, ao CIAAR, da relação nominal dos candidatos indicados, contra-indicados e faltosos no EAP em grau de recurso.	IPA	até 19 mar. 2008
84.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no EAP em grau de recurso (relação por número de inscrição).	CIAAR	20 mar. 2008
85.	Remessa via fax e entrega no IPA ou via ECT, com postagem registrada e Aviso de Recebimento, ao referido Instituto, das solicitações de Entrevista Informativa, referentes aos candidatos contra-indicados no EAP que desejarem esclarecer o motivo de sua contra-indicação.	CANDIDATOS	até 25 mar. 2008
86.	Informação via fax, ao CIAAR, da relação dos candidatos que solicitaram a Entrevista Informativa e do local e da hora em que cada candidato deverá ser submetido à entrevista referente à contra-indicação no EAP.	IPA	até 04 abr. 2008
87.	Divulgação, via Internet e Intraer, do local e horário da realização da Entrevista Informativa.	CIAAR	07 abr. 2008

88.	Entrevista Informativa referente ao EAP com os candidatos contra-indicados.	IPA	30 abr. 2008
PROVA PRÁTICO/ORAL (PPO)			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
89.	Informar ao CIAAR os locais e horários da PPO , bem como o nome dos componentes das Bancas Examinadoras.	DIRSA	até 21 fev. 2008
90.	Informar à DIRSA a relação nominal dos candidatos por especialidade que realizarão a PPO.	CIAAR	até 20 mar 2008
91.	Disponibilizar um serviço de plantão, com telefone exclusivo, para apoio aos candidatos quanto à informações sobre: hotéis, meios de transporte, telefones e itinerários para os locais da PPO.	SERENS III	24 mar. a 04 abr. 2008
92.	Divulgação dos locais, horários e da relação nominal dos candidatos convocados para a Prova Prática/Oral (PPO), a ser realizada no Rio de Janeiro.	CIAAR	24 mar. 2008
93.	Prova Prática/Oral (PPO).	CIAAR/OMAP	31 mar a 04 abr. 2008
94.	Remessa, via fax e encomenda expressa, ao CIAAR, da relação de presença e dos resultados obtidos pelos candidatos na PPO.	DIRSA	até 07 abr. 2008
95.	Divulgação dos resultados, por número de inscrição, obtidos pelos candidatos na PPO.	CIAAR	08 abr. 2008
JUNTA ESPECIAL DE AVALIAÇÃO (JEA)			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
96.	Indicação, ao DEPENDS, dos componentes da Junta Especial de Avaliação (JEA).	DIRSA / CDA /CIAAR / IPA	até 1º abr. 2008
97.	Convocação da JEA.	DEPENDS	até 04 abr. 2008
98.	Reunião da JEA.	DEPENDS	11 abr. 2008
99.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula, contendo as médias finais com as respectivas classificações, bem como da convocação para a Concentração Final.	CIAAR	16 abr. 2008
100	Remessa, à Imprensa Nacional, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	DEPENDS	16 abr. 2008
101	Remessa, ao CENDOC, da Ordem de Matrícula dos candidatos selecionados pela JEA.	DEPENDS	16 abr. 2008
102	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	DEPENDS	17 abr. 2008
103	Publicação no BCA da Ordem de Matrícula dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	CENDOC	18 abr. 2008
CONCENTRAÇÃO FINAL/MATRÍCULA			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
104.	Concentração Final no CIAAR das 9h às 11h.	CIAAR	23 abr. 2008
105.	Matrícula e início do Curso.	CIAAR	28 abr. 2008

106.	Convocação dos candidatos excedentes, em substituição àqueles que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do Exame ou considerados desistentes.	CIAAR	até 02 maio 2008
107.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do exame ou considerados desistentes, bem como da relação nominal dos candidatos excedentes convocados.	CIAAR	06 maio 2008
108.	Apresentação, no CIAAR, dos candidatos excedentes convocados.	CANDIDATOS	03 dias corridos, a contar da data subsequente à de convocação
109.	Encaminhamento eletrônico ao DEPENDS da relação nominal dos candidatos que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do exame ou considerados desistentes, bem como da relação nominal dos candidatos excedentes convocados.	CIAAR	08 maio 2008
110.	Remessa, ao CENDOC, para publicação no BCA, da Ordem de Matrícula complementar dos candidatos excedentes, a contar de 28 abr. 2008	DEPENDS	até 13 maio 2008
111.	Publicação, no BCA, da Ordem de Matrícula complementar dos candidatos excedentes.	CENDOC	até 15 maio 2008
112.	Matrícula dos candidatos excedentes convocados, a contar de 28 abr. 2008	CIAAR	até 19 maio 2008
113.	Remessa, via Internet, à Imprensa Nacional, da relação nominal dos candidatos matriculados no EA-CAMAR/CADAR/CAFAR 2008	CIAAR	até 19 maio 2008
114.	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos matriculados no EA-CAMAR/CADAR/CAFAR 2008	CIAAR	21 maio 2008
115.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos matriculados no Curso.	CIAAR	21 maio 2008
116.	Remessa do Relatório Final do Exame de Admissão.	CIAAR	até 30 maio 2008

Ten Brig Ar ANTÔNIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENDS

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

ICA 37-24

**ADMISSÃO DE CANDIDATOS CIVIS NOS CURSOS
FUNDAMENTAL E PROFISSIONAL DO INSTITUTO
TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA**

2007

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE TECNOLOGIA AEROESPACIAL**



ENSINO

ICA 37-24

**ADMISSÃO DE CANDIDATOS CIVIS NOS CURSOS
FUNDAMENTAL E PROFISSIONAL DO INSTITUTO
TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA (ITA)**

2007



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 623/GC-3, DE 10 DE SETEMBRO DE 2007.

Aprova a Instrução para a Admissão de Candidatos Civis nos Cursos Fundamental e Profissional do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XI do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 5.196, de 26 de agosto de 2004, tendo em vista o disposto nos art. 1º e 2º da Lei nº 2.165, de 5 de janeiro de 1954, e considerando o que consta do Processo nº 67750.000781/2007-DV, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 37-24 “Admissão de Candidatos Civis nos Cursos Fundamental e Profissional do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as Portarias nº 194/GM3, de 29 de março de 1989, nº 904/GM3, de 13 de outubro de 1995 e nº 92/GC3, de 12 de janeiro de 2006, publicadas respectivamente nos Diários Oficiais da União de 31 de março de 1989, Seção 1, página 4883; o de nº 198, de 16 de outubro de 1995, página 16273 e o de nº 10, de 13 de janeiro de 2006, Seção 1, página 21.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO
Comandante da Aeronáutica

(Publicada no BCA nº 196, de 11 de outubro de 2007)

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1	<u>FINALIDADE</u>	7
1.2	<u>CONCEITUAÇÃO</u>	7
1.1	<u>ÂMBITO</u>	7
2	CONDIÇÕES DE ADMISSÃO	8
3	CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO	9
4	CONCURSO DE ADMISSÃO	11
5	EXAME DE ESCOLARIDADE	12
6	EXAME MÉDICO	13
7	HABILITAÇÃO E MATRÍCULA	14
8	DISPOSIÇÕES GERAIS	15
9	DISPOSIÇÕES FINAIS	17

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Instrução tem por finalidade disciplinar o processo de admissão de candidatos civis nos Cursos Fundamental e Profissional do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

1.2 CONCEITUAÇÃO

1.2.1 Curso Fundamental - curso ministrado nos dois primeiros anos do Curso de Graduação, constituindo-se de matérias e disciplinas comuns e básicas para as especializações profissionais de engenharia.

1.2.2 Curso Profissional - curso ministrado nos três últimos anos do Curso de Graduação, constituindo-se de matérias que caracterizam uma especialização profissional.

1.3 ÂMBITO

A presente Instrução aplica-se ao Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e, no que couber, às demais Organizações Militares (OM) do Comando da Aeronáutica (COMAER).

2 CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

2.1 A admissão de candidatos civis no ITA é feita, compulsoriamente, no 1º ano do Curso Fundamental, mediante concurso de provas, todas eliminatórias, efetuadas perante Comissão do mesmo Instituto.

2.2 A admissão no Curso Profissional do ITA far-se-á, automaticamente, para os alunos que tenham concluído com aproveitamento o Curso Fundamental, na especialidade para a qual foram admitidos no 1º Ano do Curso Fundamental.

2.2.1 A matrícula no 1º Ano do Curso Profissional do ITA, para os alunos que não forem Oficiais ou Aspirante-a-Oficial da Reserva das Forças Armadas, somente será feita após o término, com aproveitamento, do Curso do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica (CPORAER-SJ).

2.3 O candidato à admissão ao Curso Fundamental do ITA deve satisfazer às seguintes exigências:

- a) ser brasileiro nato;
- b) haver concluído o Ensino Médio, ou como tal reconhecido;
- c) ser solteiro e não servir de arrimo;
- d) ter menos do que 24 (vinte e quatro) anos completos de idade, no último dia do ano anterior ao da matrícula;
- e) ter condições de saúde e aptidão física para matrícula no CPORAER-SJ;
- f) estar com sua situação perante o Serviço Militar regularizada; e
- g) ter idoneidade moral.

2.3.1 É vedada a admissão de candidatos possuidores de Certificado de Isenção do Serviço Militar, por incapacidade física ou moral.

2.3.2 É vedada a admissão de candidatos oriundos das Escolas Militares, desligados por motivo de conceito disciplinar.

3 CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

3.1 A inscrição no Concurso de Admissão far-se-á mediante “Ficha-requerimento de Inscrição”, dirigida ao Reitor do ITA, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Cópia da Carteira de Identidade;
- b) Certificado de Conclusão do Ensino Médio;
- c) Histórico Escolar do Ensino Médio;
- d) Declaração de que é solteiro e não serve de arrimo de família;
- e) Carta Patente, se oficial da Reserva das Forças Armadas;
- f) Diploma de Conclusão de Curso, se declarado Aspirante-a-Oficial da Reserva das Forças Armadas;
- g) Certificado de Alistamento Militar ou Certificado de Reservista e, quando for o caso, outro documento que indique estar o candidato em dia com suas obrigações militares, observada a legislação pertinente, em vigor;
- h) Título de Eleitor se for maior de 18 (dezoito) anos;
- i) Autorização do responsável (pai ou mãe) de acordo com o capítulo I, artigo 5º, inciso I da Constituição da República Federal do Brasil de 1988 para os candidatos menores de 18 (dezoito) anos;
- j) Termo de Tutela, se o documento for assinado pelo Tutor;
- k) 2 (duas) fotografias 3 x 4 cm; e
- l) Comprovante de depósito bancário.

3.1.1 Na “Ficha-requerimento de Inscrição”, o candidato manifestará, compulsoriamente, sua preferência, em ordem de prioridade decrescente, pelas especialidades de Engenharia ministradas no ITA, para fins de preenchimento das vagas, por força do item 8.1 desta Instrução.

3.1.2 Exclusivamente para fins de inscrição, o Certificado de Conclusão do Ensino Médio e o Histórico Escolar poderão ser substituídos por um Atestado de Matrícula do Ensino Médio, ou como tal reconhecido.

3.1.3 Não será aceito documentos que apresentem rasuras, emendas ou quaisquer outras irregularidades.

3.1.4 Os documentos podem ser apresentados em cópias devidamente autenticadas.

3.2 Salvo a “Ficha requerimento de Inscrição” e o comprovante de depósito bancário, os demais documentos, no interesse da Administração e a critério do Reitor do ITA, poderão ser exigidos, somente, no ato da matrícula.

3.2.1 A não apresentação no ato da matrícula de todos os documentos referidos no item 3.1 desta Instrução implicará o cancelamento da inscrição e a anulação das provas realizadas.

3.3 As “Fichas-requerimento de Inscrição”, acompanhadas dos documentos exigidos, deverão ser encaminhadas à Comissão Permanente da Seção de Concursos do ITA, conforme estabelecido no Edital do Concurso de Admissão ao ITA.

3.4 O Reitor do ITA divulgará o dia e o local das provas aos candidatos que tiverem suas inscrições deferidas.

4 CONCURSO DE ADMISSÃO

4.1 A admissão de candidatos civis no 1º ano do Curso Fundamental do ITA far-se-á por intermédio de Concurso de Admissão, o qual os avaliará, sob os aspectos de escolaridade e médico.

4.2 O Concurso de Admissão compreende:

- a) Exame de Escolaridade; e
- b) Exame Médico.

4.3 O Reitor do ITA, para a realização do Concurso de Admissão, nomeará, anualmente, uma Comissão Examinadora, à qual competirá, sob orientação da Comissão Permanente pertencente à Seção de Concursos do ITA, elaborar e corrigir as provas do Exame de Escolaridade.

4.3.1 A avaliação das provas é feita na escala de 0 (zero) a 100 (cem), desprezando-se quaisquer frações.

4.3.2 Cabe à Comissão Permanente proceder à classificação dos candidatos, segundo a ordem decrescente dos graus relativos, obtidos no Exame de Escolaridade, e remeter, à Divisão de Alunos do ITA a relação dos candidatos aprovados e classificados nas vagas fixadas anualmente pelo Comandante da Aeronáutica.

4.3.3 Compete à Divisão de Alunos do ITA comunicar aos candidatos aprovados no Exame de Escolaridade e classificados nas vagas fixadas, a data e a hora de apresentação no ITA, para o Exame Médico e o início das atividades.

5 EXAME DE ESCOLARIDADE

5.1 O Exame de Escolaridade constará de provas escritas, de caráter eliminatório, versando sobre matérias ministradas no Ensino Médio.

5.1.1 As provas são realizadas em impressos próprios, fornecidos pelo ITA.

5.1.2 Cada prova será realizada, obrigatoriamente, no mesmo dia e hora, nas localidades selecionadas, tal como disposto no Edital do Concurso de Admissão.

5.1.3 Para cada local selecionado, será designada, anualmente, pelo Reitor do ITA, uma Comissão Fiscalizadora, a cujo cargo ficará subordinada a realização das provas.

5.1.4 As Comissões Fiscalizadoras prestarão, aos candidatos, as demais informações necessárias à realização das provas.

5.2 As provas são contidas em envelopes lacrados, os quais, somente, serão abertos, em cada local, por um Membro da Comissão Fiscalizadora, nas datas e horas fixadas para o início das provas, perante os candidatos que a estas comparecerem.

5.3 Nenhum candidato pode realizar provas em local diferente daquele para o qual foi relacionado, consoante sua opção, registrada na “Ficha-requerimento de Inscrição”.

5.4 Os candidatos deverão se apresentar aos locais de prova munidos de documento de identidade e permitirem a coleta de impressão digital, sob a pena de serem eliminados do Concurso de Admissão.

5.5 Será, automaticamente, eliminado do Concurso de Admissão o candidato que, durante a realização de qualquer prova do Exame de Escolaridade, proceder com desrespeito ou comportamento indevido para com qualquer membro da Comissão Fiscalizadora, bem como aquele que for surpreendido em flagrante de comunicação com outros candidatos ou pessoas estranhas, verbalmente, por escrito, ou por qualquer outra forma, utilizando-se de livros, notas ou impressos, salvo os expressamente permitidos, ou, ainda, usar de qualquer meio ilícito.

5.5.1 A eliminação será feita pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora, na forma estabelecida pela Reitoria do ITA.

6 EXAME MÉDICO

6.1 Os candidatos aprovados no Exame de Escolaridade serão submetidos a Exame Médico, a fim de verificar sua condição física, para matrícula no ITA e no CPORAER-SJ.

6.1.1 O Exame Médico, de caráter eliminatório, será realizado pela Junta Regular de Saúde da Divisão de Saúde do Grupamento de Infra-estrutura e Apoio de São José dos Campos (GIA-SJ), de acordo com a orientação da Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA) e com o disposto no Decreto nº 60.822, de 7 de junho de 1967, que aprova as “Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde de Conscritos nas Forças Armadas (IGISC)”.

7 HABILITAÇÃO E MATRÍCULA

7.1 São considerados habilitados para a matrícula os candidatos que, no Exame de Escolaridade, obtiverem média geral igual ou superior a 50 (cinquenta) e, em cada prova, grau igual ou superior a 40 (quarenta).

7.1.1 Os candidatos habilitados são classificados de acordo com a média geral obtida, observando-se, como critério de desempate, os melhores resultados na prova de Matemática, Física e Química, nesta ordem. Prevalecendo o empate, qualificar-se-á o candidato de maior idade.

7.2 É considerado apto à matrícula o candidato habilitado que:

- a) obtiver grau final superior a 50 (cinquenta) e estiver classificado dentro do número de vagas estipulado para a especialidade de Engenharia, respeitada a opção feita nos termos do item 3.1.1 desta Instrução; e
- b) for julgado apto no Exame Médico previsto na letra b do item 4.2 desta Instrução.

7.2.1 Observando o disposto nas letras a e b do item 7.2 desta Instrução, os candidatos aprovados no Concurso de Admissão, cujos documentos estejam em ordem, serão matriculados no ITA, no 1º Ano do Curso Fundamental.

8 DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 O Comandante da Aeronáutica, por sugestão do Comandante-Geral de Tecnologia Aeroespacial, fixará, anualmente e por especialidade, o número de vagas para matrícula no 1º Ano do Curso Fundamental do ITA.

8.2 As instruções necessárias à realização do Concurso de Admissão ao 1º Ano do Curso Fundamental do ITA, publicadas, em Edital específico, serão estabelecidas pelo Reitor do ITA, ao qual compete todas as providências previstas nesta Instrução, assim como a matrícula dos candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas que, anualmente, forem fixadas, de acordo com o disposto no item 8.1 desta Instrução.

8.2.1 A Reitoria do ITA expedirá, no que for de sua competência, modelo de documentos que forem necessários à Inscrição no Concurso de Admissão.

8.3 O prazo de validade do Concurso de Admissão se limitará ao ano para o qual foi realizado.

8.4 A inscrição de candidato para o Concurso de Admissão ao ITA implica na aceitação irrestrita às condições do Concurso, sem direito algum à compensação resultante do não aproveitamento por falta de vagas, de indeferimento do pedido de inscrição, de anulação de inscrição ou eliminação do Concurso.

8.5 No interesse do Comando da Aeronáutica, e a requerimento do interessado, o Reitor do ITA poderá autorizar a matrícula no primeiro período do 1º Ano do Curso Profissional, em outra especialidade que não aquela para a qual o aluno tenha sido admitido no 1º Ano do Curso Fundamental, desde que satisfeitas as seguintes condições:

- a) o requerimento tenha dado entrada na Divisão de Alunos do ITA até 30 de dezembro do ano anterior ao da matrícula;
- b) o total de matrículas em uma especialidade de Engenharia, no 1º período do 1º Ano Profissional, excluídas as relativas a alunos com direito a rematrícula ou oriundas de Cursos Especiais para ex-cadetes da Academia da Força Aérea (AFA) e ex-Alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), no mesmo ano do período, não exceda em 15% (quinze por cento) o número de vagas fixadas para a mesma turma, na especialidade, quando da realização do Concurso de Admissão, respeitada a capacidade de atendimento de cada Divisão de Ensino;
- c) a diferença entre o número de alunos que se transferem de uma especialidade e dos que nela ingressam não seja superior a 20% (vinte por cento) do número de vagas oferecidas no concurso de admissão para a referida turma, na especialidade; e
- d) seja assegurado, na mudança de opção, o direito de preferência aos alunos melhor classificados, na forma que o ITA estabelecer, respeitado o disposto neste item e seus subitens.

8.6 O aluno civil, matriculado no 1º Ano do Curso Fundamental do ITA, somente poderá prestar exames finais de período, após a aprovação no correspondente período de instrução do Curso do CPORAER-SJ. Este item não se aplica aos alunos dispensados do curso do CPORAER-SJ, por serem oficiais ou Aspirantes-a-Oficial da Reserva das Forças Armadas.

8.7 Os alunos do ITA que optarem e forem selecionados para ingresso no Quadro de Oficiais Engenheiros da Ativa da Aeronáutica deverão, ao final do Curso Fundamental, ser submetidos à inspeção de Saúde, de acordo com as Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde (IRIS) aplicável ao caso.

8.8 Aos alunos civis do ITA, será concedida uma bolsa de estudos que compreende ensino e alimentação.

8.8.1 Poderá ser concedida bolsa integral, incluindo hospedagem e prestação de serviços médico-odontológicos pela Divisão de Saúde do Grupamento de Infra-estrutura e Apoio de São José dos Campos (GIA-SJ), a ser renovada semestralmente, mediante requerimento do interessado ao Reitor do ITA, aos que se declararem carentes e que obtenham bom aproveitamento escolar e conceito disciplinar favorável.

8.8.2 É facultado aos alunos civis do ITA a utilização dos seguintes benefícios, mediante indenização na forma de regulamentação própria:

- a) hospedagem em dependência específica e apropriada do Grupamento de Infra-estrutura e Apoio de São José dos Campos (GIA-SJ); e
- b) serviços médicos e odontológicos a serem prestados pela Divisão de Saúde do GIA-SJ.

8.9 O valor da Taxa de Inscrição e as demais instruções serão estabelecidas, anualmente, no Edital do Concurso de Admissão ao ITA, publicado em Diário Oficial da União.

8.10 O ITA não fornecerá aos candidatos apostilas, transportes, hospedagem e alimentação.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

O Reitor do ITA resolverá os casos não previstos nesta Instrução e baixará os atos complementares, necessários ao seu cumprimento.

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ADMISSÃO E SELEÇÃO

IE/EA EAOEAR 2008

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE
ADMISSÃO AO EAOEAR 2008**

2007

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA**



ADMISSÃO E SELEÇÃO

IE/EA EAOEAR 2008

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE
ADMISSÃO AO EAOEAR 2008**

2007



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

PORTARIA DEPENDS Nº 232-T/DE-2, DE 2 DE OUTUBRO DE 2007.

Aprova as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica do ano de 2008 (IE/EA EAOEAR 2008).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 2º das Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º de março de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica do ano de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se a Portaria DEPENDS nº 208/DE-2 e a Portaria DEPENDS nº 209-T/DE-2, ambas de 27 de outubro de 2006, e demais disposições em contrário.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENDS

(Publicado no BCA nº 196, de 11 de outubro de 2007)

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE ADMISSÃO AO ESTÁGIO DE
ADAPTAÇÃO DE OFICIAIS ENGENHEIROS DA AERONÁUTICA DO ANO DE 2008
(IE/EA EAOEAR 2008)**

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1 <u>FINALIDADE</u>	7
1.2 <u>AMPARO NORMATIVO</u>	7
1.3 <u>ÂMBITO</u>	7
1.4 <u>DIVULGAÇÃO</u>	7
1.5 <u>RESPONSABILIDADE</u>	8
1.6 <u>ANEXOS</u>	8
2 OBJETO DO EXAME DE ADMISSÃO	8
2.1 <u>PÚBLICO ALVO</u>	8
2.2 <u>QUADRO DE OFICIAIS ENGENHEIROS DA AERONÁUTICA</u>	8
2.3 <u>VAGAS</u>	9
2.4 <u>ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO DE OFICIAIS ENGENHEIROS DA AERONÁUTICA</u>	9
2.5 <u>SITUAÇÃO DURANTE O EAOEAR</u>	10
2.6 <u>SITUAÇÃO APÓS A CONCLUSÃO DO EAOEAR</u>	10
3 INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO	10
3.1 <u>CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO</u>	10
3.2 <u>LOCALIDADES PARA REALIZAÇÃO DO EXAME DE ADMISSÃO</u>	12
3.3 <u>ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO</u>	14
3.4 <u>RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO</u>	16
4 CONCENTRAÇÕES	16
5 PROCESSO SELETIVO	18
5.1 <u>ETAPAS</u>	18
5.2 <u>EXAME DE ESCOLARIDADE, EXAME DE CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS E PROVA DE TÍTULOS</u>	18
5.3 <u>CONVOCAÇÃO PARA CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA, PROVA DE TÍTULOS, INSPSAU, EAP, TACF e AVCOM</u>	24
5.4 <u>INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)</u>	24
5.5 <u>EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)</u>	24
5.6 <u>TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)</u>	24
5.7 <u>AVALIAÇÃO DAS COMISSÕES DE PROMOÇÃO DE OFICIAIS (CPO) OU DE GRADUADOS (CPG) – (AVCOM)</u>	25
6 RECURSOS	25
6.1 <u>INTERPOSIÇÃO</u>	25
6.2 <u>RECURSO PARA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO INDEFERIDA</u>	26
6.3 <u>RECURSOS PARA OS EXAMES DE ESCOLARIDADE E DE CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS</u>	27
6.4 <u>RECURSO PARA PROVA DE TÍTULOS</u>	28
6.5 <u>RECURSO PARA A INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)</u>	28
6.6 <u>RECURSO PARA O EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)</u>	28
6.7 <u>RECURSO PARA O TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)</u>	29
6.8 <u>RECURSO QUANTO AO PARECER DA CPO ou CPG</u>	29

7 RESULTADO FINAL DO EXAME	29
8 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA.....	31
9 DISPOSIÇÕES GERAIS	32
9.1 <u>COMPARECIMENTO AOS EVENTOS PROGRAMADOS</u>	32
9.2 <u>UNIFORME</u>	33
9.3 <u>DIVULGAÇÃO DE GABARITOS E DE RESULTADOS</u>	33
9.4 <u>EXCLUSÃO DO EXAME DE ADMISSÃO</u>	34
9.5 <u>VALIDADE DO EXAME DE ADMISSÃO</u>	35
10 DISPOSIÇÕES FINAIS	36

ANEXOS

- Anexo 1 – Siglas utilizadas pelo Comando da Aeronáutica constantes destas Instruções**
- Anexo 2 – Calendário de Eventos**
- Anexo 3 – Programa de Matérias**
- Anexo 4 – Informações sobre avaliação do Exame de Aptidão Psicológica**
- Anexo 5 – Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF)**
- Anexo 6 – Ficha Informativa sobre Formulação de Questão**
- Anexo 7 – Requerimento para Prova de Títulos em grau de recurso**
- Anexo 8 – Requerimento para Inspeção de Saúde em grau de recurso**
- Anexo 9 – Requerimento para Exame de Aptidão Psicológica em grau de recurso**
- Anexo 10– Requerimento para Entrevista Informativa**
- Anexo 11– Requerimento para Teste de Avaliação do Condicionamento Físico em grau de recurso**

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE ADMISSÃO AO ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO DE OFICIAIS ENGENHEIROS DA AERONÁUTICA DO ANO DE 2008 (IE/EA EAOEAR 2008)

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

1.1.1 As presentes instruções, aprovadas pela Portaria DEPENS nº 232-T/DE-2, de 2 de outubro de 2007, têm por finalidade regular e divulgar as condições e os procedimentos aprovados para inscrição e participação no Exame de Admissão ao Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica do ano de 2008 (EA EAOEAR 2008).

1.2 AMPARO NORMATIVO

1.2.1 O Exame de Admissão objeto desta normatização encontra-se fundamentado na Lei nº 6.165, de 09 de dezembro de 1974, regulamentada pelo Decreto nº 76.323, de 22 de setembro de 1975.

1.2.2 As presentes Instruções são regidas pelas Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º de março de 2001, e publicadas no Diário Oficial da União (DOU) nº 43, de 2 de março de 2001, e regulamentadas pelas Instruções Complementares para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria DEPENS nº 34/DE-2, de 29 de março de 2001, e publicadas no DOU nº 71-e, de 11 de abril de 2001.

1.3 ÂMBITO

1.3.1 As presentes instruções aplicam-se:

- a) a todas as Organizações Militares (OM) do Comando da Aeronáutica (COMAER), no tocante à divulgação das condições e dos procedimentos aprovados para inscrição e participação no EA EAOEAR 2008;
- b) a Comandantes, Chefes e Diretores de OM das Forças Armadas e de Forças Auxiliares a cujo efetivo pertencer o militar interessado no presente processo seletivo, no tocante à observância das condições para a inscrição no Exame de Admissão e ao atendimento das condições para a habilitação à matrícula no Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica do ano de 2008 (EAOEAR 2008); e
- c) a todos os interessados em participar do EA EAOEAR 2008.

1.4 DIVULGAÇÃO

1.4.1 O ato de aprovação das presentes instruções encontra-se publicado no Diário Oficial da União (DOU) e no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

1.4.2 Para conhecimento dos interessados, estas instruções encontram-se publicadas no BCA e estão disponíveis nos meios que se seguem:

- a) Internet, na página oficial do Comando da Aeronáutica (<http://www.fab.mil.br>) e na página do CIAAR (<http://www.ciaar.com.br>), durante toda a validade do EA EAOEAR 2008.
- b) Intraer, no portal da Intranet do Comando da Aeronáutica (http://www.portal.intraer/Ingresso/html/EM_ANDAMENTO_INTRA.htm) e na página do CIAAR (<http://www.ciaar.intraer/concursos/concursos.htm>).

1.4.3 Os endereços da Internet e da Intraer, acima citados, poderão ser utilizados para obtenção do que se segue:

- a) Instruções Específicas para o exame e seus anexos;
- b) Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica (ICA 160-6);
- c) Formulário para Solicitação de Inscrição (somente Internet);
- d) resultado da solicitação de inscrição; e

- e) informações e resultados referentes aos diversos eventos seletivos e classificatórios do exame.

1.4.4 Os interessados também poderão obter informações sobre o Exame de Admissão junto aos Serviços Regionais de Ensino (SERENS), órgãos do COMAER que possuem vínculo sistêmico com o DEPENS, e junto ao Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), por intermédio dos seguintes telefones:

SERENS 1 – Belém - PA:	(91) 3231-2989 e FAX: 3238-3500
SERENS 2 – Recife - PE:	(81) 2129-7092 e FAX: 2129-7222
SERENS 3 – Rio de Janeiro - RJ:	(21) 2101-4933, 2101-6015, 2101-6026 e FAX: 2101-4949
SERENS 4 – São Paulo - SP:	(11) 3346-6109 e FAX: 3208-9267
SERENS 5 – Canoas - RS:	(51) 3462-1204 e FAX: 3462-1132
SERENS 6 – Brasília - DF:	(61) 3364-8205 e FAX: 3365-1393
SERENS 7 – Manaus - AM:	(92) 2129-1736 e FAX: 2129-1735
CIAAR	(31) 4009-5066, 4009-5098, 4009-5068 e FAX: 3491-2264

1.5 RESPONSABILIDADE

1.5.1 Este Exame de Admissão será regido por estas instruções e sua execução será de responsabilidade do CIAAR com apoio dos SERENS, das Organizações Militares de Apoio (OMAP), do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), da Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA), da Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA) e demais órgãos do Comando da Aeronáutica que tenham algum envolvimento com as atividades de Admissão e Seleção.

1.5.2 Constitui-se responsabilidade do interessado em participar do EA EAOEAR 2008 a leitura integral e o conhecimento pleno destas instruções.

1.6 ANEXOS

1.6.1 Integram as presentes instruções, na forma de anexo, informações e formulários cujos teores devem ser conhecidos pelos interessados em participar do EA EAOEAR 2008.

1.6.1.1 Para melhor compreensão das orientações e para conhecimento do significado técnico de determinados vocábulos e siglas contidas nestas instruções, recomenda-se ao candidato consultar o glossário constante no Anexo 1 a estas Instruções.

1.6.2 Para realização de todas as fases previstas neste exame, inclusive das ações pormenorizadas que as constituem, o candidato deverá observar o rigoroso cumprimento dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos constante do Anexo 2.

2 **OBJETO DO EXAME DE ADMISSÃO**

2.1 PÚBLICO ALVO:

2.1.1 O presente Exame de Admissão destina-se a selecionar cidadãos brasileiros, de ambos os sexos, que atendam às condições e às normas estabelecidas nestas instruções, para compor o Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica (QOENG), de acordo com as necessidades do COMAER.

2.2 QUADRO DE OFICIAIS ENGENHEIROS DA AERONÁUTICA

2.2.1 O Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica (QOENG), criado pelo Decreto-Lei nº 313, de 07 de março de 1967, alterado pela Lei nº 5.343, de 28 de outubro de 1967 e regulamentado pelo Decreto nº 62.219, de 02 de fevereiro de 1968, cujas diretrizes básicas encontram-se discriminadas na

Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais Engenheiros, aprovada pela Portaria nº 799/GC3, de 11 de novembro de 2002, destina-se a suprir às necessidades do Comando da Aeronáutica de Oficiais Engenheiros para o exercício de funções técnicas e administrativas, nas especialidades profissionais de seu interesse, em suas Organizações Militares (OM).

2.3 VAGAS

2.3.1 As vagas para matrícula no EAOEAR 2008 são destinadas aos candidatos aprovados neste Exame de Admissão, classificados dentro do número de vagas e que forem habilitados à matrícula no referido estágio.

2.3.2 As vagas encontram-se fixadas por especialidade e localidade, sendo que o candidato somente poderá concorrer às vagas de uma única especialidade.

2.3.3 O candidato fará a escolha da especialidade e das localidades a cujas vagas pretende concorrer, no momento da solicitação de inscrição.

2.3.4 Além de concorrer às vagas fixadas nestas instruções, distribuídas conforme os quadros a seguir apresentados, os candidatos também concorrerão àquelas, de acordo com a especialidade escolhida, que porventura vierem a surgir, durante o prazo de validade do presente Exame de Admissão, caso seja identificada a sua necessidade por parte da administração.

2.3.5 QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

ESPECIALIDADE	COMAR	LOCALIDADE	VAGAS
CGR – CARTOGRAFIA (1 VAGA)	III	RIO DE JANEIRO - RJ	1
ELN - ELETRÔNICA (4 VAGAS)	III	RIO DE JANEIRO – RJ	1
	IV	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP	1
	VI	BRASÍLIA – DF	1
	VII	MANAUS - AM	1
ELT – ELETRICIDADE (4 VAGAS)	III	LAGOA SANTA	1
	IV	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP	1
	VI	BRASÍLIA – DF	1
	VII	MANAUS - AM	1
MEC - MECÂNICA (5 VAGAS)	III	RIO DE JANEIRO – RJ	1
	IV	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP	2
	V	CURITIBA	1
	VI	BRASÍLIA – DF	1
TEL – TELECOMUNICAÇÕES (1 VAGA)	VI	BRASÍLIA – DF	1
TOTAL			15

2.4 ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO DE OFICIAIS ENGENHEIROS DA AERONÁUTICA

2.4.1 O Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica (EAOEAR), ministrado no Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), em Belo Horizonte - MG, tem a duração de dezoito semanas e proporciona a adaptação daqueles que buscam ingressar no Comando da Aeronáutica como Oficiais Engenheiros, capacitando-os ao desempenho de atividades técnicas específicas do posto para o qual serão nomeados.

2.4.2 O EAOEAR, constituído de instruções nos Campos Militar, Geral e Técnico-Especializado, visa primordialmente a transmitir ao estagiário os postulados básicos da vida militar e os procedimentos de acordo com os mesmos. Proporciona ainda o desenvolvimento de qualidades e habilidades necessárias

para a integração dos estagiários no novo meio, fundamentados nos princípios e virtudes que devem caracterizar o militar do Comando da Aeronáutica.

2.4.3 Durante o período compreendido entre a inscrição no Exame de Admissão e a conclusão do EAOEAR, a candidata ou estagiária não deverá apresentar estado de gravidez, dada a incompatibilidade com os testes físicos específicos, de caráter seletivo, estabelecidos nestas instruções e com as atividades físicas obrigatórias a que será submetida. A comprovação do estado de gravidez acarretará a imediata exclusão do Exame de Admissão ou o desligamento do EAOEAR.

2.5 SITUAÇÃO DURANTE O EAOEAR

2.5.1 O candidato, no momento da matrícula, mediante ato do Comandante do CIAAR, será declarado Primeiro-Tenente Estagiário do EAOEAR, designação essa a ser mantida durante o Estágio de Adaptação.

2.5.2 Durante a realização do estágio, o Primeiro-Tenente Estagiário estará sujeito ao regime escolar do CIAAR e fará jus à remuneração fixada em lei, além de alimentação, alojamento, fardamento e assistência médico-hospitalar e dentária.

2.6 SITUAÇÃO APÓS A CONCLUSÃO DO EAOEAR

2.6.1 Quando da conclusão do EAOEAR, o CIAAR utilizará a classificação final obtida pelos Primeiros-Tenentes Estagiários para estabelecimento da precedência hierárquica, de acordo com o plano de avaliação previsto para o respectivo estágio.

2.6.2 O estagiário que concluir com aproveitamento o EAOEAR será nomeado, mediante ato do Comandante da Aeronáutica, Primeiro-Tenente Engenheiro e incluído no respectivo Quadro, sendo a sua antiguidade estabelecida pela ordem decrescente da Média Final obtida no Estágio realizado.

2.6.3 O Primeiro-Tenente Engenheiro será designado, ao término do estágio de adaptação, para servir em OM sediada na localidade para a qual foi selecionado.

2.6.4 Quando houver mais de uma OM situada na mesma localidade e com vaga para a mesma especialidade, a designação para a OM em que o Primeiro-Tenente Engenheiro irá servir será em função da classificação que obtiver ao término do estágio.

3 INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

3.1 CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

3.1.1 São condições para a inscrição e para a realização do processo seletivo do EA EAOEAR:

- a) ser brasileiro(a) nato(a), conforme parágrafo 3º do art. 12 da Constituição Federal:
“§ 3º - São privativos de brasileiro nato os cargos:
(...)
VI - de oficial das Forças Armadas.”;
- b) ser voluntário(a);
- c) não ter completado 31 anos de idade até 25 de dezembro do ano da matrícula (2008)–
candidatos nascidos a partir de 26 de dezembro de 1977;
- d) não estar respondendo a qualquer processo criminal;
- e) não possuir registros criminais referentes a decisões judiciais condenatórias transitadas em julgado;
- f) não estar cumprindo pena por crime militar ou comum;
- g) não ter sido, anteriormente, excluído(a) do serviço ativo por motivo disciplinar, por falta de conceito moral ou por incompatibilidade com a carreira militar, ou desligado(a) de curso ou estágio, ministrado em estabelecimento militar de ensino, pelos mesmos motivos;
- h) se militar (praça) da ativa, estar classificado(a), no mínimo, no “Bom Comportamento”;

- i) se militar da ativa ou da reserva remunerada, não possuir grau hierárquico superior a Primeiro-Tenente;
- j) se militar da ativa, não pertencer ao Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica;
- k) se militar, ter parecer favorável do Comandante, Chefe ou Diretor da Organização Militar (OM) onde serve, expresso no Formulário de Solicitação de Inscrição, por meio das informações referentes ao atendimento das condições previstas nas alíneas "a", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i" e "j" " deste item e com a aposição do respectivo carimbo ou identificação datilografada, acompanhado da assinatura correspondente. Essas informações também poderão ser prestadas por autoridade delegada, devendo a delegação ser expressamente informada de acordo com o §1º e §3º, do art. 51, da RCA 12-1 de 01 JAN 05:

“Art. 51. O ato da delegação de competência é específico, impessoal e limitado no tempo, ou seja, guarda relação com as competências funcionais.

§1º O ato de delegação será publicado em boletim interno da OM e, quando for o caso, na imprensa oficial, constando os cargos e/ou funções do delegante e do delegado, as competências delegadas e o prazo de vigência da delegação.

§3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.”;

- l) ter, no mínimo, 1,55m de altura, se do sexo feminino, e 1,60m de altura, se do sexo masculino;
- m) estar em dia com suas obrigações eleitorais, conforme prevê o inciso I, do § 1º do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral;
- n) se do sexo feminino, estar de acordo com as exigências contidas nas instruções do Exame, conforme termo de responsabilidade constante do Formulário de Solicitação de Inscrição, relativas ao impedimento de apresentar estado de gravidez no período entre a inscrição no Exame e a conclusão do estágio;
- o) não ser detentor de Certificado de Isenção do Serviço Militar motivado por incapacidade física, mental ou moral;
- p) se do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;
- q) ter concluído curso superior, em nível de graduação (bacharelado ou licenciatura plena), do Sistema Nacional de Ensino, correspondente à especialidade a que pretende concorrer, de forma que possa apresentar, durante as Concentrações Intermediária e Final, cópia acompanhada do original do que se segue:
 - diploma de conclusão, devidamente registrado e que indique a formação específica, contendo o decreto de reconhecimento da instituição de ensino e a portaria de reconhecimento do respectivo curso, bem como as respectivas publicações no Diário Oficial da União (DOU) e conforme resolução (reconhecimento) do CONFEA e o registro profissional do respectivo Conselho Regional. Não será aceito diploma de tecnólogo; para a especialidade de Cartografia, não será aceito diploma de graduação em Engenharia de Agrimensura;
 - para cada uma das especialidades será obrigatório o atendimento integral da Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005, do CONFEA, no que diz respeito à sistematização dos campos de atuação profissional, descritos no anexo II da citada resolução;
- r) pagar a taxa de inscrição; e
- s) inscrever-se por meio do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI).

3.1.1.1 Se militar da ativa da Aeronáutica, quando da emissão do parecer citado na alínea “k”, o Comandante, Chefe ou Diretor da OM onde serve o candidato deverá consultar a Comissão de Promoção de Oficiais (CPO) e a Comissão de Promoção de Graduados (CPG), dependendo do Corpo a que pertença.

3.1.2 O atendimento às condições para a inscrição no EA EAOEAR deverá ser comprovado durante a Concentração Final (habilitação à matrícula).

3.1.3 A inscrição, bem como todos os atos dela decorrentes, tornar-se-á nula se, a qualquer instante, for comprovado que o candidato, durante o Exame de Admissão, deixou de atender às condições mencionadas no item 3.1.

3.2 LOCALIDADES PARA REALIZAÇÃO DO EXAME DE ADMISSÃO

3.2.1 O EA EAOEAR será realizado nas localidades sedes das Organizações Militares de Apoio (OMAP) designadas pelo Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) para apoiar os eventos desse exame, cuja relação consta do item 3.2.5 destas instruções.

3.2.2 No momento da solicitação de inscrição, o candidato deverá indicar a localidade sede da OMAP onde deseja realizar o Exame de Admissão.

3.2.3 As fases do Exame de Admissão serão realizadas pelo candidato na localidade por ele indicada por ocasião da solicitação de inscrição e, caso prossiga no certame, na localidade correlacionada àquela, conforme o previsto no Quadro a seguir apresentado, salvo nos casos de determinação em contrário por parte da administração.

3.2.3.1 Será de responsabilidade do candidato apresentar-se nos dias, horários e locais determinados para a realização das fases do Exame de Admissão.

3.2.4 QUADRO DE OMAP E LOCALIDADE PARA A REALIZAÇÃO DO EXAME DE ADMISSÃO.

- Concentração Inicial - Provas escritas	- Concentração Intermediária - Prova de Títulos - INSPSAU (e em grau de recurso)(*) - EAP (e em grau de recurso) - TACF (e em grau de recurso)	Concentração Final
BELÉM-PA I (COMAR)	I COMAR	CIAAR
RECIFE-PE (II COMAR)	II COMAR	
FORTALEZA-CE (BAFZ)		
SALVADOR-BA (BASV)		
RIO DE JANEIRO-RJ (III COMAR)		
BELO HORIZONTE-MG (CIAAR)	III COMAR (**)	
SÃO PAULO-SP (IV COMAR)	IV COMAR	
CAMPO GRANDE-MS (BACG)		
CANOAS-RS (V COMAR)	V COMAR	
CURITIBA-PR (CINDACTA II)		
BRASÍLIA-DF (VI COMAR)	VI COMAR	
MANAUS-AM (VII COMAR)	VII COMAR	
BOA VISTA-RR (BABV)		
PORTO VELHO-RO (BAPV)		

3.2.4.1 (*) Caso a especificidade do exame médico assim o exija, a Administração definirá a localidade para realização da Inspeção de Saúde (INSPSAU) em grau de recurso, diversa daquela prevista nesse quadro para a INSPSAU em 1º grau.

3.2.4.2 (**) Os candidatos do III COMAR realizarão a INSPSAU no CEMAL, o Exame de Aptidão Psicológica (EAP) no IPA e o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) na CDA.

3.2.5 RELAÇÃO DAS OMAP COM OS RESPECTIVOS ENDEREÇOS

3.2.5.1 As seguintes localidades e respectivas OMAP - com indicação de jurisdição - estão à disposição do candidato para realização do exame:

Localidade : BELÉM - PA
OMAP : PRIMEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL – I COMAR (*)
Logradouro : Av. Júlio César, s/nº - Bairro Souza - CEP 66613-902
Telefone : (91) 3231-2989
Fax : (91) 3238-3500

Localidade : RECIFE - PE
OMAP : SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL – II COMAR (*)
Logradouro : Av. Armindo Moura, 500 - Bairro Boa Viagem - CEP 51130-180
Fone : (81) 2129-7092
Fax : (81) 2129-7222

Localidade : RIO DE JANEIRO - RJ
OMAP : TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL – III COMAR (*)
Logradouro : Pç. Marechal Âncora, 77 - Bairro Castelo - CEP 20021-200
Fone : (21) 2101-4933, 2101-6015 e 2101-6026
Fax : (21) 2101-4949

Localidade : SÃO PAULO - SP
OMAP : QUARTO COMANDO AÉREO REGIONAL – IV COMAR (*)
Logradouro : Av. Dom Pedro I, 100 – Bairro Cambuci - CEP 01552-000
Telefone : (11) 3346-6109
Fax : (11) 3208-9267

Localidade : CANOAS - RS
OMAP : QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL – V COMAR (*)
Logradouro : Rua Guilherme Schell, 3950 - Cx. Postal 261 – CEP 92200-630
Telefone : (51) 3462-1204
Fax : (51) 3462-1132

Localidade : BRASÍLIA - DF
OMAP : SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL – VI COMAR (*)
Logradouro : SHIS-QI 05 Área Especial 12 - CEP 71615-600
Fone : (61) 3364-8205
Fax : (61) 3365-1393

Localidade : MANAUS - AM
OMAP : SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL – VII COMAR (*)
Logradouro : Av. Presidente Kennedy, 1500 – Bairro Ponta Pelada - CEP 69074-000
Fone : (92) 2129-1736
Fax : (92) 2129-1735

Localidade : BOA VISTA - RR
OMAP : BASE AÉREA DE BOA VISTA – BABV
Jurisdição : VII COMAR

Logradouro : BR 174, s/nº - Bairro Cauamé - Cx. Postal 101 - CEP 69301-970
Fone : (95) 3621-1032
Fax : (95) 3621-1016

Localidade : CAMPO GRANDE - MS
OMAP : BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE – BACG
Jurisdição : IV COMAR
Logradouro : Av. Duque de Caxias, 2905, Bairro Santo Antônio - CEP 79101-001
Fone : (67) 3368-3122
Fax : (67) 3314-7515

Localidade : CURITIBA - PR
OMAP : SEGUNDO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO - CINDACTA II
Jurisdição : V COMAR
Logradouro : Av. Erasto Gaertner, 1000, Bairro Bacacheri, Caixa Postal 4083, CEP 82510-901
Telefone : (41) 3251-5292
Fax : (41) 3251-5437

Localidade : FORTALEZA - CE
OMAP : BASE AÉREA DE FORTALEZA – BAFZ
Jurisdição : II COMAR
Logradouro : Av. Borges de Melo, s/nº - Alto da Balança- CEP 60415-510
Telefone : (85) 3216-3000
Fax : (85) 3227-0879

Localidade : PORTO VELHO - RO
OMAP : BASE AÉREA DE PORTO VELHO – BAPV
Jurisdição : VII COMAR
Logradouro : Av. Lauro Sodré, s/nº - Cx. Postal 040 - CEP 78900-970
Fone : (69) 3211-9712
Fax : (69) 3211-9710

Localidade : BELO HORIZONTE – MG
OMAP : CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA – CIAAR
Jurisdição : III COMAR
Logradouro : Av. Santa Rosa 10 - Bairro Pampulha - Caixa postal 774 - CEP 31270-750
Fone : (31) 4009-5168
Fax : (31) 3491-2264

Localidade : SALVADOR - BA
OMAP : BASE AÉREA DE SALVADOR – BASV
Jurisdição : II COMAR
Logradouro : Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães - CEP 41510-250
Telefone : (71) 3377-8200
Fax : (71) 3377-8220

3.2.5.2 (*) Nestas OMAP (I COMAR, II COMAR, III COMAR, IV COMAR, V COMAR, VI COMAR, VII COMAR), encontram-se sediados os SERENS (Serviços Regionais de Ensino), Organizações Militares da Aeronáutica, onde o candidato poderá obter informações sobre o exame.

3.3 ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.3.1 Para inscrever-se no EA EAOEAR 2008, inicialmente, o interessado deverá preencher o Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI), obtido por meio do sistema de inscrição, disponível somente na Internet.

3.3.2 O FSI gerado produzirá o boleto de pagamento bancário que identificará a inscrição e o candidato.

3.3.3 O valor da taxa de inscrição para o EA EAOEAR 2008 é de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais).

3.3.4 As instruções para o pagamento da taxa de inscrição encontram-se no próprio boleto.

3.3.5 O comprovante original de pagamento bancário deverá ser anexado ao FSI a ser enviado ao CIAAR, devendo o candidato manter em seu poder uma cópia do mesmo.

3.3.6 Não serão aceitos para comprovação do pagamento da taxa de inscrição os comprovantes de agendamento de pagamento, depósito em cheque ou entrega de envelope para depósito em terminais de auto-atendimento.

3.3.7 O valor pago referente à taxa de inscrição não será restituído, independentemente do motivo.

3.3.8 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição.

3.3.9 O candidato, ao preencher o FSI, deve dar especial atenção:

- a) ao assinalamento do campo relativo à especialidade a cuja vaga pretende concorrer, devendo consultar, para o preenchimento correto, o item 2.3;
- b) ao assinalamento do campo relativo à localidade sede da OMAP onde deseja realizar o Exame de Admissão, devendo consultar, para o preenchimento correto, o item 3.2.5;
- c) à enumeração das localidades com vagas disponíveis na especialidade a que pretende concorrer, conforme previsto no item 2.3, priorizando aquelas onde deseja servir, podendo o candidato enumerar quantas desejar, dentre as disponíveis, desde que seja voluntário para servir em qualquer uma das localidades enumeradas.

Exemplo: (1ª) São Paulo; (2ª) Recife; (3ª) Rio de Janeiro; (4ª) Curitiba, etc.

As localidades para as quais o candidato não deseje concorrer, deverão ser preenchidas com a opção “não interessa”; e

- d) ao assinalamento do campo relativo ao atendimento de condições e à assinatura do Comandante, Chefe ou Diretor da OM onde serve, para candidato militar.

3.3.10 O sistema de inscrição estará disponível na página oficial do Comando da Aeronáutica (www.fab.mil.br) e na página do CIAAR (<http://www.ciaar.com.br>) na Internet e poderá ser utilizado pelos candidatos somente durante o período de inscrição estabelecido no Calendário de Eventos (Anexo 2) que vai desde ÀS 10H DO DIA 03 DE OUTUBRO ATÉ ÀS 15H DO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2007 (HORÁRIOS DE BRASÍLIA).

3.3.11 O programa conduzirá o candidato ao preenchimento interativo do FSI, com a inserção de seus dados cadastrais, de sua opção de especialidade, de OMAP e de sua(s) opção(ões) de localidade para servir, ao final do qual será solicitada a impressão do formulário e do respectivo boleto bancário.

3.3.11.1 O formulário impresso deverá ter o seu preenchimento complementado, mediante a aposição da assinatura do candidato, bem como, para o caso de candidato militar, por meio da aposição da identificação e aposição da assinatura, nos devidos campos, pelo Comandante, Chefe ou Diretor da OM onde serve, em conformidade com o previsto na letra “k” do item 3.1.1. O candidato é responsável pelo preenchimento da opção (PREENCHE OU NÃO PREENCHE) de atendimento das condições de inscrição, sem a qual não poderá prosseguir no preenchimento da FSI. No formulário gerado pelo sistema já constará esta informação, devendo ser conferida antes da assinatura da autoridade competente. Caso exista a possibilidade de o candidato não atender às condições de inscrição, seu Comandante deverá assinalar a opção NÃO PREENCHE, à caneta, e informar os motivos do não atendimento.

3.3.12 Recomenda-se aos interessados não deixarem para os últimos dias a efetivação de sua inscrição. A administração da Aeronáutica não se responsabiliza pela possibilidade de o preenchimento interativo do FSI não ser completado por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como de outros fatores técnicos que impossibilitem o processamento de dados.

3.3.13 REMESSA DO FSI

3.3.13.1 O preenchimento do FSI na Internet não efetiva a solicitação de inscrição, mas apenas facilita o processo. Para a efetivação da solicitação de inscrição, o FSI, devidamente preenchido, deverá ser remetido ao CIAAR, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT, com postagem registrada, dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos, para o seguinte endereço:

CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA – CIAAR
DIVISÃO DE CONCURSOS

AV. SANTA ROSA, 10 – PAMPULHA, CAIXA POSTAL 2172
CEP: 31270-750 – BELO HORIZONTE – MG

3.3.13.2 Com o propósito de sanar quaisquer dúvidas advindas de falhas no sistema eletrônico de comprovação de pagamento da taxa de inscrição, o comprovante original de pagamento dessa taxa deve ser remetido juntamente com o FSI.

3.3.13.3 A verificação do correto preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição e a juntada do comprovante original do pagamento da taxa de inscrição, com vistas à remessa desses documentos ao CIAAR, serão de responsabilidade do candidato.

3.4 RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO

3.4.1 O candidato terá sua solicitação de inscrição indeferida nos seguintes casos:

- a) apresentar, no preenchimento de seu FSI, erro, rasura, ilegibilidade ou omissão de dado ou de assinatura, referente a si ou ao seu Comandante, Chefe ou Diretor (no caso de candidato militar);
- b) deixar de atender a qualquer uma das condições para inscrição;
- c) deixar de comprovar o pagamento da taxa de inscrição ou pagá-la após o término do período de inscrição; ou
- d) enviar o FSI fora do período de inscrição.

3.4.2 Caberá ao CIAAR, na data estabelecida no Calendário de Eventos, divulgar na Internet e na Intraer a relação nominal dos candidatos que obtiveram deferimento e indeferimento na solicitação de inscrição.

3.4.3 Caberá ao candidato tomar conhecimento do resultado de sua solicitação de inscrição, divulgado na Internet e na Intraer, na data estabelecida no Calendário de Eventos, a fim de, no caso de indeferimento, proceder à solicitação de recurso.

4 **CONCENTRAÇÕES**

4.1 No período compreendido entre a inscrição e a matrícula, haverá três concentrações, nas quais o comparecimento pessoal é obrigatório e cujas datas constam do Calendário de Eventos (anexo 2 a estas instruções).

4.1.1 As concentrações e suas finalidades são as seguintes:

- a) Concentração Inicial – Visa orientar o candidato sobre a realização das provas escritas dos Exames de Escolaridade e também a respeito da Concentração Intermediária e da Prova de Títulos;

- b) Concentração Intermediária e Prova de Títulos – Visa orientar o candidato sobre a realização da Inspeção de Saúde (INSPSAU), do Exame de Aptidão Psicológica (EAP) e do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF), e, ainda, sobre as solicitações de recurso e sobre a Concentração Final. Nesse evento, também será procedida a apresentação, pelos candidatos, dos originais, para conferência, e a entrega das cópias autenticadas dos documentos referentes à Prova de Títulos e, visando antecipar soluções para possíveis discrepâncias nos documentos necessários à matrícula, o candidato deve apresentar os originais, para conferência, e entregar as cópias da seguinte documentação:
- diploma de conclusão de curso superior de Engenharia na especialidade a que concorre, do Sistema Nacional de Ensino, devidamente registrado e que indique a formação específica, contendo, ainda, o decreto de reconhecimento da instituição de ensino e a portaria de reconhecimento do respectivo curso, com as datas em que estes foram publicados no Diário Oficial da União e conforme resolução (reconhecimento) do CONFEA; não será aceito diploma de tecnólogo; para a especialidade de Cartografia, não será aceito diploma de graduação em Engenharia de Agrimensura;
 - para cada uma das especialidades será obrigatório o atendimento integral da Resolução nº 1.010 de 22 de agosto de 2005 do CONFEA, no que diz respeito à sistematização dos campos de atuação profissional, descritos no anexo II da citada resolução;
 - carteira de registro da profissão, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA);
 - declaração do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) de que está em pleno gozo de suas prerrogativas profissionais, referente à especialidade a que concorre;
 - documento de identidade devidamente válido e dentro do prazo de validade. Também deve ser atual, tendo em vista as mudanças de fisionomia em relação aos períodos da infância e adolescência e conseqüentes dificuldades de identificação do candidato, no momento de confrontação de sua fotografia; se militar, apresentar a Carteira de Identidade devidamente válida e dentro do prazo de validade, expedida pela instituição correspondente;
 - Título de Eleitor e comprovante de situação eleitoral regularizada;
 - Certificado de Reservista atualizado, se do sexo masculino;
 - Certidão de Nascimento ou de Casamento; e
 - Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e PIS/PASEP para aqueles com registro em Carteira de Trabalho;
- c) Concentração Final – Visa verificar o atendimento às condições para a inscrição no Exame de Admissão do candidato selecionado pela Junta Especial de Avaliação (JEA). Nesse evento, o candidato deve apresentar os originais, para conferência, e entregar as cópias dos documentos previstos na alínea “j” do item 8.1. Ainda na Concentração Final, o candidato será orientado sobre a matrícula e o início do estágio.

4.2 As atividades constantes das Concentrações Inicial e Intermediária serão organizadas e coordenadas pela Comissão Fiscalizadora da respectiva OMAP.

4.3 As atividades constantes da Concentração Final serão organizadas e coordenadas por equipe designada pelo CIAAR.

4.4 Por ocasião do deferimento da solicitação de inscrição, após a análise dos recursos, será divulgado pelo CIAAR o local onde serão realizadas a Concentração Inicial e as provas escritas do Exame de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, de acordo com a localidade em que o candidato realizará o exame.

4.5 Durante a Concentração Inicial, será divulgado pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora o local da Concentração Intermediária.

4.6 Durante a Concentração Intermediária, o Presidente da Comissão Fiscalizadora coordenará o recebimento da documentação prevista no item 4.1.1, letra “b” e informará o dia, o horário e o local da realização da INSPSAU, do EAP, do TACF e da Concentração Final, de acordo com o Calendário de Eventos, bem como dará instruções a respeito das solicitações de recurso.

5 PROCESSO SELETIVO

5.1 ETAPAS

5.1.1 O Exame de Admissão será constituído das seguintes etapas:

- a) Exame de Escolaridade;
- b) Exame de Conhecimentos Especializados;
- c) Prova de Títulos;
- d) Inspeção de Saúde (INSPSAU);
- e) Exame de Aptidão Psicológica (EAP); e
- f) Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF).
- g) Para candidato militar da ativa da Aeronáutica, Avaliação das Comissões de Promoção de Oficiais (CPO) ou de Graduados (CPG) – (AVCOM), de acordo com o Corpo a que pertença.

5.1.2 Todas as etapas, à exceção da Prova de Títulos, terão carácter eliminatório, sendo que os Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados terão, também, carácter classificatório.

5.1.3 A Prova de Títulos terá carácter apenas classificatório.

5.1.4 As etapas supracitadas serão realizadas de acordo com a necessidade da Administração, não cabendo solicitação para adiamento, por parte do candidato, independentemente do motivo.

5.1.5 Não haverá segunda chamada para a realização de qualquer etapa supracitada. O não comparecimento pessoal ou atraso a qualquer uma delas implicará a imediata exclusão do candidato do Exame de Admissão.

5.2 EXAME DE ESCOLARIDADE, EXAME DE CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS E PROVA DE TÍTULOS

5.2.1 O Exame de Escolaridade, de carácter eliminatório e classificatório, será realizado por meio de duas provas escritas de Língua Portuguesa, constando a primeira prova de questões sobre Gramática e Interpretação de Texto e a segunda prova de uma Redação.

5.2.2 O Exame de Conhecimentos Especializados, de carácter eliminatório e classificatório, será realizado por meio de prova escrita, envolvendo assuntos relativos à especialidade a que concorre o candidato.

5.2.3 PROVAS ESCRITAS - CONTEÚDO

5.2.3.1 As provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados abrangerão o conteúdo programático previsto no Programa de Matérias, discriminado por especialidade, constante do anexo 3 a estas instruções.

5.2.4 PROVAS ESCRITAS - COMPOSIÇÃO

5.2.4.1 As provas escritas de Gramática e Interpretação de Texto e de Conhecimentos Especializados serão compostas de questões objetivas de múltipla escolha, com quatro alternativas, das quais somente uma será a correta.

5.2.5 APURAÇÃO DOS RESULTADOS – PREENCHIMENTO DO CARTÃO

5.2.5.1 Para a apuração dos resultados das questões objetivas das provas escritas, será utilizado um sistema automatizado de leitura de cartões. Em consequência, o candidato deverá atentar para o correto preenchimento de seu Cartão de Respostas.

5.2.5.2 Os prejuízos decorrentes de marcações incorretas no Cartão de Respostas serão de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato. Serão consideradas marcações incorretas as que forem feitas com qualquer outra caneta que não seja ESFEROGRÁFICA COM TINTA PRETA OU AZUL e que estiverem em desacordo com este item e com as instruções contidas no Cartão de Respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada, marcação emendada, campo de marcação não preenchido integralmente, marcas externas aos círculos, indícios de marcações apagadas, uso de lápis, entre outras.

5.2.5.3 Qualquer marcação incorreta, tal como descrito no item anterior, resultará, para o candidato, em pontuação 0,0000 (zero) na questão correspondente.

5.2.6 MATERIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

5.2.6.1 Para realizar as provas escritas, o candidato somente poderá utilizar o seguinte material: lápis (apenas para resolução, no próprio caderno de questões); borracha; régua; caneta esferográfica transparente com tinta preta ou azul e prancheta (se for necessário o uso de prancheta, constará na divulgação, pela Internet e Intraer, da Concentração Inicial e das provas dos Exames de Escolaridade, conforme previsto no Calendário de Eventos). O material não poderá conter qualquer tipo de equipamento eletrônico ou inscrição, exceto as de caracterização (marca, fabricante, modelo) e as de graduações (régua).

5.2.6.2 Não será permitido ao candidato realizar a prova portando óculos escuros, telefone celular, relógio de qualquer tipo, armas, gorros, chapéus, bonés ou similares, bolsas, mochilas, pochetes, livros, impressos, cadernos, folhas avulsas de qualquer tipo e/ou anotações, bem como aparelhos eletroeletrônicos, tais como: máquina calculadora, agenda eletrônica, "walkman", "pager", "palm top", receptor, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico que receba, transmita ou armazene informações.

5.2.6.3 Os membros da Comissão Fiscalizadora não se responsabilizarão pela guarda de material do candidato.

5.2.7 PROCEDIMENTOS DURANTE A PROVA

5.2.7.1 As provas escritas terão duração de 4 horas. O tempo restante até o término da prova será informado verbalmente pela Comissão Fiscalizadora a cada hora cheia e nos últimos 30 minutos, 15 minutos e 5 minutos. Após isso restarão 20 minutos para marcação do cartão de respostas.

5.2.7.2 Tendo em vista razões de sigilo que envolvem o certame, uma vez iniciadas as provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, o candidato:

- a) não poderá deixar o seu lugar para retirar-se definitivamente do recinto onde realizará as provas escritas, senão após transcorrida metade do tempo total destinado à sua realização. Caso venha a ter problemas de ordem fisiológica durante as provas, o mesmo deverá solicitar a presença de um fiscal da Comissão Fiscalizadora para acompanhá-lo durante o tempo em que estiver ausente;
- b) somente poderá levar consigo o Caderno de Questões se permanecer no recinto até o término do tempo total previsto para a realização das provas. O candidato que optar por se retirar, definitivamente, antes de transcorrido o tempo total previsto para a realização das provas terá, obrigatoriamente, que devolver o Caderno de Questões à Comissão Fiscalizadora; e
- c) não poderá, sob nenhum pretexto, fazer anotações sobre as questões das provas em local que não seja o próprio Caderno de Questões.

5.2.8 ATRIBUIÇÃO DE GRAUS

5.2.8.1 A cada questão das provas escritas de Gramática e Interpretação de Texto e de Conhecimentos Especializados será atribuído um valor específico e o resultado de qualquer uma das provas será igual à soma dos valores das questões assinaladas corretamente.

5.2.8.2 Os graus atribuídos às provas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados e as médias calculadas com base nesses graus estarão contidos na escala de 0 (zero) a 10,0000 (dez), considerando-se até a casa décimo-millesimal.

5.2.8.3 O grau mínimo que determinará o aproveitamento do candidato em qualquer uma das provas que compõem os Exames de Escolaridade (inclusive Redação) e de Conhecimentos Especializados será 5,0000 (cinco).

5.2.9 PROVA DE REDAÇÃO

5.2.9.1 A prova de redação será realizada junto com as demais provas escritas previstas para o certame. Será dissertativa, em prosa e abordará temas da atualidade, sendo confeccionada em impresso próprio.

5.2.9.2 A prova de redação deverá conter no mínimo 80 (oitenta) palavras, em letra legível, a respeito do tema a ser fornecido no ato da Prova de Redação.

5.2.9.3 Para correção da prova de redação, será utilizado um processo que impede a identificação do candidato por parte da Banca Examinadora, garantindo assim a imparcialidade no julgamento. O processo consiste na vinculação do número da redação ao número do cartão-resposta, que não aparece em nenhum outro local, sendo que, a redação não será identificada ou conterá marcações que permitam sua identificação.

5.2.9.4 A prova de redação será avaliada conforme a tabela a seguir:

ASPECTOS AVALIADOS	PONTOS DEBITADOS POR ERRO COMETIDO
Pontuação, ortografia e acentuação gráfica	0,50
Morfossintaxe (correção lingüística)	0,50
Propriedade vocabular	0,50
Organização adequada de parágrafos	0,50
Adequação no uso dos articuladores	0,50
Argumentação coerente e informatividade	2,00
Pertinência ao tema proposto	até 3,00

5.2.9.5 À redação fora do tema proposto será atribuído o grau 0 (zero).

5.2.9.6 À redação com menos de 80 (oitenta) palavras será deduzido da nota atribuída 1 (um) décimo por palavra faltante, até o limite de 70 (setenta) palavras.

5.2.9.7 À redação com número inferior a 70 (setenta) palavras será atribuída a nota 0 (zero).

5.2.9.8 Consideram-se palavras todas aquelas pertencentes às classes gramaticais da Língua Portuguesa.

5.2.9.9 Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da redação, devendo o candidato limitar-se a uma única folha padrão recebida, com 30 (trinta) linhas.

5.2.9.10 Só serão corrigidas as redações dos candidatos que obtiverem aproveitamento, conforme item 5.2.8.3, nas provas sobre Gramática e Interpretação de Texto e de Conhecimentos Especializados.

5.2.10 GRAU DO EXAME DE ESCOLARIDADE

5.2.10.1 O grau obtido pelo candidato no Exame de Escolaridade será calculado pela média ponderada dos graus das provas que o compõem, atribuindo-se peso 1 (um) à prova sobre Gramática e

Interpretação de Texto e peso 2 à Prova de Redação, conforme abaixo:

$$EE = \frac{GIT + 2RED}{3}, \text{ onde:}$$

EE = grau do Exame de Escolaridade;

GIT = grau da prova de Gramática e Interpretação de Texto (peso 1); e

RED = grau da prova de Redação (peso 2).

5.2.11 MÉDIA PARCIAL

5.2.11.1 Após a realização das provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados será calculada a Média Parcial obtida pelo candidato.

5.2.11.2 A Média Parcial do candidato será calculada por meio da média ponderada dos graus obtidos nas provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, observando a fórmula abaixo e os pesos atribuídos a cada exame:

a) grau do Exame de Escolaridade - peso 1 (um); e

b) grau do Exame de Conhecimentos Especializados - peso 2 (dois).

$$MP = \left(\frac{EE + 2CE}{3} \right), \text{ onde:}$$

MP= Média Parcial;

EE= grau do Exame de Escolaridade; e

CE= grau do Exame de Conhecimentos Especializados.

5.2.11.3 Serão considerados candidatos com aproveitamento aqueles que obtiverem Média Parcial igual ou superior a 6,0000 (seis), desde que atendam ao critério estabelecido no item 5.2.8.3 destas Instruções.

5.2.11.4 Os candidatos com aproveitamento nos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados serão relacionados, por especialidade a que concorrem, por meio da ordenação decrescente de suas Médias Parciais, o que estabelecerá a classificação parcial do EA EAOEAR 2008.

5.2.11.5 A classificação parcial será considerada apenas para a convocação de candidatos para a Concentração Intermediária, a fim de realizarem a Prova de Títulos, a Inspeção de Saúde, o Exame de Aptidão Psicológica e o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF), desde que cumpridas as exigências previstas nestas instruções e de acordo com o fator multiplicativo previsto no item 5.3.1.

5.2.12 PROVA DE TÍTULOS

5.2.12.1 A Prova de Títulos possui caráter apenas classificatório.

5.2.12.2 Os títulos deverão ser apresentados por ocasião da Concentração Intermediária, na data estabelecida no Calendário de Eventos do Exame.

5.2.12.3 Os títulos apresentados pelos candidatos serão analisados por Banca Examinadora designada pelo DEPENS em Boletim do Comando da Aeronáutica.

5.2.12.4 Somente serão aceitos os títulos abaixo relacionados, expedidos até a data de entrega estabelecida no Calendário de Eventos, e receberão a seguinte pontuação:

- a) Diploma expedido por instituição reconhecida pelo MEC, devidamente registrado, de conclusão de pós-graduação "strictu sensu", em nível de doutorado ou certificado de conclusão de doutorado, na área específica a que concorre, acompanhado do histórico escolar do candidato, no qual conste o número de créditos obtidos, as disciplinas em que foi aprovado e as respectivas menções, os resultados dos exames e do julgamento da dissertação ou tese: 100 (cem) pontos;
- b) Diploma expedido por instituição reconhecida pelo MEC, devidamente registrado, de conclusão de pós-graduação "strictu sensu", em nível de mestrado ou certificado de conclusão de mestrado, na área específica a que concorre, acompanhado do histórico escolar do candidato, no qual conste o número de créditos obtidos, as disciplinas em

que foi aprovado e as respectivas menções, os resultados dos exames e do julgamento da dissertação ou tese: 80 (oitenta) pontos;

- c) Diploma ou Certificado expedido por instituição reconhecida pelo MEC, de conclusão de curso de pós-graduação "latu sensu", em nível de especialização, na área específica a que concorre, com carga mínima de 360 horas: 60 (sessenta) pontos;

c.1) Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, realizados sob a égide da Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2001, Seção I, p. 12 deverão conter - ou ser acompanhados de – histórico escolar, do qual devem constar, obrigatoriamente, a relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno em cada uma das disciplinas e o nome e qualificação dos professores responsáveis por elas; período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico; título da monografia ou do trabalho final do curso e nota ou conceito obtido; declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES nº 1 e indicação do ato legal de credenciamento da instituição, no caso de Cursos ministrados à distância.

Esta exigência está amparada pelo art. 12 da Resolução CNE/CES nº 1;

c.2) Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, realizados sob a égide da Resolução CNE/CES nº 3, de 5 de outubro de 1999, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 7 de outubro de 1999, Seção I, p. 52 deverão mencionar a área específica do conhecimento a que corresponde, e conter, obrigatoriamente, a relação das disciplinas, sua carga horária, a nota ou conceito obtido pelo aluno; o nome e a titulação do professor por elas responsável; o período em que o curso foi realizado e a declaração de que o curso cumpriu todas as disposições da dita Resolução.

Esta exigência está amparada pelo art. 5º da Resolução CNE/CES nº 3;

c.3) Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, realizados sob a égide da Resolução CNE/CES nº 2, de 20 de setembro de 1996, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 1996, Seção I, p. 21183, deverão conter, obrigatoriamente, a relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno em cada uma das disciplinas e o nome e qualificação dos professores responsáveis por elas; o critério adotado para avaliação do aproveitamento; período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico e declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES nº 1.

Esta exigência está amparada pelo art. 11 da Resolução CNE/CES nº 1;

c.4) Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, realizados sob a égide da Resolução CNE/CES nº 12, de 6 de outubro de 1983, emitida pelo Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 1983, Seção I, p. 18.233 deverão conter - ou ser acompanhado de – histórico escolar, do qual devem constar, obrigatoriamente, cada uma das disciplinas e o nome e qualificação dos

professores responsáveis por elas; o critério adotado para avaliação do aproveitamento; período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico e declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES nº 1.

Esta exigência está amparada pelo parágrafo único do art. 5 da Resolução nº 12/83.

5.2.12.4.1 Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina – tais como declarações, certidões, comprovantes de pagamento de taxa para obtenção de documentação, cópias de requerimentos, além dos mencionados no item anterior, ou documentos que não estejam em consonância com as Resoluções citadas não serão considerados para efeito de pontuação.

5.2.12.5 Para cada título o candidato deverá apresentar o documento original e uma cópia autenticada em cartório, devendo ser recolhida esta última para avaliação. Para fins de pontuação, serão desconsideradas as cópias não autenticadas em cartório.

5.2.12.5.1 As cópias dos títulos declarados não serão devolvidas em hipótese alguma.

5.2.12.6 O candidato poderá apresentar tantos títulos quanto desejar. No entanto, será atribuída a pontuação correspondente apenas a um título de cada categoria (ex: dois títulos de doutorado, apenas um será pontuado) e que tenha correlação direta com a especialidade para cuja vaga o candidato concorre. A contagem de pontos será feita de forma cumulativa, caso o candidato apresente título em mais de uma categoria.

5.2.12.7 Os documentos referentes a títulos em Língua Estrangeira deverão estar traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

5.2.12.8 Receberá pontuação zero o candidato que não entregar os títulos na forma, no prazo e no local estipulados nestas Instruções.

5.2.12.9 No ato de entrega dos títulos, o candidato deverá preencher e assinar o formulário a ser fornecido pelo CIAAR, no qual indicará a quantidade de títulos apresentados.

5.2.12.10 A pontuação máxima que um candidato poderá obter pelos títulos apresentados totalizará 240 (duzentos e quarenta) pontos. Cada 10 pontos corresponde a 0,05 (cinco centésimos) no grau da Prova de Títulos. O somatório dos números decimais será o grau obtido na Prova de Títulos. Esse grau será acrescentado àquele da Média Parcial do candidato. O acréscimo poderá totalizar o grau 1,2000, desde que não ultrapasse o valor máximo que poderá ser obtido pelo candidato na Média Final, o qual corresponde ao grau 10,0000. Qualquer valor acima do grau 10,0000 obtido pelo candidato será desconsiderado para efeito de cálculo da Média Final. Esta exclusão não se aplica para efeito de desempate conforme previsto no item 5.2.14.2, quando será considerado o grau total obtido pelo candidato na Prova de Títulos.

5.2.13 MÉDIA FINAL

5.2.13.1 A Média Final será calculada somente para os candidatos convocados para a Concentração Intermediária. Ela corresponde à Média Parcial calculada conforme o previsto no item 5.2.11.2, acrescida do grau obtido na Prova de Títulos, observando o disposto no item 5.2.12.10 e a fórmula abaixo:

MF= MP + PT, onde:

MF= Média Final;

MP= Média Parcial; e

PT= Prova de Títulos.

5.2.13.2 A Média Final estará contida na escala de 0 (zero) a 10,0000 (dez), considerando-se até a casa décimo-millesimal.

5.2.13.3 A Média Final estabelecerá a nova classificação dos candidatos, para fins de preenchimento das vagas previstas para cada especialidade e tornará sem efeito a classificação parcial.

5.2.14 CRITÉRIO DE DESEMPATE

5.2.14.1 No caso de empate das Médias Parciais, o desempate será decidido de acordo com a seguinte ordem de precedência:

- a) maior grau obtido na prova escrita do Exame de Conhecimentos Especializados; e
- b) maior idade.

5.2.14.2 No caso de empate das Médias Finais, o desempate será decidido de acordo com a seguinte ordem de precedência:

- a) maior grau correspondente à pontuação obtida na Prova de Títulos;
- b) maior grau obtido na prova escrita do Exame de Conhecimentos Especializados; e
- c) maior idade.

5.3 CONVOCAÇÃO PARA CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA, PROVA DE TÍTULOS, INSPSAU, EAP, TACF E AVCOM

5.3.1 Somente serão convocados para prosseguirem no certame e, portanto, participarem da Concentração Intermediária e realizarem a Prova de Títulos, a INSPSAU, o EAP e o TACF e serem submetidos à AVCOM (somente militares da ativa da Aeronáutica) os candidatos relacionados de acordo com a ordem estabelecida no item 5.2.11.4 (classificação parcial), em número máximo correspondente até o quádruplo do total das vagas estabelecidas para as respectivas especialidades, conforme previsão do item 2.3.

5.3.2 A convocação de candidatos em número superior ao das vagas fixadas visa, exclusivamente, ao preenchimento dessas, em caso de haver exclusão de candidatos em decorrência de não aproveitamento ou de desistência.

5.4 INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)

5.4.1 A INSPSAU será realizada em Organização de Saúde da Aeronáutica (OSA). O resultado da INSPSAU para cada candidato será expresso por meio das menções "APTO" ou "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA".

5.4.2 Somente será considerado "APTO" na INSPSAU o candidato que obtiver resultado favorável dentro dos padrões e diretrizes estabelecidos pela Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA).

5.4.3 Os requisitos que compõem a INSPSAU e os parâmetros exigidos para a obtenção da menção "APTO" constam da ICA 160-6 "Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica", aprovada por intermédio da Portaria DIRSA nº 44/SDTSA, de 18 de outubro de 2006, a ser divulgada nos endereços eletrônicos constantes do item 1.4.2.

5.4.4 O candidato que obtiver a menção "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA" na INSPSAU terá o diagnóstico do motivo de sua incapacidade registrado em um Documento de Informação de Saúde.

5.5 EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)

5.5.1 O EAP será realizado sob a responsabilidade do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), segundo os procedimentos e parâmetros fixados em Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) e documentos expedidos por aquele Instituto.

5.5.2 Os candidatos serão avaliados nas áreas de personalidade, aptidão e interesse ou somente em algumas delas, conforme o padrão seletivo estabelecido para a função/atividade que irão exercer. O resultado do EAP para cada candidato será expresso por meio das menções "INDICADO" ou "CONTRA-INDICADO".

5.5.3 As áreas citadas no item anterior, as técnicas a serem utilizadas, os critérios de avaliação e a definição dos resultados referentes ao EAP constam do anexo 4.

5.6 TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

5.6.1 O TACF será realizado segundo os procedimentos e parâmetros fixados em documentos normativos do Comando da Aeronáutica, do DEPENS e naqueles expedidos pela Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA).

5.6.2 Somente realizarão o TACF os candidatos julgados aptos na INSPSAU. O resultado do TACF para cada candidato será expresso por meio das menções "APTO" ou "NÃO APTO".

5.6.3 Os requisitos que compõem o TACF e os parâmetros exigidos para a sua realização constam do anexo 5.

5.6.4 Casos temporários de alteração fisiológica, fraturas, luxações, indisposição ou outros que possam vir a ser apresentados pelos candidatos antes da realização do TACF e, em consequência, diminuir a capacidade física dos mesmos ou impossibilitar a realização do referido teste, não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer adiamento ou tratamento privilegiado.

5.7 AVALIAÇÃO DAS COMISSÕES DE PROMOÇÃO DE OFICIAIS (CPO) OU DE GRADUADOS (CPG) - (AVCOM)

5.7.1 Os candidatos militares da ativa da Aeronáutica convocados para a Concentração Intermediária, nos termos do item 5.3.1, serão avaliados pela CPO ou pela CPG, conforme pertençam ao Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica ou ao Corpo de Pessoal Graduado da Aeronáutica;

5.7.2 O CIAAR encaminhará para a CPO e CPG a relação nominal dos respectivos candidatos, observado o disposto no item anterior, para análise de desempenho e emissão de parecer individual.

5.7.2.1 O parecer da CPO e o parecer da CPG serão sustentados na análise qualitativa dos atributos inerentes ao exercício da função militar, contidos nas fichas de avaliação de desempenho à luz das obrigações e deveres militares, expressos na lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares) e será expresso por meio das menções "FAVORÁVEL" ou "DESFAVORÁVEL".

5.7.3 A CPO e a CPG comunicarão às OM dos candidatos, via mensagem rádio urgente, os RC correspondentes àqueles que receberam parecer desfavorável e, via Rede de Comunicação de Dados Sigilosos (Rede Mercúrio), os nomes e os motivos dos pareceres desfavoráveis.

6 RECURSOS

6.1 INTERPOSIÇÃO

6.1.1 Será permitido ao candidato interpor recurso somente quanto ao que se segue:

- a) indeferimento da solicitação de inscrição;
- b) formulação de questões das provas escritas de Gramática e Interpretação de Texto e de Conhecimentos Especializados e aos seus respectivos gabaritos provisórios;
- c) resultado obtido na Prova de Títulos;
- d) resultado obtido na INSPSAU;
- e) resultado obtido no EAP;
- f) resultado obtido no TACF; e
- g) parecer desfavorável da CPO ou CPG.

6.1.1.1 Não haverá recurso para a Prova de Redação, mas somente vista desta prova. Para tanto, ela estará disponível ao candidato interessado, no CIAAR, mediante solicitação escrita e encaminhada à Divisão de Concursos do CIAAR, via mensagem fac-símile e agendamento telefônico, no período estabelecido no Calendário de Eventos.

6.1.2 Os prazos e as datas para as interposições de recurso encontram-se estabelecidos no Calendário de Eventos e devem ser rigorosamente observados e cumpridos.

6.1.3 Será de inteira responsabilidade do candidato a remessa ou entrega dos documentos exigidos nos locais previstos e o cumprimento dos prazos para as interposições de recurso.

6.1.4 Será indeferido previamente qualquer pedido de recurso apresentado fora do prazo ou, quando for o caso, desacompanhado dos devidos documentos, conforme o estipulado nestas instruções.

6.1.5 Caso a divulgação da relação nominal dos que obtiveram indeferimento na solicitação de inscrição, ou dos gabaritos provisórios, ou dos resultados, conforme for o caso, da qual depende a interposição de recurso, deixe, por motivo de força maior, de ser realizada na data prevista, o candidato disporá do mesmo prazo previsto originalmente para interpor recurso, a contar da data subsequente à de efetiva divulgação.

6.2 RECURSO PARA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO INDEFERIDA

6.2.1 Poderá requerer inscrição em grau de recurso o candidato cuja solicitação de inscrição tenha sido indeferida por um ou mais dos seguintes motivos:

- a) preenchimento incorreto (erro, rasura ou ilegibilidade) ou incompleto do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI);
- b) não comprovação do pagamento da taxa de inscrição, desde que a referida taxa tenha sido paga dentro do prazo estabelecido e que tal pagamento possa ser comprovado; ou
- c) envio do FSI fora do período de solicitação de inscrição constatado por meio de carimbo da ECT ou de documento da encomenda expressa, desde que possua documento que se contraponha ao fato constatado e que tal contraposição possa ser comprovada.

6.2.2 O CIAAR, por ocasião da divulgação do indeferimento da solicitação de inscrição do candidato, discriminará o motivo desse resultado para subsidiar os procedimentos da solicitação de inscrição em grau de recurso e disponibilizará um novo FSI que deverá ser preenchido integral e corretamente, sendo dirigido ao Comandante do CIAAR.

6.2.3 O requerimento para inscrição em grau de recurso deverá ser remetido ao CIAAR, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX, dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos. Conforme o motivo do indeferimento, o candidato deverá anexar a esse requerimento o(s) seguinte(s) documento(s):

- a) novo FSI corretamente preenchido; ou
- b) comprovante original do pagamento da taxa de inscrição; ou
- c) comprovante original de remessa do FSI, registrada dentro do período estabelecido.

6.2.4 A solicitação de inscrição do candidato será indeferida definitivamente, impossibilitando sua participação no processo seletivo, nos casos em que:

- a) persistir o erro, a rasura, a ilegibilidade de campo ou a omissão de dado ou de assinatura, após a remessa do novo FSI;
- b) não comprovar o pagamento da taxa de inscrição;
- c) não comprovar o envio do formulário dentro do período de inscrição; ou
- d) enviar o requerimento para inscrição em grau de recurso fora do prazo previsto.

6.2.5 A divulgação sobre o deferimento ou indeferimento definitivo da solicitação de inscrição será feita pelo CIAAR, que disponibilizará ao candidato, na Internet e na Intraer, o seu Cartão de Inscrição ou o Aviso de Indeferimento de Inscrição, no prazo de até 5 (cinco) dias antes da data prevista para a Concentração Inicial.

6.2.6 Para facilitar o processo de identificação, é recomendável que o candidato cuja inscrição tenha sido deferida, imprima o seu Cartão de Inscrição e leve-o consigo, a fim de realizar a Concentração Inicial.

6.2.6.1 No entanto, se por qualquer razão o candidato não portar o seu Cartão de Inscrição, será permitido seu ingresso no local designado para a Concentração Inicial, desde que sua solicitação de

inscrição tenha sido deferida e que ele possa identificar-se por meio do seu documento de identidade original.

6.3 RECURSOS PARA OS EXAMES DE ESCOLARIDADE E DE CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

6.3.1 Os recursos quanto às provas escritas que compõem os Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados deverão ser referentes às questões que o candidato entenda terem sido formuladas de maneira imprópria ou conterem incorreções em seus respectivos gabaritos.

6.3.1.1 Os recursos citados no item anterior serão analisados por Bancas Examinadoras contratadas pela empresa terceirizada responsável pela confecção das provas.

6.3.2 Não poderá ser interposto recurso quanto aos procedimentos de avaliação referentes às provas escritas que compõem os Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, os quais estão previamente normatizados nas presentes instruções.

6.3.3 Os recursos de que trata o item 6.3.1 deverão ser encaminhados pelo candidato por meio da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ), conforme modelo constante do anexo 6 destas Instruções, diretamente ao CIAAR, por fax e também via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX, dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos.

6.3.3.1 A remessa da FIFQ por fax tem apenas o objetivo de agilizar o processo de recurso, sendo ainda necessária a remessa da ficha original, conforme orientação constante do item anterior, sob pena de ser desconsiderada a solicitação de recurso.

6.3.3.1.1 No entanto, se no período destinado ao recurso ocorrer greve da ECT e na localidade em que o candidato residir não houver outra empresa que preste serviço de encomenda expressa, os recursos serão analisados com base nas FIFQ encaminhadas por intermédio de fax.

6.3.4 O candidato deverá utilizar uma Ficha Informativa sobre Formulação de Questão para cada questão em pauta ou gabarito.

6.3.5 Não será aceita Ficha Informativa sobre Formulação de Questão que:

- a) conter campos em branco, omissão de assinatura ou estiver ilegível;
- b) for remetida ao CIAAR fora do prazo previsto no Calendário de Eventos;

6.3.6 Será dada a conhecer, coletivamente, pela Banca Examinadora a existência ou não de recursos submetidos à sua apreciação. Concomitantemente, caso haja recursos, a Banca Examinadora, depois de julgá-los, divulgará a decisão exarada, de forma definitiva, bem como o gabarito oficial. Após esses atos, não mais caberá apelação, relacionada aos resultados das provas escritas, por parte dos candidatos.

6.3.6.1 A decisão exarada pela Banca Examinadora conterá os esclarecimentos sobre o enunciado da questão em pauta e a justificativa fundamentada para cada alternativa que a compõe e sobre a avaliação a respeito do que foi contestado pelo candidato.

6.3.7 Quando for constatado que o enunciado de uma questão foi formulado de forma imprópria ou que a mesma contém mais de uma, ou nenhuma resposta correta, a questão será anulada e os pontos que lhe são pertinentes serão atribuídos a todos os candidatos.

6.3.8 Quando for verificado que a resposta correta de uma questão difere da constante do gabarito divulgado provisoriamente, este sofrerá alterações visando às correções necessárias.

6.3.9 Quando for constatado que a divulgação de um gabarito oficial foi apresentada com incorreções, a divulgação será tornada sem efeito e o gabarito anulado, sendo publicado um novo gabarito oficial corrigindo o anterior.

6.3.9.1 A anulação de um gabarito oficial implicará a anulação de todos os atos dele decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração referente aos atos anulados.

6.3.10 Quando for constatado que a divulgação da relação nominal dos candidatos com seus resultados e respectivas médias e classificações foi apresentada com incorreção, a divulgação será tornada sem efeito e os resultados e respectivas médias e classificações serão anulados, sendo publicada nova relação corrigindo a anterior.

6.3.10.1 A anulação dos resultados obtidos pelos candidatos e das respectivas classificações implicará a anulação de todos os atos dela decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração referente aos atos anulados.

6.4 RECURSO PARA PROVA DE TÍTULOS

6.4.1 O recurso deverá ser apresentado por meio de requerimento constante do Anexo 7 destas instruções, dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos do Exame. Tal documento deverá ser remetido ao CIAAR, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX.

6.4.2 Caso o candidato anexe ao requerimento algum documento com o fim de comprovação de títulos, só será considerado na análise do recurso aquele documento que justifique informação já inserida ou ausência de algum dado, em título apresentado quando da realização da Prova de Títulos.

6.4.3 As alterações de graus que vierem a ocorrer após avaliação dos recursos referentes à Prova de Títulos serão divulgadas pelo CIAAR, via Internet e Intraer, nos endereços eletrônicos constantes do item 1.4 destas instruções, na data estabelecida no Calendário de Eventos do Exame.

6.4.4 O parecer exarado pela Banca Examinadora quanto ao recurso relativo ao resultado da Prova de Títulos têm caráter irrecorrível.

6.5 RECURSO PARA A INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)

6.5.1 O candidato julgado "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA" poderá solicitar INSPSAU em grau de recurso, por meio de requerimento próprio constante do anexo 8, dirigido ao Diretor de Saúde da Aeronáutica. Tal documento deverá ser entregue, conforme o item 6.5.3, no setor de protocolo do SERENS em cuja localidade o candidato tiver realizado a INSPSAU, observado o prazo estabelecido no Calendário de Eventos.

6.5.2 Antes de requerer a INSPSAU em grau de recurso, o candidato deverá solicitar ao SERENS em cuja localidade tiver realizado a Inspeção o Documento de Informação de Saúde, dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos, a fim de compor o processo de recurso.

6.5.3 Somente poderá requerer INSPSAU em grau de recurso o candidato que entregar, juntamente com o requerimento, os seguintes documentos:

- a) atestado médico, considerando os parâmetros fixados pela DIRSA nas Instruções Técnicas das INSPSAU na Aeronáutica (ICA 160-6) e subsidiado pelos resultados obtidos em exames médicos complementares realizados, contrapondo o parecer desfavorável da Junta de Saúde; e
- b) Documento de Informação de Saúde com o parecer desfavorável da Junta de Saúde a que foi submetido.

6.5.4 A solicitação do documento de informação de saúde e a entrega da documentação que constitui o processo de recurso, no SERENS, poderão ser feitas por mandatário devidamente constituído pelo candidato, para um e/ou outro desses dois fins específicos, por meio de instrumento de procuração lavrada em cartório.

6.6 RECURSO PARA O EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)

6.6.1 O candidato "CONTRA-INDICADO" poderá requerer EAP em grau de recurso, por meio de requerimento próprio constante do anexo 9, dirigido ao Diretor do IPA. Tal documento deverá ser entregue no setor de protocolo do SERENS em cuja localidade o candidato tiver realizado o EAP, observado o prazo estabelecido no Calendário de Eventos.

6.6.2 Somente poderá requerer EAP em grau de recurso o candidato considerado contra-indicado no

EAP, após ter sido submetido a toda bateria de testes prevista para o referido exame, em conformidade com as normas do IPA e destas instruções.

6.6.3 Se for de seu interesse, a fim de subsidiar o processo de recurso, o candidato poderá solicitar ao SERENS em cuja localidade tiver realizado o EAP o Documento de Informação de Aptidão Psicológica (DIAP), dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos.

6.6.3.1 A adoção do procedimento descrito no item anterior não é requisito obrigatório para o procedimento de interposição de recurso.

6.6.4 A solicitação do DIAP e a entrega da documentação que constitui o processo de recurso, no SERENS, poderão ser feitas por mandatário devidamente constituído pelo candidato, para um e/ou outro desses dois fins específicos, por meio de instrumento de procuração lavrada em cartório.

6.6.5 O candidato "CONTRA-INDICADO" no EAP em grau de recurso poderá solicitar Entrevista Informativa, por meio de requerimento próprio constante do anexo 10, dirigido ao Diretor do IPA. Tal documento deverá ser enviado ao IPA, via encomenda expressa ou via ECT, com postagem registrada e Aviso de Recebimento, no endereço constante do anexo 10, observado o prazo previsto no Calendário de Eventos.

6.6.6 A entrevista supracitada será exclusivamente de caráter informativo, para esclarecimento do motivo da contra-indicação do candidato ao propósito seletivo, não sendo considerada como recurso.

6.6.7 A Entrevista Informativa será realizada no IPA, na cidade do Rio de Janeiro.

6.7 RECURSO PARA O TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

6.7.1 O candidato julgado "NÃO APTO" poderá solicitar TACF em grau de recurso, por meio de requerimento próprio constante do anexo 11, dirigido ao Vice-Presidente da CDA. Tal documento deverá ser entregue no setor de protocolo do SERENS em cuja localidade o candidato tiver realizado o TACF, observado o prazo estabelecido no Calendário de Eventos. O TACF em grau de recurso será constituído de todos os exercícios previstos no anexo 5.

6.7.1.1 A entrega da documentação que constitui o processo de recurso, no SERENS, poderá ser feita por mandatário devidamente constituído pelo candidato para esse fim específico, por meio de instrumento de procuração lavrada em cartório.

6.7.2 Somente poderá requerer o TACF em grau de recurso o candidato que:

- a) tiver executado todos os exercícios previstos e não tiver atingido os índices estabelecidos; ou
- b) tiver sofrido, durante o TACF, algum problema físico causado pela execução dos exercícios previstos, cuja recuperação possa ocorrer até o período estabelecido para o TACF em grau de recurso.

6.8 RECURSO QUANTO AO PARECER DA CPO ou CPG

6.8.1 Caberá ao interessado, quando for o caso, interpor recurso quanto ao parecer da CPO ou da CPG, por meio de requerimento dirigido ao Secretário da Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica ou ao Diretor da DIRAP.

6.8.2 O requerimento para recurso quanto ao parecer da CPO ou CPG deverá ser remetido, administrativamente, à SECPROM ou à DIRAP, dentro do prazo previsto no calendário de eventos.

7 RESULTADO FINAL DO EXAME

7.1 Será considerado aprovado no EA EAOEAR o candidato que atender às condições que se seguem:

- a) nos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, obtiver aproveitamento, conforme o item 5.2.11.3 destas instruções;

- b) na INSPSAU e no TACF, for considerado "APTO";
- c) no EAP, for considerado "INDICADO"; e
- d) na Avaliação da CPO ou da CPG obtiver parecer favorável (candidato militar da ativa da Aeronáutica).

7.2 Serão selecionados para habilitação à matrícula no EAOEAR os candidatos aprovados e que forem classificados dentro do número de vagas fixado para a especialidade a que concorrem, considerando a ordem decrescente de suas Médias Finais, os critérios de desempate e o parecer final da Junta Especial de Avaliação (JEA) designada para este Exame de Admissão pelo Diretor-Geral do DEPENS. Deverão ser observadas, também, após a ordem decrescente das Médias Finais dos candidatos, as localidades indicadas pelos mesmos no Formulário de Solicitação de Inscrição, em ordem de prioridade e disponíveis para serem preenchidas, conforme cada uma das especialidades.

7.2.1 As vagas fixadas em cada uma das localidades, de acordo com a especialidade, serão distribuídas pela Junta Especial de Avaliação obedecendo estritamente à ordem decrescente das Médias Finais dos candidatos, ou seja, os mais bem classificados em cada especialidade irão ocupando as vagas existentes ou remanescentes, em conformidade com as suas respectivas opções assinaladas no Formulário de Solicitação de Inscrição.

7.3 Os candidatos de que trata o item anterior somente estarão habilitados à matrícula se atenderem a todas as exigências previstas no item 8 destas Instruções.

7.4 O candidato aprovado e não classificado conforme o item 7.2 será considerado candidato excedente.

7.5 A Junta Especial de Avaliação (JEA) também selecionará os candidatos excedentes, considerando as vagas a que concorrem, fixadas por especialidade, a ordem decrescente de suas Médias Finais, os critérios de desempate e as localidades indicadas pelos mesmos no Formulário de Solicitação de Inscrição, em ordem de prioridade e disponíveis para serem preenchidas, conforme cada uma das especialidades.

7.5.1 A seleção de candidatos excedentes tem por finalidade permitir a sua convocação para o preenchimento de vagas que possam surgir, na fase de habilitação à matrícula, decorrentes da desistência ou da exclusão de candidatos ou mesmo após a matrícula, na fase inicial dos cursos, decorrentes da desistência ou desligamento de tenente-estagiário, desde que a convocação se dê dentro da vigência do Exame de Admissão.

7.5.2 Após a distribuição de vagas entre os candidatos titulares, havendo desistência de candidatos ou o surgimento de novas vagas, estas serão redistribuídas aos titulares e, após, as remanescentes serão distribuídas aos candidatos excedentes.

7.5.2.1 No caso de o candidato titular da vaga pela ordem de classificação não aceitar a localidade para onde foi selecionado, esse deverá declarar sua desistência por escrito, ao CIAAR.

7.5.2.2 Durante a realização do estágio e já fora do período de validade do certame, quando não mais cabe convocação de candidatos excedentes, caso algum tenente-estagiário desista de realizar o estágio ou seja dele desligado por qualquer razão, o preenchimento de sua vaga por outro tenente-estagiário de menor antiguidade e os possíveis novos remanejamentos na distribuição de vagas, em “efeito cascata”, somente ocorrerão em conformidade com a conveniência e o interesse da Administração.

7.5.2.3 Para o caso do item anterior, a Administração da Aeronáutica definirá a prioridade das localidades que poderão ter suas vagas preenchidas ou não, em caso de vacância.

7.5.3 Ao candidato excedente que for selecionado pela JEA fica assegurada apenas a expectativa de direito de ser convocado para a habilitação à matrícula. Essa condição cessa com o término da vigência deste Exame de Admissão.

7.5.4 O candidato excedente que for convocado para habilitação à matrícula terá 03 dias corridos, a contar da data subsequente à de convocação, para se apresentar no CIAAR, pronto para atender a todas

as exigências previstas no item 8.

7.5.4.1 O candidato deverá manter atualizado o seu endereço e telefone (se o tiver) junto à Divisão de Concursos do CIAAR, enquanto estiver participando do exame. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da falta de atualização de seu endereço.

7.6 A Junta Especial de Avaliação consolidará, pelo Mapa e pela Ata da JEA, a relação nominal dos candidatos aprovados e selecionados para a habilitação à matrícula, bem como dos excedentes, observando o disposto nos itens 7.2, 7.5 e 7.5.1, respectivamente.

7.7 A expedição da Ordem de Matrícula será de responsabilidade do Diretor-Geral do DEPENS, devendo ser expedida após a homologação do Mapa e da Ata da JEA.

7.8 A matrícula dos candidatos, a ser efetivada por ato do Comandante do CIAAR, somente ocorrerá depois de cumpridas as exigências previstas no item 8, dentro dos prazos estabelecidos.

7.8.1 O não cumprimento, por parte do candidato, das exigências para a efetivação da matrícula, constantes do item 8, dentro dos prazos estabelecidos, implicará o cancelamento da sua Ordem de Matrícula e a sua exclusão do certame.

8 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA

8.1 Estará habilitado (a) a ser matriculado (a) no EAOEAR 2008 o (a) candidato (a) que atender a todas as condições a seguir:

- a) ter sido aprovado(a) no Exame de Admissão e selecionado(a) pela JEA para habilitar-se à matrícula;
- b) não estar respondendo a qualquer processo criminal;
- c) não possuir registros criminais referentes a decisões judiciais condenatórias transitadas em julgado;
- d) não estar cumprindo pena por crime militar ou comum;
- e) não ter sido, anteriormente, excluído(a) do serviço ativo por motivo disciplinar, por falta de conceito moral ou por incompatibilidade com a carreira militar, ou desligado(a) de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar de ensino pelos mesmos motivos;
- f) não ser detentor de Certificado de Isenção do Serviço Militar motivado por incapacidade física, mental ou moral;
- g) se militar (praça) da ativa, estar classificado(a), no mínimo, no "Bom Comportamento";
- h) se militar da ativa ou da reserva remunerada, não possuir grau hierárquico superior a Primeiro-Tenente;
- i) se militar da ativa, não pertencer ao Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica;
- j) apresentar-se no CIAAR na data prevista para a Concentração Final, portando os originais e cópias do que se segue:
 - diploma de conclusão de curso superior de Engenharia na especialidade a que concorre, do Sistema Nacional de Ensino;
 - carteira de registro da profissão, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA);
 - declaração do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) de que está em pleno gozo de suas prerrogativas profissionais, referente à especialidade a que concorre;
 - documento de identidade devidamente válido e dentro do prazo de validade. Também deve ser atual, tendo em vista as mudanças de fisionomia em relação aos períodos da infância e adolescência e conseqüentes dificuldades de identificação do candidato, no momento de confrontação de sua fotografia; se militar,

apresentar a Carteira de Identidade devidamente válida e dentro do prazo de validade, expedida pela instituição correspondente;

- Título de Eleitor e comprovante de situação eleitoral regularizada;
- Certificado de Reservista atualizado, se do sexo masculino;
- Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e PIS/PASEP para aqueles com registro em Carteira de Trabalho;
- declaração de próprio punho de que atende às condições previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” deste item (somente o documento original); e
- se militar da ativa, ofício de apresentação da OM de origem.

k) apresentar-se no CIAAR, na data prevista para a matrícula e início do estágio.

8.2 Não serão aceitos documentos ilegíveis, rasurados, com emendas ou discrepâncias de informações.

8.3 O diploma de conclusão de curso superior deverá estar devidamente registrado e indicar a formação específica, contendo, também, o decreto de reconhecimento da instituição de ensino e a portaria de reconhecimento do respectivo curso, bem como as respectivas publicações no Diário Oficial da União (DOU) e conforme resolução (reconhecimento) do CONFEA.

8.3.1 Não será aceito diploma de tecnólogo; para a especialidade de Cartografia, não será aceito diploma de graduação em Engenharia de Agrimensura.

8.3.2 Para cada uma das especialidades será obrigatório o atendimento integral da Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005, do CONFEA, no que diz respeito à sistematização dos campos de atuação profissional, descritos no anexo II da citada resolução.

8.4 Quando da apresentação pelos candidatos dos documentos constantes da alínea “j” do item 8.1, for constatada ausência de documentos, alguma das irregularidades citadas no item 8.2 ou outra discrepância, somente serão habilitados à matrícula os candidatos que venham a sanar tais problemas e também atender a todas as exigências contidas no referido item, até a data prevista para a efetivação da matrícula. Encerrado esse prazo, o candidato que não tiver resolvido sua pendência será excluído do processo seletivo e, em seu lugar, será convocado candidato excedente para habilitar-se à matrícula, nos termos do item 7.5.1 e demais disposições concernentes à habilitação.

8.5 A constatação, a qualquer tempo, de omissão ou falta de veracidade em qualquer uma das informações ou documentos exigidos do candidato implicará a anulação de sua matrícula, bem como de todos os atos dela decorrentes, independentemente das sanções previstas em lei ou regulamentos militares.

9 DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 COMPARECIMENTO AOS EVENTOS PROGRAMADOS

9.1.1 As despesas relativas a transporte, estada e alimentação para a realização do Exame de Admissão correrão por conta do candidato, inclusive quando, por motivo de força maior, um ou mais eventos programados desse exame tiverem que ser repetidos. Também será da responsabilidade do candidato aprovado e selecionado para a habilitação à matrícula o seu deslocamento com destino ao CIAAR para a Concentração Final, a matrícula e a realização do estágio.

9.1.1.1 O candidato militar da ativa da Aeronáutica, na situação de aprovado e classificado dentro do respectivo número de vagas e selecionado pela JEA, fará jus aos direitos remuneratórios previstos na forma da legislação vigente, relativos à matrícula e realização do estágio.

9.1.1.2 O candidato militar da Aeronáutica que receber Ordem de Matrícula não deverá ser desligado de sua Organização de origem. Deverá apresentar-se no CIAAR onde realizará o estágio, passando à situação de adido àquela Organização de Ensino.

9.1.2 O candidato deverá portar o seu documento de identidade original, devidamente válido e dentro do prazo de validade, em todos os eventos do Exame de Admissão. O candidato militar deverá apresentar, atendendo a essas mesmas condições, a Carteira de Identidade expedida pela instituição militar correspondente.

9.1.2.1 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Polícias Militares e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação com fotografia.

9.1.2.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais; carteiras de estudante; carteiras funcionais, sem valor de identidade; Certificado de Alistamento Militar (CAM); Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI); documentos ilegíveis, não-identificáveis ou danificados; cópias de documentos, mesmo que autenticadas, nem protocolo de documento.

9.1.2.3 O CIAAR poderá, com a finalidade de verificação da autenticidade da identificação de qualquer candidato, efetuar a coleta da impressão digital dos candidatos nos eventos deste Exame de Admissão.

9.1.3 Por ocasião da Concentração Inicial e das provas escritas, os portões do local desses eventos serão abertos uma hora antes do horário previsto para seu fechamento, cabendo ao candidato, considerando os imprevistos comuns às grandes cidades, estabelecer a antecedência com que deverá se deslocar para o local, de forma a evitar possíveis atrasos.

9.1.4 Os portões de acesso aos locais de realização da Concentração Inicial e das provas escritas serão fechados no horário constante do Calendário de Eventos, não sendo permitido o ingresso de candidatos, em hipótese alguma, no local dos eventos, após esse horário.

9.1.5 Para a apresentação no local determinado para a Concentração Intermediária e Final, os candidatos poderão dispor de um período tolerante de duas horas, de acordo com o previsto no Calendário de Eventos.

9.1.6 Os locais, dias e horários em que os candidatos deverão apresentar-se para a realização da INSPSAU, do EAP e do TACF, incluídos os seus recursos, quando aplicável, caso não estejam fixados no Calendário de Eventos, serão estabelecidos pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora durante a Concentração Intermediária.

9.1.7 O não comparecimento pessoal do candidato nos locais dos eventos dentro dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos ou pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora, na hipótese do item anterior, implicará falta e, em consequência, a sua exclusão do certame.

9.2 UNIFORME

9.2.1 Para os eventos do Exame de Admissão realizados em organizações militares, o candidato militar da ativa, das Forças Armadas ou Auxiliares, deverá comparecer uniformizado, em acordo com as normas e regulamentos de uniformes das respectivas Forças.

9.2.2 O candidato militar, das Forças Armadas ou Auxiliares, que não atender ao previsto no item anterior ficará impedido de realizar os eventos programados para o certame.

9.2.3 Para os eventos do Exame de Admissão realizados em instituições civis, o candidato militar, das Forças Armadas ou Auxiliares, poderá comparecer à paisana.

9.3 DIVULGAÇÃO DE GABARITOS E DE RESULTADOS

9.3.1 Serão divulgados pelo CIAAR, via Internet e Intraer, conforme endereços eletrônicos constantes do item 1.4 destas Instruções e de acordo com os prazos estabelecidos no Calendário de Eventos, as informações a seguir:

- a) relação nominal dos candidatos que obtiverem deferimento e dos candidatos que obtiveram indeferimento na solicitação de inscrição;
- b) divulgação dos locais de prova;
- c) questões das provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados com os respectivos gabaritos. Esses gabaritos terão caráter provisório até que seja exarada pelas Bancas Examinadoras a decisão sobre cada recurso interposto pelos candidatos;
- d) gabaritos oficiais, devendo ser considerado o disposto nos itens 6.3.9 e 6.3.9.1;
- e) resultados obtidos pelos candidatos nas provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados com suas respectivas Médias Parciais e classificação parcial, considerando a especialidade a que concorrem;
- f) relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária;
- g) relação nominal dos candidatos com seus resultados obtidos na Prova de Títulos, bem como suas médias finais e a nova classificação provisória, considerando a especialidade a que concorrem;
- h) resultados obtidos na INSPSAU, no TACF e no EAP;
- i) resultados obtidos pelos candidatos na Prova de Títulos, em grau de recurso, com as alterações de médias finais e classificação decorrentes, quando aplicável;
- j) resultados obtidos, em grau de recurso, na INSPSAU, no TACF e no EAP;
- k) relação nominal dos candidatos selecionados para habilitação à matrícula com a Média Final e a classificação final, considerando a especialidade a que concorrem;
- l) relação nominal dos candidatos selecionados para a habilitação à matrícula que forem excluídos do Exame de Admissão em decorrência da não habilitação à matrícula ou de desistência, bem como a relação nominal dos candidatos excedentes convocados; e
- m) relação nominal dos candidatos matriculados.

9.3.2 As informações discriminadas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “k” também serão divulgadas pela OMAP, na data estabelecida no Calendário de Eventos, mediante afixação em local a ser confirmado, sob a responsabilidade do Presidente da Comissão Fiscalizadora.

9.3.3 Serão publicadas no DOU as seguintes relações:

- a) pelo CIAAR, a relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária que deverão prosseguir no Exame de Admissão e a relação nominal dos candidatos matriculados no estágio; e
- b) pelo DEPENDS, a relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para a habilitação à matrícula.

9.3.4 Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações dos resultados e dos comunicados referentes ao Exame de Admissão.

9.4 EXCLUSÃO DO EXAME DE ADMISSÃO

9.4.1 Será excluído do Exame de Admissão o candidato que se enquadrar em qualquer uma das situações abaixo:

- a) não obtiver aproveitamento nas provas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados;
- b) não atingir o grau mínimo exigido nas Médias Parcial e Final dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados;
- c) não for convocado para a Concentração Intermediária;
- d) for julgado "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA" na INSPSAU;
- e) for considerado "NÃO APTO" no TACF;
- f) for considerado "CONTRA-INDICADO" no EAP;
- g) obtiver parecer desfavorável da CPO ou da CPG;
- h) não atingir os resultados previstos nestas instruções, após a solução dos recursos

apresentados; ou

- i) deixar de cumprir qualquer item estabelecido nestas Instruções.

9.4.2 Será excluído do Exame de Admissão, por ato do Comandante do CIAAR ou, nos casos concretos que exijam intervenção imediata, por ato do Presidente da Comissão Fiscalizadora, com registro em ata e posterior homologação do Comandante do CIAAR, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou regulamentos, quando for o caso, o candidato que proceder de acordo com qualquer uma das alíneas que se seguem:

- a) burlar ou tentar burlar qualquer uma das normas para a realização das provas, da INSPSAU, do EAP ou do TACF definidas nestas instruções ou em Instruções Orientadoras do exame dirigidas ao candidato;
- b) portar, no local de prova, óculos escuros, telefone celular, relógio, arma, máquina calculadora, agenda eletrônica, "walkman", "pager", "palm top", receptor, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico que receba, transmita ou armazene informações;
- c) utilizar-se ou tentar utilizar-se de meios fraudulentos ou ilegais, bem como praticar ou tentar praticar ato de indisciplina durante a realização de qualquer atividade referente ao exame;
- d) fizer, durante as provas, anotação de informações relativas às suas respostas em local que não seja o próprio Caderno de Questões;
- e) fizer uso, durante as provas, de livros, códigos, manuais ou quaisquer anotações;
- f) recusar-se a entregar o Caderno de Questões, caso decida ausentar-se do local da prova antes do término do tempo oficial do evento;
- g) continuar ou tentar continuar respondendo questão de prova após o encerramento do tempo oficial previsto para a realização da prova;
- h) der ou receber auxílio para a realização das provas;
- i) fizer uso de tratamento incorreto ou descortês a qualquer um dos membros da Comissão Fiscalizadora ou a candidatos;
- j) deixar de comparecer pessoalmente ou chegar atrasado aos locais designados nos dias e horários determinados para a realização das concentrações, das provas, da INSPSAU, do EAP ou do TACF ou dos recursos, quando aplicável;
- k) não apresentar o documento de identidade original (para candidato militar, Carteira de Identidade expedida pela instituição militar correspondente), devidamente válido e dentro do prazo de validade, de acordo com o previsto no item 9.1.2 ou recusar a submeter-se ao processo de identificação por meio de impressão digital, por ocasião das concentrações, da realização de qualquer uma das provas, da INSPSAU, do EAP ou do TACF ou dos recursos, quando aplicável;
- l) deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos para inscrição ou matrícula, ou apresentá-los contendo discrepâncias que não venham a ser sanadas nos prazos previstos;
- m) deixar de cumprir qualquer uma das exigências previstas nas condições para a inscrição ou matrícula;
- n) tiver praticado falsidade ideológica constatada em qualquer momento do Exame de Admissão;
- o) deixar de assinar o Cartão de Respostas das provas escritas no local para isso reservado; ou
- p) deixar de apresentar-se no CIAAR, na data prevista para matrícula e início do estágio, passando a ser considerado candidato desistente.

9.5 VALIDADE DO EXAME DE ADMISSÃO

9.5.1 O prazo de validade do EA EAOEAR 2008 expirar-se-á quatro dias corridos após a data prevista para a matrícula, sendo tal prazo improrrogável.

9.5.2 Os resultados obtidos pelos candidatos em todas as etapas do Exame de Admissão somente terão validade para a matrícula no EAOEAR 2008.

10 DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Não caberá ao interessado o direito de recurso para obter qualquer compensação, pecuniária ou não, pelo indeferimento de sua solicitação de inscrição no Exame de Admissão, se constatado o descumprimento das condições estabelecidas nas presentes instruções.

10.2 A inscrição no Exame de Admissão implicará a aceitação irrestrita, pelo candidato, das condições estabelecidas nas presentes instruções, não cabendo ao mesmo o direito de recurso para obter qualquer compensação pela sua exclusão do Exame de Admissão ou pelo seu não aproveitamento por falta de vagas.

10.3 Ao Diretor-Geral do DEPENS caberá:

- a) anular o Exame de Admissão, no todo ou em parte, em todo o país ou em determinadas localidades, quando houver grave indício de quebra de sigilo, cometimento de irregularidades durante a realização de qualquer evento de caráter seletivo e/ou classificatório, e quando ocorrer fato incompatível com estas instruções, ou que impossibilite o seu cumprimento. Assim sendo, não caberá por parte do candidato, caso continue ou não a participar do certame, a solicitação de qualquer reparação pelos transtornos que a anulação e, conseqüentemente, o cancelamento dos eventos subseqüentes possam causar, bem como ficará implícita a sua aceitação do novo Calendário de Eventos a ser divulgado para prosseguimento do Exame de Admissão;
- b) caso seja constatada incorreção na publicação dos resultados obtidos pelos candidatos em qualquer evento seletivo e/ou classificatório do certame, determinar providências para que a publicação seja tornada sem efeito e os resultados sejam publicamente anulados, bem como todos os atos deles decorrentes e, por meio de ato contínuo, providenciar para que sejam publicados os resultados corretos. Dessa forma, não caberá aos candidatos qualquer pedido de reconsideração referente aos resultados anulados, uma vez constatado que estes estão eivados de vícios que os tornam ilegais, pois deles não se originam direitos.

10.4 Os casos não previstos serão resolvidos pelo Diretor-Geral do DEPENS.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENS

ANEXO 1

SIGLAS UTILIZADAS PELO COMANDO DA AERONÁUTICA **CONSTANTES DESTAS INSTRUÇÕES**

AVCOM	- Avaliação das Comissões de Promoção
BCA	- Boletim do Comando da Aeronáutica
CDA	- Comissão de Desportos da Aeronáutica
CEMAL	- Centro de Medicina Aeroespacial
CIAAR	- Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica
CINDACTA	- Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
COMAER	- Comando da Aeronáutica
COMAR	- Comando Aéreo Regional
COMGEP	- Comando-Geral do Pessoal
DEPENS	- Departamento de Ensino da Aeronáutica
DIAP	- Documento de Informação de Aptidão Psicológica
DIRSA	- Diretoria de Saúde da Aeronáutica
DOU	- Diário Oficial da União
EA	- Exame de Admissão
EAOEAR	- Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica
EAP	- Exame de Aptidão Psicológica
ECT	- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
ICA	- Instrução do Comando da Aeronáutica
IE/EA	- Instruções Específicas ao Exame de Admissão
INSPSAU	- Inspeção de Saúde
IPA	- Instituto de Psicologia da Aeronáutica
IRIS	- Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde
JEA	- Junta Especial de Avaliação
OM	- Organização Militar
OMAP	- Organização Militar de Apoio
QOENG	- Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica
RUMAER	- Regulamento de Uniformes da Aeronáutica
SERENS	- Serviço Regional de Ensino
TACF	- Teste de Avaliação do Condicionamento Físico

ANEXO 2

CALENDÁRIO DE EVENTOS

EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
1.	Período de inscrição. (Pela Internet, o preenchimento do FSI será possível a partir das 10h do primeiro dia de inscrições até às 15h do último dia - horário de Brasília).	CANDIDATOS/ CIAAR	03 out. a 23 out. 2007
2.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos que tiveram a solicitação de inscrição deferida e indeferida.	CIAAR	26 out. 2007
3.	Remessa, ao CIAAR, do requerimento para inscrição em grau de recurso, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT, por SEDEX.	CANDIDATOS	até 30 out. 2007
4.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos que, em grau de recurso, tiveram a solicitação de inscrição deferida ou indeferida.	CIAAR	05 nov. 2007
5.	Concentração Inicial: Provas Escritas <ul style="list-style-type: none">• fechamento dos portões às 8h 45min;• concentração inicial às 9h; e• início das provas às 10h (horário de Brasília).	OMAP	02 dez. 2007
6.	Divulgação, via Internet e Intraer, das provas aplicadas e dos gabaritos provisórios.	CIAAR	03 dez. 2007
7.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos gabaritos oficiais e dos pareceres sobre as FIFQ, ou comunicação da inexistência das mesmas.	CIAAR	até 20 dez. 2007
8.	Divulgação, na Internet e Intraer, da relação nominal, por especialidade, com os resultados obtidos pelos candidatos nas provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, constando a média e a classificação parcial, bem como a convocação para a Concentração Intermediária e Prova de Títulos daqueles que deverão prosseguir no Exame.	CIAAR	até 28 dez. 2007
9.	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária e Prova de Títulos.	CIAAR	até 04 jan. 2008
10.	Solicitação à Divisão de Concursos do CIAAR, da vista de Prova de Redação, via fax e agendamento telefônico.	CANDIDATOS	até 11 jan. 2007
11.	Concentração Intermediária e entrega de títulos, das 9h às 11h.	SERENS	14 jan. 2008
12.	Inspeção de Saúde – realização e julgamento.	OSA	15 a 22 jan. 2008
13.	Exame de Aptidão Psicológica.	IPA/SERENS	15 a 25 jan. 2008
14.	Vista de Prova de Redação, no CIAAR, das 9h às 12h e de 13h às 17h.	CIAAR	17 jan. 2008

15.	Divulgação, na Internet e na Intraer, da relação nominal dos candidatos com os resultados obtidos na Prova de Títulos.	CIAAR	21 jan. 2008
16.	Remessa, via SEDEX, de recurso para a Prova de Títulos.	CANDIDATOS	até 23 jan. 2008
17.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos na INSPSAU.	CIAAR	até 30 jan. 2008.
18.	Solicitação, ao SERENS, do Documento de Informação de Saúde.	CANDIDATOS	até 1º fev. 2008.
19.	Comunicação às OM dos candidatos, via mensagem rádio urgente, dos RC correspondentes daqueles que receberam parecer desfavorável e, via Rede de Comunicação de Dados Sigilosos (Rede Mercúrio), dos nomes e dos motivos dos pareceres desfavoráveis	CPO/CPG	até 31 jan. 2008
20.	Entrega dos Documentos de Informação de Saúde aos candidatos julgados incapazes na INSPSAU, mediante solicitação.	SERENS	1º fev. 2008.
21.	Divulgação, na Internet e na Intraer, da relação nominal, por especialidade, dos candidatos com os resultados obtidos na Prova de Títulos em grau de recurso, constando a média e a classificação final.	CIAAR	08 fev. 2008
22.	Entrega, ao SERENS, das 9h às 16h, da solicitação de INSPSAU em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 8 fev. 2008
23.	Remessa, à CPO ou CPG da informação, encaminhada por meio de mensagem telegráfica, da intenção do militar interpor recurso ou não.	CMT OM / CANDIDATOS	até 08 fev. 2008
24.	Remessa à SECPROM ou à DIRAP, administrativamente, por SEDEX, dos recursos sobre o parecer desfavorável.	CANDIDATOS CMT OM	até 15 fev. 2008
25.	Comunicação às OM dos candidatos, via mensagem rádio urgente, do resultado da análise dos recursos e emissão de parecer, via Rede de Comunicação de Dados Sigilosos (Rede Mercúrio), dos nomes e dos motivos dos pareceres desfavoráveis.	CIAAR	até 07 mar. 2008
26.	Realização e julgamento da INSPSAU em grau de recurso, bem como remessa, via fax, ao CIAAR, dos resultados obtidos pelos candidatos.	DIRSA/OSA	18 a 20 fev. 2008
27.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no EAP (relação por número de inscrição).	CIAAR	18 fev. 2008
28.	Solicitação ao SERENS do DIAP.	CANDIDATOS	até 21 fev. 2008
29.	Entrega dos DIAP aos candidatos contra-indicados no EAP, mediante solicitação.	SERENS	até 21 fev. 2008
30.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos na INSPSAU em grau de recurso.	CIAAR	25 fev. 2008
31.	Entrega, ao SERENS, das 9h às 16h, da solicitação do EAP em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 26 fev. 2008.

32.	Realização (pela manhã), julgamento e divulgação do resultado do TACF ao candidato imediatamente após o julgamento.	CDA/SERENS	28 fev 2008
33.	Entrega, no setor de protocolo do SERENS, da solicitação do TACF em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 29 fev 2008
34.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados obtidos pelos candidatos no TACF.	CIAAR	05 mar. 2008
35.	Realização do EAP em grau de recurso.	IPA/SERENS	13 mar. 2008
36.	Realização e julgamento (pela manhã) do TACF em grau de recurso.	CDA/SERENS	14 mar. 2008
37.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados obtidos pelos candidatos no TACF em grau de recurso.	CIAAR	18 mar. 2008
38.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no EAP em grau de recurso (relação por número de inscrição).	CIAAR	20 mar. 2008
39.	Remessa via fax e entrega no IPA ou via ECT, com postagem registrada e Aviso de Recebimento, ao referido Instituto, das solicitações de Entrevista Informativa, referentes aos candidatos contra-indicados no EAP que desejarem esclarecer o motivo de sua contra-indicação.	CANDIDATOS	até 25 mar. 2008
40.	Divulgação, via Internet e Intraer, do local e horário da realização da Entrevista Informativa.	CIAAR	07 abr. 2008
41.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula, contendo as médias finais com as respectivas classificações, bem como da convocação para a Concentração Final.	CIAAR	16 abr. 2008
42.	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	DEPENS	17 abr. 2008
43.	Concentração Final no CIAAR das 9h às 11h.	CIAAR	23 abr. 2008
44.	Matrícula e início do Curso.	CIAAR	28 abr. 2008
45.	Entrevista Informativa referente ao EAP com os candidatos contra-indicados.	IPA	30 abr. 2008
46.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do exame ou considerados desistentes, bem como da relação nominal dos candidatos excedentes convocados.	CIAAR	06 maio 2008
47.	Apresentação, no CIAAR, dos candidatos excedentes convocados.	CANDIDATOS	03 dias corridos, a contar da data subsequente à de convocação
48.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos matriculados no Curso.	CIAAR	21 maio 2008
49.	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos matriculados no EA-CAMAR/CADAR/CAFAR 2008.	CIAAR	21 maio 2008

ANEXO 3

PROGRAMA DE MATÉRIAS

O PROGRAMA DE MATÉRIAS E A BIBLIOGRAFIA SUGERIDA SERÃO DIVULGADOS POSTERIORMENTE NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS CONSTANTES DO ITEM 1.4 DAS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DESTE EXAME E NO BOLETIM DO COMANDO DA AERONÁUTICA.

ANEXO 4

INFORMAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO DO EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA

1 EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA

1.1 O Exame de Aptidão Psicológica para o EA-EAOEAR 2008, de caráter seletivo, será realizado segundo os procedimentos e parâmetros fixados em Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) e documentos expedidos pelo Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA).

2 DEFINIÇÃO

2.1 Processo de avaliação que visa estabelecer um prognóstico de adaptação, por meio da identificação nos candidatos de características psicológicas necessárias ao desempenho da atividade/estágio/função pretendida.

3 ÁREAS AVALIADAS

3.1 PERSONALIDADE

3.1.1 Conjunto de características herdadas e adquiridas que determinam o comportamento do indivíduo no meio que o cerca. São avaliados os seguintes elementos:

- a) aspecto afetivo-emocional;
- b) relacionamento interpessoal; e
- c) comunicação.

3.2 APTIDÃO

3.2.1 Conjunto de características que expressam a habilidade com que um indivíduo, mediante treinamento, pode adquirir conhecimento e destrezas, a serem avaliados por meio da aptidão geral ou de aptidões específicas.

3.3 INTERESSE

3.3.1 Demonstração ou expressão de gosto, tendência ou inclinação pelas atividades inerentes à função pretendida.

4 TÉCNICAS UTILIZADAS

4.1 ENTREVISTAS DE GRUPO OU INDIVIDUAL, DIRIGIDAS E PADRONIZADAS

4.2 TESTES PSICOMÉTRICOS

4.2.1 Inteligência Geral.

4.2.2 Aptidão Específica.

4.3 TESTES DE PERSONALIDADE

4.3.1 Expressivos.

4.3.2 Projetivos.

4.4 QUESTIONÁRIO DE INTERESSE

5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

5.1 O Exame de Aptidão Psicológica para o EAOEAR obedece a critérios que são estabelecidos em conformidade com os perfis ocupacionais e consubstanciados nos "Padrões Seletivos", documento de uso exclusivo do IPA, que contém informações básicas, requisitos de desempenho e instrumentos de avaliação psicológica específicos de cada atividade/estágio/função.

5.2 Os perfis ocupacionais, elaborados segundo os preceitos da metodologia da pesquisa científica aplicada à Psicologia Organizacional, são baseados no "Padrão de Desempenho de Especialidades", documento elaborado pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP).

5.3 O "Padrão Seletivo" do EAOEAR define os níveis mínimos de desempenho para cada área avaliada. Os candidatos são considerados indicados ao atingirem esses níveis estabelecidos.

6 RESULTADO

6.1 O resultado do Exame de Aptidão Psicológica só será considerado válido para o propósito seletivo para o qual foi realizado, sendo expresso por meio das menções "Indicado" (I) ou "Contra-Indicado" (CI).

- a) **Indicado:** candidato com prognose favorável de ajustamento e de adaptação ao ambiente de formação e/ou desempenho profissional por haver atingido os níveis de exigência referentes às áreas de personalidade, aptidão e interesse, contidos no perfil ocupacional básico da atividade/estágio/função; e
- b) **Contra-Indicado:** candidato com prognose desfavorável de ajustamento e de adaptação ao ambiente de formação e/ou desempenho profissional por apresentar resultados abaixo dos níveis de exigência, em uma ou mais áreas contidas no perfil ocupacional básico da atividade/estágio/função.

7 ENTREVISTA INFORMATIVA

7.1 O candidato que obtiver contra-indicação no Exame de Aptidão Psicológica a que se submeteu em grau de recurso poderá ter acesso à entrevista informativa referente aos resultados alcançados (art. 22 do Código de Ética Profissional do Psicólogo), por meio de requerimento próprio, dirigido ao Diretor do IPA.

ANEXO 5

TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

- 1 O Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) visa medir e avaliar o padrão individual a ser atingido pelo candidato inscrito no EA-EAOEAR 2008.
- 2 O padrão individual a ser atingido durante o TACF servirá de parâmetro para aferir se o candidato possui as condições mínimas necessárias para suportar o esforço físico a que será submetido durante o curso, com vistas ao final deste ser capaz de atingir os padrões exigidos do militar da ativa.
- 3 O TACF será realizado em um único dia. Serão executados os três exercícios que se seguem, conforme a seqüência a seguir.
- 4 Será considerado APTO o candidato que for aprovado em todos os exercícios, conforme se segue:

EXERCÍCIO Nº 1 - FLEXÃO DO TRONCO SOBRE AS COXAS

(avaliação da resistência muscular da região abdominal)

- Neste exercício serão exigidos os mesmos padrões de execução para ambos os sexos.
- Duração:** 01 (um) minuto.
- Tentativa:** 02 (duas), com intervalo mínimo de 3 (três) minutos, caso o desempenho mínimo não tenha sido atingido na primeira tentativa.
- Posição inicial:** deitado em decúbito dorsal, mãos cruzadas sobre o peito na altura dos ombros, joelhos numa angulação de 90°, pés alinhados com o prolongamento do quadril e firmes ao solo, fixados com o auxílio do avaliador, procurando manter as coxas e os joelhos livres.
- 1º Tempo:** flexionar o tronco até tocar os cotovelos no terço distal das coxas (região próxima ao joelho).
- 2º Tempo:** voltar à posição inicial até que as escápulas toquem o solo.
- Contagem:** cada vez que o 1º tempo se completar, deve ser contada uma repetição.

DESEMPENHO MÍNIMO		
SEXO	20 A 29 ANOS	30 A 31 ANOS
MASCULINO	27 repetições	21 repetições
FEMININO	19 repetições	13 repetições

- Erros mais comuns:**
- a) soltar as mãos do peito ou auxiliar a flexão do tronco com impulso dos braços;
 - b) não encostar os cotovelos no terço distal das coxas;
 - c) não encostar as costas no solo no 2º tempo;
 - d) parar para descansar;
 - e) não manter os joelhos na angulação de 90°; e
 - f) retirar ou arrastar o quadril do solo durante a execução do exercício.

EXERCÍCIO Nº 2 - FLEXÃO E EXTENSÃO DOS MEMBROS SUPERIORES COM APOIO DE FRENTE SOBRE O SOLO (avaliação da resistência muscular dos membros superiores)

- Duração:** sem limite de tempo.
- Tentativa:** 02 (duas).
- Posição inicial:** apoio de frente sobre o solo, com as mãos ligeiramente afastadas em relação à projeção dos ombros, mantendo o corpo totalmente estendido.

- 1º Tempo:** flexionar os membros superiores, procurando aproximar o peito do solo o máximo possível, passando o tronco da linha dos cotovelos, mantendo o corpo estendido e os cotovelos projetados para fora, aproximadamente, 45° com relação ao tronco.
- 2º Tempo:** Estender os mesmos, voltando à posição inicial.
- Contagem:** quando completar a extensão, deverá ser contada uma repetição.

DESEMPENHO MÍNIMO		
SEXO	20 A 29 ANOS	30 A 39 ANOS
MASCULINO	16 repetições	11 repetições
FEMININO	9 repetições	7 repetições

- Erros mais comuns:**
- a) apoiar o peito no chão;
 - b) mudar a posição do corpo, deixando de mantê-lo totalmente estendido;
 - c) não flexionar ou estender totalmente os membros superiores;
 - d) elevar primeiro o tronco e depois os quadris;
 - e) parar para descansar;
 - f) aproximar os cotovelos do tronco durante as execuções finais, aproximando os braços do tronco; e
 - g) mudar a posição das mãos (afastar ou aproximar) durante a execução do exercício.

OBSERVAÇÕES:

- 1) As mulheres deverão apoiar os joelhos no solo para a execução do exercício, podendo ou não apoiar a ponta do pé no chão.
- 2) A fim de manter os cotovelos projetados para fora, o(a) avaliado(a) poderá aduzir as mãos na posição inicial.
- 3) O aplicador do TACF poderá interromper o teste quando o candidato alcançar o número mínimo de desempenho estipulado.

EXERCÍCIO Nº 3 - AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE AERÓBICA MÁXIMA

Será realizada por meio de uma corrida ou de uma marcha de 12 minutos.

- Duração:** 12 (doze) minutos.
- Tentativa:** 01 (uma).
- Tempo e distância:** o instrutor responsável durante a aplicação deste teste deve informar ao avaliado o número de voltas percorridas e o tempo transcorrido, desde o seu início até o 9º (nono) minuto. A partir deste momento, o avaliador não deve mais informar o tempo transcorrido ao avaliado, somente as voltas percorridas.
- Apito:** o teste é iniciado com um silvo curto de apito e termina com um silvo longo. Neste momento os avaliados iniciarão a volta à calma, caminhando no sentido perpendicular ao da execução do percurso, e assim devem permanecer até que o instrutor anote a distância por eles percorrida e o libere do teste.
- Local:** pista de atletismo ou qualquer outro percurso no plano horizontal, preferencialmente, com 500□100 metros, com declividade não superior a 1/1000, devidamente aferidos. O piso poderá ser de qualquer tipo, desde que seja o mesmo durante todo o percurso. Sempre que possível, realizar marcações intermediárias para facilitar o avaliado no controle do seu ritmo de corrida.

Execução: a corrida de 12 (doze) minutos poderá ser feita em qualquer ritmo condicionado, podendo intercalar a corrida com caminhada, desde que essa alternância corresponda ao esforço máximo do avaliado para o tempo previsto, não podendo o mesmo parar ou sentar para descansar.

DESEMPENHO MÍNIMO		
SEXO	20 A 29 ANOS	30 A 39 ANOS
MASCULINO	2000 metros	1950 metros
FEMININO	1610 metros	1560 metros

Observação: o candidato que não atingir o desempenho mínimo em qualquer um dos exercícios exigidos no TACF será considerado NÃO APTO.

ANEXO 6

FICHA INFORMATIVA SOBRE FORMULAÇÃO DE QUESTÃO

ATENÇÃO: Preencha todos os campos com bastante clareza, usando letra de fôrma. Utilize uma FIFQ para cada questão ou gabarito a respeito dos quais desejar interpor recurso.

I – IDENTIFICAÇÃO

EXAME DE ADMISSÃO: _____ N° DE INSCRIÇÃO: _____

NOME DO CANDIDATO: _____

II – PROVA QUESTIONADA

DISCIPLINA: _____ QUESTÃO N°:

VERSÃO: _____ N° DE PÁGINAS: ESTA +

III – COMENTÁRIOS (Claros e objetivos. É fundamental que o candidato redija de maneira legível e apresente boa redação, com frases bem formuladas, que observem a correção gramatical, SEM considerações de ordem pessoal). **Solicito revisão, em grau de recurso, da questão supracitada.**

IV – EMBASAMENTO TEÓRICO (obra, autor, edição consultada e página utilizada para seu embasamento).

Data: ____/____/____

Assinatura do candidato

✂.....

Enviar o requerimento para o CIAAR, por fax e via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX. Obs: Será desconsiderada a solicitação remetida somente por fax.

CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA – CIAAR

DIVISÃO DE CONCURSOS

AV. SANTA ROSA, 10 – PAMPULHA - CAIXA POSTAL 2172

CEP: 31.270-750 – BELO HORIZONTE – MG

FAX: (31) 3491-2264

ANEXO 7

REQUERIMENTO PARA PROVA DE TÍTULOS EM GRAU DE RECURSO

AO EXMO SR COMANDANTE DO CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA
AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar,
posto ou graduação), residente na(o) _____
Bairro _____ Cidade _____ Estado _____
CEP _____ Telefone _____ nascido em ____/____/____,
candidato ao EA-EAOEAR 2008, inscrição nº _____, tendo seus títulos sido
submetidos à análise pela Banca Examinadora e por discordar do resultado divulgado, pelos motivos
abaixo descritos, vem solicitar nova análise em grau de recurso.

(Não é permitido anexar documentos de comprovação de títulos a este requerimento).

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do candidato

✂.....
cortar aqui

- Enviar o requerimento para o CIAAR como encomenda expressa (urgente) ou por SEDEX, via ECT, conforme endereço abaixo:

CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA – CIAAR
DIVISÃO DE CONCURSOS

AV. SANTA ROSA, 10 – PAMPULHA - CAIXA POSTAL 2172

CEP: 31.270-750 – BELO HORIZONTE – MG

FAX: (31) 3491-2264

ANEXO 8

REQUERIMENTO PARA INSPEÇÃO DE SAÚDE EM GRAU DE RECURSO

AO EXMO SR DIRETOR DE SAÚDE DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar,
posto ou graduação), residente na(o) _____
Bairro _____ Cidade _____
Estado _____ CEP _____ Telefone _____ nascido em ____/____/____,
natural de _____ candidato ao EA-EAOEAR 2008,
inscrição nº _____, tendo sido inspecionado pela Junta de Saúde
(Organização de Saúde) _____, em ____/____/____, e
julgado INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA, vem requerer a V. Exa. nova inspeção em
grau de recurso, pela Junta Superior de Saúde (JSS), conforme disposto no item 6.5 das Instruções
Específicas, contrapondo o parecer que o incapacitou, com base na documentação médica em anexo.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do candidato

✂
cortar aqui

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/____, às ____:____ horas, o requerimento referente à
Inspeção de Saúde, em grau de recurso, do candidato _____
_____.

Assinatura e carimbo – Setor de Protocolo do SERENS

ANEXO 9

REQUERIMENTO PARA EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA EM GRAU DE RECURSO

AO SR DIRETOR DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar, posto ou graduação), residente na(o) _____
Bairro _____ Cidade _____
Estado ____ CEP _____ Telefone _____ nascido em ____/____/____, natural de _____ candidato ao EA-EAOEAR 2008, inscrição nº _____, tendo sido considerado CONTRA-INDICADO no Exame de Aptidão Psicológica, realizado em ____/____/____, na localidade _____, sob a responsabilidade do IPA, vem requerer, conforme disposto no item 6.6 das Instruções Específicas, Exame de Aptidão Psicológica em grau de recurso:

() apresentando, em anexo, a documentação:

_____ (especificar documentação);

() não apresentando qualquer documentação.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do candidato

Declaro ter sido submetido ao Exame de Aptidão Psicológica, em grau de recurso, em ____/____/____, na localidade _____, pelo(a) Sr (a).
_____.

Assinatura do candidato após o Exame

.....
cortar aqui

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/____, às ____:____ horas, o requerimento referente ao EAP, em grau de recurso, do candidato _____.

Assinatura e carimbo – Setor de Protocolo do SERENS

ANEXO 10

REQUERIMENTO PARA ENTREVISTA INFORMATIVA

AO SR DIRETOR DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar,
posto ou graduação), residente na(o) _____
Bairro _____ Cidade _____
Estado ____ CEP _____ Telefone _____ nascido em ____/____/____,
natural de _____ candidato ao EA-EAOEAR 2008,
inscrição nº _____, tendo sido avaliado no Exame de Aptidão Psicológica, em grau de
recurso, realizado em ____/____/____, na cidade de _____, vem requerer
Entrevista Informativa, com o objetivo de esclarecer o motivo da sua contra-indicação ao propósito
seletivo e declara estar ciente do previsto no item 6.6 das Instruções Específicas.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do candidato

Declaro ter realizado a Entrevista Informativa referente ao Exame de Aptidão
Psicológica, em ____/____/____, concedida pelo(a) Sr (a). _____

Assinatura do candidato após a Entrevista

.....
cortar aqui

INSTRUÇÃO:

Enviar o requerimento, com postagem registrada e Aviso de Recebimento, com o seguinte
endereço:

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA - IPA

DIVISÃO DE SELEÇÃO

AVENIDA MARECHAL CÂMARA, 233 – 8º ANDAR

CEP 20020-080 – RIO DE JANEIRO RJ

TEL: (0XX21) 2126 9213

ANEXO 11

REQUERIMENTO PARA TESTE DE AVALIAÇÃO
DO CONDICIONAMENTO FÍSICO EM GRAU DE RECURSO

AO SR VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar,
posto ou graduação), residente na(o) _____
Bairro _____ Cidade _____
Estado ____ CEP _____ Telefone _____ nascido em ____/____/____,
natural de _____ candidato ao EA-EAOEAR 2008,
inscrição nº _____, tendo realizado o Teste de Avaliação do Condicionamento
Físico (TACF) em ____/____/____, na localidade _____ e
tendo sido considerado NÃO APTO, vem requerer novo teste, em grau de recurso, conforme disposto
no item 6.7 das Instruções Específicas.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do candidato

✂
cortar aqui

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/____, às ____:____ horas, o requerimento referente ao
TACF, em grau de recurso, do candidato _____
_____.

Assinatura e carimbo – Setor de Protocolo do SERENS



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

PORTARIA DEPENS Nº 233-T/DE-2, DE 2 DE OUTUBRO DE 2007.

Aprova o Programa de Atividades para o Exame de Admissão ao Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica do ano de 2008 (PA/EA-EAOEAR 2008).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 2º das Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º de março de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Atividades para o Exame de Admissão ao Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica do ano de 2008.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DEPENS nº 210-T/DE-2, de 27 de outubro de 2006, e demais disposições em contrário.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENS

**PROGRAMA DE ATIVIDADES PARA O EXAME DE ADMISSÃO AO ESTÁGIO DE
ADAPTAÇÃO DE OFICIAIS ENGENHEIROS DA AERONÁUTICA DO ANO DE 2008
(PA/EA EAOEAR 2008)**

APROVAÇÃO / DIVULGAÇÃO			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
1.	Aprovação das Instruções e Programa de Atividades (PA) do Exame.	DEPENS	02 out. 2007
2.	Inclusão, no link “Notícias” do site do CECOMSAER na Internet, de matéria relativa ao exame, para divulgação.	DEPENS	até 02 out. 2007
3.	Remessa, via rádio, de nota para divulgação do exame às Organizações Militares do Comando da Aeronáutica.	DEPENS	até 02 out. 2007
4.	Remessa das Portarias, Instruções e Programa de Atividades (PA) do Exame para: CIAAR, OMAP, CDA, IPA, DIRSA e CENDOC, para as devidas providências.	DEPENS	até 02 out. 2007
5.	Remessa, à Imprensa Nacional, dos atos de aprovação das Instruções do Exame, bem como do Edital do Exame para publicação no Diário Oficial da União (DOU).	DEPENS	até 02 out. 2007
6.	Início da divulgação do Exame. (VIA INTERNET E INTRAER)	DEPENS/CIAAR	a partir de 02 out. 2007
INSCRIÇÃO			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
7.	Remessa de cartazes para divulgação do Exame às Organizações Militares do Comando da Aeronáutica.	CIAAR	a partir de 02 out. 2007
8.	Período de inscrição. (Pela Internet, o preenchimento do FSI será possível a partir das 10h do primeiro dia de inscrições até às 15h do último dia - horário de Brasília).	CANDIDATOS/ CIAAR	03 out. a 23 out. 2007
9.	Informação, via fax, às OMAP, da previsão numérica de candidatos inscritos, por especialidade em cada OMAP.	CIAAR	26 out. 2007
10.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos que tiveram a solicitação de inscrição deferida e indeferida.	CIAAR	26 out. 2007
11.	Remessa, ao CIAAR, do requerimento para inscrição em grau de recurso, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT, por SEDEX.	CANDIDATOS	até 30 out. 2007
12.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos que, em grau de recurso, tiveram a solicitação de inscrição deferida ou indeferida.	CIAAR	05 nov. 2007
EXAME DE ESCOLARIDADE			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
13.	Designação do Presidente e do Secretário da Comissão Fiscalizadora, bem como informação ao CIAAR.	OMAP	até 30 out. 2007
14.	Remessa, às OMAP, das Instruções Orientadoras destinadas às Comissões Fiscalizadoras.	CIAAR	até 30 out. 2007

15.	Comunicação, via fax, ao CIAAR: <ul style="list-style-type: none"> do local da Concentração Inicial e das Provas Escritas; da quantidade de setores, de suas denominações e da capacidade de candidatos em cada setor. 	OMAP	até 12 nov. 2007
16.	Designação dos demais membros da Comissão Fiscalizadora e envio da relação nominal dos militares designados ao CIAAR.	OMAP	até 12 nov. 2007
17.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos locais de prova.	CIAAR	14nov. 2007
18.	Impressão, envelopamento e lacre das provas escritas distribuídas por OMAP, setor e versão.	CIAAR	até 20 nov. 2007
19.	Reunião no DEPENS com todos os presidentes das Comissões Fiscalizadoras e representante do setor de concurso do CIAAR.	DEPENS	20 nov. 2007
20.	Palestra para a Comissão Fiscalizadora sobre as diversas instruções que orientam o Exame de Admissão.	PRESIDENTE DA COMISSÃO FISCALIZADORA /OMAP	26 nov. 2007
21.	Entrega aos Presidentes e representantes do SERENS das provas escritas e do material de apoio para a realização do Exame de Admissão.	CIAAR	até 28 nov. 2007
22.	Palestra do representante do CIAAR para a Comissão Fiscalizadora sobre as diversas instruções que orientam o Exame de Admissão.	CIAAR/OMAP	29 nov. 2007
23.	Concentração Inicial: Provas Escritas <ul style="list-style-type: none"> fechamento dos portões às 8h 45min; concentração inicial às 9h; e início das provas às 10h (horário de Brasília). 	OMAP	02 dez. 2007
24.	Entrega dos cartões-respostas e do material do Exame de Admissão ao representante do CIAAR.	OMAP	02 dez. 2007
25.	Divulgação, via Internet e Intraer, das provas aplicadas e dos gabaritos provisórios.	CIAAR	03 dez. 2007
26.	Remessa da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ) ao CIAAR, via fax e encomenda expressa (urgente) ou via ECT, por SEDEX. (para agilizar)	CANDIDATOS	até 05 dez. 2007
27.	Análise das FIFQ.	CIAAR/BANCA EXAMINADORA	até 19 dez. 2007
28.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos gabaritos oficiais e dos pareceres sobre as FIFQ, ou comunicação da inexistência das mesmas.	CIAAR	até 20 dez. 2007
29.	Correção das provas.	CIAAR	até 27 dez. 2007
30.	Divulgação, na Internet e Intraer, da relação nominal, por especialidade, com os resultados obtidos pelos candidatos nas provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, constando a média e a classificação parcial, bem como a convocação para a Concentração Intermediária e Prova de Títulos daqueles que deverão prosseguir no Exame.	CIAAR	até 28 dez. 2007

31.	Solicitação à Divisão de Concursos do CIAAR, da vista de Prova de Redação, via fax e agendamento telefônico.	CANDIDATOS	até 11 jan. 2008
32.	Vista de Prova de Redação, no CIAAR, das 9h às 12h e de 13h às 17h.	CIAAR	17 jan. 2008
AVALIAÇÃO DA CPO/CPG			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
33.	Envio eletrônico à CPO e CPG da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária.	CIAAR	até 16 jan. 2008
34.	Análise de desempenho e emissão de parecer individual dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária.	CPO/CPG	até 31 jan. 2008
35.	Comunicação às OM dos candidatos, via mensagem rádio urgente, dos RC correspondentes daqueles que receberam parecer desfavorável e, via Rede de Comunicação de Dados Sigilosos (Rede Mercúrio), dos nomes e dos motivos dos pareceres desfavoráveis	CPO/CPG	até 31 jan. 2008
36.	Remessa, à CPO ou CPG da informação, encaminhada por meio de mensagem telegráfica, da intenção do militar interpor recurso ou não.	CMT OM/ CANDIDATOS	até 08 fev. 2008
37.	Remessa à SECPROM ou à DIRAP, administrativamente, por SEDEX, dos recursos sobre o parecer desfavorável.	CANDIDATOS CMT OM	até 15 fev. 2008
38.	Análise dos recursos e emissão de parecer.	CPO/CPG	até 29 fev. 2008
39.	Remessa ao CIAAR dos resultados dos julgamentos realizados pela CPO e CPG sobre os recursos dos candidatos e informação sobre os despachos exarados nos requerimentos.	CPO/CPG	até 29 fev. 2008
40.	Comunicação às OM dos candidatos, via mensagem rádio urgente, do resultado da análise dos recursos e emissão de parecer, via Rede de Comunicação de Dados Sigilosos (Rede Mercúrio), dos nomes e dos motivos dos pareceres desfavoráveis.	CIAAR	até 07 mar. 2008
CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
41.	Remessa, via Intraer ou Internet (e-mail funcional), à DIRSA, às OMAP, à CDA e ao IPA, da relação nominal, dos candidatos a serem convocados para a Concentração Intermediária para fins de planejamento dos exames subsequentes.	CIAAR	28 dez. 2007
42.	Remessa, via Internet, à Imprensa Nacional, da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária e Prova de Títulos.	CIAAR	até 28 dez. 2007
43.	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária e Prova de Títulos.	CIAAR	até 04 jan. 2008
44.	Concentração Intermediária e entrega de títulos, das 9h às 11h.	SERENS	14 jan. 2008

45.	Remessa, ao CIAAR: <ul style="list-style-type: none"> da Ata, da Relação de Presença da Concentração Intermediária e da Prova de Títulos (via fax e via SEDEX); das cópias dos títulos apresentados, dos diplomas de curso superior e demais documentos previstos para a matrícula. (via SEDEX). 	SERENS	até 15 jan. 2008
PROVA DE TÍTULOS			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
46.	Análise dos Títulos	BANCA EXAMINADORA	15 a 18 jan. 2008
47.	Divulgação, na Internet e na Intraer, da relação nominal dos candidatos com os resultados obtidos na Prova de Títulos.	CIAAR	21 jan. 2008
48.	Remessa, via SEDEX, de recurso para a Prova de Títulos.	CANDIDATOS	até 23 jan. 2008
49.	Análise, em grau de recurso, dos documentos apresentados para a Prova de Títulos.	BANCA EXAMINADORA	até 1º fev. 2008
50.	Divulgação, na Internet e na Intraer, da relação nominal, por especialidade, dos candidatos com os resultados obtidos na Prova de Títulos em grau de recurso, constando a média e a classificação final.	CIAAR	08 fev. 2008
INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
51.	Inspeção de Saúde – realização e julgamento.	OSA	15 a 22 jan. 2008
52.	Remessa, via fax, à DIRSA e às OMAP, da relação nominal dos candidatos julgados incapazes na INSPSAU, constando o CID (numeral e por extenso).	OSA	até 28 jan. 2008
53.	Remessa, ao CIAAR, da Ata (via fax e SEDEX), da Relação de Presença e do Resultado da INSPSAU (via: fax e Intraer ou Internet (e-mail funcional) e SEDEX), devidamente preenchidos, indicando os candidatos aptos, incapazes e faltosos.	SERENS	até 29 jan. 2008
54.	Entrega, ao SERENS, dos Documentos de Informação de Saúde dos candidatos julgados incapazes na INSPSAU.	OSA	até 29 jan. 2008
55.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos na INSPSAU.	CIAAR	até 30 jan. 2008
56.	Solicitação, ao SERENS, do Documento de Informação de Saúde.	CANDIDATOS	até 1º fev. 2008
57.	Entrega dos Documentos de Informação de Saúde aos candidatos julgados incapazes na INSPSAU, mediante solicitação.	SERENS	1º fev. 2008
58.	Entrega, ao SERENS, das 9h às 16h, da solicitação de INSPSAU em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 8 fev. 2008
59.	Remessa, via fax, ao CIAAR, da relação nominal dos candidatos que solicitaram INSPSAU em grau de recurso, ou comunicação, via rádio, da inexistência de requerimentos.	SERENS	até 11 fev. 2008

60.	Remessa à DIRSA: <ul style="list-style-type: none"> da relação nominal dos candidatos que solicitaram INSPSAU em grau de recurso, bem como dos requerimentos. (via fax e SEDEX) dos requerimentos para INSPSAU em grau de recurso, acompanhados dos respectivos documentos e laudos entregues pelos candidatos. (via SEDEX) 	SERENS	até 12 fev. 2008
61.	Realização e julgamento da INSPSAU em grau de recurso, bem como remessa, via fax, ao CIAAR, dos resultados obtidos pelos candidatos.	DIRSA / OSA	18 a 20 fev. 2008
62.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos na INSPSAU em grau de recurso.	CIAAR	25 fev. 2008
TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
63.	Remessa, via Intraer e Internet (e-mail funcional), à CDA e aos SERENS, da relação nominal dos candidatos aptos na INSPSAU e em condições de realizarem o TACF.	CIAAR	até 25 fev. 2008
64.	Realização (pela manhã), julgamento e divulgação do resultado do TACF ao candidato imediatamente após o julgamento.	CDA/SERENS	28 fev 2008
65.	Entrega, no setor de protocolo do SERENS, da solicitação do TACF em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 29 fev 2008
66.	Remessa à CDA: a) da Ata e da Relação de Presença e Resultado do TACF, indicando os candidatos aptos, não-aptos e faltosos no referido teste (via fax); b) da relação nominal dos candidatos que solicitaram o TACF em grau de recurso, ou comunicação da inexistência de requerimento (via fax); e c) dos Requerimentos do TACF em grau de recurso (via SEDEX).	SERENS	até 03 mar. 2008
67.	Remessa ao CIAAR: <ul style="list-style-type: none"> da ata e da relação de presença (via: fax e SEDEX); do resultado do TACF indicando os candidatos aptos, não-aptos e faltosos no referido teste (via: Intraer ou Internet (e-mail funcional) e SEDEX); e da relação nominal dos candidatos que solicitaram o TACF em grau de recurso, ou comunicação da inexistência de requerimento (via fax). 	SERENS	até 04 mar. 2008
68.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados obtidos pelos candidatos no TACF.	CIAAR	05 mar. 2008
69.	Realização e julgamento (pela manhã) do TACF em grau de recurso.	CDA/SERENS	14 mar. 2008
70.	Remessa, via fax e SEDEX, ao CIAAR, da Ata, da Relação de Presença e do Resultado do TACF em grau de recurso, indicando os candidatos aptos, não-aptos e faltosos no referido teste.	CDA/SERENS	até 17 mar. 2008

71.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados obtidos pelos candidatos no TACF em grau de recurso.	CIAAR	18 mar. 2008
EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
72.	Exame de Aptidão Psicológica.	IPA/SERENS	15 a 25 jan. 2008
73.	Remessa, ao CIAAR, da Ata (via fax e SEDEX) e da Relação de Presença do EAP, via Intraer ou Internet (e-mail funcional), fax e SEDEX.	SERENS	até 28 jan. 2008
74.	Remessa ao CIAAR, via Intraer ou Internet (e-mail funcional), fax e Ofício, da relação dos candidatos indicados, contra-indicados e faltosos ao EAP.	IPA	até 15 fev. 2008
75.	Remessa, via SEDEX, aos SERENS, dos documentos de informação de aptidão psicológica (DIAP) dos candidatos contra-indicados no EAP.	IPA	até 15 fev. 2008
76.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no EAP (relação por número de inscrição).	CIAAR	18 fev. 2008
77.	Solicitação ao SERENS do DIAP.	CANDIDATOS	até 21 fev. 2008
78.	Entrega dos DIAP aos candidatos contra-indicados no EAP, mediante solicitação.	SERENS	até 21 fev. 2008
79.	Entrega, ao SERENS, das 9h às 16h, da solicitação do EAP em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 26 fev. 2008
80.	Remessa, via fax, ao IPA e ao CIAAR da relação dos candidatos que solicitaram o EAP em grau de recurso, ou comunicação da inexistência de recurso.	SERENS	até 27 fev. 2008
81.	Remessa ao IPA, via SEDEX, dos Requerimentos para EAP em grau de recurso.	SERENS	até 28 fev. 2008
82.	Realização do EAP em grau de recurso.	IPA/SERENS	13 mar. 2008
83.	Remessa, via Intraer ou Internet (e-mail funcional), fax e Ofício, ao CIAAR, da relação nominal dos candidatos indicados, contra-indicados e faltosos no EAP em grau de recurso.	IPA	até 19 mar. 2008
84.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no EAP em grau de recurso (relação por número de inscrição).	CIAAR	20 mar. 2008
85.	Remessa via fax e entrega no IPA ou via ECT, com postagem registrada e Aviso de Recebimento, ao referido Instituto, das solicitações de Entrevista Informativa, referentes aos candidatos contra-indicados no EAP que desejarem esclarecer o motivo de sua contra-indicação.	CANDIDATOS	até 25 mar. 2008
86.	Informação via fax, ao CIAAR, da relação dos candidatos que solicitaram a Entrevista Informativa e do local e da hora em que cada candidato deverá ser submetido à entrevista referente à contra-indicação no EAP.	IPA	até 04 abr. 2008
87.	Divulgação, via Internet e Intraer, do local e horário da realização da Entrevista Informativa.	CIAAR	07 abr. 2008

88.	Entrevista Informativa referente ao EAP com os candidatos contra-indicados.	IPA	30 abr. 2008
JUNTA ESPECIAL DE AVALIAÇÃO (JEA)			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
89.	Indicação, ao DEPENS, dos componentes da Junta Especial de Avaliação (JEA).	DIRSA/CDA/CIAAR/IPA	até 1º abr. 2008
90.	Convocação da JEA.	DEPENS	até 04 abr. 2008
91.	Reunião da JEA.	DEPENS	11 abr. 2008
92.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula, contendo as médias finais com as respectivas classificações, bem como da convocação para a Concentração Final.	CIAAR	16 abr. 2008
93.	Remessa, à Imprensa Nacional, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	DEPENS	16 abr. 2008
94.	Remessa, ao CENDOC, da Ordem de Matrícula dos candidatos selecionados pela JEA.	DEPENS	16 abr. 2008
95.	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	DEPENS	17 abr. 2008
96.	Publicação no BCA da Ordem de Matrícula dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	CENDOC	18 abr. 2008
CONCENTRAÇÃO FINAL/MATRÍCULA			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
97.	Concentração Final no CIAAR das 9h às 11h.	CIAAR	23 abr. 2008
98.	Matrícula e início do Curso.	CIAAR	28 abr. 2008
99.	Convocação dos candidatos excedentes, em substituição àqueles que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do Exame ou considerados desistentes.	CIAAR	até 02 maio 2008
100.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do exame ou considerados desistentes, bem como da relação nominal dos candidatos excedentes convocados.	CIAAR	06 maio 2008
101.	Apresentação, no CIAAR, dos candidatos excedentes convocados.	CANDIDATOS	03 dias corridos, a contar da data subsequente à de convocação
102.	Encaminhamento eletrônico ao DEPENS da relação nominal dos candidatos que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do exame ou considerados desistentes, bem como da relação nominal dos candidatos excedentes convocados.	CIAAR	08 maio 2008
103.	Remessa, ao CENDOC, para publicação no BCA, da Ordem de Matrícula complementar dos candidatos excedentes, a contar de 28 abr. 2008	DEPENS	até 13 maio 2008

104.	Publicação, no BCA, da Ordem de Matrícula complementar dos candidatos excedentes.	CENDOC	até 15 maio 2008
105.	Matrícula dos candidatos excedentes convocados, a contar de 28 abr. 2008	CIAAR	até 19 maio 2008
106.	Remessa, via Internet, à Imprensa Nacional, da relação nominal dos candidatos matriculados no EA-EAOEAR 2008	CIAAR	até 19 maio 2008
107.	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos matriculados no EA-EAOEAR 2008	CIAAR	21 maio 2008
108.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos matriculados no Curso.	CIAAR	21 maio 2008
109.	Remessa do Relatório Final do Exame de Admissão.	CIAAR	até 30 maio 2008

Ten Brig Ar ANTÔNIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENDS

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ADMISSÃO E SELEÇÃO

IE/EA EIAC 2008

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE
ADMISSÃO AO EIAC 2008**

2007

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA**



ADMISSÃO E SELEÇÃO

IE/EA EIAC 2008

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE
ADMISSÃO AO EIAC 2008**

2007



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

PORTARIA DEPENDS Nº 234-T/DE-2, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

Aprova as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães da Aeronáutica do ano de 2008 (IE/EA EIAC 2008).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 2º das Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º de março de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães da Aeronáutica do ano de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se a Portaria DEPENDS nº 183/DE-2 e a Portaria DEPENDS nº 184-T/DE-2, ambas de 7 de julho de 2005, e demais disposições em contrário.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENDS

(Publicado no BCA nº 196, de 11 de outubro de 2007)

**INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE ADMISSÃO AO ESTÁGIO DE
INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO PARA CAPELÃES DA AERONÁUTICA DO ANO DE 2008
(IE/EA EIAC 2008)**

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1 <u>FINALIDADE</u>	7
1.2 <u>AMPARO NORMATIVO</u>	7
1.3 <u>ÂMBITO</u>	7
1.4 <u>DIVULGAÇÃO</u>	7
1.5 <u>RESPONSABILIDADE</u>	8
1.6 <u>ANEXOS</u>	8
2 OBJETO DO EXAME DE ADMISSÃO	8
2.1 <u>PÚBLICO ALVO</u>	8
2.2 <u>QUADRO DE OFICIAIS CAPELÃES DA AERONÁUTICA</u>	8
2.3 <u>VAGAS</u>	9
2.4 <u>ESTÁGIO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO PARA CAPELÃES DA AERONÁUTICA</u>	9
2.5 <u>SITUAÇÃO DURANTE O EIAC</u>	9
2.6 <u>SITUAÇÃO APÓS A CONCLUSÃO DO EIAC</u>	10
3 INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO	10
3.1 <u>CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO</u>	10
3.2 <u>LOCALIDADES PARA REALIZAÇÃO DO EXAME DE ADMISSÃO</u>	11
3.3 <u>ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO</u>	14
3.4 <u>RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO</u>	15
4 CONCENTRAÇÕES	15
5 PROCESSO SELETIVO	16
5.1 <u>ETAPAS</u>	16
5.2 <u>EXAME DE ESCOLARIDADE E EXAME DE CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS</u>	17
5.3 <u>CONVOCAÇÃO PARA CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA, PROVA DE TÍTULOS, INSPSAU, EAP e TACF</u>	22
5.4 <u>INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)</u>	23
5.5 <u>EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)</u>	23
5.6 <u>TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)</u>	23
6 RECURSOS	23
6.1 <u>INTERPOSIÇÃO</u>	23
6.2 <u>RECURSO PARA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO INDEFERIDA</u>	24
6.3 <u>RECURSOS PARA OS EXAMES DE ESCOLARIDADE E DE CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS</u>	25
6.4 <u>RECURSO PARA PROVA DE TÍTULOS</u>	26
6.5 <u>RECURSO PARA A INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)</u>	26
6.6 <u>RECURSO PARA O EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)</u>	27
6.7 <u>RECURSO PARA O TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)</u>	27
7 RESULTADO FINAL DO EXAME	28
8 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA	29

9 DISPOSIÇÕES GERAIS	30
9.1 <u>COMPARECIMENTO AOS EVENTOS PROGRAMADOS</u>	30
9.2 <u>UNIFORME</u>	31
9.3 <u>DIVULGAÇÃO DE GABARITOS E DE RESULTADOS</u>	31
9.4 <u>EXCLUSÃO DO EXAME DE ADMISSÃO</u>	32
9.5 <u>VALIDADE DO EXAME DE ADMISSÃO</u>	33
10 DISPOSIÇÕES FINAIS	33

ANEXOS

- Anexo 1 – Siglas utilizadas pelo Comando da Aeronáutica constantes destas Instruções**
- Anexo 2 – Calendário de Eventos**
- Anexo 3 – Termo de Consentimento para Inscrição no Exame**
- Anexo 4 – Programa de Matérias**
- Anexo 5 – Informações sobre avaliação do Exame de Aptidão Psicológica**
- Anexo 6 – Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF)**
- Anexo 7 – Ficha Informativa sobre Formulação de Questão**
- Anexo 8 – Requerimento para Prova de Títulos em grau de recurso**
- Anexo 9 – Requerimento para Inspeção de Saúde em grau de recurso**
- Anexo 10– Requerimento para Exame de Aptidão Psicológica em grau de recurso**
- Anexo 11– Requerimento para Entrevista Informativa**
- Anexo 12– Requerimento para Teste de Avaliação do Condicionamento Físico em grau de recurso**

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA O EXAME DE ADMISSÃO AO ESTÁGIO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO PARA CAPELÃES DA AERONÁUTICA DO ANO DE 2008 (IE/EA EIAC 2008)

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

1.1.1 As presentes instruções, aprovadas pela Portaria DEPENS nº 234-T/DE-2, de 8 de outubro de 2007, têm por finalidade regular e divulgar as condições e os procedimentos aprovados para inscrição e participação no Exame de Admissão ao Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães da Aeronáutica do ano de 2008 (EA EIAC 2008).

1.2 AMPARO NORMATIVO

1.2.1 As presentes instruções encontram-se fundamentadas pelas Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º de março de 2001, e publicadas no Diário Oficial da União (DOU) nº 43, de 2 de março de 2001, e regulamentadas pelas Instruções Complementares para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria DEPENS nº 34/DE-2, de 29 de março de 2001, e publicadas no DOU nº 71-e, de 11 de abril de 2001.

1.3 ÂMBITO

1.3.1 As presentes instruções aplicam-se:

- a) a todas as Organizações Militares (OM) do Comando da Aeronáutica (COMAER), no tocante à divulgação das condições e dos procedimentos aprovados para inscrição e participação no EA EIAC 2008;
- b) a Comandantes, Chefes e Diretores de OM das Forças Armadas e de Forças Auxiliares a cujo efetivo pertencer o militar interessado no presente processo seletivo, no tocante à observância das condições para a inscrição no Exame de Admissão e ao atendimento das condições para a habilitação à matrícula no Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães da Aeronáutica do ano de 2008 (EIAC 2008); e
- c) a todos os interessados em participar do EA EIAC 2008.

1.4 DIVULGAÇÃO

1.4.1 O ato de aprovação das presentes instruções encontra-se publicado no Diário Oficial da União (DOU) e no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

1.4.2 Para conhecimento dos interessados, estas instruções encontram-se publicadas no BCA e estão disponíveis nos meios que se seguem:

- a) Internet, na página oficial do Comando da Aeronáutica (<http://www.fab.mil.br>) e na página do CIAAR (<http://www.ciaar.com.br>), durante toda a validade do EA EIAC 2008.
- b) Intraer, no portal da Intranet do Comando da Aeronáutica (http://www.portal.intraer/Ingresso/html/EM_ANDAMENTO_INTRA.htm) e na página do CIAAR (<http://www.ciaar.intraer/concursos/concursos.htm>).

1.4.3 Os endereços da Internet e da Intraer, acima citados, poderão ser utilizados para obtenção do que se segue:

- a) Instruções Específicas para o exame e seus anexos;
- b) Formulário para Solicitação de Inscrição;
- c) Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica (ICA 160-6);
- d) resultado da solicitação de inscrição; e
- e) informações e resultados referentes aos diversos eventos seletivos e classificatórios do exame.

1.4.4 Os interessados também poderão obter informações sobre o Exame de Admissão junto aos Serviços Regionais de Ensino (SERENS), órgãos do COMAER que possuem vínculo sistêmico com o DEPENS, e junto ao Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), por intermédio dos seguintes telefones:

SERENS 1 – Belém - PA: (91) 3231-2989 e FAX: 3238-3500

SERENS 2 – Recife - PE: (81) 2129-7092 e FAX: 2129-7222

SERENS 3 – Rio de Janeiro - RJ: (21) 2101-4933, 2101-6015, 2101-6026 e FAX: 2101-4949

SERENS 4 – São Paulo - SP: (11) 3346-6109 e FAX: 3208-9267

SERENS 5 – Canoas - RS: (51) 3462-1204 e FAX: 3462-1132

SERENS 6 – Brasília - DF: (61) 3364-8205 e FAX: 3365-1393

SERENS 7 – Manaus - AM: (92) 2129-1736 e FAX: 2129-1735

CIAAR (31) 4009-5066, 4009-5098, 4009-5068 e FAX: 3491-2264

1.5 RESPONSABILIDADE

1.5.1 Este Exame de Admissão será regido por estas instruções e sua execução será de responsabilidade do CIAAR com apoio dos SERENS, das Organizações Militares de Apoio (OMAP), do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), da Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA), da Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA) e demais órgãos do Comando da Aeronáutica que tenham algum envolvimento com as atividades de Admissão e Seleção.

1.5.2 Constitui-se responsabilidade do interessado em participar do EA EIAC 2008 a leitura integral e o conhecimento pleno destas instruções.

1.6 ANEXOS

1.6.1 Integram as presentes instruções, na forma de anexo, informações e formulários cujos teores devem ser conhecidos pelos interessados em participar do EA EIAC 2008.

1.6.1.1 Para melhor compreensão das orientações e para conhecimento do significado técnico de determinados vocábulos e siglas contidas nestas instruções, recomenda-se ao candidato consultar o glossário constante no Anexo 1 a estas Instruções.

1.6.2 Para realização de todas as fases previstas neste exame, inclusive das ações pormenorizadas que as constituem, o candidato deverá observar o rigoroso cumprimento dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos constante do Anexo 2.

2 **OBJETO DO EXAME DE ADMISSÃO**

2.1 PÚBLICO ALVO:

2.1.1 O presente Exame de Admissão destina-se a selecionar cidadãos brasileiros, do sexo masculino, que atendam às condições e às normas estabelecidas nestas instruções, para compor o Quadro de Oficiais Capelães da Aeronáutica (QOCapl), de acordo com as necessidades do COMAER.

2.2 QUADRO DE OFICIAIS CAPELÃES DA AERONÁUTICA

2.2.1 O Quadro de Oficiais Capelães da Aeronáutica (QOCapl), da Ativa, previsto no Decreto-Lei nº 8.921, de 26 de janeiro de 1946 e na Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, é regulado pela ICA 36-12 “Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais Capelães” (IRQOCapl), aprovada pela Portaria nº 671/GC3, de 5 de outubro de 2007, e destina-se a suprir às necessidades do Comando da Aeronáutica

quanto à Oficiais para o exercício de funções afetas ao Serviço de Assistência Religiosa, em suas Organizações Militares (OM).

2.3 VAGAS

2.3.1 As vagas para matrícula no EIAC 2008 são destinadas aos candidatos aprovados neste Exame de Admissão, classificados dentro do número de vagas e que forem habilitados à matrícula no referido estágio.

2.3.2 As vagas encontram-se fixadas por especialidade, sendo que o candidato somente poderá concorrer às vagas de uma única especialidade.

2.3.2.1 As duas especialidades com vagas previstas para este exame correspondem à religião Católica Apostólica Romana e à religião Evangélica, respectivamente.

2.3.3 O candidato fará a escolha da especialidade a cujas vagas pretende concorrer, no momento da solicitação de inscrição.

2.3.4 Além de concorrer às vagas fixadas nestas instruções, distribuídas conforme o quadro a seguir apresentado, os candidatos também concorrerão àquelas que porventura vierem a surgir para a sua especialidade, durante o prazo de validade do presente Exame de Admissão, caso seja identificada a sua necessidade por parte da Administração.

2.3.5 QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

ESPECIALIDADE	VAGAS
SACERDOTES CATÓLICOS APOSTÓLICOS ROMANOS	02
PASTORES EVANGÉLICOS	02
TOTAL	04

2.4 ESTÁGIO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO PARA CAPELÃES DA AERONÁUTICA

2.4.1 O Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães da Aeronáutica (EIAC), ministrado no Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), em Belo Horizonte - MG, tem a duração de treze semanas e proporciona a adaptação daqueles que buscam ingressar no Comando da Aeronáutica como Oficiais Capelães, capacitando-os ao desempenho de atividades técnicas específicas do posto para o qual serão nomeados.

2.4.2 O EIAC, constituído de instruções nos Campos Militar, Geral e Técnico-Especializado, visa primordialmente a transmitir ao estagiário os postulados básicos da vida militar, de modo que, fundamentado nesses princípios, possa pautar seus procedimentos. Proporciona ainda o desenvolvimento de qualidades e habilidades necessárias para a integração dos estagiários no novo meio, fundamentados nos princípios e virtudes que devem caracterizar o militar do Comando da Aeronáutica.

2.5 SITUAÇÃO DURANTE O EIAC

2.5.1 O candidato, no momento da matrícula, mediante ato do Comandante do CIAAR, será declarado Aspirante-a-Oficial, designação essa a ser mantida durante o Estágio de Adaptação.

2.5.2 Em razão da declaração citada no item anterior e com o fim de atender às condições da letra “h” do item 8.1 e letra “i” do item 3.1.1 destas instruções, o candidato militar da ativa que possuir grau hierárquico superior a Aspirante-a-Oficial e que receber ordem de matrícula terá que, voluntariamente, solicitar sua transferência para a reserva não remunerada, de modo a estar nessa condição e também desligado da Organização Militar onde serve, até a data anterior à de matrícula no EIAC.

2.5.3 Durante a realização do estágio, o Aspirante-a-Oficial estará sujeito ao regime escolar do CIAAR e fará jus à remuneração fixada em lei, além de alimentação, alojamento, fardamento e assistência médico-hospitalar e dentária.

2.6 SITUAÇÃO APÓS A CONCLUSÃO DO EIAC

2.6.1 Quando da conclusão do EIAC, o CIAAR utilizará a classificação final obtida pelos Aspirantes-a-Oficial para estabelecimento da precedência hierárquica, de acordo com o plano de avaliação previsto para o respectivo estágio.

2.6.2 O Aspirante-a-Oficial que concluir com aproveitamento o EIAC será nomeado, mediante ato do Comandante da Aeronáutica, Segundo-Tenente e incluído no respectivo Quadro, sendo a sua antiguidade estabelecida pela ordem decrescente da Média Final obtida no estágio realizado, de acordo com o seu plano de avaliação.

2.6.3 O Segundo-Tenente Capelão será designado, ao término do Estágio de Adaptação, para servir em OM do Comando da Aeronáutica situada no território nacional e com vaga aberta para sua especialidade, nessa mesma ocasião.

2.6.4 A designação para a OM em que o Segundo-Tenente Capelão irá servir será em função da classificação que obtiver ao término do estágio.

3 INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

3.1 CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

3.1.1 São condições para a inscrição e para a realização do processo seletivo do EA EIAC:

a) ser brasileiro nato, conforme parágrafo 3º do art. 12 da Constituição Federal:

“§ 3º - São privativos de brasileiro nato os cargos:

(...)

VI - de oficial das Forças Armadas.”;

b) ser voluntário;

c) ter entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade na data da matrícula no EIAC;

d) não estar respondendo a qualquer processo criminal;

e) não possuir registros criminais referentes a decisões judiciais condenatórias transitadas em julgado;

f) não estar cumprindo pena por crime militar ou comum;

g) não ter sido, anteriormente, excluído do serviço ativo por motivo disciplinar, por falta de conceito moral ou por incompatibilidade com a carreira militar, ou desligado de curso ou estágio, ministrado em estabelecimento militar de ensino, pelos mesmos motivos;

h) se militar (praça) da ativa, estar classificado, no mínimo, no “Bom Comportamento”;

i) se militar da ativa ou da reserva remunerada, não possuir, por ocasião da habilitação à matrícula no EIAC, grau hierárquico superior a Aspirante-a-Oficial;

j) se militar, ter parecer favorável do Comandante, Chefe ou Diretor da Organização Militar (OM) onde serve, expresso no Formulário de Solicitação de Inscrição, por meio das informações referentes ao atendimento das condições previstas nas alíneas “a”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” e deste item e com a aposição do respectivo carimbo ou identificação datilografada, acompanhado da assinatura correspondente. Essas informações também poderão ser prestadas por autoridade delegada, devendo a delegação ser expressamente informada de acordo com o §1º e §3º, do art. 51, da RCA 12-1 de 01 JAN 05:

“Art. 51. O ato da delegação de competência é específico, impessoal e limitado no tempo, ou seja, guarda relação com as competências funcionais.

§1º O ato de delegação será publicado em boletim interno da OM e, quando for o caso, na imprensa oficial, constando os cargos e/ou funções do delegante e do delegado, as competências delegadas e o prazo de vigência da delegação.

§3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.”;

- k) ter, no mínimo, 1,60m de altura;
- l) estar em dia com suas obrigações eleitorais;
- m) pagar a taxa de inscrição;
- n) não ser detentor de Certificado de Isenção do Serviço Militar motivado por incapacidade física, mental ou moral;
- o) estar em dia com o Serviço Militar;
- p) ter concluído curso superior de formação teológica regular, reconhecido pela autoridade eclesiástica da religião Católica Apostólica Romana ou da religião Evangélica, conforme a especialidade a que pretende concorrer, de forma que possa apresentar, durante as Concentrações Intermediária e Final, cópia acompanhada do original do que se segue:
 - certificado ou diploma de conclusão do curso;
- q) ter sido ordenado sacerdote católico romano ou consagrado pastor evangélico;
- r) possuir, pelo menos, três anos de atividades pastorais como sacerdote apostólico romano ou pastor evangélico, após a ordenação ou consagração (investidura), respectivamente, comprovadas por documento expedido pela autoridade eclesiástica da religião para cuja vaga estiver concorrendo;
- s) ter consentimento expresso da autoridade eclesiástica da religião para cuja vaga estiver concorrendo, autorizando sua inscrição no exame, conforme modelo constante do anexo 3;
- t) possuir atestado da respectiva Cúria Diocesana, se sacerdote católico apostólico romano, assinado pelo Bispo Diocesano e Vigário-Geral, que comprove a sua conduta sacerdotal;
- u) ter sua conduta abonada, se pastor evangélico, pela autoridade eclesiástica de sua religião;
- v) estar em pleno uso de ordem, se sacerdote católico apostólico romano, sem ter sido enodado por censura canônica (Código do Direito 1331-1340); e
- w) inscrever-se por meio do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI).

3.1.1.1 Se militar da ativa da Aeronáutica, quando da emissão do parecer citado na alínea “j”, o Comandante, Chefe ou Diretor da OM onde serve o candidato deverá consultar a Comissão de Promoção de Oficiais (CPO) e a Comissão de Promoção de Graduados (CPG), dependendo do Corpo a que pertença.

3.1.2 O atendimento às condições para a inscrição no EA EIAC deverá ser comprovado durante a Concentração Final (habilitação à matrícula).

3.1.3 A inscrição, bem como todos os atos dela decorrentes, tornar-se-á nula se, a qualquer instante, for comprovado que o candidato, durante o Exame de Admissão, deixou de atender às condições mencionadas no item 3.1.

3.2 LOCALIDADES PARA REALIZAÇÃO DO EXAME DE ADMISSÃO

3.2.1 O EA EIAC será realizado nas localidades sedes das Organizações Militares de Apoio (OMAP) designadas pelo Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) para apoiar os eventos desse exame, cuja relação consta do item 3.2.5 destas instruções.

3.2.2 No momento da solicitação de inscrição, o candidato deverá indicar a localidade sede da OMAP onde deseja realizar o Exame de Admissão.

3.2.3 As fases do Exame de Admissão serão realizadas pelo candidato na localidade por ele indicada por ocasião da solicitação de inscrição e, caso prossiga no certame, na localidade correlacionada àquela, conforme o previsto no Quadro a seguir apresentado, salvo nos casos de determinação em contrário por parte da administração.

3.2.3.1 Será de responsabilidade do candidato apresentar-se nos dias, horários e locais determinados para a realização das fases do Exame de Admissão.

3.2.4 QUADRO DE OMAP E LOCALIDADE PARA A REALIZAÇÃO DO EXAME DE ADMISSÃO.

- Concentração Inicial - Provas escritas	- Concentração Intermediária - Prova de Títulos - INSPSAU (e em grau de recurso)(*) - EAP (e em grau de recurso) - TACF (e em grau de recurso)	Concentração Final
BELÉM-PA (I COMAR)	I COMAR	CIAAR
RECIFE-PE (II COMAR)	II COMAR	
RIO DE JANEIRO-RJ (III COMAR)	III COMAR (**)	
BELO HORIZONTE-MG(CIAAR)		
SÃO PAULO-SP (IV COMAR)	IV COMAR	
CAMPO GRANDE-MS (BACG)		
CANOAS-RS(V COMAR)	V COMAR	
BRASÍLIA-DF (VI COMAR)	VI COMAR	
MANAUS-AM (VII COMAR)	VII COMAR	
BOA VISTA-RR(BABV)		
PORTO VELHO-RO (BAPV)		

3.2.4.1 (*) Caso a especificidade do exame médico assim o exija, a Administração definirá a localidade para realização da Inspeção de Saúde (INSPSAU) em grau de recurso, diversa daquela prevista nesse quadro para a INSPSAU em 1º grau.

3.2.4.2 (**) Os candidatos do III COMAR realizarão a INSPSAU no CEMAL, o Exame de Aptidão Psicológica (EAP) no IPA e o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) na CDA.

3.2.5 RELAÇÃO DAS OMAP COM OS RESPECTIVOS ENDEREÇOS

3.2.5.1 As seguintes localidades e respectivas OMAP - com indicação de jurisdição - estão à disposição do candidato para realização do exame:

Localidade : BELÉM - PA
 OMAP : PRIMEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL – I COMAR (*)
 Logradouro : Av. Júlio César, s/nº - Bairro Souza - CEP 66613-902
 Telefone : (91) 3231-2989
 Fax : (91) 3238-3500

Localidade : RECIFE - PE
 OMAP : SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL – II COMAR (*)
 Logradouro : Av. Armindo Moura, 500 - Bairro Boa Viagem - CEP 51130-180
 Fone : (81) 2129-7092

Fax : (81) 2129-7222

Localidade : RIO DE JANEIRO - RJ
 OMAP : TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL – III COMAR (*)
 Logradouro : Pç. Marechal Âncora, 77 - Bairro Castelo - CEP 20021-200
 Fone : (21) 2101-4933, 2101-6015 e 2101-6026
 Fax : (21) 2101-4949

Localidade : SÃO PAULO - SP
 OMAP : QUARTO COMANDO AÉREO REGIONAL – IV COMAR (*)
 Logradouro : Av. Dom Pedro I, 100 – Bairro Cambuci - CEP 01552-000
 Telefone : (11) 3346-6109
 Fax : (11) 3208-9267

Localidade : CANOAS - RS
 OMAP : QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL – V COMAR (*)
 Logradouro : Rua Guilherme Schell, 3950 - Cx. Postal 261 – CEP 92200-630
 Telefone : (51) 3462-1204
 Fax : (51) 3462-1132

Localidade : BRASÍLIA - DF
 OMAP : SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL – VI COMAR (*)
 Logradouro : SHIS-QI 05 Área Especial 12 - CEP 71615-600
 Fone : (61) 3364-8205
 Fax : (61) 3365-1393

Localidade : MANAUS - AM
 OMAP : SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL – VII COMAR (*)
 Logradouro : Av. Presidente Kennedy, 1500 – Bairro Ponta Pelada - CEP 69074-000
 Fone : (92) 2129-1736
 Fax : (92) 2129-1735

Localidade : BOA VISTA - RR
 OMAP : BASE AÉREA DE BOA VISTA – BABV
 Jurisdição : VII COMAR
 Logradouro : BR 174, s/nº - Bairro Cauamé - Cx. Postal 101 - CEP 69301-970
 Fone : (95) 3621-1032
 Fax : (95) 3621-1016

Localidade : CAMPO GRANDE - MS
 OMAP : BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE – BACG
 Jurisdição : IV COMAR
 Logradouro : Av. Duque de Caxias, 2905, Bairro Santo Antônio - CEP 79101-001
 Fone : (67) 3368-3122
 Fax : (67) 3314-7515

Localidade : PORTO VELHO - RO
 OMAP : BASE AÉREA DE PORTO VELHO – BAPV
 Jurisdição : VII COMAR
 Logradouro : Av. Lauro Sodré, s/nº - Cx. Postal 040 - CEP 78900-970
 Fone : (69) 3211-9712
 Fax : (69) 3211-9710

Localidade : BELO HORIZONTE – MG
OMAP : CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA – CIAAR
Jurisdição : III COMAR
Logradouro : Av. Santa Rosa 10 - Bairro Pampulha - Caixa postal 774 - CEP 31270-750
Fone : (31) 4009-5168
Fax : (31) 3491-2264

3.2.5.2 (*) Nestas OMAP (I COMAR, II COMAR, III COMAR, IV COMAR, V COMAR, VI COMAR, VII COMAR), encontram-se sediados os SERENS (Serviços Regionais de Ensino), Organizações Militares da Aeronáutica, onde o candidato poderá obter informações sobre o exame.

3.3 ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.3.1 Para inscrever-se no EA EIAC 2008, o interessado deverá, inicialmente, preencher o Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI), disponível para impressão na Internet e na Intraer.

3.3.2 O FSI, se preenchido à mão, deverá ser feito em letra de fôrma, observando as instruções contidas no próprio formulário.

3.3.3 O candidato, ao preencher o FSI, deve dar especial atenção:

- a) ao assinalamento do campo relativo à especialidade a cuja vaga pretende concorrer, devendo consultar, para o preenchimento correto, o item 2.3;
- b) ao assinalamento do campo relativo à localidade sede da OMAP onde deseja realizar o Exame de Admissão, devendo consultar, para o preenchimento correto, o item 3.2.5;
- c) ao assinalamento do campo relativo ao atendimento de condições e à assinatura do Comandante, Chefe ou Diretor da OM onde serve, para o caso de candidato militar.

3.3.4 O valor da taxa de inscrição para o EA EIAC 2008 é de R\$ 80,00 (oitenta reais).

3.3.5 O Formulário de Solicitação de Inscrição não possui o boleto de pagamento, devendo o candidato pagar a sua taxa de inscrição por meio de GRU Simples (Guia de Recolhimento da União), pagável somente no Banco do Brasil S/A.

3.3.6 A GRU será obtida pelo candidato na página eletrônica da Secretaria da Fazenda, no endereço (https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp). Para o preenchimento da GRU, o candidato deverá lançar os dados a seguir discriminados:

UG (Unidade Gestora)	120024
Gestão	00001
Recolhimento - Código	22057-4
Número de referência	(não preencher)
Competência	(não preencher)
Vencimento	18/10/2006
CNPJ ou CPF do contribuinte	CPF do candidato
Nome do contribuinte / Recolhedor	Nome completo do candidato
Valor do principal (taxa inscrição)	R\$ 80,00
Valor total	R\$ 80,00

3.3.7 A partir do mesmo site, acima mencionado, o candidato deverá imprimir a GRU e recolher a taxa de inscrição no Banco do Brasil S/A, exclusivamente.

3.3.8 Para uma necessidade fortuita, o candidato deverá manter em seu poder uma cópia do comprovante original de pagamento bancário.

3.3.9 Não serão aceitos para comprovação do pagamento da taxa de inscrição os comprovantes de agendamento de pagamento, depósito em cheque ou entrega de envelope para depósito em terminais de auto-atendimento.

3.3.10 O valor pago referente à taxa de inscrição não será restituído, independentemente do motivo.

3.3.11 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição.

3.3.12 Recomenda-se aos interessados não deixarem para os últimos dias a efetivação de sua inscrição. A Administração da Aeronáutica não se responsabiliza pela possibilidade de o candidato não conseguir obter o FSI, por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como de outros fatores técnicos que impossibilitem o acesso eletrônico.

3.3.13 REMESSA DO FSI

3.3.13.1 Para a efetivação da solicitação de inscrição, o candidato deverá remeter ao CIAAR, em um mesmo envelope, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT, com postagem registrada, dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos, os seguintes documentos, para o endereço do quadro a seguir apresentado:

- a) o FSI devidamente preenchido;
- b) a GRU simples (Guia de Recolhimento da União);
- c) o comprovante original de pagamento bancário referente à taxa de inscrição; e
- d) a autorização (com reconhecimento de firma) da autoridade eclesiástica de sua religião para participar do exame, conforme modelo do anexo 3.

**CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA – CIAAR
DIVISÃO DE CONCURSOS**

AV. SANTA ROSA, 10 – PAMPULHA, CAIXA POSTAL 2172

CEP: 31270-750 – BELO HORIZONTE – MG

3.3.13.2 A verificação do correto preenchimento do Formulário de Solicitação de Inscrição e a juntada da GRU, do comprovante original do pagamento da taxa de inscrição e da autorização de sua autoridade eclesiástica, com vistas à remessa desses documentos ao CIAAR, serão de responsabilidade do candidato.

3.4 RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO

3.4.1 O candidato terá sua solicitação de inscrição indeferida nos seguintes casos:

- a) apresentar, no preenchimento de seu FSI, erro, rasura, ilegibilidade ou omissão de dado ou de assinatura, referente a si ou ao seu Comandante, Chefe ou Diretor (no caso de candidato militar);
- b) deixar de atender a qualquer uma das condições para inscrição;
- c) deixar de comprovar o pagamento da taxa de inscrição ou pagá-la após o término do período de inscrição;
- d) enviar o FSI fora do período de inscrição;
- e) deixar de enviar o comprovante original do pagamento da taxa de inscrição junto com o FSI; ou
- f) deixar de enviar a autorização de sua autoridade eclesiástica ou enviá-la em desacordo com o modelo previsto no anexo 3 ou sem o reconhecimento de firma.

3.4.2 Caberá ao CIAAR, na data estabelecida no Calendário de Eventos, divulgar na Internet e Intraer a relação nominal dos candidatos que obtiveram deferimento e indeferimento na solicitação de inscrição.

3.4.3 Caberá ao candidato tomar conhecimento do resultado de sua solicitação de inscrição, divulgado na Internet e Intraer, na data estabelecida no Calendário de Eventos, a fim de, no caso de indeferimento, proceder à solicitação de recurso.

4 CONCENTRAÇÕES

4.1 No período compreendido entre a inscrição e a matrícula, haverá três concentrações, nas quais o comparecimento pessoal é obrigatório e cujas datas constam do Calendário de Eventos (anexo 2 a estas instruções).

4.1.1 As concentrações e suas finalidades são as seguintes:

- a) Concentração Inicial – Visa orientar o candidato sobre a realização das provas escritas dos Exames de Escolaridade e também a respeito da Concentração Intermediária;
- b) Concentração Intermediária e Prova de Títulos – Visa orientar o candidato sobre a realização da Inspeção de Saúde (INSPSAU), do Exame de Aptidão Psicológica (EAP) e do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF), e, ainda, sobre as solicitações de recurso e sobre a Concentração Final. Nesse evento, também será procedida a apresentação, pelos candidatos, dos originais, para conferência, e a entrega das cópias autenticadas dos documentos referentes à Prova de Títulos e, visando antecipar soluções para possíveis discrepâncias nos documentos necessários à matrícula, o candidato deve apresentar os originais, para conferência, e entregar as cópias da seguinte documentação:
 - certificado ou diploma de curso superior de formação teológica regular. O curso deve ser reconhecido pela autoridade eclesiástica da religião Católica Apostólica Romana ou da religião Evangélica, conforme a especialidade do candidato e esse reconhecimento poderá estar expresso no próprio diploma ou vir em documento à parte;
 - documento de identidade devidamente válido e dentro do prazo de validade. Também deve ser atual, tendo em vista as mudanças de fisionomia em relação aos períodos da infância e adolescência e conseqüentes dificuldades de identificação do candidato, no momento de confrontação de sua fotografia; se militar, apresentar a Carteira de Identidade devidamente válida e dentro do prazo de validade, expedida pela instituição correspondente;
 - Título de Eleitor e comprovante de situação eleitoral regularizada;
 - Certificado de Reservista atualizado, se do sexo masculino;
 - Certidão de Nascimento ou de Casamento;
 - Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e PIS/PASEP para aqueles com registro em Carteira de Trabalho;
- c) Concentração Final – Visa verificar o atendimento às condições para a inscrição no Exame de Admissão do candidato selecionado pela Junta Especial de Avaliação (JEA). Nesse evento, o candidato deve apresentar os originais, para conferência, e entregar as cópias dos documentos previstos na alínea “i” do item 8.1. Ainda na Concentração Final, o candidato será orientado sobre a matrícula e o início do estágio.

4.2 As atividades constantes das Concentrações Inicial e Intermediária serão organizadas e coordenadas pela Comissão Fiscalizadora da respectiva OMAP.

4.3 As atividades constantes da Concentração Final serão organizadas e coordenadas por equipe designada pelo CIAAR.

4.4 Por ocasião do deferimento da solicitação de inscrição, após a análise dos recursos, será divulgado pelo CIAAR o local onde serão realizadas a Concentração Inicial e as provas escritas do Exame de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, de acordo com a localidade em que o

candidato realizará o exame.

4.5 Durante a Concentração Inicial, será divulgado pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora o local da Concentração Intermediária.

4.6 Durante a Concentração Intermediária, o Presidente da Comissão Fiscalizadora coordenará o recebimento da documentação prevista no item 4.1.1, letra “b” e informará o dia, o horário e o local da realização da INSPSAU, do EAP, do TACF e da Concentração Final, de acordo com o Calendário de Eventos, bem como dará instruções a respeito das solicitações de recurso.

5 PROCESSO SELETIVO

5.1 ETAPAS

5.1.1 O Exame de Admissão será constituído das seguintes etapas:

- a) Exame de Escolaridade;
- b) Exame de Conhecimentos Especializados;
- c) Prova de Títulos;
- d) Inspeção de Saúde (INSPSAU);
- e) Exame de Aptidão Psicológica (EAP); e
- f) Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF).

5.1.2 Todas as etapas terão caráter eliminatório, sendo que os Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados terão, também, caráter classificatório.

5.1.3 A Prova de Títulos terá caráter apenas classificatório.

5.1.4 As etapas supracitadas serão realizadas de acordo com a necessidade da Administração, não cabendo solicitação para adiamento, por parte do candidato, independentemente do motivo.

5.1.5 Não haverá segunda chamada para a realização de qualquer etapa supracitada. O não comparecimento pessoal ou atraso a qualquer uma delas implicará a imediata exclusão do candidato do Exame de Admissão.

5.2 EXAME DE ESCOLARIDADE E EXAME DE CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

5.2.1 O Exame de Escolaridade, de caráter eliminatório e classificatório, será realizado por meio de duas provas escritas de Língua Portuguesa, constando a primeira prova de questões sobre Gramática e Interpretação de Texto e a segunda prova de uma Redação.

5.2.2 O Exame de Conhecimentos Especializados, de caráter eliminatório e classificatório, será realizado por meio de prova escrita envolvendo assuntos relativos à especialidade a que concorre o candidato.

5.2.3 PROVAS ESCRITAS - CONTEÚDO

5.2.3.1 As provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados abrangerão o conteúdo programático previsto no Programa de Matérias, discriminado por especialidade, constante do anexo 4 a estas instruções.

5.2.4 PROVAS ESCRITAS - COMPOSIÇÃO

5.2.4.1 As provas escritas de Gramática e Interpretação de Texto e de Conhecimentos Especializados serão compostas de questões objetivas de múltipla escolha, com quatro alternativas, das quais somente uma será a correta.

5.2.5 APURAÇÃO DOS RESULTADOS – PREENCHIMENTO DO CARTÃO

5.2.5.1 Para a apuração dos resultados das questões objetivas das provas escritas, será utilizado um sistema automatizado de leitura de cartões. Em consequência, o candidato deverá atentar para o correto preenchimento de seu Cartão de Respostas.

5.2.5.2 Os prejuízos decorrentes de marcações incorretas no Cartão de Respostas serão de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato. Serão consideradas marcações incorretas as que forem feitas com qualquer outra caneta que não seja ESFEROGRÁFICA COM TINTA PRETA OU AZUL e que estiverem em desacordo com este item e com as instruções contidas no Cartão de Respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada, marcação emendada, campo de marcação não preenchido integralmente, marcas externas aos círculos, indícios de marcações apagadas, uso de lápis, entre outras.

5.2.5.3 Qualquer marcação incorreta, tal como descrito no item anterior, resultará, para o candidato, em pontuação 0,0000 (zero) na questão correspondente.

5.2.6 MATERIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

5.2.6.1 Para realizar as provas escritas, o candidato somente poderá utilizar o seguinte material: lápis (apenas para resolução, no próprio caderno de questões); borracha; régua; caneta esferográfica transparente com tinta preta ou azul e prancheta (se for necessário o uso de prancheta, constará na divulgação, pela Internet e Intraer, da Concentração Inicial e das provas dos Exames de Escolaridade, conforme previsto no Calendário de Eventos). O material não poderá conter qualquer tipo de equipamento eletrônico ou inscrição, exceto as de caracterização (marca, fabricante, modelo) e as de graduações (régua).

5.2.6.2 Não será permitido ao candidato realizar a prova portando óculos escuros, telefone celular, relógio de qualquer tipo, armas, gorros, chapéus, bonés ou similares, bolsas, mochilas, pochetes, livros, impressos, cadernos, folhas avulsas de qualquer tipo e/ou anotações, bem como aparelhos eletroeletrônicos, tais como: máquina calculadora, agenda eletrônica, "walkman", "pager", "palm top", receptor, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico que receba, transmita ou armazene informações.

5.2.6.3 Os membros da Comissão Fiscalizadora não se responsabilizarão pela guarda de material do candidato.

5.2.7 PROCEDIMENTOS DURANTE A PROVA

5.2.7.1 As provas escritas terão duração de 4 horas. O tempo restante até o término da prova será informado verbalmente pela Comissão Fiscalizadora a cada hora cheia e nos últimos 30 minutos, 15 minutos e 5 minutos. Após isso restarão 20 minutos para marcação do cartão de respostas.

5.2.7.2 Tendo em vista razões de sigilo que envolvem o certame, uma vez iniciadas as provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, o candidato:

- a) não poderá deixar o seu lugar para retirar-se definitivamente do recinto onde realizará as provas escritas, senão após transcorrida metade do tempo total destinado à sua realização. Caso venha a ter problemas de ordem fisiológica durante as provas, o mesmo deverá solicitar a presença de um fiscal da Comissão Fiscalizadora para acompanhá-lo durante o tempo em que estiver ausente;
- b) somente poderá levar consigo o Caderno de Questões se permanecer no recinto até o término do tempo total previsto para a realização das provas. O candidato que optar por se retirar, definitivamente, antes de transcorrido o tempo total previsto para a realização das provas terá, obrigatoriamente, que devolver o Caderno de Questões à Comissão Fiscalizadora; e
- c) não poderá, sob nenhum pretexto, fazer anotações sobre as questões das provas em local que não seja o próprio Caderno de Questões.

5.2.8 ATRIBUIÇÃO DE GRAUS

5.2.8.1 A cada questão das provas escritas de Gramática e Interpretação de Texto e de Conhecimentos Especializados será atribuído um valor específico e o resultado de qualquer uma das provas será igual à soma dos valores das questões assinaladas corretamente.

5.2.8.2 Os graus atribuídos às provas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados e as médias calculadas com base nesses graus estarão contidos na escala de 0 (zero) a 10,0000 (dez), considerando-se até a casa décimo-millesimal.

5.2.8.3 O grau mínimo que determinará o aproveitamento do candidato em qualquer uma das provas que compõem os Exames de Escolaridade (inclusive Redação) e de Conhecimentos Especializados será 5,0000 (cinco).

5.2.9 PROVA DE REDAÇÃO

5.2.9.1 A prova de redação será realizada junto com as demais provas escritas previstas para o certame. Será dissertativa, em prosa e abordará temas da atualidade, sendo confeccionada em impresso próprio.

5.2.9.2 A prova de redação deverá conter no mínimo 80 (oitenta) palavras, em letra legível, a respeito do tema a ser fornecido no ato da Prova de Redação.

5.2.9.3 Para correção da prova de redação, será utilizado um processo que impede a identificação do candidato por parte da Banca Examinadora, garantindo assim a imparcialidade no julgamento. O processo consiste na vinculação do número da redação ao número do cartão-resposta, que não aparece em nenhum outro local, sendo que, a redação não será identificada ou conterá marcações que permitam sua identificação.

5.2.9.4 A prova de redação será avaliada conforme a tabela a seguir:

ASPECTOS AVALIADOS	PONTOS DEBITADOS POR ERRO COMETIDO
Pontuação, ortografia e acentuação gráfica	0,50
Morfossintaxe (correção lingüística)	0,50
Propriedade vocabular	0,50
Organização adequada de parágrafos	0,50
Adequação no uso dos articuladores	0,50
Argumentação coerente e informatividade	2,00
Pertinência ao tema proposto	até 3,00

5.2.9.5 À redação fora do tema proposto será atribuído o grau 0 (zero).

5.2.9.6 À redação com menos de 80 (oitenta) palavras será deduzido da nota atribuída 1 (um) décimo por palavra faltante, até o limite de 70 (setenta) palavras.

5.2.9.7 À redação com número inferior a 70 (setenta) palavras será atribuída a nota 0 (zero).

5.2.9.8 Consideram-se palavras todas aquelas pertencentes às classes gramaticais da Língua Portuguesa.

5.2.9.9 Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da redação, devendo o candidato limitar-se a uma única folha padrão recebida, com 30 (trinta) linhas.

5.2.9.10 Só serão corrigidas as redações dos candidatos que obtiverem aproveitamento, conforme item 5.2.8.3, nas provas sobre Gramática e Interpretação de Texto e de Conhecimentos Especializados.

5.2.10 GRAU DO EXAME DE ESCOLARIDADE

5.2.10.1 O grau obtido pelo candidato no Exame de Escolaridade será calculado pela média ponderada dos graus das provas que o compõem, atribuindo-se peso 1 (um) à prova sobre Gramática e Interpretação de Texto e peso 2 à Prova de Redação, conforme abaixo:

$$EE = \frac{GIT + 2RED}{3}, \text{ onde:}$$

EE = grau do Exame de Escolaridade;
GIT = grau da prova de Gramática e Interpretação de Texto (peso 1); e
RED = grau da prova de Redação (peso 2).

5.2.11 MÉDIA PARCIAL

5.2.11.1 Após a realização das provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados será calculada a Média Parcial obtida pelo candidato.

5.2.11.2 A Média Parcial do candidato será calculada por meio da média ponderada dos graus obtidos nas provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, observando a fórmula abaixo e os pesos atribuídos a cada exame:

- a) grau do Exame de Escolaridade - peso 1 (um); e
- b) grau do Exame de Conhecimentos Especializados - peso 2 (dois).

$$MP = \left(\frac{EE + 2CE}{3} \right), \text{ onde:}$$

MP= Média Parcial;

EE= grau do Exame de Escolaridade; e

CE= grau do Exame de Conhecimentos Especializados.

5.2.11.3 Serão considerados candidatos com aproveitamento aqueles que obtiverem Média Parcial igual ou superior a 6,0000 (seis), desde que atendam ao critério estabelecido no item 5.2.8.3 destas Instruções.

5.2.11.4 Os candidatos com aproveitamento nos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados serão relacionados, por especialidade a que concorrem, por meio da ordenação decrescente de suas Médias Parciais, o que estabelecerá a classificação parcial do EA EIAC 2008.

5.2.11.5 A classificação parcial será considerada apenas para a convocação de candidatos para a Concentração Intermediária, a fim de realizarem a Prova de Títulos, a Inspeção de Saúde, o Exame de Aptidão Psicológica e o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF), desde que cumpridas as exigências previstas nestas instruções e de acordo com o fator multiplicativo previsto no item 5.3.1.

5.2.12 PROVA DE TÍTULOS

5.2.12.1 A Prova de Títulos possui caráter apenas classificatório.

5.2.12.2 Os títulos deverão ser apresentados por ocasião da Concentração Intermediária, na data estabelecida no Calendário de Eventos do Exame.

5.2.12.3 Os títulos apresentados pelos candidatos serão analisados por Banca Examinadora designada pelo DEPENS em Boletim do Comando da Aeronáutica.

5.2.12.4 Somente serão aceitos os títulos abaixo relacionados, expedidos até a data de entrega estabelecida no Calendário de Eventos, e receberão a seguinte pontuação:

- a) Diploma expedido por instituição reconhecida pelo MEC, devidamente registrado, de conclusão de pós-graduação "strictu sensu", em nível de doutorado ou certificado de conclusão de doutorado, na área específica a que concorre, acompanhado do histórico escolar do candidato, no qual conste o número de créditos obtidos, as disciplinas em que foi aprovado e as respectivas menções, os resultados dos exames e do julgamento da dissertação ou tese: 100 (cem) pontos;
- b) Diploma expedido por instituição reconhecida pelo MEC, devidamente registrado, de conclusão de pós-graduação "strictu sensu", em nível de mestrado ou certificado de conclusão de mestrado, na área específica a que concorre, acompanhado do histórico escolar do candidato, no qual conste o número de créditos obtidos, as disciplinas em que foi aprovado e as respectivas menções, os resultados dos exames e do julgamento da dissertação ou tese: 80 (oitenta) pontos;
- c) Diploma ou Certificado expedido por instituição reconhecida pelo MEC, de conclusão de curso de pós-graduação "lato sensu", em nível de especialização, na

área específica a que concorre, com carga mínima de 360 horas: 60 (sessenta) pontos;

c.1) Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, realizados sob a égide da Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2001, Seção I, p. 12 deverão conter - ou ser acompanhados de - histórico escolar, do qual devem constar, obrigatoriamente, a relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno em cada uma das disciplinas e o nome e qualificação dos professores responsáveis por elas; período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico; título da monografia ou do trabalho final do curso e nota ou conceito obtido; declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES nº 1 e indicação do ato legal de credenciamento da instituição, no caso de Cursos ministrados à distância.

Esta exigência está amparada pelo art. 12 da Resolução CNE/CES nº 1;

c.2) Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, realizados sob a égide da Resolução CNE/CES nº 3, de 5 de outubro de 1999, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 7 de outubro de 1999, Seção I, p. 52 deverão mencionar a área específica do conhecimento a que corresponde, e conter, obrigatoriamente, a relação das disciplinas, sua carga horária, a nota ou conceito obtido pelo aluno; o nome e a titulação do professor por elas responsável; o período em que o curso foi realizado e a declaração de que o curso cumpriu todas as disposições da dita Resolução.

Esta exigência está amparada pelo art. 5º da Resolução CNE/CES nº 3;

c.3) Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, realizados sob a égide da Resolução CNE/CES nº 2, de 20 de setembro de 1996, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 1996, Seção I, p. 21183, deverão conter, obrigatoriamente, a relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno em cada uma das disciplinas e o nome e qualificação dos professores responsáveis por elas; o critério adotado para avaliação do aproveitamento; período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico e declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES nº 1.

Esta exigência está amparada pelo art. 11 da Resolução CNE/CES nº 1;

c.4) Os diplomas ou certificados de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, realizados sob a égide da Resolução CNE/CES nº 12, de 6 de outubro de 1983, emitida pelo Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 1983, Seção I, p. 18.233 deverão conter - ou ser acompanhado de - histórico escolar, do qual devem constar, obrigatoriamente, cada uma das disciplinas e o nome e qualificação dos professores responsáveis por elas; o critério adotado para avaliação do aproveitamento; período e local em que o curso foi realizado e a sua

duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico e declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES nº 1.

Esta exigência está amparada pelo parágrafo único do art. 5 da Resolução nº 12/83.

5.2.12.4.1 Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina – tais como declarações, certidões, comprovantes de pagamento de taxa para obtenção de documentação, cópias de requerimentos, além dos mencionados no item anterior, ou documentos que não estejam em consonância com as Resoluções citadas não serão considerados para efeito de pontuação.

5.2.12.5 Para cada título o candidato deverá apresentar o documento original e uma cópia autenticada em cartório, devendo ser recolhida esta última para avaliação. Para fins de pontuação, serão desconsideradas as cópias não autenticadas em cartório.

5.2.12.5.1 As cópias dos títulos declarados não serão devolvidas em hipótese alguma.

5.2.12.6 O candidato poderá apresentar tantos títulos quanto desejar. No entanto, será atribuída a pontuação correspondente apenas a um título de cada categoria (ex: dois títulos de doutorado, apenas um será pontuado) e que tenha correlação direta com a especialidade para cuja vaga o candidato concorre. A contagem de pontos será feita de forma cumulativa, caso o candidato apresente título em mais de uma categoria.

5.2.12.7 Os documentos referentes a títulos em Língua Estrangeira deverão estar traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

5.2.12.8 Receberá pontuação zero o candidato que não entregar os títulos na forma, no prazo e no local estipulados nestas Instruções.

5.2.12.9 No ato de entrega dos títulos, o candidato deverá preencher e assinar o formulário a ser fornecido pelo CIAAR, no qual indicará a quantidade de títulos apresentados.

5.2.12.10 A pontuação máxima que um candidato poderá obter pelos títulos apresentados totalizará 240 (duzentos e quarenta) pontos. Cada 10 pontos corresponde a 0,05 (cinco centésimos) no grau da Prova de Títulos. O somatório dos números decimais será o grau obtido na Prova de Títulos. Esse grau será acrescentado àquele da Média Parcial do candidato. O acréscimo poderá totalizar o grau 1,2000, desde que não ultrapasse o valor máximo que poderá ser obtido pelo candidato na Média Final, o qual corresponde ao grau 10,0000. Qualquer valor acima do grau 10,0000 obtido pelo candidato será desconsiderado para efeito de cálculo da Média Final. Esta exclusão não se aplica para efeito de desempate conforme previsto no item 5.2.14.2, quando será considerado o grau total obtido pelo candidato na Prova de Títulos.

5.2.13 MÉDIA FINAL

5.2.13.1 A Média Final será calculada somente para os candidatos convocados para a Concentração Intermediária. Ela corresponde à Média Parcial calculada conforme o previsto no item 5.2.11.2, acrescida do grau obtido na Prova de Títulos, observando o disposto no item 5.2.12.10 e a fórmula abaixo:

MF= MP + PT, onde:

MF= Média Final;

MP= Média Parcial; e

PT= Prova de Títulos.

5.2.13.2 A Média Final estará contida na escala de 0 (zero) a 10,0000 (dez), considerando-se até a casa décimo-millesimal.

5.2.13.3 A Média Final estabelecerá a nova classificação dos candidatos, para fins de preenchimento das vagas previstas para cada especialidade e tornará sem efeito a classificação parcial.

5.2.14 CRITÉRIO DE DESEMPATE

5.2.14.1 No caso de empate das Médias Parciais, o desempate será decidido de acordo com a seguinte ordem de precedência:

- a) maior grau obtido na prova escrita do Exame de Conhecimentos Especializados; e
- b) maior idade.

5.2.14.2 No caso de empate das Médias Finais, o desempate será decidido de acordo com a seguinte ordem de precedência:

- a) maior grau correspondente à pontuação obtida na Prova de Títulos;
- b) maior grau obtido na prova escrita do Exame de Conhecimentos Especializados; e
- c) maior idade.

5.3 CONVOCAÇÃO PARA CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA, PROVA DE TÍTULOS, INSPSAU, EAP E TACF

5.3.1 Somente serão convocados para prosseguirem no certame e, portanto, participarem da Concentração Intermediária e realizarem a Prova de Títulos, a INSPSAU, o EAP e o TACF os candidatos relacionados de acordo com a ordem estabelecida no item 5.2.11.4 (classificação parcial), em número máximo correspondente até o quádruplo do total das vagas estabelecidas para as respectivas especialidades, conforme previsão do item 2.3.

5.3.2 A convocação de candidatos em número superior ao das vagas fixadas visa, exclusivamente, ao preenchimento dessas, em caso de haver exclusão de candidatos em decorrência de não aproveitamento ou de desistência.

5.4 INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)

5.4.1 A INSPSAU será realizada em Organização de Saúde da Aeronáutica (OSA). O resultado da INSPSAU para cada candidato será expresso por meio das menções "APTO" ou "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA".

5.4.2 Somente será considerado "APTO" na INSPSAU o candidato que obtiver resultado favorável dentro dos padrões e diretrizes estabelecidos pela Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA).

5.4.3 Os requisitos que compõem a INSPSAU e os parâmetros exigidos para a obtenção da menção "APTO" constam da ICA 160-6 "Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica", aprovada por intermédio da Portaria DIRSA nº 44/SDTSA, de 18 de outubro de 2006, a ser divulgada nos endereços eletrônicos constantes do item 1.4.2.

5.4.4 O candidato que obtiver a menção "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA" na INSPSAU terá o diagnóstico do motivo de sua incapacidade registrado em um Documento de Informação de Saúde.

5.5 EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)

5.5.1 O EAP será realizado sob a responsabilidade do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), segundo os procedimentos e parâmetros fixados em Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) e documentos expedidos por aquele Instituto.

5.5.2 Os candidatos serão avaliados nas áreas de personalidade, aptidão e interesse ou somente em algumas delas, conforme o padrão seletivo estabelecido para a função/atividade que irão exercer. O resultado do EAP para cada candidato será expresso por meio das menções "INDICADO" ou "CONTRA-INDICADO".

5.5.3 As áreas citadas no item anterior, as técnicas a serem utilizadas, os critérios de avaliação e a definição dos resultados referentes ao EAP constam do anexo 5.

5.6 TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

5.6.1 O TACF será realizado segundo os procedimentos e parâmetros fixados em documentos normativos do Comando da Aeronáutica, do DEPENS e naqueles expedidos pela Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA).

5.6.2 Somente realizarão o TACF os candidatos julgados aptos na INSPSAU. O resultado do TACF

para cada candidato será expresso por meio das menções "APTO" ou "NÃO APTO".

5.6.3 Os requisitos que compõem o TACF e os parâmetros exigidos para a sua realização constam do anexo 6.

5.6.4 Casos temporários de alteração fisiológica, fraturas, luxações, indisposição ou outros que possam vir a ser apresentados pelos candidatos antes da realização do TACF e, em consequência, diminuir a capacidade física dos mesmos ou impossibilitar a realização do referido teste, não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer adiamento ou tratamento privilegiado.

6 RECURSOS

6.1 INTERPOSIÇÃO

6.1.1 Será permitido ao candidato interpor recurso somente quanto ao que se segue:

- a) indeferimento da solicitação de inscrição;
- b) formulação de questões das provas escritas de Gramática e Interpretação de Texto e de Conhecimentos Especializados e aos seus respectivos gabaritos provisórios;
- c) resultado obtido na Prova de Títulos;
- d) resultado obtido na INSPSAU;
- e) resultado obtido no EAP; e
- f) resultado obtido no TACF.

6.1.1.1 Não haverá recurso para a Prova de Redação, mas somente vista desta prova. Para tanto, ela estará disponível ao candidato interessado, no CIAAR, mediante solicitação escrita e encaminhada à Divisão de Concursos do CIAAR, via mensagem fac-símile e agendamento telefônico, no período estabelecido no Calendário de Eventos.

6.1.2 Os prazos e as datas para as interposições de recurso encontram-se estabelecidos no Calendário de Eventos e devem ser rigorosamente observados e cumpridos.

6.1.3 Será de inteira responsabilidade do candidato a remessa ou entrega dos documentos exigidos nos locais previstos e o cumprimento dos prazos para as interposições de recurso.

6.1.4 Será indeferido previamente qualquer pedido de recurso apresentado fora do prazo ou, quando for o caso, desacompanhado dos devidos documentos, conforme o estipulado nestas instruções.

6.1.5 Caso a divulgação da relação nominal dos que obtiveram indeferimento na solicitação de inscrição, ou dos gabaritos provisórios, ou dos resultados, conforme for o caso, da qual depende a interposição de recurso, deixe, por motivo de força maior, de ser realizada na data prevista, o candidato disporá do mesmo prazo previsto originalmente para interpor recurso, a contar da data subsequente à de efetiva divulgação.

6.2 RECURSO PARA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO INDEFERIDA

6.2.1 Poderá requerer inscrição em grau de recurso o candidato cuja solicitação de inscrição tenha sido indeferida por um ou mais dos seguintes motivos:

- a) preenchimento incorreto (erro, rasura ou ilegibilidade) ou incompleto do Formulário de Solicitação de Inscrição (FSI);
- b) envio do FSI deixando de constar, em anexo, o comprovante original de pagamento da taxa de inscrição, desde que a referida taxa tenha sido paga dentro do prazo estabelecido e que tal pagamento possa ser comprovado;
- c) envio do FSI fora do período de solicitação de inscrição constatado por meio de carimbo da ECT ou de documento da encomenda expressa, desde que possua documento que se contraponha ao fato constatado e que tal contraposição possa ser comprovada; ou
- d) não envio da autorização de sua autoridade eclesiástica ou envio em desconformidade com o modelo previsto no anexo 3 ou sem o reconhecimento de firma.

6.2.2 O CIAAR, por ocasião da divulgação do indeferimento da solicitação de inscrição do candidato, discriminará o motivo desse resultado para subsidiar os procedimentos da solicitação de inscrição em grau de recurso e disponibilizará um novo FSI que deverá ser preenchido integral e corretamente, sendo dirigido ao Comandante do CIAAR.

6.2.3 O requerimento para inscrição em grau de recurso deverá ser remetido ao CIAAR, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX, dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos. Conforme o motivo do indeferimento, o candidato deverá anexar a esse requerimento o(s) seguinte(s) documento(s):

- a) novo FSI corretamente preenchido;
- b) comprovante original do pagamento da taxa de inscrição;
- c) comprovante original de remessa do FSI, registrada dentro do período estabelecido; ou
- d) autorização de sua autoridade eclesiástica, de acordo com o modelo estabelecido no anexo 3 e corretamente preenchida.

6.2.4 A solicitação de inscrição do candidato será indeferida definitivamente, impossibilitando sua participação no processo seletivo, nos casos em que:

- a) persistir o erro, a rasura, a ilegibilidade de campo ou a omissão de dado ou de assinatura, após a remessa do novo FSI;
- b) não comprovar o pagamento da taxa de inscrição;
- c) não comprovar o envio do formulário dentro do período de inscrição;
- d) persistir a incorreção na nova autorização emitida por sua autoridade eclesiástica; ou
- e) enviar o requerimento para inscrição em grau de recurso fora do prazo previsto.

6.2.5 A divulgação sobre o deferimento ou indeferimento **definitivo** da solicitação de inscrição será feita pelo CIAAR, que disponibilizará ao candidato, na Internet, o seu Cartão de Inscrição ou o Aviso de Indeferimento de Inscrição, no prazo de até 5 (cinco) dias antes da data prevista para a Concentração Inicial.

6.2.6 Para facilitar o processo de identificação, é recomendável que o candidato cuja inscrição tenha sido deferida, imprima o seu Cartão de Inscrição e leve-o consigo, a fim de realizar a Concentração Inicial.

6.2.6.1 No entanto, se por qualquer razão o candidato não portar o seu Cartão de Inscrição, será permitido seu ingresso no local designado para a Concentração Inicial, desde que sua solicitação de inscrição tenha sido deferida e que ele possa identificar-se por meio do seu documento de identidade original.

6.3 RECURSOS PARA OS EXAMES DE ESCOLARIDADE E DE CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

6.3.1 Os recursos quanto às provas escritas que compõem os Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados deverão ser referentes às questões que o candidato entenda terem sido formuladas de maneira imprópria ou conterem incorreções em seus respectivos gabaritos.

6.3.1.1 Os recursos citados no item anterior serão analisados por Bancas Examinadoras contratadas pela empresa terceirizada responsável pela confecção das provas.

6.3.2 Não poderá ser interposto recurso quanto aos procedimentos de avaliação referentes às provas escritas que compõem os Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, os quais estão previamente normatizados nas presentes instruções.

6.3.3 Os recursos de que trata o item 6.3.1 deverão ser encaminhados pelo candidato por meio da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ), conforme modelo constante do anexo 7 destas Instruções, diretamente ao CIAAR, por fax e também via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX, dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos.

6.3.3.1 A remessa da FIFQ por fax tem apenas o objetivo de agilizar o processo de recurso, sendo ainda necessária a remessa da ficha original, conforme orientação constante do item anterior, sob pena de ser desconsiderada a solicitação de recurso.

6.3.3.1.1 No entanto, se no período destinado ao recurso ocorrer greve da ECT e na localidade em que o candidato residir não houver outra empresa que preste serviço de encomenda expressa, os recursos serão analisados com base nas FIFQ encaminhadas por intermédio de fax.

6.3.4 O candidato deverá utilizar uma Ficha Informativa sobre Formulação de Questão para cada questão em pauta ou gabarito.

6.3.5 Não será aceita Ficha Informativa sobre Formulação de Questão que:

- a) contiver campos em branco, omissão de assinatura ou estiver ilegível;
- b) for remetida ao CIAAR fora do prazo previsto no Calendário de Eventos.

6.3.6 Será dada a conhecer, coletivamente, pela Banca Examinadora a existência ou não de recursos submetidos à sua apreciação. Concomitantemente, caso haja recursos, a Banca Examinadora, depois de julgá-los, divulgará a decisão exarada, de forma definitiva, bem como o gabarito oficial. Após esses atos, não mais caberá apelação, relacionada aos resultados das provas escritas, por parte dos candidatos.

6.3.6.1 A decisão exarada pela Banca Examinadora conterá os esclarecimentos sobre o enunciado da questão em pauta e a justificativa fundamentada para cada alternativa que a compõe e sobre a avaliação a respeito do que foi contestado pelo candidato.

6.3.7 Quando for constatado que o enunciado de uma questão foi formulado de forma imprópria ou que a mesma contém mais de uma, ou nenhuma resposta correta, a questão será anulada e os pontos que lhe são pertinentes serão atribuídos a todos os candidatos.

6.3.8 Quando for verificado que a resposta correta de uma questão difere da constante do gabarito divulgado provisoriamente, este sofrerá alterações visando às correções necessárias.

6.3.9 Quando for constatado que a divulgação de um gabarito oficial foi apresentada com incorreções, a divulgação será tornada sem efeito e o gabarito anulado, sendo publicado um novo gabarito oficial corrigindo o anterior.

6.3.9.1 A anulação de um gabarito oficial implicará a anulação de todos os atos dele decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração referente aos atos anulados.

6.3.10 Quando for constatado que a divulgação da relação nominal dos candidatos com seus resultados e respectivas médias e classificações foi apresentada com incorreção, a divulgação será tornada sem efeito e os resultados e respectivas médias e classificações serão anulados, sendo publicada nova relação corrigindo a anterior.

6.3.10.1 A anulação dos resultados obtidos pelos candidatos e das respectivas classificações implicará a anulação de todos os atos dela decorrentes, não cabendo ao candidato qualquer direito ou pedido de reconsideração referente aos atos anulados.

6.4 RECURSO PARA PROVA DE TÍTULOS

6.4.1 O recurso deverá ser apresentado por meio de requerimento constante do anexo 8 destas instruções, dentro do prazo estabelecido no Calendário de Eventos do Exame. Tal documento deverá ser remetido ao CIAAR, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX.

6.4.2 Caso o candidato anexe ao requerimento algum documento com o fim de comprovação de títulos, só será considerado na análise do recurso aquele documento que justifique informação já inserida ou ausência de algum dado, em título apresentado quando da realização da Prova de Títulos.

6.4.3 As alterações de graus que vierem a ocorrer após avaliação dos recursos referentes à Prova de Títulos serão divulgadas pelo CIAAR, via Internet e Intraer, nos endereços eletrônicos constantes do item 1.4 destas instruções, na data estabelecida no Calendário de Eventos do Exame.

6.4.4 O parecer exarado pela Banca Examinadora quanto ao recurso relativo ao resultado da Prova de Títulos tem caráter irrecurável.

6.5 RECURSO PARA A INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)

6.5.1 O candidato julgado "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA" poderá solicitar INSPSAU em grau de recurso, por meio de requerimento próprio constante do anexo 9, dirigido ao Diretor de Saúde da Aeronáutica. Tal documento deverá ser entregue, conforme o item 6.5.3, no setor de protocolo do SERENS em cuja localidade o candidato tiver realizado a INSPSAU, observado o prazo estabelecido no Calendário de Eventos.

6.5.2 Antes de requerer a INSPSAU em grau de recurso, o candidato deverá solicitar ao SERENS em cuja localidade tiver realizado a Inspeção o Documento de Informação de Saúde, dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos, a fim de compor o processo de recurso.

6.5.3 Somente poderá requerer INSPSAU em grau de recurso o candidato que entregar, juntamente com o requerimento, os seguintes documentos:

- a) atestado médico, considerando os parâmetros fixados pela DIRSA nas Instruções Técnicas das INSPSAU na Aeronáutica (ICA 160-6) e subsidiado pelos resultados obtidos em exames médicos complementares realizados, contrapondo o parecer desfavorável da Junta de Saúde; e
- b) Documento de Informação de Saúde com o parecer desfavorável da Junta de Saúde a que foi submetido.

6.5.4 A solicitação do documento de informação de saúde e a entrega da documentação que constitui o processo de recurso, no SERENS, poderão ser feitas por mandatário devidamente constituído pelo candidato, para um e/ou outro desses dois fins específicos, por meio de instrumento de procuração lavrada em cartório.

6.6 RECURSO PARA O EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)

6.6.1 O candidato "CONTRA-INDICADO" poderá requerer EAP em grau de recurso, por meio de requerimento próprio constante do anexo 10, dirigido ao Diretor do IPA. Tal documento deverá ser entregue no setor de protocolo do SERENS em cuja localidade o candidato tiver realizado o EAP, observado o prazo estabelecido no Calendário de Eventos.

6.6.2 Somente poderá requerer EAP em grau de recurso o candidato considerado contra-indicado no EAP, após ter sido submetido a toda bateria de testes prevista para o referido exame, em conformidade com as normas do IPA e destas instruções.

6.6.3 Se for de seu interesse, a fim de subsidiar o processo de recurso, o candidato poderá solicitar ao SERENS em cuja localidade tiver realizado o EAP o Documento de Informação de Aptidão Psicológica (DIAP), dentro do prazo previsto no Calendário de Eventos.

6.6.3.1 A adoção do procedimento descrito no item anterior não é requisito obrigatório para o procedimento de interposição de recurso.

6.6.4 A solicitação do DIAP e a entrega da documentação que constitui o processo de recurso, no SERENS, poderão ser feitas por mandatário devidamente constituído pelo candidato, para um e/ou outro desses dois fins específicos, por meio de instrumento de procuração lavrada em cartório.

6.6.5 O candidato "CONTRA-INDICADO" no EAP em grau de recurso poderá solicitar Entrevista Informativa, por meio de requerimento próprio constante do anexo 11, dirigido ao Diretor do IPA. Tal documento deverá ser enviado ao IPA, via encomenda expressa ou via ECT, com postagem registrada e Aviso de Recebimento, no endereço constante do anexo 11, observado o prazo previsto no Calendário de Eventos.

6.6.6 A entrevista supracitada será exclusivamente de caráter informativo, para esclarecimento do motivo da contra-indicação do candidato ao propósito seletivo, não sendo considerada como recurso.

6.6.7 A Entrevista Informativa será realizada no IPA, na cidade do Rio de Janeiro.

6.7 RECURSO PARA O TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

6.7.1 O candidato julgado "NÃO APTO" poderá solicitar TACF em grau de recurso, por meio de requerimento próprio constante do anexo 12, dirigido ao Vice-Presidente da CDA. Tal documento deverá ser entregue no setor de protocolo do SERENS em cuja localidade o candidato tiver realizado o TACF, observado o prazo estabelecido no Calendário de Eventos. O TACF em grau de recurso será constituído de todos os exercícios previstos no anexo 6.

6.7.1.1 A entrega da documentação que constitui o processo de recurso, no SERENS, poderá ser feita por mandatário devidamente constituído pelo candidato para esse fim específico, por meio de instrumento de procuração lavrada em cartório.

6.7.2 Somente poderá requerer o TACF em grau de recurso o candidato que:

- a) tiver executado todos os exercícios previstos e não tiver atingido os índices estabelecidos; ou
- b) tiver sofrido, durante o TACF, algum problema físico causado pela execução dos exercícios previstos, cuja recuperação possa ocorrer até o período estabelecido para o TACF em grau de recurso.

7 RESULTADO FINAL DO EXAME

7.1 Será considerado aprovado no EA EIAC o candidato que atender às condições que se seguem:

- a) nos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, obtiver aproveitamento, conforme o item 5.2.11.3 destas instruções;
- b) na INSPSAU e no TACF, for considerado "APTO"; e
- c) no EAP, for considerado "INDICADO".

7.2 Serão selecionados para habilitação à matrícula no EIAC os candidatos aprovados e que forem classificados dentro do número de vagas fixado para a especialidade a que concorrem, considerando a ordem decrescente de suas Médias Finais, os critérios de desempate e o parecer final da Junta Especial de Avaliação (JEA) designada para este Exame de Admissão pelo Diretor-Geral do DEPENS.

7.3 Os candidatos de que trata o item anterior somente estarão habilitados à matrícula se atenderem a todas as exigências previstas no item 8 destas Instruções.

7.4 O candidato aprovado e não classificado conforme o item 7.2 será considerado candidato excedente.

7.5 A Junta Especial de Avaliação (JEA) também selecionará os candidatos excedentes, considerando as vagas a que concorrem, fixadas por especialidade, a ordem decrescente de suas Médias Finais e os critérios de desempate.

7.5.1 A seleção de candidatos excedentes tem por finalidade permitir a sua convocação para o preenchimento de vagas que possam surgir, na fase de habilitação à matrícula, decorrentes da desistência ou da exclusão de candidatos ou mesmo após a matrícula, na fase inicial dos cursos, decorrentes da desistência ou desligamento de Aspirante-a-Oficial, desde que a convocação se dê dentro da vigência do Exame de Admissão.

7.5.2 Após a distribuição de vagas entre os candidatos titulares, havendo desistência de candidatos ou o surgimento de novas vagas, estas serão distribuídas aos candidatos excedentes.

7.5.3 Ao candidato excedente que for selecionado pela JEA fica assegurada apenas a expectativa de direito de ser convocado para a habilitação à matrícula. Essa condição cessa com o término da vigência deste Exame de Admissão.

7.5.4 O candidato excedente que for convocado para habilitação à matrícula terá 03 dias corridos, a

contar da data subsequente à de convocação, para se apresentar no CIAAR, pronto para atender a todas as exigências previstas no item 8.

7.5.4.1 O candidato deverá manter atualizado o seu endereço e telefone (se o tiver) junto à Divisão de Concursos do CIAAR, enquanto estiver participando do exame. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da falta de atualização de seu endereço.

7.6 A Junta Especial de Avaliação consolidará, pelo Mapa e pela Ata da JEA, a relação nominal dos candidatos aprovados e selecionados para a habilitação à matrícula, bem como dos excedentes, observando o disposto nos itens 7.2, 7.5 e 7.5.1, respectivamente.

7.7 A expedição da Ordem de Matrícula será de responsabilidade do Diretor-Geral do DEPENS, devendo ser expedida após a homologação do Mapa e da Ata da JEA.

7.8 A matrícula dos candidatos, a ser efetivada por ato do Comandante do CIAAR, somente ocorrerá depois de cumpridas as exigências previstas no item 8, dentro dos prazos estabelecidos.

7.8.1 O não cumprimento, por parte do candidato, das exigências para a efetivação da matrícula, constantes do item 8, dentro dos prazos estabelecidos, implicará o cancelamento da sua Ordem de Matrícula e a sua exclusão do certame.

8 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA

8.1 Estará habilitado a ser matriculado no EIAC 2008 o candidato que atender a todas as condições a seguir:

- a) ter sido aprovado no Exame de Admissão e selecionado pela JEA para habilitar-se à matrícula;
- b) não estar respondendo a qualquer processo criminal;
- c) não possuir registros criminais referentes a decisões judiciais condenatórias transitadas em julgado;
- d) não estar cumprindo pena por crime militar ou comum;
- e) não ter sido, anteriormente, excluído do serviço ativo por motivo disciplinar, por falta de conceito moral ou por incompatibilidade com a carreira militar, ou desligado de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar de ensino pelos mesmos motivos;
- f) não ser detentor de Certificado de Isenção do Serviço Militar motivado por incapacidade física, mental ou moral;
- g) se militar (praça) da ativa, estar classificado, no mínimo, no "Bom Comportamento";
- h) se militar da ativa ou da reserva remunerada, possuir grau hierárquico inferior a Segundo-Tenente;
- i) apresentar-se no CIAAR na data prevista para a Concentração Final, portando os originais e cópias do que se segue:
 - certificado ou diploma de curso superior de formação teológica regular. O curso deve ser reconhecido pela autoridade eclesiástica da religião Católica Apostólica Romana ou da religião Evangélica, conforme a especialidade do candidato e esse reconhecimento poderá estar expresso no próprio diploma ou vir em documento à parte;
 - documento de identidade devidamente válido e dentro do prazo de validade. Também deve ser atual, tendo em vista as mudanças de fisionomia em relação aos períodos da infância e adolescência e conseqüentes dificuldades de identificação do candidato, no momento de confrontação de sua fotografia; se militar, apresentar a Carteira de Identidade devidamente válida e dentro do prazo de validade, expedida pela instituição correspondente;
 - Título de Eleitor e comprovante de situação eleitoral regularizada;
 - Certificado de Reservista atualizado, se do sexo masculino;

- Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e PIS/PASEP para aqueles com registro em Carteira de Trabalho;
- Atestado da respectiva Cúria Diocesana, se sacerdote católico apostólico romano, assinado (com reconhecimento de firma) pelo Bispo Diocesano e Vigário-Geral, que comprove a sua conduta sacerdotal;
- Declaração de conduta, se pastor evangélico, assinada (com reconhecimento de firma) pela autoridade eclesiástica de sua religião;
- Atestado com conceito favorável emitido por dois Oficiais Superiores da ativa das Forças Armadas;
- se militar da ativa, ofício de apresentação da OM de origem.

j) apresentar-se no CIAAR, na data prevista para a matrícula e início do estágio.

8.2 Não serão aceitos documentos ilegíveis, rasurados, com emendas ou discrepâncias de informações.

8.3 Quando da apresentação pelos candidatos dos documentos constantes da alínea “i” do item 8.1, for constatada ausência de documentos, alguma das irregularidades citadas no item 8.2 ou outra discrepância, somente serão habilitados à matrícula os candidatos que venham a sanar tais problemas e também atender a todas as exigências contidas no referido item, até a data prevista para a efetivação da matrícula. Encerrado esse prazo, o candidato que não tiver resolvido sua pendência será excluído do processo seletivo e, em seu lugar, será convocado candidato excedente para habilitar-se à matrícula, nos termos do item 7.5.1 e demais disposições concernentes à habilitação.

8.4 A constatação, a qualquer tempo, de omissão ou falta de veracidade em qualquer uma das informações ou documentos exigidos do candidato implicará a anulação de sua matrícula, bem como de todos os atos dela decorrentes, independentemente das sanções previstas em lei ou regulamentos militares.

9 DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 COMPARECIMENTO AOS EVENTOS PROGRAMADOS

9.1.1 As despesas relativas a transporte, estada e alimentação para a realização do Exame de Admissão correrão por conta do candidato, inclusive quando, por motivo de força maior, um ou mais eventos programados desse exame tiverem que ser repetidos. Também será da responsabilidade do candidato aprovado e selecionado para a habilitação à matrícula o seu deslocamento com destino ao CIAAR para a Concentração Final, a matrícula e a realização do estágio.

9.1.1.1 O candidato militar da ativa da Aeronáutica, na condição de aprovado e classificado dentro do respectivo número de vagas e selecionado pela JEA, fará jus aos direitos remuneratórios previstos na forma da legislação vigente, relativos à matrícula e realização do estágio, com exceção daqueles que se enquadrem na situação prevista no item 2.5.2.

9.1.1.2 O candidato militar da ativa da Aeronáutica que receber Ordem de Matrícula e que não se enquadrar na situação prevista no item 2.5.2 não deverá ser desligado de sua Organização de origem. Deverá apresentar-se no CIAAR onde realizará o estágio, passando à situação de adido àquela Organização de Ensino.

9.1.2 O candidato deverá portar o seu documento de identidade original, devidamente válido e dentro do prazo de validade, em todos os eventos do Exame de Admissão. O candidato militar deverá apresentar, atendendo a essas mesmas condições, a Carteira de Identidade expedida pela instituição militar correspondente.

9.1.2.1 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Polícias Militares e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos,

etc.); passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação com fotografia.

9.1.2.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais; carteiras de estudante; carteiras funcionais, sem valor de identidade; Certificado de Alistamento Militar (CAM); Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI); documentos ilegíveis, não-identificáveis ou danificados; cópias de documentos, mesmo que autenticadas, nem protocolo de documento.

9.1.2.3 O CIAAR poderá, com a finalidade de verificação da autenticidade da identificação de qualquer candidato, efetuar a coleta da impressão digital dos candidatos nos eventos deste Exame de Admissão.

9.1.3 Por ocasião da Concentração Inicial e das provas escritas, os portões do local desses eventos serão abertos uma hora antes do horário previsto para seu fechamento, cabendo ao candidato, considerando os imprevistos comuns às grandes cidades, estabelecer a antecedência com que deverá se deslocar para o local, de forma a evitar possíveis atrasos.

9.1.4 Os portões de acesso aos locais de realização da Concentração Inicial e das provas escritas serão fechados no horário constante do Calendário de Eventos, não sendo permitido o ingresso de candidatos, em hipótese alguma, no local dos eventos, após esse horário.

9.1.5 Para a apresentação no local determinado para a Concentração Intermediária e Final, os candidatos poderão dispor de um período tolerante de duas horas, de acordo com o previsto no Calendário de Eventos.

9.1.6 Os locais, dias e horários em que os candidatos deverão apresentar-se para a realização da INSPSAU, do EAP e do TACF, incluídos os seus recursos, quando aplicável, caso não estejam fixados no Calendário de Eventos, serão estabelecidos pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora durante a Concentração Intermediária.

9.1.7 O não comparecimento pessoal do candidato nos locais dos eventos dentro dos prazos estabelecidos no Calendário de Eventos ou pelo Presidente da Comissão Fiscalizadora, na hipótese do item anterior, implicará falta e, em consequência, a sua exclusão do certame.

9.2 UNIFORME

9.2.1 Para os eventos do Exame de Admissão realizados em organizações militares, o candidato militar da ativa, das Forças Armadas ou Auxiliares, deverá comparecer uniformizado, em acordo com as normas e regulamentos de uniformes das respectivas Forças.

9.2.2 O candidato militar, das Forças Armadas ou Auxiliares, que não atender ao previsto no item anterior ficará impedido de realizar os eventos programados para o certame.

9.2.3 Para os eventos do Exame de Admissão realizados em instituições civis, o candidato militar, das Forças Armadas ou Auxiliares, poderá comparecer à paisana.

9.3 DIVULGAÇÃO DE GABARITOS E DE RESULTADOS

9.3.1 Serão divulgados pelo CIAAR, via Internet e Intraer, conforme endereços eletrônicos constantes do item 1.4 destas Instruções e de acordo com os prazos estabelecidos no Calendário de Eventos, as informações a seguir:

- a) relação nominal dos candidatos que obtiverem deferimento e dos candidatos que obtiveram indeferimento na solicitação de inscrição;
- b) divulgação dos locais de prova;
- c) questões das provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados com os respectivos gabaritos. Esses gabaritos terão caráter provisório até que seja exarada pelas Bancas Examinadoras a decisão sobre cada recurso interposto pelos candidatos;

- d) gabaritos oficiais, devendo ser considerado o disposto nos itens 6.3.9 e 6.3.9.1;
- e) resultados obtidos pelos candidatos nas provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados com suas respectivas Médias Parciais e classificação parcial, considerando a especialidade a que concorrem;
- f) relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária;
- g) relação nominal dos candidatos com seus resultados obtidos na Prova de Títulos, bem como suas médias finais e a nova classificação provisória, considerando a especialidade a que concorrem;
- h) resultados obtidos na INSPSAU, no TACF e no EAP;
- i) resultados obtidos pelos candidatos na Prova de Títulos, em grau de recurso, com as alterações de médias finais e classificação decorrentes, quando aplicável;
- j) resultados obtidos, em grau de recurso, na INSPSAU, no TACF e no EAP;
- k) relação nominal dos candidatos selecionados para habilitação à matrícula com a Média Final e a classificação final, considerando a especialidade a que concorrem;
- l) relação nominal dos candidatos selecionados para a habilitação à matrícula que forem excluídos do Exame de Admissão em decorrência da não habilitação à matrícula ou de desistência, bem como a relação nominal dos candidatos excedentes convocados; e
- m) relação nominal dos candidatos matriculados.

9.3.2 As informações discriminadas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “k” também serão divulgadas pela OMAP, na data estabelecida no Calendário de Eventos, mediante afixação em local a ser confirmado, sob a responsabilidade do Presidente da Comissão Fiscalizadora.

9.3.3 Serão publicadas no DOU as seguintes relações:

- a) pelo CIAAR, a relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária que deverão prosseguir no Exame de Admissão e a relação nominal dos candidatos matriculados no estágio; e
- b) pelo DEPENDS, a relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para a habilitação à matrícula.

9.3.4 Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações dos resultados e dos comunicados referentes ao Exame de Admissão.

9.4 EXCLUSÃO DO EXAME DE ADMISSÃO

9.4.1 Será excluído do Exame de Admissão o candidato que se enquadrar em qualquer uma das situações abaixo:

- a) não obtiver aproveitamento nas provas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados;
- b) não atingir o grau mínimo exigido nas Médias Parcial e Final dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados;
- c) não for convocado para a Concentração Intermediária;
- d) for julgado "INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA" na INSPSAU;
- e) for considerado "NÃO APTO" no TACF;
- f) for considerado "CONTRA-INDICADO" no EAP;
- g) não atingir os resultados previstos nestas instruções, após a solução dos recursos apresentados; ou
- h) deixar de cumprir qualquer item estabelecido nestas Instruções.

9.4.2 Será excluído do Exame de Admissão, por ato do Comandante do CIAAR ou, nos casos concretos que exijam intervenção imediata, por ato do Presidente da Comissão Fiscalizadora, com registro em ata e posterior homologação do Comandante do CIAAR, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou regulamentos, quando for o caso, o candidato que proceder de acordo com qualquer uma das alíneas que se seguem:

- a) burlar ou tentar burlar qualquer uma das normas para a realização das provas, da

INSPSAU, do EAP e do TACF definidas nestas instruções ou em Instruções Orientadoras do exame dirigidas ao candidato;

- b) portar, no local de prova, óculos escuros, telefone celular, relógio, arma, máquina calculadora, agenda eletrônica, "walkman", "pager", "palm top", receptor, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico que receba, transmita ou armazene informações;
- c) utilizar-se ou tentar utilizar-se de meios fraudulentos ou ilegais, bem como praticar ou tentar praticar ato de indisciplina durante a realização de qualquer atividade referente ao exame;
- d) fazer, durante as provas, anotação de informações relativas às suas respostas em local que não seja o próprio Caderno de Questões;
- e) fazer uso, durante as provas, de livros, códigos, manuais ou quaisquer anotações;
- f) recusar-se a entregar o Caderno de Questões, caso decida ausentar-se do local da prova antes do término do tempo oficial do evento;
- g) continuar ou tentar continuar respondendo questão de prova após o encerramento do tempo oficial previsto para a realização da prova;
- h) der ou receber auxílio para a realização das provas;
- i) fazer uso de tratamento incorreto ou descortês a qualquer um dos membros da Comissão Fiscalizadora ou a candidatos;
- j) deixar de comparecer pessoalmente ou chegar atrasado aos locais designados nos dias e horários determinados para a realização das concentrações, das provas, da INSPSAU, do EAP, do TACF e dos recursos, quando aplicável;
- k) não apresentar o documento de identidade original (para candidato militar, Carteira de Identidade expedida pela instituição militar correspondente), devidamente válido e dentro do prazo de validade, de acordo com o previsto no item 9.1.2 ou recusar a submeter-se ao processo de identificação por meio de impressão digital, por ocasião das concentrações, da realização de qualquer uma das provas, da INSPSAU, do EAP e do TACF e dos recursos, quando aplicável;
- l) deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos para inscrição ou matrícula, ou apresentá-los contendo discrepâncias que não venham a ser sanadas nos prazos previstos;
- m) deixar de cumprir qualquer uma das exigências previstas nas condições para a inscrição ou matrícula;
- n) tiver praticado falsidade ideológica constatada em qualquer momento do Exame de Admissão;
- o) deixar de assinar o Cartão de Respostas das provas escritas no local para isso reservado; ou
- p) deixar de apresentar-se no CIAAR, na data prevista para matrícula e início do estágio, passando a ser considerado candidato desistente.

9.5 VALIDADE DO EXAME DE ADMISSÃO

9.5.1 O prazo de validade do EA EIAC 2008 expirar-se-á quatro dias corridos após a data prevista para a matrícula, sendo tal prazo improrrogável.

9.5.2 Os resultados obtidos pelos candidatos em todas as etapas do Exame de Admissão somente terão validade para a matrícula no EIAC 2008.

10 DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Não caberá ao interessado o direito de recurso para obter qualquer compensação, pecuniária ou não, pelo indeferimento de sua solicitação de inscrição no Exame de Admissão, se constatado o descumprimento das condições estabelecidas nas presentes instruções.

10.2 A inscrição no Exame de Admissão implicará a aceitação irrestrita, pelo candidato, das condições estabelecidas nas presentes instruções, não cabendo ao mesmo o direito de recurso para

obter qualquer compensação pela sua exclusão do Exame de Admissão ou pelo seu não aproveitamento por falta de vagas.

10.3 Ao Diretor-Geral do DEPENS caberá:

- a) anular o Exame de Admissão, no todo ou em parte, em todo o país ou em determinadas localidades, quando houver grave indício de quebra de sigilo, cometimento de irregularidades durante a realização de qualquer evento de caráter seletivo e/ou classificatório, e quando ocorrer fato incompatível com estas instruções, ou que impossibilite o seu cumprimento. Assim sendo, não caberá por parte do candidato, caso continue ou não a participar do certame, a solicitação de qualquer reparação pelos transtornos que a anulação e, conseqüentemente, o cancelamento dos eventos subseqüentes possam causar, bem como ficará implícita a sua aceitação do novo Calendário de Eventos a ser divulgado para prosseguimento do Exame de Admissão;
- b) caso seja constatada incorreção na publicação dos resultados obtidos pelos candidatos em qualquer evento seletivo e/ou classificatório do certame, determinar providências para que a publicação seja tornada sem efeito e os resultados sejam publicamente anulados, bem como todos os atos deles decorrentes e, por meio de ato contínuo, providenciar para que sejam publicados os resultados corretos. Dessa forma, não caberá aos candidatos qualquer pedido de reconsideração referente aos resultados anulados, uma vez constatado que estes estão eivados de vícios que os tornam ilegais, pois deles não se originam direitos.

10.4 Os casos não previstos serão resolvidos pelo Diretor-Geral do DEPENS.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENS



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

PORTARIA DEPENDS Nº 234-T/DE-2, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

Aprova as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães da Aeronáutica do ano de 2008 (IE/EA EIAC 2008).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 2º das Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º de março de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães da Aeronáutica do ano de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se a Portaria DEPENDS nº 183/DE-2 e a Portaria DEPENDS nº 184-T/DE-2, ambas de 7 de julho de 2005, e demais disposições em contrário.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENDS

ANEXO 1

SIGLAS UTILIZADAS PELO COMANDO DA AERONÁUTICA **CONSTANTES DESTAS INSTRUÇÕES**

BCA	- Boletim do Comando da Aeronáutica
CDA	- Comissão de Desportos da Aeronáutica
CEMAL	- Centro de Medicina Aeroespacial
CIAAR	- Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica
CINDACTA	- Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
COMAER	- Comando da Aeronáutica
COMAR	- Comando Aéreo Regional
COMGEP	- Comando-Geral do Pessoal
DEPENS	- Departamento de Ensino da Aeronáutica
DIAP	- Documento de Informação de Aptidão Psicológica
DIRSA	- Diretoria de Saúde da Aeronáutica
DOU	- Diário Oficial da União
EA	- Exame de Admissão
EAP	- Exame de Aptidão Psicológica
ECT	- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EIAC	- Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães da Aeronáutica
ICA	- Instrução do Comando da Aeronáutica
IE/EA	- Instruções Específicas ao Exame de Admissão
INSPSAU	- Inspeção de Saúde
IPA	- Instituto de Psicologia da Aeronáutica
IRIS	- Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde
JEA	- Junta Especial de Avaliação
OM	- Organização Militar
OMAP	- Organização Militar de Apoio
QOCPL	- Quadro de Oficiais Capelães da Aeronáutica
QOT	- Quadro de Oficiais Temporários
RUMAER	- Regulamento de Uniformes da Aeronáutica
SERENS	- Serviço Regional de Ensino
TACF	- Teste de Avaliação do Condicionamento Físico

ANEXO 2
CALENDÁRIO DE EVENTOS

EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
1.	Período de inscrição.	CANDIDATOS/ CIAAR	09 out a 29 out. 2007
2.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos que tiveram a solicitação de inscrição deferida e indeferida.	CIAAR	05 nov. 2007
3.	Remessa, ao CIAAR, do requerimento para inscrição em grau de recurso, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT, por SEDEX.	CANDIDATOS	até 07 nov. 2007
4.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos que, em grau de recurso, tiveram a solicitação de inscrição deferida ou indeferida.	CIAAR	16 nov. 2007
5.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos locais de prova.	CIAAR	16 nov. 2007
6.	Concentração Inicial: Provas Escritas <ul style="list-style-type: none"> • fechamento dos portões às 8h 45min; • concentração inicial às 9h; e • início das provas às 10h (horário de Brasília). 	OMAP	02 dez. 2007
7.	Divulgação, via Internet e Intraer, das provas aplicadas e dos gabaritos provisórios.	CIAAR	03 dez. 2007
8.	Remessa da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ) ao CIAAR, via fax e encomenda expressa (urgente) ou via ECT, por SEDEX. (para agilizar)	CANDIDATOS	até 05 dez. 2007
9.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos gabaritos oficiais e dos pareceres sobre as FIFQ, ou comunicação da inexistência das mesmas.	CIAAR	até 20 dez. 2007
10.	Divulgação, na Internet e Intraer, da relação nominal, por especialidade, com os resultados obtidos pelos candidatos nas provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, constando a média e a classificação parcial, bem como a convocação para a Concentração Intermediária e Prova de Títulos daqueles que deverão prosseguir no Exame.	CIAAR	até 28 dez. 2007
11.	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária e Prova de Títulos.	CIAAR	até 04 jan. 2008
12.	Solicitação à Divisão de Concursos do CIAAR, da vista de Prova de Redação, via fax e agendamento telefônico.	CANDIDATOS	até 11 jan. 2008
13.	Concentração Intermediária e entrega de títulos, das 9h às 11h.	SERENS	14 jan. 2008
14.	Inspeção de Saúde – realização e julgamento.	OSA	15 a 22 jan. 2008
15.	Exame de Aptidão Psicológica.	IPA / SERENS	15 a 25 jan. 2008
16.	Vista de Prova de Redação, no CIAAR, das 9h às 12h e de 13h às 17h.	CIAAR	17 jan. 2008

17.	Divulgação, na Internet e na Intraer, da relação nominal dos candidatos com os resultados obtidos na Prova de Títulos.	CIAAR	21 jan. 2008
18.	Remessa, via SEDEX, de recurso para a Prova de Títulos.	CANDIDATOS	até 23 jan. 2008
19.	Solicitação, ao SERENS, do Documento de Informação de Saúde.	CANDIDATOS	até 1º fev. 2008.
20.	Entrega dos Documentos de Informação de Saúde aos candidatos julgados incapazes na INSPSAU, mediante solicitação.	SERENS	1º fev. 2008.
21.	Entrega, ao SERENS, das 9h às 16h, da solicitação de INSPSAU em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 8 fev. 2008
22.	Divulgação, na Internet e na Intraer, da relação nominal, por especialidade, dos candidatos com os resultados obtidos na Prova de Títulos em grau de recurso, constando a média e a classificação final.	CIAAR	08 fev. 2008
23.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no EAP (relação por número de inscrição).	CIAAR	18 fev. 2008
24.	Realização e julgamento da INSPSAU em grau de recurso, bem como remessa, via fax, ao CIAAR, dos resultados obtidos pelos candidatos.	DIRSA / OSA	18 a 20 fev. 2008
25.	Solicitação ao SERENS do DIAP.	CANDIDATOS	até 21 fev. 2008
26.	Entrega dos DIAP aos candidatos contra-indicados no EAP, mediante solicitação.	SERENS	até 21 fev. 2008
27.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos na INSPSAU em grau de recurso.	CIAAR	25 fev. 2008
28.	Entrega, ao SERENS, das 9h às 16h, da solicitação do EAP em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 26 fev. 2008.
29.	Realização (pela manhã), julgamento e divulgação do resultado do TACF ao candidato imediatamente após o julgamento.	CDA / SERENS	28 fev 2008
30.	Entrega, no setor de protocolo do SERENS, da solicitação do TACF em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 29 fev 2008
31.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados obtidos pelos candidatos no TACF.	CIAAR	05 mar. 2008
32.	Realização do EAP em grau de recurso.	IPA/SERENS	13 mar. 2008
33.	Realização e julgamento (pela manhã) do TACF em grau de recurso.	CDA / SERENS	14 mar. 2008
34.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados obtidos pelos candidatos no TACF em grau de recurso.	CIAAR	18 mar. 2008
35.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no EAP em grau de recurso (relação por número de inscrição).	CIAAR	20 mar. 2008

36.	Remessa via fax e entrega no IPA ou via ECT, com postagem registrada e Aviso de Recebimento, ao referido Instituto, das solicitações de Entrevista Informativa, referentes aos candidatos contra-indicados no EAP que desejarem esclarecer o motivo de sua contra-indicação.	CANDIDATOS	até 25 mar. 2008
37.	Divulgação, via Internet e Intraer, do local e horário da realização da Entrevista Informativa.	CIAAR	07 abr. 2008
38.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula, contendo as médias finais com as respectivas classificações, bem como da convocação para a Concentração Final.	CIAAR	16 abr. 2008
39.	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	DEPENS	17 abr. 2008
40.	Publicação no BCA da Ordem de Matrícula dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	CENDOC	18 abr. 2008
41.	Concentração Final no CIAAR das 9h às 11h.	CIAAR	23 abr. 2008
42.	Matrícula e início do Estágio.	CIAAR	28 abr. 2008
43.	Entrevista Informativa referente ao EAP com os candidatos contra-indicados.	IPA	30 abr. 2008
44.	Apresentação, no CIAAR, dos candidatos excedentes convocados.	CANDIDATOS	03 dias corridos, a contar da data subsequente à de convocação
45.	Publicação, no BCA, da Ordem de Matrícula complementar dos candidatos excedentes.	CENDOC	até 15 maio 2008
46.	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos matriculados no EA-EIAC 2008.	CIAAR	21 maio 2008
47.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos matriculados no Estágio.	CIAAR	21 maio 2008
48.	Remessa do Relatório Final do Exame de Admissão.	CIAAR	até 30 maio 2008

ANEXO 3

**TERMO DE CONSENTIMENTO PARA INSCRIÇÃO NO EXAME DE ADMISSÃO AO
ESTÁGIO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO PARA CAPELÃES DA AERONÁUTICA DO
ANO DE 2008**

Eu, _____, na qualidade
(nome)

de _____, por intermédio deste termo,
(título da autoridade eclesiástica da religião Católica Apostólica Romana ou da religião Evangélica)

declaro dar consentimento ao _____,
(nome completo do PADRE/ PASTOR)

para inscrever-se no exame de admissão ao Estágio de Instrução e Adaptação de Oficiais Capelães da
Aeronáutica do ano de 2008.

(Local e data)

(Autoridade eclesiástica da religião Católica Apostólica Romana ou da religião Evangélica)

(Espaço para reconhecimento de firma)

Estou ciente e de acordo.

(Assinatura do candidato)

Obs.: Este termo deverá ser preenchido, de preferência, à máquina.
--

ANEXO 4

PROGRAMA DE MATÉRIAS

O PROGRAMA DE MATÉRIAS E A BIBLIOGRAFIA SUGERIDA SERÃO DIVULGADOS POSTERIORMENTE NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS CONSTANTES DO ITEM 1.4 DAS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DESTE EXAME E NO BOLETIM DO COMANDO DA AERONÁUTICA.

ANEXO 5

INFORMAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO DO EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA

1 EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA

1.1 O Exame de Aptidão Psicológica para o EA-EIAC 2008, de caráter seletivo, será realizado segundo os procedimentos e parâmetros fixados em Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) e documentos expedidos pelo Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA).

2 DEFINIÇÃO

2.1 Processo de avaliação que visa estabelecer um prognóstico de adaptação, por meio da identificação nos candidatos de características psicológicas necessárias ao desempenho da atividade/estágio/função pretendida.

3 ÁREAS AVALIADAS

3.1 PERSONALIDADE

3.1.1 Conjunto de características herdadas e adquiridas que determinam o comportamento do indivíduo no meio que o cerca. São avaliados os seguintes elementos:

- a) aspecto afetivo-emocional;
- b) relacionamento interpessoal; e
- c) comunicação.

3.2 APTIDÃO

3.2.1 Conjunto de características que expressam a habilidade com que um indivíduo, mediante treinamento, pode adquirir conhecimento e destrezas, a serem avaliados por meio da aptidão geral ou de aptidões específicas.

3.3 INTERESSE

3.3.1 Demonstração ou expressão de gosto, tendência ou inclinação pelas atividades inerentes à função pretendida.

4 TÉCNICAS UTILIZADAS

4.1 ENTREVISTAS DE GRUPO OU INDIVIDUAL, DIRIGIDAS E PADRONIZADAS

4.2 TESTES PSICOMÉTRICOS

4.2.1 Inteligência Geral.

4.2.2 Aptidão Específica.

4.3 TESTES DE PERSONALIDADE

4.3.1 Expressivos.

4.3.2 Projetivos.

4.4 QUESTIONÁRIO DE INTERESSE

5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

5.1 O Exame de Aptidão Psicológica para o EIAC obedece a critérios que são estabelecidos em conformidade com os perfis ocupacionais e consubstanciados nos "Padrões Seletivos", documento de uso exclusivo do IPA, que contém informações básicas, requisitos de desempenho e instrumentos de avaliação psicológica específicos de cada atividade/estágio/função.

5.2 Os perfis ocupacionais, elaborados segundo os preceitos da metodologia da pesquisa científica aplicada à Psicologia Organizacional, são baseados no "Padrão de Desempenho de Especialidades", documento elaborado pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP).

5.3 O "Padrão Seletivo" do Curso de Formação de Sargentos da Aeronáutica, define os níveis mínimos de desempenho para cada área avaliada. Os candidatos são considerados indicados ao atingirem esses níveis estabelecidos.

6 RESULTADO

6.1 O resultado do Exame de Aptidão Psicológica só será considerado válido para o propósito seletivo para o qual foi realizado, sendo expresso por meio das menções "Indicado" (I) ou "Contra-Indicado" (CI).

- a) Indicado: candidato com prognose favorável de ajustamento e de adaptação ao ambiente de formação e/ou desempenho profissional por haver atingido os níveis de exigência referentes às áreas de personalidade, aptidão e interesse, contidos no perfil ocupacional básico da atividade/estágio/função; e
- b) Contra-Indicado: candidato com prognose desfavorável de ajustamento e de adaptação ao ambiente de formação e/ou desempenho profissional por apresentar resultados abaixo dos níveis de exigência, em uma ou mais áreas contidas no perfil ocupacional básico da atividade/estágio/função.

7 ENTREVISTA INFORMATIVA

7.1 O candidato que obtiver contra-indicação no Exame de Aptidão Psicológica a que se submeteu em grau de recurso poderá ter acesso à entrevista informativa referente aos resultados alcançados (art. 22 do Código de Ética Profissional do Psicólogo), por meio de requerimento próprio, dirigido ao Diretor do IPA.

ANEXO 6

TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)

- 1 O Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF) visa medir e avaliar o padrão individual a ser atingido pelo candidato inscrito no EA-EIAC 2008.
- 2 O padrão individual a ser atingido durante o TACF servirá de parâmetro para aferir se o candidato possui as condições mínimas necessárias para suportar o esforço físico a que será submetido durante o curso, com vistas ao final deste ser capaz de atingir os padrões exigidos do militar da ativa.
- 3 O TACF será realizado em um único dia. Serão executados os três exercícios que se seguem, conforme a sequência a seguir.
- 4 Será considerado APTO o candidato que for aprovado em todos os exercícios, conforme se segue:

EXERCÍCIO Nº 1 - FLEXÃO DO TRONCO SOBRE AS COXAS

(avaliação da resistência muscular da região abdominal)

Neste exercício serão exigidos os mesmos padrões de execução para ambos os sexos.

Duração: 01 (um) minuto.

Tentativa: 02 (duas), com intervalo mínimo de 3 (três) minutos, caso o desempenho mínimo não tenha sido atingido na primeira tentativa.

Posição inicial: deitado em decúbito dorsal, mãos cruzadas sobre o peito na altura dos ombros, joelhos numa angulação de 90°, pés alinhados com o prolongamento do quadril e firmes ao solo, fixados com o auxílio do avaliador, procurando manter as coxas e os joelhos livres.

1º Tempo: flexionar o tronco até tocar os cotovelos no terço distal das coxas (região próxima ao joelho).

2º Tempo: voltar à posição inicial até que as escápulas toquem o solo.

Contagem: cada vez que o 1º tempo se completar, deve ser contada uma repetição.

DESEMPENHO MÍNIMO			
SEXO	20 A 29 ANOS	30 A 39 ANOS	40 ANOS
MASCULINO	27 repetições	21 repetições	16 repetições

Erros mais comuns:

- a) soltar as mãos do peito ou auxiliar a flexão do tronco com impulso dos braços;
- b) não encostar os cotovelos no terço distal das coxas;
- c) não encostar as costas no solo no 2º tempo;
- d) parar para descansar;
- e) não manter os joelhos na angulação de 90°; e
- f) retirar ou arrastar o quadril do solo durante a execução do exercício.

EXERCÍCIO Nº 2 - FLEXÃO E EXTENSÃO DOS MEMBROS SUPERIORES COM APOIO DE FRENTE SOBRE O SOLO (avaliação da resistência muscular dos membros superiores)

Duração: sem limite de tempo.

Tentativa: 02 (duas).

Posição inicial: apoio de frente sobre o solo, com as mãos ligeiramente afastadas em relação à projeção dos ombros, mantendo o corpo totalmente estendido.

1º Tempo: flexionar os membros superiores, procurando aproximar o peito do solo o máximo possível, passando o tronco da linha dos cotovelos, mantendo o corpo

estendido e os cotovelos projetados para fora, aproximadamente, 45° com relação ao tronco.

2º Tempo: Estender os mesmos, voltando à posição inicial.

Contagem: quando completar a extensão, deverá ser contada uma repetição.

DESEMPENHO MÍNIMO			
SEXO	20 A 29 ANOS	30 A 39 ANOS	40 ANOS
MASCULINO	16 repetições	11 repetições	8 repetições

Erros mais comuns:

- a) apoiar o peito no chão;
- b) mudar a posição do corpo, deixando de mantê-lo totalmente estendido;
- c) não flexionar ou estender totalmente os membros superiores;
- d) elevar primeiro o tronco e depois os quadris;
- e) parar para descansar;
- f) aproximar os cotovelos do tronco durante as execuções finais, aproximando os braços do tronco; e
- g) mudar a posição das mãos (afastar ou aproximar) durante a execução do exercício.

OBSERVAÇÕES:

- 1) As mulheres deverão apoiar os joelhos no solo para a execução do exercício, podendo ou não apoiar a ponta do pé no chão.
- 2) A fim de manter os cotovelos projetados para fora, o(a) avaliado(a) poderá aduzir as mãos na posição inicial.
- 3) O aplicador do TACF poderá interromper o teste quando o candidato alcançar o número mínimo de desempenho estipulado.

EXERCÍCIO Nº 3 - AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE AERÓBICA MÁXIMA

Será realizada por meio de uma corrida ou de uma marcha de 12 minutos.

Duração: 12 (doze) minutos.

Tentativa: 01 (uma).

Tempo e distância: o instrutor responsável durante a aplicação deste teste deve informar ao avaliado o número de voltas percorridas e o tempo transcorrido, desde o seu início até o 9º (nono) minuto. A partir deste momento, o avaliador não deve mais informar o tempo transcorrido ao avaliado, somente as voltas percorridas.

Apito: o teste é iniciado com um silvo curto de apito e termina com um silvo longo. Neste momento os avaliados iniciarão a volta à calma, caminhando no sentido perpendicular ao da execução do percurso, e assim devem permanecer até que o instrutor anote a distância por eles percorrida e o libere do teste.

Local: pista de atletismo ou qualquer outro percurso no plano horizontal, preferencialmente, com 500□100 metros, com declividade não superior a 1/1000, devidamente aferidos. O piso poderá ser de qualquer tipo, desde que seja o mesmo durante todo o percurso. Sempre que possível, realizar marcações intermediárias para facilitar o avaliado no controle do seu ritmo de corrida.

Execução: a corrida de 12 (doze) minutos poderá ser feita em qualquer ritmo condicionado, podendo intercalar a corrida com caminhada, desde que essa alternância corresponda ao esforço máximo do avaliado para o tempo previsto, não podendo o mesmo parar ou sentar para descansar.

DESEMPENHO MÍNIMO			
SEXO	20 A 29 ANOS	30 A 39 ANOS	40 ANOS
MASCULINO	2000 metros	1950 metros	1870 metros

Observação: o candidato que não atingir o desempenho mínimo em qualquer um dos exercícios exigidos no TACF será considerado NÃO APTO.

ANEXO 7

FICHA INFORMATIVA SOBRE FORMULAÇÃO DE QUESTÃO

ATENÇÃO: Preencha todos os campos com bastante clareza, usando letra de fôrma. Utilize uma FIFO para cada questão ou gabarito a respeito dos quais desejar interpor recurso.

I – IDENTIFICAÇÃO

EXAME DE ADMISSÃO: _____ Nº DE INSCRIÇÃO: _____

NOME DO CANDIDATO: _____

II – PROVA QUESTIONADA

DISCIPLINA: _____ QUESTÃO Nº: _____

VERSÃO: _____ Nº DE PÁGINAS: ESTA + _____

III – COMENTÁRIOS (Claros e objetivos. É fundamental que o candidato redija de maneira legível e apresente boa redação, com frases bem formuladas, que observem a correção gramatical, SEM considerações de ordem pessoal). Solicito revisão, em grau de recurso, da questão supracitada.

IV – EMBASAMENTO TEÓRICO (obra, autor, edição consultada e página utilizada para seu embasamento).

Data: ____/____/____

Assinatura do candidato

✂.....

Enviar o requerimento para o CIAAR, por fax e via encomenda expressa (urgente) ou via ECT por SEDEX. Obs: Será desconsiderada a solicitação remetida somente por fax.

CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA – CIAAR
DIVISÃO DE CONCURSOS

AV. SANTA ROSA, 10 – PAMPULHA - CAIXA POSTAL 2172
CEP: 31.270-750 – BELO HORIZONTE – MG FAX: (31) 3491-2264

ANEXO 8

REQUERIMENTO PARA PROVA DE TÍTULOS EM GRAU DE RECURSO

AO EXMO SR COMANDANTE DO CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar,
posto ou graduação), residente na(o) _____

Bairro _____ Cidade _____ Estado _____

CEP _____ Telefone _____ nascido em ____/____/____,

candidato ao EA-EIAC 2008, inscrição nº _____, tendo seus títulos sido submetidos
à análise pela Banca Examinadora e por discordar do resultado divulgado, pelos motivos abaixo
descritos, vem solicitar nova análise em grau de recurso.

(Não é permitido anexar documentos de comprovação de títulos a este requerimento).

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do candidato

✂.....
cortar aqui

- Enviar o requerimento para o CIAAR como encomenda expressa (urgente) ou por SEDEX, via ECT, conforme endereço abaixo:

CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA – CIAAR
DIVISÃO DE CONCURSOS

AV. SANTA ROSA, 10 – PAMPULHA - CAIXA POSTAL 2172

CEP: 31.270-750 – BELO HORIZONTE – MG

FAX: (31) 3491-2264

ANEXO 9

REQUERIMENTO PARA INSPEÇÃO DE SAÚDE EM GRAU DE RECURSO

AO EXMO SR DIRETOR DE SAÚDE DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar,
posto ou graduação), residente na(o) _____
Bairro _____ Cidade _____
Estado ____ CEP _____ Telefone _____ nascido em ____/____/____,
natural de _____ candidato ao EA-EIAC 2008,
inscrição nº _____, tendo sido inspecionado pela Junta de Saúde
(Organização de Saúde) _____, em ____/____/____, e
julgado INCAPAZ PARA O FIM A QUE SE DESTINA, vem requerer a V. Exa. nova inspeção em
grau de recurso, pela Junta Superior de Saúde (JSS), conforme disposto no item 6.5 das Instruções
Específicas, contrapondo o parecer que o incapacitou, com base na documentação médica em anexo.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do candidato

✂
cortar aqui

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/____, às ____:____ horas, o requerimento referente à
Inspeção de Saúde, em grau de recurso, do candidato _____
_____.

Assinatura e carimbo – Setor de Protocolo do SERENS

ANEXO 10

REQUERIMENTO PARA EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA EM GRAU DE RECURSO

AO SR DIRETOR DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar,
posto ou graduação), residente na(o) _____
Bairro _____ Cidade _____
Estado _____ CEP _____ Telefone _____ nascido em ____/____/____,
natural de _____ candidato ao EA-EIAC 2008,
inscrição nº _____, tendo sido considerado CONTRA-INDICADO no Exame de
Aptidão Psicológica, realizado em ____/____/____, na localidade _____,
sob a responsabilidade do IPA, vem requerer, conforme disposto no item 6.6 das Instruções
Específicas, Exame de Aptidão Psicológica em grau de recurso:

() apresentando, em anexo, a documentação:

_____ (especificar documentação);

() não apresentando qualquer documentação.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do candidato

Declaro ter sido submetido ao Exame de Aptidão Psicológica, em grau de recurso, em
____/____/____, na localidade _____, pelo(a) Sr (a).

_____.

Assinatura do candidato após o Exame

.....
cortar aqui

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/____, às ____:____ horas, o requerimento referente ao EAP,
em grau de recurso, do candidato _____

_____.

Assinatura e carimbo – Setor de Protocolo do SERENS

ANEXO 11

REQUERIMENTO PARA ENTREVISTA INFORMATIVA

AO SR DIRETOR DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar,
posto ou graduação), residente na(o) _____
Bairro _____ Cidade _____
Estado _____ CEP _____ Telefone _____ nascido em ____/____/____,
natural de _____ candidato ao EA-EIAC 2008,
inscrição nº _____, tendo sido avaliado no Exame de Aptidão Psicológica, em grau de
recurso, realizado em ____/____/____, na cidade de _____, vem requerer
Entrevista Informativa, com o objetivo de esclarecer o motivo da sua contra-indicação ao propósito
seletivo e declara estar ciente do previsto no item 6.6 das Instruções Específicas.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do candidato

Declaro ter realizado a Entrevista Informativa referente ao Exame de Aptidão
Psicológica, em ____/____/____, concedida pelo(a) Sr (a). _____
_____.

Assinatura do candidato após a Entrevista

.....
cortar aqui

INSTRUÇÃO:

Enviar o requerimento, com postagem registrada e Aviso de Recebimento, com o seguinte
endereço:

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA - IPA

DIVISÃO DE SELEÇÃO

AVENIDA MARECHAL CÂMARA, 233 – 8º ANDAR

CEP 20020-080 – RIO DE JANEIRO RJ

TEL: (0XX21) 2126 9213

ANEXO 12

REQUERIMENTO PARA TESTE DE AVALIAÇÃO **DO CONDICIONAMENTO FÍSICO EM GRAU DE RECURSO**

AO SR VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA

Nome _____, _____ (se militar,
posto ou graduação), residente na(o) _____
Bairro _____ Cidade _____
Estado ____ CEP _____ Telefone _____ nascido em ____/____/____,
natural de _____ candidato ao EA-EIAC 2008,
inscrição nº _____, tendo realizado o Teste de Avaliação do Condicionamento
Físico (TACF) em ____/____/____, na localidade _____ e
tendo sido considerado NÃO APTO, vem requerer novo teste, em grau de recurso, conforme disposto
no item 6.7 das Instruções Específicas.

É a primeira vez que requer.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do candidato

✂
cortar aqui

RECIBO DO CANDIDATO

Recebi em ____/____/____, às ____:____ horas, o requerimento referente ao
TACF, em grau de recurso, do candidato _____
_____.

Assinatura e carimbo – Setor de Protocolo do SERENS



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

PORTARIA DEPENS Nº 235-T/DE-2, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

Aprova o Programa de Atividades para o Exame de Admissão ao Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães da Aeronáutica do ano de 2008 (PA/EA-EIAC 2008).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 2º das Instruções Gerais para os Concursos de Admissão atribuídos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 128/GC3, de 1º de março de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Atividades para o Exame de Admissão ao Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães da Aeronáutica do ano de 2008.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DEPENS nº 185-T/DE-2, de 07 de julho de 2005, e demais disposições em contrário.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENS

**PROGRAMA DE ATIVIDADES PARA O EXAME DE ADMISSÃO AO
ESTÁGIO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE OFICIAIS CAPELÃES DA
AERONÁUTICA DO ANO 2008
(PA/EA-EIAC 2008)**

APROVAÇÃO / DIVULGAÇÃO			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
1.	Aprovação das Instruções e Programa de Atividades (PA) do Exame.	DEPENS	08 out. 2007
2.	Inclusão, no link “Notícias” do site do CECOMSAER na Internet, de matéria relativa ao exame, para divulgação.	DEPENS	até 09 out. 2007
3.	Remessa, via rádio, de nota para divulgação do exame às Organizações Militares do Comando da Aeronáutica.	DEPENS	até 09 out. 2007
4.	Remessa das Portarias, Instruções e Programa de Atividades (PA) do Exame para: CIAAR, OMAP, CDA, IPA, DIRSA e CENDOC, para as devidas providências.	DEPENS	até 09 out. 2007
5.	Remessa, à Imprensa Nacional, dos atos de aprovação das Instruções do Exame, bem como do Edital do Exame para publicação no Diário Oficial da União (DOU).	DEPENS	até 09 out. 2007
6.	Início da divulgação do Exame. (VIA INTERNET E INTRAER)	DEPENS / CIAAR	a partir de 09 out. 2007
INSCRIÇÃO			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
7.	Remessa de cartazes para divulgação do Exame às Organizações Militares do Comando da Aeronáutica.	CIAAR	a partir de 09 out. 2007
8.	Período de inscrição.	CANDIDATOS/ CIAAR	09 out. a 29 out. 2007
9.	Informação, via fax, às OMAP, da previsão numérica de candidatos inscritos, por especialidade em cada OMAP.	CIAAR	31 out. 2007
10.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos que tiveram a solicitação de inscrição deferida e indeferida.	CIAAR	05 nov. 2007
11.	Remessa, ao CIAAR, do requerimento para inscrição em grau de recurso, via encomenda expressa (urgente) ou via ECT, por SEDEX.	CANDIDATOS	até 07 nov. 2007
12.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos que, em grau de recurso, tiveram a solicitação de inscrição deferida ou indeferida.	CIAAR	16 nov. 2007
EXAME DE ESCOLARIDADE			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
13.	Designação do Presidente e do Secretário da Comissão Fiscalizadora, bem como informação ao CIAAR.	OMAP	até 30 out. 2007
14.	Remessa, às OMAP, das Instruções Orientadoras destinadas às Comissões Fiscalizadoras.	CIAAR	até 30 out. 2007

15.	Comunicação, via fax, ao CIAAR: <ul style="list-style-type: none"> do local da Concentração Inicial e das Provas Escritas; da quantidade de setores, de suas denominações e da capacidade de candidatos em cada setor. 	OMAP	até 12 nov. 2007
16.	Designação dos demais membros da Comissão Fiscalizadora e envio da relação nominal dos militares designados ao CIAAR.	OMAP	até 12 nov. 2007
17.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos locais de prova.	CIAAR	16 nov. 2007
18.	Impressão, envelopamento e lacre das provas escritas distribuídas por OMAP, setor e versão.	CIAAR	até 20 nov. 2007
19.	Reunião no DEPENDS com todos os presidentes das Comissões Fiscalizadoras e representante do setor de concurso do CIAAR.	DEPENDS	20 nov. 2007
20.	Palestra para a Comissão Fiscalizadora sobre as diversas instruções que orientam o Exame de Admissão.	PRESIDENTE DA COMISSÃO FISCALIZADORA/ OMAP	26 nov. 2007
21.	Entrega aos Presidentes e representantes do SERENS das provas escritas e do material de apoio para a realização do Exame de Admissão.	CIAAR	até 28 nov. 2007
22.	Palestra do representante do CIAAR para a Comissão Fiscalizadora sobre as diversas instruções que orientam o Exame de Admissão.	CIAAR / OMAP	29 nov. 2007
23.	Concentração Inicial: Provas Escritas <ul style="list-style-type: none"> fechamento dos portões às 8h 45min; concentração inicial às 9h; e início das provas às 10h (horário de Brasília). 	OMAP	02 dez. 2007
24.	Entrega dos cartões-respostas e do material do Exame de Admissão ao representante do CIAAR.	OMAP	02 dez. 2007
25.	Divulgação, via Internet e Intraer, das provas aplicadas e dos gabaritos provisórios.	CIAAR	03 dez. 2007
26.	Remessa da Ficha Informativa sobre Formulação de Questão (FIFQ) ao CIAAR, via fax e encomenda expressa (urgente) ou via ECT, por SEDEX. (para agilizar)	CANDIDATOS	até 05 dez. 2007
27.	Análise das FIFQ.	CIAAR / BANCA EXAMINADORA	até 19 dez. 2007
28.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos gabaritos oficiais e dos pareceres sobre as FIFQ, ou comunicação da inexistência das mesmas.	CIAAR	até 20 dez. 2007
29.	Correção das provas.	CIAAR	até 27 dez. 2007
30.	Divulgação, na Internet e Intraer, da relação nominal, por especialidade, com os resultados obtidos pelos candidatos nas provas escritas dos Exames de Escolaridade e de Conhecimentos Especializados, constando a média e a classificação parcial, bem como a convocação para a Concentração Intermediária e Prova de Títulos daqueles que deverão prosseguir no Exame.	CIAAR	até 28 dez. 2007

31.	Solicitação à Divisão de Concursos do CIAAR, da vista de Prova de Redação, via fax e agendamento telefônico.	CANDIDATOS	até 11 jan. 2008
32.	Vista de Prova de Redação, no CIAAR, das 9h às 12h e de 13h às 17h.	CIAAR	17 jan. 2008
CONCENTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
33.	Remessa, via Intraer ou Internet (e-mail funcional), à DIRSA, às OMAP, à CDA e ao IPA, da relação nominal, dos candidatos a serem convocados para a Concentração Intermediária para fins de planejamento dos exames subsequentes.	CIAAR	28 dez. 2007
34.	Remessa, via Internet, à Imprensa Nacional, da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária e Prova de Títulos.	CIAAR	até 28 dez. 2007
35.	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos convocados para a Concentração Intermediária e Prova de Títulos.	CIAAR	até 04 jan. 2008
36.	Concentração Intermediária das 9h às 11h.	SERENS	14 jan. 2008
37.	Remessa, ao CIAAR: <ul style="list-style-type: none"> da Ata, da Relação de Presença da Concentração Intermediária e da Prova de Títulos (via fax e via SEDEX); das cópias dos títulos apresentados, dos diplomas de curso superior e demais documentos previstos para a matrícula. (via SEDEX). 	SERENS	até 15 jan. 2008
PROVA DE TÍTULOS			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
38.	Análise dos Títulos	BANCA EXAMINADORA	15 a 18 jan. 2008
39.	Divulgação, na Internet e na Intraer, da relação nominal dos candidatos com os resultados obtidos na Prova de Títulos.	CIAAR	21 jan. 2008
40.	Remessa, via SEDEX, de recurso para a Prova de Títulos.	CANDIDATOS	até 23 jan. 2008
41.	Análise, em grau de recurso, dos documentos apresentados para a Prova de Títulos.	BANCA EXAMINADORA	até 1º fev. 2008
42.	Divulgação, na Internet e na Intraer, da relação nominal, por especialidade, dos candidatos com os resultados obtidos na Prova de Títulos em grau de recurso, constando a média e a classificação final.	CIAAR	08 fev. 2008
INSPEÇÃO DE SAÚDE (INSPSAU)			
EVENTOS		RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
43.	Inspeção de Saúde – realização e julgamento.	OSA	15 a 22 jan. 2008
44.	Remessa, via fax, à DIRSA e às OMAP, da relação nominal dos candidatos julgados incapazes na INSPSAU, constando o CID (numeral e por extenso).	OSA	até 28 jan. 2008

45.	Remessa, ao CIAAR, da Ata (via fax e SEDEX), da Relação de Presença e do Resultado da INSPSAU (via: fax e Intraer ou Internet (e-mail funcional) e SEDEX), devidamente preenchidos, indicando os candidatos aptos, incapazes e faltosos.	SERENS	até 29 jan. 2008
46.	Entrega, ao SERENS, dos Documentos de Informação de Saúde dos candidatos julgados incapazes na INSPSAU.	<u>OSA</u>	até 29 jan. 2008
47.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos na INSPSAU.	CIAAR	até 30 jan. 2008
48.	Solicitação, ao SERENS, do Documento de Informação de Saúde.	CANDIDATOS	até 1º fev. 2008
49.	Entrega dos Documentos de Informação de Saúde aos candidatos julgados incapazes na INSPSAU, mediante solicitação.	<u>SERENS</u>	1º fev. 2008
50.	Entrega, ao SERENS, das 9h às 16h, da solicitação de INSPSAU em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 8 fev. 2008
51.	Remessa, via fax, ao CIAAR, da relação nominal dos candidatos que solicitaram INSPSAU em grau de recurso, ou comunicação, via rádio, da inexistência de requerimentos.	SERENS	até 11 fev. 2008
52.	Remessa à DIRSA: <ul style="list-style-type: none"> da relação nominal dos candidatos que solicitaram INSPSAU em grau de recurso, bem como dos requerimentos. (via fax e SEDEX) dos requerimentos para INSPSAU em grau de recurso, acompanhados dos respectivos documentos e laudos entregues pelos candidatos. (via SEDEX) 	SERENS	até 12 fev. 2008
53.	Realização e julgamento da INSPSAU em grau de recurso, bem como remessa, via fax, ao CIAAR, dos resultados obtidos pelos candidatos.	DIRSA / OSA	18 a 20 fev. 2008
54.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos na INSPSAU em grau de recurso.	CIAAR	25 fev. 2008
TESTE DE AVALIAÇÃO DO CONDICIONAMENTO FÍSICO (TACF)			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
55.	Remessa, via Intraer e Internet (e-mail funcional), à CDA e aos SERENS, da relação nominal dos candidatos aptos na INSPSAU e em condições de realizarem o TACF.	CIAAR	até 25 fev. 2008
56.	Realização (pela manhã), julgamento e divulgação do resultado do TACF ao candidato imediatamente após o julgamento.	CDA / SERENS	28 fev 2008
57.	Entrega, no setor de protocolo do SERENS, da solicitação do TACF em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 29 fev 2008

58.	Remessa à CDA: <ul style="list-style-type: none"> da Ata e da Relação de Presença e Resultado do TACF, indicando os candidatos aptos, não-aptos e faltosos no referido teste (via fax); da relação nominal dos candidatos que solicitaram o TACF em grau de recurso, ou comunicação da inexistência de requerimento (via fax); e dos Requerimentos do TACF em grau de recurso (via SEDEX). 	SERENS	até 03 mar. 2008
59.	Remessa ao CIAAR: <ul style="list-style-type: none"> da ata e da relação de presença (via: fax e SEDEX); do resultado do TACF indicando os candidatos aptos, não-aptos e faltosos no referido teste (via: Intraer ou Internet (e-mail funcional) e SEDEX); e da relação nominal dos candidatos que solicitaram o TACF em grau de recurso, ou comunicação da inexistência de requerimento (via fax). 	SERENS	até 04 mar. 2008
60.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados obtidos pelos candidatos no TACF.	CIAAR	05 mar. 2008
61.	Realização e julgamento (pela manhã) do TACF em grau de recurso.	CDA / SERENS	14 mar. 2008
62.	Remessa, via fax e SEDEX, ao CIAAR, da Ata, da Relação de Presença e do Resultado do TACF em grau de recurso, indicando os candidatos aptos, não-aptos e faltosos no referido teste.	CDA / SERENS	até 17 mar. 2008
63.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados obtidos pelos candidatos no TACF em grau de recurso.	CIAAR	18 mar. 2008
EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
64.	Exame de Aptidão Psicológica.	IPA / SERENS	15 a 25 jan. 2008
65.	Remessa, ao CIAAR, da Ata (via fax e SEDEX) e da Relação de Presença do EAP, via Intraer ou Internet (e-mail funcional), fax e SEDEX.	SERENS	até 28 jan. 2008
66.	Remessa ao CIAAR, via Intraer ou Internet (e-mail funcional), fax e Ofício, da relação dos candidatos indicados, contra-indicados e faltosos ao EAP.	IPA	até 15 fev. 2008
67.	Remessa, via SEDEX, aos SERENS, dos documentos de informação de aptidão psicológica (DIAP) dos candidatos contra-indicados no EAP.	IPA	até 15 fev. 2008
68.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no EAP (relação por número de inscrição).	CIAAR	18 fev. 2008
69.	Solicitação ao SERENS do DIAP.	CANDIDATOS	até 21 fev. 2008
70.	Entrega dos DIAP aos candidatos contra-indicados no EAP, mediante solicitação.	SERENS	até 21 fev. 2008
71.	Entrega, ao SERENS, das 9h às 16h, da solicitação do EAP em grau de recurso.	CANDIDATOS	até 26 fev. 2008

72.	Remessa, via fax, ao IPA e ao CIAAR da relação dos candidatos que solicitaram o EAP em grau de recurso, ou comunicação da inexistência de recurso.	SERENS	até 27 fev. 2008
73.	Remessa ao IPA, via SEDEX, dos Requerimentos para EAP em grau de recurso.	SERENS	até 28 fev. 2008
74.	Realização do EAP em grau de recurso.	IPA/SERENS	13 mar. 2008
75.	Remessa, via Intraer ou Internet (e-mail funcional), fax e Ofício, ao CIAAR, da relação nominal dos candidatos indicados, contra-indicados e faltosos no EAP em grau de recurso.	IPA	até 19 mar. 2008
76.	Divulgação, via Internet e Intraer, dos resultados individuais obtidos pelos candidatos no EAP em grau de recurso (relação por número de inscrição).	CIAAR	20 mar. 2008
77.	Remessa via fax e entrega no IPA ou via ECT, com postagem registrada e Aviso de Recebimento, ao referido Instituto, das solicitações de Entrevista Informativa, referentes aos candidatos contra-indicados no EAP que desejarem esclarecer o motivo de sua contra-indicação.	CANDIDATOS	até 25 mar. 2008
78.	Informação via fax, ao CIAAR, da relação dos candidatos que solicitaram a Entrevista Informativa e do local e da hora em que cada candidato deverá ser submetido à entrevista referente à contra-indicação no EAP.	IPA	até 04 abr. 2008
79.	Divulgação, via Internet e Intraer, do local e horário da realização da Entrevista Informativa.	CIAAR	07 abr. 2008
80.	Entrevista Informativa referente ao EAP com os candidatos contra-indicados.	IPA	30 abr. 2008
JUNTA ESPECIAL DE AVALIAÇÃO (JEA)			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
81.	Indicação, ao DEPENS, dos componentes da Junta Especial de Avaliação (JEA).	DIRSA / CDA / CIAAR / IPA	até 1º abr. 2008
82.	Convocação da JEA.	DEPENS	até 04 abr. 2008
83.	Reunião da JEA.	DEPENS	11 abr. 2008
84.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula, contendo as médias finais com as respectivas classificações, bem como da convocação para a Concentração Final.	CIAAR	16 abr. 2008
85.	Remessa, à Imprensa Nacional, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	DEPENS	16 abr. 2008
86.	Remessa, ao CENDOC, da Ordem de Matrícula dos candidatos selecionados pela JEA.	DEPENS	16 abr. 2008
87.	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	DEPENS	17 abr. 2008
88.	Publicação no BCA da Ordem de Matrícula dos candidatos selecionados pela JEA para habilitação à matrícula.	CENDOC	18 abr. 2008

CONCENTRAÇÃO FINAL/MATRÍCULA			
	EVENTOS	RESPONSÁVEIS	DATAS/PRAZOS
89.	Concentração Final no CIAAR das 9h às 11h.	CIAAR	23 abr. 2008
90.	Matrícula e início do Estágio.	CIAAR	28 abr. 2008
91.	Convocação dos candidatos excedentes, em substituição àqueles que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do Exame ou considerados desistentes.	CIAAR	até 02 maio 2008
92.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do exame ou considerados desistentes, bem como da relação nominal dos candidatos excedentes convocados.	CIAAR	06 maio 2008
93.	Apresentação, no CIAAR, dos candidatos excedentes convocados.	CANDIDATOS	03 dias corridos, a contar da data subsequente à de convocação
94.	Encaminhamento eletrônico ao DEPENS da relação nominal dos candidatos que receberam Ordem de Matrícula e foram excluídos do exame ou considerados desistentes, bem como da relação nominal dos candidatos excedentes convocados.	CIAAR	08 maio 2008
95.	Remessa, ao CENDOC, para publicação no BCA, da Ordem de Matrícula complementar dos candidatos excedentes, a contar de 28 abr. 2008	DEPENS	até 13 maio 2008
96.	Publicação, no BCA, da Ordem de Matrícula complementar dos candidatos excedentes.	CENDOC	até 15 maio 2008
97.	Matrícula dos candidatos excedentes convocados, a contar de 28 abr. 2008	CIAAR	até 19 maio 2008
98.	Remessa, via Internet, à Imprensa Nacional, da relação nominal dos candidatos matriculados no EA-EIAC 2008	CIAAR	até 19 maio 2008
99.	Divulgação, no Diário Oficial da União, da relação nominal dos candidatos matriculados no EA-EIAC 2008	CIAAR	21 maio 2008
100.	Divulgação, via Internet e Intraer, da relação nominal dos candidatos matriculados no Estágio.	CIAAR	21 maio 2008
101.	Remessa do Relatório Final do Exame de Admissão.	CIAAR	até 30 maio 2008

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Diretor-Geral do DEPENS

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

ICA 37-328

**NORMAS REGULADORAS PARA O CURSO DE
FORMAÇÃO DE SARGENTOS (MODALIDADE
ESPECIAL) DA ESPECIALIDADE BÁSICO EM
CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO**

2007

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA



ENSINO

ICA 37-328

**NORMAS REGULADORAS PARA O CURSO DE
FORMAÇÃO DE SARGENTOS (MODALIDADE
ESPECIAL) DA ESPECIALIDADE BÁSICO EM
CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO**

2007



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

PORTARIA DEPENDS Nº 252/DE-6, DE 9 DE OUTUBRO DE 2007.

Aprova a reedição da Instrução "Normas Reguladoras para o Curso de Formação de Sargentos (Modalidade Especial) da Especialidade Básico em Controle de Tráfego Aéreo", ICA 37-328.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 4º, inciso III e artigo 15, inciso X do Regulamento do Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 1134/GC3, de 4 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 37-328 "Normas Reguladoras para o Curso de Formação de Sargentos (Modalidade Especial) da Especialidade Básico em Controle de Tráfego Aéreo", que com esta baixa.

Art 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DEPENDS 040/DE-6, de 24 de janeiro de 2007, publicada o Boletim do Comando da Aeronáutica nº 019, de 26 de janeiro de 2007, pág. 492.

Ten Brig Ar Antônio Pinto Macedo
Diretor-Geral do DEPENDS

(Publicado no BCA nº 196 de 11 de outubro de 2007)

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1	<u>FINALIDADE</u>	7
1.2	<u>ÂMBITO</u>	7
1.3	<u>CONCEITUAÇÕES</u>	7
1.4	<u>COMPETÊNCIAS</u>	8
2	ENSINO	10
2.1	<u>CURSOS</u>	10
3	SELEÇÃO, CONDIÇÕES PARA A MATRÍCULA, EXCLUSÃO, DESLIGAMENTO E REMATRÍCULA NO CFS-ME-BCT	11
3.1	<u>SELEÇÃO PARA O CFS-ME-BCT</u>	11
3.2	<u>CONDIÇÕES PARA MATRÍCULA NO CFS-ME-BCT</u>	11
3.3	<u>EFETIVAÇÃO DA MATRÍCULA</u>	11
3.4	<u>EXCLUSÃO E DESLIGAMENTO NO CFS-ME-BCT</u>	11
4	SITUAÇÃO MILITAR DOS ALUNOS	13
5	APROVAÇÃO, DIPLOMAÇÃO E NOMEAÇÃO	14
6	DISPOSIÇÕES FINAIS	15

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

1.1.1 A presente Instrução tem por finalidade estabelecer as normas gerais referentes à matrícula, ao desempenho escolar e aos demais aspectos relativos ao Curso de Formação de Sargentos, Modalidade Especial, da especialidade Básico em Controle de Tráfego Aéreo, (CFS-ME-BCT).

1.2 ÂMBITO

A presente instrução aplica-se à Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR) e, no que couber, ao DEPENS.

1.3 CONCEITUAÇÕES

1.3.1 Aluno - Militar ou civil matriculado em Curso ou Estágio da EEAR.

1.3.2 Capacidade Real - Número máximo de Alunos que podem ser matriculados na EEAR, de forma que esta possa cumprir sua missão em função das limitações impostas pelos meios disponíveis.

1.3.3 Conselho de Aptidão - Órgão de assessoramento do Comandante da EEAR nos assuntos ligados às decisões sobre o valor, a ética e os deveres militares dos Alunos/Estagiários, que constituem requisitos mínimos exigidos para a conclusão do Curso ou Estágio.

1.3.4 Conselho de Ensino - Órgão consultivo do Comandante da EEAR que tem por finalidade avaliar o desempenho de professores, instrutores e instruendos, assessorar quanto à decisão a ser tomada, em face dos requisitos estabelecidos, e analisar a instrução ministrada, propondo medidas para seu aperfeiçoamento.

1.3.5 Currículo Mínimo - Documento que estabelece o conteúdo programático mínimo a ser desenvolvido para determinado curso ou estágio, fixando as bases para a elaboração do Plano de Unidades Didáticas (PUD).

1.3.6 Desempenho Escolar - Desempenho global do aluno em sua vida escolar, abrangendo os campos intelectual, profissional, militar e de aptidão física.

1.3.7 Habilitação à Matrícula - Processo cuja finalidade é definir aqueles que deverão ser convocados, dentre os selecionados, e desde que satisfaçam as demais condições previstas nesta ICA e nas Instruções Reguladoras de cada Quadro, considerando o número de vagas fixado para o CFS-ME-BCT.

1.3.8 Matrícula - Ato de admissão ao CFS-ME-BCT da EEAR, efetuado por seu Comandante, por meio da publicação em Boletim da Organização, decorrente de Ordem de Matrícula emanada do DEPENS.

1.3.9 Ordem de Matrícula - Ato do Diretor-Geral do DEPENS que determina à EEAR a matrícula dos candidatos selecionados e habilitados para a realização do CFS-ME-BCT, considerando o número de vagas estabelecido pelo Comandante da Aeronáutica.

1.3.10 Plano de Avaliação (PAVL) - Documento que contém todo o detalhamento da sistemática de avaliação do ensino para o ano letivo, relativo aos cursos e estágios ministrados por uma organização, nos cinco campos da avaliação preconizados (avaliação da instrução, do corpo docente, do currículo, dos meios de avaliação e do corpo discente).

1.3.11 Plano de Unidades Didáticas (PUD) - Documento que desdobra, detalhadamente, os conteúdos das unidades didáticas das disciplinas que compõem os cursos ou estágios ministrados pelas Organizações de Ensino.

1.3.12 Programa de Atividades Escolares (PAE) - Documento de vigência anual, aprovado pelo Comandante da EEAR, que tem por finalidade desdobrar as atribuições contidas no Programa de Trabalho Anual do DEPENS, estabelecendo as atividades de ensino e administrativas, bem como as tarefas e os fatores de planejamentos decorrentes.

1.3.13 Seleção - Processo que visa selecionar os candidatos que estarão habilitados à matrícula no CFS-ME-BCT.

1.4 COMPETÊNCIAS

1.4.1 COMPETE AO DEPENS:

- a) o cumprimento da Política e das Diretrizes de Ensino da Aeronáutica;
- b) a emissão de instruções e normas pertinentes ao Ensino nas Organizações de Ensino Subordinadas;
- c) a proposição das instruções gerais dos concursos no âmbito do Comando da Aeronáutica;
- d) a emissão das instruções complementares, instruções específicas, aditamentos e dos programas de atividades, bem como a designação de OMAP, conforme proposta da EEAR, relativos aos concursos sob a responsabilidade da EEAR;
- e) o assessoramento ao Conselho de Planejamento de Pessoal – CONPLAP – para que as vagas planejadas para o CFS-ME-BCT, no Plano Plurianual de Pessoal, estejam de acordo com a capacidade real da EEAR;
- f) a expedição de Ordem de Matrícula para o CFS-ME-BCT ministrado na EEAR;
- g) a aprovação do Currículo Mínimo e do Plano de Avaliação do CFS-ME-BCT; e
- h) a remessa à Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica e à EEAR da Ordem de Matrícula para o CFS-ME-BCT, com vistas às medidas administrativas decorrentes.

1.4.2 COMPETE À EEAR

- a) o planejamento e a execução do CFS-ME-BCT, de acordo com as normas, instruções e planos aprovados;
- b) a efetivação da matrícula, a aprovação, a reprovação, a rematrícula, a diplomação, a exclusão e o desligamento dos alunos do curso, conforme as normas em vigor;
- c) a elaboração, a aprovação e a execução do PAE;

d) a elaboração e proposição ao DEPENS dos Currículo Mínimo do CFS-ME-BCT ministrado na EEAR;

e) a elaboração do Plano de Unidades Didáticas (PUD), de acordo com o Currículo Mínimo aprovado pelo DEPENS;

f) a elaboração e aplicação do Plano de Avaliação e demais documentos complementares relativos à execução das atividades de ensino;

g) a proposição de modificações do Plano de Avaliação do CFS-ME-BCT, desde que encaminhadas, para aprovação, com antecedência de quarenta dias úteis antes do início do ano letivo;

h) a expedição de históricos escolares e diploma de conclusão do curso, com as especificações cabíveis; e

i) por delegação do DEPENS, o registro em arquivo eletrônico e em livro próprio dos diplomas de conclusão do curso.

2 ENSINO

2.1 CURSOS

2.1.1 CURSOS ESPECIAIS

2.1.1.1 Curso de Formação de Sargentos, Modalidade Especial, da Especialidade Básico em Controle de Tráfego Aéreo - Tem por finalidade formar Terceiros-Sargentos da ativa da Aeronáutica, sendo exigido dos alunos dedicação em tempo integral. O curso, por se tratar de curso especial, terá sua estrutura definida pela EEAR. A duração do curso será, a princípio, de 01 (um) ano letivo, podendo a EEAR propor ao DEPENS alterações nesse período, até o limite de 12 meses corridos, em função do andamento do programa do curso.

3 SELEÇÃO, CONDIÇÕES PARA A MATRÍCULA, EXCLUSÃO, DESLIGAMENTO E REMATRÍCULA NO CFS-ME-BCT

3.1 SELEÇÃO PARA O CFS-ME-BCT

3.1.1 A seleção para o CFS-ME-BCT far-se-á por intermédio de exame de admissão, de acordo com o estabelecido nas respectivas instruções complementares e específicas, aprovadas pelo DEPENS.

3.1.2 As vagas para o CFS-ME-BCT serão estabelecidas pelo Comandante da Aeronáutica, por meio de Portaria, atendendo às necessidades excepcionais de repletamento da especialidade de BCT do Quadro do Corpo de Pessoal Graduado da Aeronáutica, observadas as limitações da EEAR.

3.2 CONDIÇÕES PARA MATRÍCULA NO CFS-ME-BCT

3.2.1 As condições para a matrícula no CFS-ME-BCT deverão obedecer ao estabelecido nas instruções para o respectivo exame de admissão.

3.3 EFETIVAÇÃO DA MATRÍCULA

3.3.1 O DEPENS expedirá Ordem de Matrícula para o CFS-ME-BCT, dentro do número de vagas estabelecidas, encaminhando-a para publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica.

3.3.2 As matrículas, decorrentes da Ordem de Matrícula do DEPENS, serão efetivadas a contar do primeiro dia do respectivo período letivo, por ato do Comandante da Escola, mediante publicação em Boletim Interno da Organização.

3.3.3 A constatação de omissão ou falta de veracidade de qualquer das informações ou documentos exigidos do candidato implicará, em qualquer momento, tornar nula a sua matrícula, bem como todos os atos dela decorrentes, independente das sanções previstas em lei ou regulamentos militares.

3.4 EXCLUSÃO E DESLIGAMENTO NO CFS-ME-BCT

3.4.1 A exclusão e o desligamento do aluno serão efetivados por ato do Comandante da Escola e publicado em Boletim Interno da Organização, nos seguintes casos:

a) por conclusão do curso em que estiver matriculado, nas condições estabelecidas no PAVL da EEAR;

b) por motivo de saúde, quando julgado incapaz definitivamente, por Junta de Saúde da Aeronáutica, de acordo com as Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde (IRIS);

c) por inclusão no insuficiente ou no mau comportamento, de acordo com o RDAER;

d) no interesse da disciplina, ouvido o Conselho de Aptidão;

e) por deserção;

f) por extravio;

g) por condenação em virtude de crime militar ou comum, que atente contra a

honra e o pundonor militar, logo que a sentença transite em julgado;

h) por falecimento;

i) por insuficiência de aproveitamento ou por falta de frequência aos trabalhos escolares, ouvido o Conselho de Ensino, conforme estabelecido no PAVL e nas Normas Específicas da EEAR;

j) por pedido do interessado, ao ser deferido o requerimento solicitando desligamento do curso;

k) por inaptidão à condição de futuro Sargento da Aeronáutica, ouvido o Conselho de Aptidão, conforme normas e regulamentos vigentes;

l) por assumir uma função ou cargo decorrente de aprovação em concurso público, mesmo que seja para estágio probatório; e

m) quando aluna, apresentar estado de gravidez durante o período de realização do curso até a sua conclusão.

3.4.2 A exclusão no interesse da disciplina, prevista na letra “d” do item 3.4.1 desta instrução, será imposta ao aluno que cometer falta grave ou tornar-se incompatível com o ambiente escolar por motivo de ordem ética ou moral, devidamente comprovado.

3.4.3 O aluno que estiver realizando o curso e que for excluído e desligado terá sua situação regulada da seguinte forma:

a) se era militar da Aeronáutica, por ocasião da sua matrícula no CFS-ME-BCT, e havendo tempo para permanecer no serviço ativo, será classificado na EEAR. Caso deseje retornar à Organização Militar de origem, deverá solicitar o seu retorno por interesse particular;

b) caso o militar preencha as condições exigidas para a estabilidade (Estatuto dos Militares) ou reengajamento (RCPGAER), caberá à EEAR a abertura de processo visando cumprir os procedimentos previstos nas legislações pertinentes;

c) se for de origem civil ou oriundo de outra Força Singular ou Auxiliar, quando da matrícula, será excluído e licenciado; e

d) se o tempo de serviço ativo do aluno oriundo da Aeronáutica, matriculado no curso, expirar durante a fase anterior à sua exclusão e o seu conseqüente desligamento, este terá o mesmo tratamento dado ao aluno oriundo da vida civil.

3.4.4 O Aluno do CFS-ME-BCT, de origem militar ou civil, que for julgado incapaz temporariamente por Junta de Saúde da Aeronáutica, e que não puder prosseguir no curso, será excluído do mesmo.

3.4.5 Estarão impedidos definitivamente de realizar o CFS-ME-BCT os Alunos que tenham sido excluídos pelos motivos constantes nas letras "b", "e", "f" e "g" do item 3.4.1, desta Instrução.

4 SITUAÇÃO MILITAR DOS ALUNOS

4.1 Ao serem matriculados, os Alunos do CFS-ME-BCT passarão à situação de Praça Especial, com precedência hierárquica imediatamente inferior aos Cabos, aos quais são equiparados, respeitada, no caso de militares, a antigüidade relativa anterior (Art. 19 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

4.2 Ao serem matriculados no CFS-ME-BCT, os Alunos passam a pertencer ao efetivo da EEAR.

4.3 A precedência hierárquica entre os Alunos do CFS-ME-BCT tem por base a classificação final obtida no Exame de Admissão.

4.4 A ordem de precedência entre os Alunos do CFS, do CFS-ME-BCT e do EAGS será a seguinte:

4.4.1 Durante o primeiro semestre do ano letivo:

- 1 - alunos (as) da Quarta Série do CFS;
- 2 - alunos (as) da Terceira Série do CFS;
- 3 - alunos (as) do CFS-ME-BCT;
- 4 - alunos (as) da Segunda Série do CFS; e
- 5 - alunos (as) da Primeira Série do CFS.

4.4.2 Durante o segundo semestre do ano letivo:

- 1 - alunos (as) da Quarta Série do CFS;
- 2 - alunos (as) do CFS-ME-BCT;
- 3 - alunos (as) do EAGS;
- 4 - alunos (as) da Terceira Série do CFS;
- 5 - alunos (as) da Segunda Série do CFS; e
- 6 - alunos (as) da Primeira Série do CFS.

4.5 Os militares matriculados no CFS-ME-BCT ficam vinculados administrativamente à Escola para fins de instrução e disciplina.

5 APROVAÇÃO, DIPLOMAÇÃO E NOMEAÇÃO

5.1 A aprovação dos alunos do CFS-ME-BCT dar-se-á de acordo com as condições estabelecidas no PAVL.

5.2 Ao aluno aprovado será conferido, pelo Comandante da EEAR, o diploma correspondente.

5.3 No caso de reprovação, somente será conferido o certificado de frequência ao Curso mediante solicitação do interessado, via requerimento, ao Comandante da Escola.

6 DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 O Conselho de Ensino e o Conselho de Aptidão têm suas constituições e atribuições estabelecidas no Regimento Interno da EEAR e em normas específicas da Escola.

6.2 A EEAR funciona em regime de internato, obrigatório para os alunos do CFS-ME-BCT.

6.3 Os casos não previstos nesta Instrução serão submetidos ao Exmo. Sr. Diretor-Geral de Ensino da Aeronáutica.